



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

ERNESTO GEISEL

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL

ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1979



1979



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

APRECIÇÃO GERAL

FAZENDA
TRANSPORTES
AGRICULTURA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
MINAS E ENERGIA
INTERIOR
COMUNICAÇÕES
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

POLÍTICA SOCIAL

APRECIÇÃO GERAL

EDUCAÇÃO E CULTURA
TRABALHO
SAÚDE
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

POLÍTICA EXTERNA

JUSTIÇA

FORÇAS ARMADAS

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS
EXÉRCITO
MARINHA
AERONÁUTICA



Senhores Membros do Congresso Nacional:

Cumprindo preceito legal, tenho mais uma vez a honra de submeter ao Congresso Nacional esta Mensagem em que se registram os resultados alcançados pelo Governo, nas várias esferas de sua atividade político-administrativa, durante o ano findo de 1978.

Em se tratando do último relatório desse tipo que me cabe apresentar, pois se exaure a curto prazo o mandato presidencial a mim deferido, natural é que, a par dos dados relativos àquele ano, se recapitulem aqui indicadores globais do que foi possível realizar em todo o período 1974-1979.

Por mais que possam estar aquém dos projetos iniciais, frustrados em parte por contingências negativas de uma conjuntura que, tanto no plano interno como, sobretudo, no âmbito internacional, se evidenciou bem pouco favorável, alinhoo aqui com a tranqüila satisfação íntima de quem está seguro de haver cumprido o seu dever, sem desfalecimentos quaisquer nem compromissos secundários de qualquer ordem, antes atento apenas aos superiores interesses de nosso povo e da nação brasileira, tais como delineados na perspectiva governamental — imperfeita por certo, mas indubitavelmente honesta e serena.

Em pronunciamento à Nação, feito no limiar de 1979, busquei caracterizar a conjuntura internacional em palavras que bem merecem aqui rememoradas.

Dizia eu:

«O quadro mundial, apesar dos esforços de eminentes líderes responsáveis, continuou ainda conturbado. Poucos avanços foram alcançados com vista à solução de gra-

ves e persistentes conflitos políticos, econômicos e sociais, declarados ou em estado potencial entre países e no âmbito interno de muitos destes. Mesmo as nações mais desenvolvidas não conseguiram recuperar-se, satisfatoriamente, da crise surgida em 1973. Na verdade, os últimos cinco anos representaram, para todo o mundo ocidental, o período econômico mais difícil de que se tem registro desde a 2.ª Guerra.

«Nos países industrializados, as taxas de crescimento do produto real caíram à metade, enquanto duplicavam as da inflação, comparativamente aos dez anos precedentes. Os desequilíbrios do balanço de pagamentos, continuamente alimentados pelos altos preços do petróleo, alastraram-se por todo o mundo, não apenas causando dificuldades aos países em desenvolvimento, mas também abalando as moedas de maior prestígio no cenário internacional. Palavras que pareciam banidas da descrição das economias modernas, como recessão, desemprego e protecionismo, ressurgiram ameaçadoramente nos países desenvolvidos.

«Era inevitável que esse quadro se refletisse desfavoravelmente sobre o Brasil, dado o alto grau de interdependência dos países, característico dos dias atuais e agravado pelos nossos próprios problemas internos, dentre os quais avultam os decorrentes do crescimento demográfico de 3.000.000 de pessoas anualmente e, pois, a responsabilidade de atender às necessidades de 60 milhões de jovens com idade inferior a 18 anos e de criar 1 milhão e 300 mil novos empregos todo ano.»

E concluía, para 1978, em termos que se podem estender a todo o período de meu mandato governamental:

«Não obstante, ... conseguimos resultados favoráveis na maioria dos setores da vida nacional, não tanto quanto esperávamos, mas certamente bem mais do que muitos outros países. Tivemos ordem interna, bom relacionamento

com o exterior, moderado mas efetivo progresso econômico e social e avanços marcantes na área do desenvolvimento político.»

*
* * *

De fato, no campo econômico, durante os últimos cinco anos, a economia continuou crescendo, em ritmo embora menos intenso do que o registrado até 1973; evitou-se o desemprego, com suas indesejáveis seqüelas sociais; procurou-se obter, gradativamente, o reequilíbrio do balanço de pagamentos; e os efeitos da inflação sobre os salários foram neutralizados, logrando-se aumento real no seu poder de compra. Mais importante, as modificações operadas na estrutura da economia encaminharam soluções promissoras para os desequilíbrios gerados no setor externo, principalmente pela elevação dos preços do petróleo. Os custos sociais inevitáveis da opção estratégica adotada — expansão da dívida externa, persistência da inflação — foram, certamente, muito menores que os decorrentes de uma recessão e desemprego.

Os principais resultados econômicos alcançados com a execução da estratégia de desenvolvimento posta em prática em 1974-1978 foram, globalmente, satisfatórios.

O produto interno bruto (PIB) atingiu, em 1978, US\$ 192 bilhões (preços de 1978) crescendo, de 1973 a 1978, 41% — 7,1% ao ano —, enquanto o dos principais países em desenvolvimento cresceu cerca de 13%, no mesmo período (2,5% anualmente).

O PIB per capita cresceu 23%, em cinco anos (4,1% ao ano), atingindo, em 1978, US\$ 1,650.

O investimento bruto fixo cresceu, em 1973-1978 — 51%; o consumo global — 45%; o produto da indústria — 46%; o da agropecuária — 26% (para um crescimento da população, no mesmo período, de 15%).

As exportações apresentaram crescimento de 104%, em dólares correntes, entre 1973 e 1978, apesar do peque-

no dinamismo do comércio internacional e da grande escalada protecionista em muitos países desenvolvidos; o crescimento das exportações de manufaturados foi da ordem de 254%, elevando-se sua participação, nas exportações, de 23% em 1973 para 40% em 1978.

Em contrapartida, o valor das importações em dólares correntes foi mantido virtualmente constante entre 1974 e 1978, reflexo tanto da contenção como do esforço de substituição de mercadorias importadas.

O déficit da balança comercial decresceu de US\$ 4,7 bilhões em 1974 para US\$ 2,2 bilhões em 1976 e apresentou ligeiro superavit em 1977. O déficit de 1978, de US\$ 1 bilhão, deveu-se aos reflexos, principalmente sobre as exportações, das secas que castigaram as lavouras do Sul do País, particularmente a soja.

O déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, de US\$ 7,1 bilhões em 1974, reduziu-se para US\$ 3,9 bilhões em 1977 e US\$ 5,7 bilhões em 1978.

Em consequência da estratégia de reequilíbrio gradual do balanço de pagamentos, a dívida externa bruta inclusive a das empresas privadas atingiu, em 1978, US\$ 43 bilhões; no entanto, é de ressaltar-se que as reservas do País alcançaram US\$ 12 bilhões em 1978, com a dívida externa líquida equivalendo, portanto, a US\$ 31 bilhões (2,5 vezes o valor das exportações, em 1978). Ademais, o problema do endividamento externo atenuou-se tendo em vista seu adequado perfil de amortização.

Fora outro o desempenho da agricultura — cujo produto decresceu 1,8% em 1978, relativamente a 1977 — e teria sido possível reduzir ainda mais a inflação, que diminuiria de 46,3% em 1976 (Índice Geral de Preços) para 38,8% em 1977, elevando-se para 40,8%, em 1978. Importante é ressaltar, a propósito, que, o ano passado, enquanto o Índice de Preços por Atacado apresentou elevação de 42,3%, o aumento dos produtos industriais nele incluídos foi de 39,9%, enquanto os preços agrícolas cresceram 47,6%.

Mais alguns dados estatísticos, respigados da ampla enumeração constante do corpo desta Mensagem, valem aqui alinhados ainda, setoriais embora, por sua significação especial no permitir avaliação mais correta do esforço realizado, durante o quinquênio, no campo econômico.

Assim, na agricultura, mencione-se que a área cultivada se expandiu em cerca de 7 milhões de hectares, a metade dos quais através do desenvolvimento surpreendente dos cerrados pelo programa do POLOCENTRO. A assistência técnica ao homem do campo passou a exercer-se já em 3.100 municípios, mobilizando um total de quase 10.000 especialistas. Na comercialização, só o sistema de Cadeias Voluntárias está em condições de atender, agora, a um potencial de 38,5 milhões de consumidores. E, no armazenamento, a capacidade estática da armazenagem a meio ambiente cresceu 108%, enquanto a armazenagem a frio aumentou de 85%.

Por outro lado, procurou-se ativamente a regularização fundiária, discriminando-se, no período, 23 milhões de hectares e entregando-se 103.000 títulos de posse da terra.

No campo industrial, elevou-se significativamente o índice de nacionalização de máquinas e equipamentos, entre 1973 e 1977, passando: de 67 para 96% no setor das máquinas rodoviárias, têxteis e pontes rolantes; e de 30 para 80% em turbinas e geradores. Enquanto no exterior a produção siderúrgica estagnou-se, entre nós veio a apresentar um crescimento de 69%. Os índices de expansão foram de 117% no setor petroquímico de base; de 305%, para fertilizantes fosfatados; de 175% tanto em soda cáustica como em cloro; e de 72% na produção de cimento.

Quanto ao setor energético, as reservas de petróleo, apesar da atividade muito acrescida em pioneiras áreas off-shore, expandiram-se de apenas 44%, o que, considerada de outro lado a crise mundial altamente preocupante, levou o Governo à grave decisão de promover contratos de risco com as necessárias salvaguardas. A capacidade de refino elevou-se, no entanto, de 73%, atingindo a marca de 1.265.000 barris/dia.

Em energia elétrica, a potência instalada cresceu de 65% atingindo 25,4 milhões de KW; em comparação, as grandes obras e projetos em curso virão praticamente a duplicá-la, com os 12,6 milhões de Itaipu e 3,3 milhões das usinas nucleares de Angra dos Reis.

O uso de carvão mineral nas indústrias ampliou-se, intensificando-se também a pesquisa, com o que as reservas triplicaram (de 6,8 a 21 bilhões de toneladas), em boa parte minério de qualidade superior.

Outras alternativas de energia mereceram atenção redobrada, tanto o xisto com a usina de processamento de São Mateus (8.000 m³ de óleo por dia), quanto o álcool cuja produção se acresceu de 3 bilhões de litros e deverá atingir 5 bilhões de litros dentro de três anos.

As reservas de urânio, medidas e inferidas, totalizam hoje 124.000 toneladas métricas. E o projeto de Poços de Caldas para produção de diuranato de amônio (yellow cake) continua em sua implantação.

No setor dos transportes, assinala-se que a média anual de toneladas-quilômetro úteis cresceu 59%, atingindo 22,4 bilhões, o que, considerada a redução de pessoal da Rede Ferroviária de 113 mil para 92 mil empregados, traduz um notável aumento de 123% na produtividade do sistema.

Em comunicações, elevado foi o grau de eficiência atingido. O total de telefones em serviço passou de 2,4 milhões em 1973 para 5,8 em 1978, enquanto a rede de telex cresceu de 4.000 terminais em 1974 para 24.000.

*
* *
*

No campo social, pode-se afirmar ter sido satisfatório o grau de desenvolvimento alcançado, a despeito das dificuldades enfrentadas pela economia brasileira.

No que respeita ao emprego, destaca-se a criação, no período 1973-1978, de cerca de 5,4 milhões de empregos (mais de 1 milhão de novos empregos por ano). Enquan-

to a população total do País crescia de 101,4 milhões para 116,4 (aumento de 15%), a população ocupada crescia, pelas estimativas disponíveis, de 31,8 milhões para 37,2 milhões (aumento de 17%).

Observou-se, ademais, grande redução da pobreza absoluta, tanto para pessoas como para famílias, no meio rural como no urbano. O número de pessoas ocupadas com rendimento de até 1 maior salário mínimo reduziu-se de 16,0 milhões em 1970 para 13,8 milhões em 1972 e 12,7 milhões em 1976. O número de famílias com renda de até 2 maiores salários mínimos caiu de 11,9 milhões em 1970 para 11,3 milhões em 1972 e 10,4 milhões em 1976 (69%, 62% e 46%, respectivamente, do total de famílias).

Observe-se ainda que, entre 1970 e 1976, houve aumento do maior salário mínimo real de pelo menos 6%, no caso do Rio de Janeiro.

Constate-se, também, que, a despeito de permanecer elevadas as desigualdades pessoais na distribuição da renda, há indicações de que a tendência observada de seu agravamento, entre 1960 e 1970 — prolongando-se até 1972 — estaria se modificando sensivelmente nos últimos anos. Ademais, o crescimento da renda média dos mais pobres, entre 1972 e 1976, foi maior que a dos mais ricos. Nesse período, de acordo com os dados disponíveis, por exemplo, para a população economicamente ativa urbana com renda, o aumento médio real, para todas as classes, foi de 15%. Os dois decis mais pobres, no entanto, apresentaram aumento real de 46 e 43%, enquanto os dois decis mais ricos tiveram crescimento de renda de 19 e 14%.

Quanto aos gastos públicos nos setores sociais, cabe referir a realização, em 1974-1978, pela União e pelos Estados, de dispêndios em valorização de recursos humanos (educação, saúde, saneamento, trabalho e treinamento profissional) da ordem de Cr\$ 766 bilhões (preços de 1978). Em educação e saúde, os dispêndios da União cresceram 106% e 138%, respectivamente, em termos reais, entre 1973 e 1978.

Na execução da política de integração social, foram despendidos, em 1974-1978, pela União, em previdência social (exclusive assistência médica) cerca de Cr\$ 573 bilhões (a preços de 1978), com crescimento real de 132%, entre 1973 e 1978. Nos programas habitacionais do BNH, foram aplicados, no quinquênio, Cr\$ 456 bilhões (preços de 1978), com crescimento real de 106% entre 1973 e 1978. Com a reformulação do PIS—PASEP, foi possível, em 1977, distribuir abono salarial anual (14.º salário), no valor de um salário mínimo regional mensal, a 6,4 milhões de trabalhadores. Em 1978, cerca de 8,7 milhões de trabalhadores retiraram esse benefício.

Os resultados alcançados foram devidos, em grande parte, à criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, desmembrado do Ministério do Trabalho, e à reestruturação de fundo introduzida no sistema da previdência e assistência social, com a unificação de serviços e controles integrados. Só assim foi possível atender a uma clientela que cresceu vertiginosamente — os segurados urbanos passando de 12 a 23,4 milhões e a população atendida pela assistência, de 37,9 a 62,9 milhões, tendo sido pagos, só em 1978, 125 milhões de benefícios.

Por outro lado, o desenvolvimento social urbano apresentou grande progresso. Os domicílios com abastecimento de água aumentaram do índice percentual de 63 para 77; o esgoto sanitário beneficiou 43% dos domicílios; e quase a 90% atingiu o total de residências servidas por energia elétrica.

Atesta o que foi todo o esforço realizado nos setores de saúde, através de campanhas de vacinação em massa, de combate intensivo às endemias e do saneamento urbano e rural, do trabalho, educação, desporto e lazer, o fato de que a expectativa de vida média do brasileiro subiu de 59 anos em 1973 para 63 anos em 1978. Saliente-se, ademais, que, em São Paulo, a mortalidade infantil decresceu de 8,6 para 6,7 por mil.

*
*
*

No campo internacional, a política externa brasileira desenvolveu-se em cenário marcado por elevado grau de instabilidade. A par de persistente crise econômica que a todos os países afetou, a política internacional caracterizou-se pela busca, às vezes traumática, de novos equilíbrios político-estratégicos, nos planos global e regional.

As conseqüências dessa crise internacional e das reações desorganizadas e inconstantes que ensejou foram sentidas, de forma particularmente aguda, pelos países em desenvolvimento.

Embora a reestruturação da economia mundial seja premissa indispensável à retomada de um crescimento sustentado e estável, escassos progressos foram alcançados nesse caminho e, especialmente, nos esforços para a criação de condições internacionais que contribuam para a superação das desigualdades políticas e econômicas que separam países desenvolvidos e em desenvolvimento. Entre estes, só alguns poucos — inclusive, felizmente, o Brasil — puderam reunir condições materiais satisfatórias e a determinação política de combater a estagnação e a pobreza.

Por outro lado, desenvolveram-se, em íntima conexão com a instabilidade da economia internacional, variáveis políticas que, em seu conjunto, anularam os esquemas bipolares de poder. A influência cada vez mais marcante de diversos centros de irradiação política e econômica, tanto no mundo industrializado, quanto em outras áreas, é fenômeno que não pode ser ignorado. Refiro-me não apenas à renovada vontade política que os países da Europa Ocidental e o Japão hoje demonstram, mas também à emergência internacional da República Popular da China. Refiro-me, ainda, a vários países em desenvolvimento, cuja acrescida capacidade política e econômica os credencia a participar, de modo mais direto e atuante, nas decisões internacionais. Esse processo de redistribuição de responsabilidades, que inicialmente afetava apenas algu-

mas situações regionais, já agora contribui, de maneira importante, para a transformação do próprio equilíbrio global.

Ao lado desses fatores de dinamismo, porém, subsistem situações que dificultam a evolução da política internacional. O próprio abrandamento das tensões internacionais, ou seja a détente, que, de início, parecia um primeiro estágio na busca de uma ordem internacional mais segura, transformou-se numa estrutura de longa duração, baseada em permanente rivalidade nuclear, no congelamento da situação européia e na competição pela influência no Terceiro Mundo, particularmente na África Meridional e no Oriente Médio. Acima dos persistentes confrontos e conflitos localizados, continua suspensa sobre toda a humanidade a ameaça de destruição decorrente da corrida armamentista nuclear, principalmente entre as superpotências.

A execução da política externa do Governo foi influenciada, como é natural, pelo contexto que acabo de referir. Os países da América Latina, como os de outros quadrantes, sofreram as conseqüências da crise econômica, assim como enfrentaram as mutações que marcaram a política internacional. Em nossa região, surgiram ou recrudesceram questões litigiosas, cujo correto encaminhamento desafiou a capacidade política e o sentimento de solidariedade das Américas.

Os fundamentos da política externa brasileira, porém, jamais deixaram de ser a soberania, o desenvolvimento, a paz e a segurança.

Para sua consecução, declarei, desde os primeiros dias, que meu Governo deveria praticar uma diplomacia pragmática, responsável e ecumênica. Fixei, nesse contexto, prioridade especial para as relações com nossos vizinhos d'aquém e d'além mar, da América Latina e da África, ao mesmo tempo que adotei a diretriz de evitarmos alinhamentos automáticos, fazendo correções de curso quando se tornassem necessárias.

Com as nações irmãs da América Latina, procurou o Brasil intensificar e expandir todo o tipo de relações de cooperação e intercâmbio, esforço esse que muito se beneficiou das coincidências que naturalmente existem entre povos, a todos os títulos, tão próximos.

Foram importantes os êxitos dessa política. O Brasil participou de maneira aberta e construtiva do diálogo multilateral latino-americano, bem como procurou colaborar para a paz e desenvolvimento da região. Com nossos vizinhos do Prata e da Amazônia, com o Chile e Equador, com os países da América Central e do Caribe e com o México, buscou o Governo executar empreendimentos bilaterais de importância e de benefício mútuo e equilibrado. Merece igualmente relevo o esforço que realizamos no contexto do Sistema Econômico Latino-Americano. Pôde, ainda, o Brasil tomar a iniciativa de unir-se a seus vizinhos amazônicos, na negociação e assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, com vistas à exploração e defesa do patrimônio daquela vasta região.

A política africana assentou-se na apreciação objetiva das vicissitudes que cercam o processo de emancipação dos países submetidos à dominação colonial e na consciência de que afinidades e convergências de toda ordem militam em favor do desenvolvimento e consolidação dos laços de fraternidade entre brasileiros e africanos.

Ligado à África pelo Atlântico, não poderia o Brasil deixar de interessar-se profundamente pelas aspirações dos povos daquele continente. O Governo afirmou suas decididas convicções anti-colonialistas e apoiou os esforços em favor da independência da Namíbia e do estabelecimento de um regime de maioria no Zimbábue, assim como manifestou seu repúdio às políticas e práticas racistas e à interferência estrangeira. Tempestivamente o Brasil reconheceu os Governos de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe e, com eles, estabeleceu relações diplomáticas. Teve, assim, início um promiss-

sor relacionamento com os países africanos de expressão portuguesa, aos quais nos sentimos particularmente ligados.

Com relação aos países do Ocidente, nossa política externa foi especialmente ativa. O Brasil é historicamente parte do mundo ocidental. Com os Estados Unidos da América, principal país do Ocidente, nossas relações passaram por um processo de atualização e dinâmico reajustamento, dentro de um espírito de amizade e franqueza. É natural que o crescimento da presença internacional do Brasil seja acompanhado por dificuldades em nosso relacionamento, até com países que nos são próximos. Por isso mesmo, o Governo procurou dispensar, às complexas relações que mantemos com os Estados Unidos da América, um tratamento que ensejasse a identificação mais fluente das áreas de coincidência e que permitisse o diálogo aberto, mas sereno, sobre questões onde houvesse divergência. Esse foi o sentido dos mecanismos de consulta, em alto nível, criados pelo Memorando de Entendimento de 1976, os quais se revelaram úteis nos momentos em que dificuldades bilaterais efetivamente surgiram.

Nossas relações com o Canadá, fortaleceram-se inclusive no campo político.

Por outro lado, conheceram importantes desenvolvimentos nossas relações com os países da Europa Ocidental, até então marcadas predominantemente por seu conteúdo econômico. As visitas presidenciais à Europa e o estabelecimento de mecanismos de consulta em alto nível, com diversos países, assinalaram que os aspectos propriamente políticos dessas relações ganharam, igualmente, o primeiro plano, o que assegura ao Brasil não só um relacionamento bilateral mais rico, mas também uma capacidade ampliada de diálogo dentro do Ocidente. Devo ressaltar, especialmente, o Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado com a República Federal da Alemanha, que nos permite o acesso às tecnologias do ciclo completo do combustível nuclear. A capacidade brasileira de resistir aos obstáculos internacio-

nais opostos à implementação desse Acordo e de desfazer os equívocos em que os mesmos se baseavam é cabal demonstração do amadurecimento de nossa política externa, granjeando o respeito da comunidade internacional.

Reforçaram-se, igualmente, as relações do Brasil com os países do Oriente Médio. Nosso país afirmou, de maneira clara, sua posição quanto à questão que separa árabes e israelenses. Afirmou o Brasil o direito de todos os Estados da Região a viver em paz e segurança, dentro de fronteiras reconhecidas. Sempre que necessário, o Governo brasileiro manifestou-se, em escala universal, contra a ocupação de territórios pela força, assim como reafirmou seu reconhecimento do direito do povo palestino à autodeterminação e à soberania. Defendeu o Brasil a aplicação das Resoluções do Conselho de Segurança e manifestou-se favorável à solução da questão do Oriente Médio por meios pacíficos.

Na Ásia, intensificaram-se as relações com o Japão, que é hoje um dos mais importantes parceiros do Brasil. O reconhecimento da República Popular da China, em 1974, foi um passo importante na evolução da política externa brasileira e abriu para o País novas possibilidades de atuação diplomática e de intercâmbio. Estreitaram-se as relações comerciais com a Austrália, a Indonésia e as Filipinas.

No plano econômico, o maior desafio da política externa foi conter o déficit de nosso balanço comercial e atuar sobre o déficit de serviços. Para tanto, não se pouparam esforços na busca de novos mercados, inclusive no Terceiro Mundo, e na exploração sistemática de tradicionais mercados europeus e norte-americanos. Nas organizações econômicas internacionais, defendemos, com ênfase, acordos de produtos primários que garantam receitas estáveis de exportação, acordos tarifários que assegurem o acesso de nossas manufaturas ao mercado internacional, bem como sistemas de pagamentos internacionais e regras de movimentação de capitais, que nos sejam mais benéficos.

As estruturas das relações econômicas internacionais, nas quais se inseriu a crise energética, tornaram flagrante a vulnerabilidade das economias nacionais, em graus diversos, às oscilações do sistema econômico mundial. No entender do Governo, é particularmente inquietante verificar que os sacrifícios reais terminam por ser absorvidos pelas populações das áreas menos favorecidas. Por essas razões, pronunciou-se o Brasil, com insistência, em favor do estabelecimento de uma ordem econômica internacional mais justa e equitativa.

*
* *
*

No campo político interno, preocupação dominante foi a de aperfeiçoamento das instituições, sem pôr em risco a paz e a ordem, adotando-se processo gradual, em consonância com a filosofia seguida desde o início do quinquênio que hoje termina.

Eis porque tanto se empenhou o Poder Executivo em realizar uma Reforma do Judiciário que atendesse a velhos e insistentes reclamos, tendo já sido dado o primeiro passo através de emenda constitucional, mas aguardando-se ainda sua complementação pela Lei Orgânica da Magistratura em exame no Congresso Nacional.

Por outro lado, em plano distinto mas não menos essencial, promoveu-se a redivisão territorial do país buscando solução aos problemas de duas de suas áreas mais críticas, através da fusão dos antigos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro e da muito ansiada divisão de Mato Grosso.

Entre os passos significativos que foram dados no correr do período, até 1977, vale citar, por certo, as eleições de 1974 e 1976, a primeira para renovação da Câmara dos Deputados, de um terço do Senado Federal e das Assembléias Legislativas, e a segunda, de âmbito municipal, ambas realizadas com todas as franquias para os candidatos e o eleitorado.

O ano de 1978 foi, sem dúvida, o de mais amplos debates políticos, dos quais participaram não apenas os titulares de mandatos eletivos e os candidatos que disputaram as preferências populares, mas toda a comunidade nacional, através de livres manifestações pela imprensa que exerceu o seu papel de veículo de idéias e de esclarecimentos à opinião pública.

Fato relevante foi a iniciativa do Governo enviando ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição, promulgada a 13 de outubro, que, entre outras medidas para o restabelecimento de prerrogativas dos legisladores e magistrados, revogou os atos institucionais que vigoravam desde dezembro de 1968. Encontrando-se em plena vigência e aplicação efetiva, a Emenda n.º 11 representa, indiscutivelmente, mais um importante avanço no sentido da institucionalização do regime e do aprimoramento democrático.

Abolidas as penas de morte e de prisão perpétua e o banimento, cuidou o Governo de propor ao Poder Legislativo alterações substanciais na Lei de Segurança Nacional, do que resultou, em meio a modificações diversas, o abrandamento de penas consideradas excessivas.

Seguiram-se duas outras providências de inquestionável relevância: a revogação do banimento a que estavam submetidos diversos brasileiros — o que correspondeu ao propósito da Emenda Constitucional n.º 11 — e a declaração de extinção da Comissão Geral de Investigações.

As eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governadores e Vice-Governadores dos Estados e Senadores por via indireta, bem como aquelas que renovaram as Assembléias, a Câmara dos Deputados e um terço do Senado, realizaram-se em clima geral de respeito e de ordem, sob a direta e vigilante fiscalização da Justiça Eleitoral, assinalando-se, no pleito de 15 de novembro, comparecimento em massa às urnas, numa demonstração do vivo interesse do povo pelos destinos da Nação.

A ARENA recebeu o maior número de votos de legenda, lídima expressão partidária; fez maioria em 18 Assembléias e conquistou representação paritária em uma delas, enquanto o MDB obteve maioria em apenas 3 dos órgãos legislativos estaduais. O partido do Governo elegeu 15 Senadores e a oposição somente 8, o que reforça o convencimento de que a ARENA teve excelente desempenho eleitoral.

O atual estágio de civilização faz com que as sociedades humanas se tornem sempre mais exigentes, visando à conquista de novas oportunidades e melhor padrão de vida. Em consequência, o complexo desafio que se tem pela frente, como país em desenvolvimento, torna-se ainda mais grave com a convivência de um processo de distensão política, porque, como é natural, exacerbam-se as reivindicações — muitas vezes desordenadas — como resultado freqüente de manifestações demagógicas. É indispensável, portanto, evitar esse tipo de ação política, afastando-se qualquer pretexto de retorno aos erros e fantasias superadas pela racionalidade dos governos da Revolução de março de 1964.

* * *

Eis por que, reafirmando agora, perante o Congresso Nacional, conceitos antes expendidos em mensagem à Nação, vale bem salientar:

«Justas apreensões quanto à ordem pública e à estabilidade política, no limiar de um período de ampliadas franquias democráticas e de possíveis excessos, devem encontrar conforto no sistema de salvaguardas constitucionais instituído para defesa do regime e das leis, e garantia da Segurança Nacional.

«E isso se não bastassem a coesão e fidelidade das Forças Armadas em seu papel constitucional de tranqüilas guardiãs da República, ao lado da robusta consciência patriótica de nosso povo.

«E haveremos de implantar, na vida nacional, padrões cada vez mais elevados de dignidade e de eficiência democráticas, ajustando corretamente os dois vetores básicos — o das franquias individuais e o da participação responsável de cada um no processo decisório das coletividades que integram, em vários níveis, o organismo nacional.

«Que as nossas elites, principalmente as políticas, saibam avaliar bem o momento histórico que vivemos — término de todo um longo período autoritário de exceção, de que não houve como eximir-se a Nação — e estejam à altura das generosas aspirações do povo brasileiro.

Com sadio otimismo encaramos, assim, o futuro que de nós se aproxima, confiantes em que 1979 será um ano de sólidas realizações e nítidos avanços no progresso integrado desta nobre Nação brasileira, sob a gestão, em breve, de um novo Governo ao qual desejamos êxito pleno.»

Brasília, 1.º de março de 1979.

ERNESTO GEISEL



POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA



APRECIÇÃO GERAL

Nos últimos cinco anos, o Brasil acumulou êxitos inegáveis, na execução de sua estratégia de desenvolvimento, seja na dimensão econômico-financeira, seja na social e na política, sem embargo da crise mundial e de ainda continuarmos apresentando desequilíbrios econômico-sociais.

Não seria oçioso relembrar que, ao iniciar-se o período do atual Governo, o mundo enfrentava os impactos da brusca elevação dos preços do petróleo e de outras matérias-primas essenciais, criando graves dificuldades para a economia internacional, particularmente para os países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, importadores de petróleo.

A crise da economia internacional que irrompeu — cujos reflexos se prolongam até hoje — alcançou o Brasil em fase de rápido crescimento econômico, das mais brilhantes de sua história moderna.

Impunha-se enfrentar os efeitos da recessão mundial definindo-se a política de desenvolvimento que representasse menores custos econômicos e sociais para o País, no curto, médio e longo prazos. Sua opção básica consistiu em adotar estratégia de desaceleração gradual da economia, em consciente dessintonia com a recessão e o desemprego em que mergulhavam os países mais ou menos desenvolvidos, dependentes do petróleo caro. Concomitantemente, procedeu-se a mudanças na estrutura da economia, com vistas a adaptá-la às novas realidades internacionais, dando-se prioridade no processo de investimentos, à energia (petróleo, principalmente), à expansão e diversificação das exportações, à contenção e substituição de importações (sobretudo em insumos básicos e bens de capital). Manteve-se, ademais, o objetivo de consolidação, no País, do modelo econômico de inspiração neocapitalista, capaz de viabilizar o desenvolvimento da economia de mercado, de conferir ênfase à empresa privada nacional e de revelar grande e crescente preocupação com o desenvolvimento social.

Decorridos quase cinco anos, pode-se afirmar que os objetivos essenciais da estratégia adotada foram atingidos; e que eles eram os que melhor convinham ao País. A economia continuou crescendo, ainda que em ritmo menos intenso que o alcançado até 1973; evitou-se o desemprego, com suas indesejáveis seqüelas sociais; procurou-se obter,

gradativamente, o reequilíbrio do balanço de pagamentos; e os efeitos da inflação sobre os salários foram neutralizados, logrando-se aumento real do poder de compra. Mais importante, as modificações operadas na estrutura da economia encaminharam soluções duradouras para os desequilíbrios gerados no setor externo, principalmente pela elevação dos preços do petróleo. Os custos sociais inevitáveis da opção estratégica adotada — principalmente a expansão da dívida externa — foram, certamente, muito menores que os decorrentes de uma recessão e desemprego, de duração imprevisível.

Os principais resultados econômicos alcançados com a execução da estratégia de desenvolvimento posta em prática em 1974-1978 foram, globalmente, satisfatórios.

O produto interno bruto — PIB atingiu, em 1978, pelas estimativas disponíveis, US\$ 192 bilhões (preços de 1978) crescendo, entre 1973 e 1978, 41% (7,1% ao ano), enquanto o dos principais países em desenvolvimento cresceu cerca de 13%, no mesmo período (2,5% anualmente).

O PIB *per capita* cresceu 23%, em cinco anos (4,1% ao ano), atingindo, em 1978, US\$ 1650.

O investimento bruto fixo cresceu, em 1973-1978, de 51%; o consumo global, de 45%; o produto da indústria, de 46%; o da agropecuária, de 26%; (*para um crescimento da população, no mesmo período, de 15%*).

As exportações apresentaram crescimento de 104%, em dólares correntes, entre 1973 e 1978, em fase de pequeno dinamismo do comércio internacional e de grande escalada protecionista, em muitos países desenvolvidos; o crescimento das exportações de manufaturados foi da ordem de 254%, elevando-se sua participação, nas exportações, de 23% em 1973 para cerca de 40% em 1978.

Em contrapartida, as importações foram mantidas quase constantes, em dólares correntes, crescendo apenas 8%, entre 1974 e 1978, reflexo tanto de contenção como esforço de substituição de mercadorias importadas.

O déficit da balança comercial decresceu de US\$ 4,7 bilhões em 1974 para US\$ 2,2 bilhões em 1976 e apresentou ligeiro superávit em 1977. O déficit de 1978, de US\$ 988 milhões, deve-se aos reflexos, principalmente sobre as exportações, das secas que vitimaram as lavouras do Sul do País, particularmente a soja.

O déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, de US\$ 7,1 bilhões em 1974 (6,7% do PIB), reduziu-se para US\$ 3,9 bilhões em 1977 (2,4% do PIB) e atingiu cerca de US\$ 5,7 bilhões em 1978 (3,0% do PIB).

Como consequência da estratégia de reequilíbrio gradual do balanço de pagamentos, a dívida externa bruta atingiu, em 1978, cerca de US\$ 43 bilhões; no entanto, é de ressaltar-se que as reservas do País alcançaram os US\$ 12 bilhões em 1978, com a dívida externa líquida equivalendo, portanto, a US\$ 31 bilhões (2,5 vezes o valor das exportações, em 1978). Ademais, o problema do endividamento externo atenua-se tendo em vista o adequado perfil de amortização e a tendência para gradativa redução dos déficits em conta corrente do balanço de pagamentos.

Tivesse sido outro o desempenho da agricultura — cujo produto decresceu 1,8% em 1978, relativamente a 1977, com a produção das lavouras reduzindo-se 7,3% —, teria sido possível reduzir consideravelmente a inflação, em 1978. Na verdade, o Índice Geral de Preços diminuiu de 46,3% em 1976 para 38,8% em 1977, elevando-se para 40,8%, em 1978. Importante é ressaltar, a propósito, que o ano passado, enquanto o Índice de Preços por Atacado apresentou elevação de 42,3%, o aumento dos produtos industriais nele incluídos foi de 39,9%, enquanto os preços agrícolas cresceram 47,6%.

Os investimentos em petróleo alcançaram Cr\$ 149 bilhões (a preços de 1978), podendo atingir Cr\$ 170 bilhões, no período 1975-1979 (11% acima da estimativa do II PND, para o período).

Em energia elétrica, os investimentos foram, até 1978, de Cr\$ 251 bilhões, devendo alcançar Cr\$ 335 bilhões em 1974-1979 (88% do previsto no II PND) mais a compra da Light por 9,5 bilhões.

Nos programas de insumos básicos (siderurgia, petroquímica, fertilizantes, metais não-ferrosos, papel, celulose, álcool) e, nos de bens de capital, foram aplicados, em 1975-1978, Cr\$ 326 bilhões, podendo-se atingir Cr\$ 365 bilhões até 1979. É importante ressaltar que, em 1973, esses investimentos foram da ordem de Cr\$ 11 bilhões (a preços de 1978), atingindo cerca de Cr\$ 92 bilhões, em 1978, evidência do esforço empreendido pelo País em setores produtivos de vital importância para o processo de substituição de importações.

Nos setores de transportes e comunicações — os investimentos, que atingiram Cr\$ 86 bilhões (a preços de 1978) em 1975, elevaram-se para Cr\$ 90 bilhões em 1976 e reduziram-se para Cr\$ 72 bilhões e Cr\$ 71 bilhões, em 1977 e 1978, respectivamente, comparados com o crescimento do PIB de 28% entre 1974 e 1978. Essa contenção evidencia que, em áreas de menor prioridade, realizou-se, a partir de 1976, desaceleração gradual dos investimentos, reduzindo-se-lhe a participação em relação ao PIB e, mesmo, às necessidades de infra-estrutura decorrentes da expansão das atividades produtivas.

Ressalte-se, ademais que, globalmente, o Governo não investiu demais, conferindo, no entanto, ênfase a setores como petróleo, energia, insumos básicos, capazes de, provocando significativas modificações da estrutura produtiva, preparar o País para enfrentar, no futuro, com maior flexibilidade, as dificuldades do balanço de pagamentos.

Os principais indicadores econômicos setoriais demonstram que se obteve, entre 1973 e 1978, considerável progresso. A potência instalada de energia elétrica cresceu 65% (15,4 milhões e 25,4 milhões de kw, em 1973 e 1978, respectivamente); o consumo de energia, 78% (55,1 bilhões de kw/h em 1973 e 98,2 bilhões de kw/h em 1978).

As reservas de petróleo expandiram-se 44% (123 milhões de m³ em 1973 e 177 milhões m³ em 1978); a capacidade nacional de refino, 73% (732 mil e 1.265 mil barris/dia em 1973 e 1978, respectivamente).

Na área dos insumos básicos, a produção de aço em lingotes cresceu, entre 1973 e 1978, 70%; a de alumínio, 78%; a de zinco, 111%; a de chumbo, 38%. A produção de petroquímicos básicos cresceu 117%, no período; a de fertilizantes fosfatados, 305%; a de soda cáustica, 174%; a de ácido sulfúrico, 77%; a de cloro, 176%. Outros insumos básicos também apresentaram crescimento satisfatório: a produção de cimento cresceu, entre 1973 e 1978, 72%; a de celulose, 83%; a de papel, 44%.

O valor da produção de bens de capital cresceu, em termos reais, 41%, no período; o de bens de consumo não duráveis apresentou crescimento que varia de 36% (para os alimentos) a 12% (para os produtos têxteis).

Na agricultura, a produção de cereais e feijão cresceu 27% entre 1973 e 1977 (desconsiderando-se o ano de 1978, tendo em vista sua evidente anormalidade, devida a fatores climáticos); a de oleaginosas, 89%; a de carne bovina 19%, a de leite, 40%; a de aves, 50%, a de hortifrutigranjeiros 33%. Esses crescimentos foram, em todos os casos, superiores à expansão demográfica, de 12%, verificada entre 1973 e 1977.

Nos transportes e comunicações — a despeito da contenção dos investimentos —, a rede rodoviária federal pavimentada expandiu-se 20%, entre 1973 e 1978; a movimentação de cargas marítimas (173,5 milhões de t.), 35%. O transporte aéreo doméstico de passageiros cresceu 89% (atingindo, em 1978, 7,2 bilhões de passageiros-quilômetro); o de mercadorias, 75% (0,7 bilhões de toneladas-quilômetro, em 1978). O transporte ferroviário interurbano de mercadorias cresceu 47% (62,5 bilhões de t./Km úteis em 1978) e os transportes ferroviários urbanos

(inclusive metroviário). 87% (cerca de 500 milhões de passageiros transportados, em 1978); o número de telefones instalados passou de 2,4 milhões em 1973 para 5,8 milhões em 1978 (aumento de 142%).

A par disso empreendeu o Governo grande esforço no campo do desenvolvimento regional e urbano, visando, de uma parte, à atenuação das desigualdades inter-regionais de níveis de desenvolvimento e, de outra, à melhoria da qualidade da vida nas grandes metrópoles e à dinamização das cidades de porte médio.

O Nordeste logrou obter, entre 1973 e 1978, crescimento do produto interno nos níveis dos obtidos para o País como um todo e expansão de sua renda *per capita* que, pelas informações preliminares disponíveis, teria sido ligeiramente superior à do resto do País. O crescimento do produto da indústria regional (particularmente da indústria de transformação), da ordem de 9% ao ano, superou o do País (7,8% anuais).

No período 1974-1978, foram aprovados pela SUDENE 842 projetos, sendo 706 industriais. Esses projetos deverão proporcionar cerca de 105 mil novos empregos, com investimentos estimados em 130,3 bilhões (preços de 1978). As liberações de recursos pelo Fundo de Investimentos do Nordeste — FINOR foram de Cr\$ 37,1 bilhões.

No meio rural, intensificaram-se os esforços com vistas ao desenvolvimento agropecuário, destacando-se, pela sua concepção inovadora e pelos expressivos resultados obtidos, o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste — POLONORDESTE e o Projeto Sertanejo (além do grande avanço alcançado pelo Programa de Irrigação).

A destinação de recursos suplementares ao Nordeste (FINOR, programas especiais de desenvolvimento, transferências aos Estados e Municípios) elevou-se de Cr\$ 18,5 bilhões em 1973 para Cr\$ 38,2 bilhões, em 1978 (a preços deste último ano).

A estratégia de ocupação seletiva da Amazônia baseou-se na concepção do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia — POLAMAZÔNIA e no esforço de promoção do desenvolvimento realizado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM e pela Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA, com resultados satisfatórios.

Merece especial referência a execução, a partir de 1975, do POLAMAZÔNIA, concentrada em 15 pólos agrominerais e agropecuários estrategicamente localizados na Amazônia Legal, núcleos de convergência dos investimentos em infra-estrutura e em atividades di-

retamente produtivas. Por sua parte a SUDAM aprovou, em 1974-1978, 344 projetos, sendo 192 agropecuários (149 reformulações), 121 industriais, 15 de serviços básicos, com investimentos totais de Cr\$ 43 bilhões (preços de 1978). O Fundo de Investimentos da Amazônia — FINAM liberou recursos, no período, no valor de Cr\$ 11 bilhões.

A destinação de recursos suplementares à Amazônia evoluiu de Cr\$ 11,4 bilhões (a preços de 1978) em 1973 para Cr\$ 20,1 bilhões em 1978.

No Centro-Oeste, merece especial destaque o êxito obtido pelo Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — POLOCENTRO, 2,3 mil projetos agropecuários aprovados e quase 1 milhão de ha efetivamente incorporados ao processo produtivo pela lavoura e pecuária, (2,5 mil ha, computados os efeitos indiretos do Programa e os Projetos de Reflorestamento). Complementaram o POLOCENTRO o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal, o da Região da Grande Dourados e o da Região Geoeconômica de Brasília.

Globalmente, os recursos suplementares destinados ao Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste (incentivos fiscais, programas especiais, transferências da União aos Estados e Municípios) elevaram-se de Cr\$ 34,5 bilhões em 1973 (a preços de 1978) para Cr\$ 63,9 bilhões em 1978, revelando aumento real de 85% (mais de 13% ao ano). No período do II PND (1975-1979), os recursos especiais destinados às três regiões devem atingir Cr\$ 277 bilhões, superando, em cerca de 30%, as previsões iniciais.

No que respeita ao desenvolvimento urbano, cabe destacar os investimentos realizados nas Regiões Metropolitanas e nas cidades de porte médio, que atingiram, em 1976-1978, cerca de Cr\$ 72 bilhões (exclusive habitação e saneamento).

Saliente-se, finalmente, o apoio oficial à empresa privada nacional, um dos principais objetivos governamentais, definido com vistas à consolidação do modelo neocapitalista, no País, com importante e crescente presença do empresariado nacional.

Nesse contexto, os recursos, aplicados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE, com vistas à capitalização da empresa privada nacional, elevaram-se de Cr\$ 0,7 bilhão em 1973 para Cr\$ 12,0 bilhões em 1978 (preços de 1978); os financiamentos de longo prazo cresceram de Cr\$ 5,7 bilhões para Cr\$ 41,7 bilhões; os financiamentos a cargo da Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME, de Cr\$ 5,8 bilhões para Cr\$ 28,7 bilhões. Os incentivos fiscais, constantes do Orçamento da União, destinados ao estímulo das iniciativas privadas, elevaram-se de Cr\$ 32,0 bilhões (preços de 1978) em 1973 para Cr\$ 77,5 bilhões, em 1978. Destaque-se, ademais,

a atuação do Centro Brasileiro de Assistência Empresarial à Pequena e Média Empresa — CEBRAE| no campo do treinamento gerencial e da consultoria técnica.

Merecem, finalmente, referência especial os índices de nacionalização atingidos pelos acordos da Carteira de Comércio Externo do Banco do Brasil S.A. — CACEX, em 1978, que se situaram entre 75% e 80% (comparados com 53% em 1973) e nos projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI, que evoluíram de 36% em 1973 para 80% em 1978.

FAZENDA

Política monetária e creditícia

A política monetária, nos últimos cinco anos, foi um dos principais instrumentos utilizados pelo Governo no combate à inflação. Adotaram-se medidas de controle monetário com vistas a propiciar a liquidez indispensável à manutenção de nível razoável de crescimento econômico e, ao mesmo tempo, a evitar que a expansão dos meios de pagamento contribuísse para a elevação da taxa de inflação.

A expansão dos meios de pagamento em 1973, da ordem de 46,9%, provocou excesso de liquidez que se refletiu sobre os níveis de preços de 1974. Adotou-se, então, política monetária restritiva, que prevaleceu até o final do primeiro semestre de 1975, e cujos resultados foram considerados satisfatórios. Entretanto, no segundo semestre, promoveu-se significativa expansão do crédito, com o objetivo, sobretudo, de atender à agricultura — que se ressentia de adversidades climáticas — gerando-se novamente excesso de liquidez e a conseqüente elevação dos preços.

Em 1976, a elevação do nível da atividade econômica, o recrudescimento do processo inflacionário e o aumento do déficit na balança comercial exigiram novamente medidas de contenção da liquidez real, as quais voltaram a ser aplicadas no ano subseqüente.

A política de desaquecimento da economia, com vistas à redução da taxa de inflação e ao equilíbrio da balança comercial, prevaleceu em 1978, implicando controle permanente da liquidez do sistema, em nível compatível com o da atividade econômica. Além dos instrumentos tradicionais, utilizaram-se outros, capazes de neutralizar as vultosas entradas de empréstimos externos.

Inicialmente, congelou-se por 30 dias o contra-valor em cruzeiros daqueles recursos, retenção que posteriormente foi ampliada para 120 e 150 dias. Entretanto, a continuidade do crescimento das reservas internacionais e a ameaça de os meios de pagamento alcançarem níveis

incompatíveis com a política de combate à inflação levaram as autoridades a adotarem medidas complementares de controle monetário, imprimindo-se maior severidade ao mecanismo instituído para neutralizar o crescente impacto das contas cambiais sobre a expansão monetária, a par de restrições às operações de crédito do Banco do Brasil S.A.

Segundo dados estimados para 1978, os meios de pagamento, em seu conceito restrito, atingiram o saldo de Cr\$ 459,010 bilhões, implicando expansão de 41,1% relativamente a dezembro de 1977, enquanto, no mesmo período, a taxa de inflação, medida pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna, evoluiu de 40,8%.

Embora as medidas de contenção monetária tenham afetado o desempenho de alguns programas, o saldo global dos recursos líquidos dos Fundos e Programas administrados pelo Banco Central (excluídos os repasses entre as subcontas) evoluiu de Cr\$ 28,8 bilhões, em dezembro de 1973, para Cr\$ 210,0 bilhões, em dezembro de 1978, enquanto o saldo das aplicações liquidadas elevou-se de Cr\$ 19,0 bilhões para Cr\$ 182,9 bilhões no mesmo período.

O Fundo Geral para a Agricultura e Indústria — FUNAGRI, responsável por 39,3% do saldo das aplicações em dezembro de 1978, desdobra-se em várias subcontas, vinculadas principalmente às atividades agropecuárias. Dentre elas destacam-se o Fundo Nacional de Refinanciamento Rural — FNRR, cujo saldo das aplicações passou de Cr\$ 2,8 bilhões para Cr\$ 31,1 bilhões, entre dezembro de 1973 e de 1978 (45,5% do saldo das aplicações do FUNAGRI) e o Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola — FUNDAG, que passou de Cr\$ 0,4 bilhão, para Cr\$ 8,3 bilhões no mesmo período. A maior parte das aplicações deste Fundo destinou-se ao pagamento de subsídios, acentuando-se ainda mais esses dispêndios a partir de novembro de 1974, quando foram totalmente isentas de encargos bancários as operações de crédito rural, destinadas à aquisição de insumos utilizáveis nas atividades agropecuárias e que já vinham sendo parcialmente subsidiadas pelo FUNDAG.

O Programa Nacional do Alcool — PROÁLCOOL, criado com o objetivo de expandir a produção de álcool e promover a sua utilização como combustível e matéria-prima para a indústria química, começou a operar a partir de 1976, tendo o saldo de suas aplicações atingido, em dezembro de 1978, Cr\$ 5,6 bilhões.

O Programa Corredores de Exportação — COREX, engloba vários projetos específicos, destacando-se aqueles ligados ao desenvolvimento de infra-estrutura dos setores ferroviário, rodoviário e portuário, abrangendo os corredores do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas-Espírito Santo. Foi bastante ativado no período

1974 - 1978, elevando-se o seu saldo de aplicações de Cr\$ 0,2 bilhão, em dezembro de 1973, para Cr\$ 3,3 bilhões, em dezembro de 1978.

O Programa Nacional de Calcário Agrícola — PROCAL, contribuiu para a elevação da capacidade instalada do País de 7,2 bilhões de t/ano em 1973, para 13,7 bilhões em 1978, tendo o saldo das aplicações crescido de Cr\$ 200 milhões, em dezembro de 1975, para Cr\$ 1,9 bilhão, ao final de dezembro de 1978.

Cabe destacar, ainda, os recursos que atendem basicamente a projetos de infra-estrutura de transportes e energia elétrica e a alguns investimentos do setor siderúrgico, que apresentaram, em 30 de dezembro de 1978, saldo de aplicações de Cr\$ 11,9 bilhões.

Os recursos da Reserva Monetária, além de serem empregados no saneamento do mercado financeiro, foram destinados, em sua maior parte, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-BNDE, para financiamento de seu programa de investimentos. O saldo das aplicações elevou-se de Cr\$ 2,4 bilhões, em 1973, para Cr\$ 39,6 bilhões, em dezembro de 1978, deduzido o expressivo montante de repasses efetuados a vários outros fundos.

Parcela significativa das aplicações do Fundo de Defesa de Produtos de Exportação — FDPE foi utilizada na compra de café das safras 1974-1975 e 1977-1978, objetivando a formação de estoques oficiais para posterior comercialização. Em maio de 1977, foi instituído o Programa de Suprimento do Mercado Interno vinculado à Exportação — PROMIVE, visando a garantir a manutenção do nível de consumo interno, além de evitar grandes aumentos nos preços para o consumidor final. O saldo das aplicações desse fundo elevou-se de Cr\$ 8,9 bilhões, em janeiro de 1974, para Cr\$ 40,9 bilhões, em dezembro de 1978.

Finalmente, deve-se salientar a contribuição do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária — PROAGRO para o desenvolvimento do setor agrícola. Foi instituído com objetivo principal de exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural, cuja liquidação fosse dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atingissem bens, rebanhos e plantações. Iniciado em 1975, já apresenta, em dezembro de 1978, saldo de aplicações da ordem de Cr\$ 2,7 bilhões.

Política tributária

O desempenho da arrecadação tributária contribuiu decisivamente para que o Orçamento da União fosse executado sem déficit durante cinco anos consecutivos.

Tais resultados foram alcançados sem recorrer-se a aumentos de alíquotas, tendo-se, inclusive, adotado medidas voltadas em geral para

a diminuição da carga tributária incidente sobre grande número de pessoas físicas e para a criação, manutenção e ampliação de incentivos fiscais.

De outra parte, com vistas ao restabelecimento do equilíbrio, a curto prazo, da balança comercial, foram tomadas diversas providências de caráter fiscal, destinadas a desestimular as importações, ao mesmo tempo em que se ampliavam os incentivos às exportações, especialmente de produtos manufaturados e serviços. Ao mesmo tempo, elevaram-se consideravelmente os estímulos à produção de bens de capital e de insumos básicos, de modo a eliminar, no longo prazo, vários itens que oneravam, sobremaneira, a pauta de importações.

No plano interno, a reformulação dos mecanismos de incentivos fiscais, regionais e setoriais, permitiu conferir maior eficiência à aplicação dos recursos fiscais nos projetos das áreas da SUDAM, SUDENE e de setores prioritários.

O campo institucional também foi objeto de profundas modificações, merecendo destaque especial a edição da Lei de Sociedades Anônimas, com a adaptação da legislação fiscal respectiva. Essas alterações, aliadas ao reposicionamento dos incentivos ao mercado de capitais, que, de um modo geral, visaram a fortalecer os estímulos às aplicações em ações, objetivaram compor um quadro favorável para o redirecionamento do fluxo de poupança para esta área, criando, assim, condições mais propícias para a capitalização da empresa nacional.

O aperfeiçoamento da tributação simplificada, ampliando significativamente o número de beneficiários, bem como acentuando o tratamento fiscal favorável a este regime, é igualmente registrado na medida em que contribuirá para o fortalecimento das pequenas empresas nacionais.

Outra preocupação fundamental na área da tributação, no período, foi a de utilizar, mais intensivamente os impostos como instrumentos, auxiliares da política de redistribuição pessoal da renda. Nesse sentido, merecem destaque especial: a alteração da estrutura interna da arrecadação, com maior participação percentual do Imposto sobre a Renda, em detrimento do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI; a reformulação do próprio IPI, que deixou de incidir sobre a quase totalidade das mercadorias de amplo consumo popular, restringindo-se sua incidência aos produtos menos essenciais; as numerosas e substanciais alterações na sistemática do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, todas destinadas a beneficiar as classes de menor renda (principalmente as assalariadas) e imprimir maior progressividade, relativamente aos estratos superiores de renda.

Finalmente, diversas inovações de caráter operacional foram implantadas, objetivando facilitar e estimular o cumprimento do dever

fiscal, por parte do contribuinte. A racionalização de formulários, os amplos esquemas de assistência e assessoramento pessoal e telefônico, os programas de conscientização tributária, a partir do curso primário, e outras medidas de respeito aos direitos dos contribuintes (agilização de restituição, resgates de empréstimos compulsórios e adicionais restituíveis etc.) influíram sobre a mudança de atitude da comunidade com relação ao imposto, na medida em que a grande maioria da população passou a encarar o tributo como uma forma de participação na construção do desenvolvimento econômico-social do País.

Execução orçamentária

Com o objetivo de conciliar a execução de caixa do Tesouro com a política financeira e monetária do Governo, foram implantadas técnicas de controle mais aperfeiçoadas que proporcionaram maior eficiência na administração dos recursos financeiros do Orçamento da União.

Com relação ao comportamento da receita, deve ser sublinhado, inicialmente, o fato de que o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - principal fonte de recursos do Tesouro Nacional - passou a ser melhor aproveitado como instrumento de política fiscal. Com efeito, foram reduzidas as alíquotas do IPI incidentes sobre produtos de peso significativo no custo de vida e concedidas isenções a diversos outros bens industrializados, com vistas à exportação. A arrecadação do IPI em 1973 foi de Cr\$ 19,116 bilhões, elevando-se em 1978 para Cr\$ 97,469 bilhões.

O Imposto sobre a Renda - a segunda fonte de receita - vem apresentando arrecadações crescentes, em termos reais, no período, em decorrência da elevação do nível de renda das pessoas, do aperfeiçoamento da fiscalização e da ampliação do número de contribuintes. A exemplo do IPI, ele tem sido utilizado como instrumento de política fiscal, sobretudo em termos de investimentos em regiões menos desenvolvidas. A arrecadação do Imposto sobre a Renda elevou-se de Cr\$ 12,4 bilhões em 1973 para Cr\$ 95,463 bilhões em 1978

Em 1978 o total dos impostos elevou-se a Cr\$ 284,684 bilhões, e o das taxas a Cr\$ 24,921 bilhões, somando a receita tributária Cr\$ 309,605 bilhões. A receita do Tesouro atingiu o total de Cr\$ 349,218 bilhões superando em 560,6% a de 1973 (Cr\$ 52,863 bilhões). O desembolso de caixa do Tesouro Nacional elevou-se a Cr\$ 344,346 bilhões (Cr\$ 52,568 bilhões em 1973), registrando-se superavit de Cr\$ 4,872 bilhões.

No tocante aos despendícios do Tesouro Nacional, eles mais que triplicaram entre 1974 e 1978.

A parcela com distribuição imediata (distribuição da receita vinculada) esteve em torno de 35% da despesa efetiva em 1974 e 1975. Para os anos de 1976 a 1978 essa participação alcançou uma média de 44%, sem muitas variações. Comente, mais de 70% desses recursos destinam-se ao atendimento dos programas rodoviários — através de dotações à EBTU e ao DNER — ferroviário, eletrificação, pesquisas minerais, agricultura, educação, saúde e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento. O restante é distribuído aos Estados e Municípios através dos Fundos de Participação e Fundo Especial. As fontes de recursos desses fundos corresponderam a 5% da arrecadação do Imposto sobre a Renda e do IPI, em 1974 e 1975 e 6, 7 e 8%, respectivamente, em 1976, 1977 e 1978. Ao Fundo Especial foram destinados 2% de arrecadação dos dois impostos.

Dos recursos alocados ao Fundo Especial, em 1978, foram destinados 70% aos Estados das regiões Norte e Nordeste e aos Estados de Santa Catarina, Espírito Santo, Mato Grosso e Goiás. Os outros 30% constituíram reserva especial, com o objetivo de financiar projetos prioritários de desenvolvimento.

Duas importantes medidas adotadas em 1975 foram a criação da Reserva dos Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios (para atender aos Estados das regiões Norte e Nordeste, constituída por 10% desses recursos em 1976 e 1977 e 20% a partir de 1978) e a elevação dos percentuais abatidos do Imposto sobre a Renda e do IPI para 14%, 16% e 18%, em 1976, 1977 e 1978, respectivamente.

Nos Orçamentos de 1974 a 1978, apenas o primeiro previu um déficit de Cr\$ 350 milhões. A partir de 1975 a previsão da receita e despesa do Tesouro antevia equilíbrio. Apesar de não se terem elevado de maneira significativa as alíquotas dos impostos em geral, a expansão natural de suas arrecadações, em termos reais, e a não utilização de parcelas dos recursos à conta das Cotas de Despesa contribuíram para resultados de caixa positivos, em todos os exercícios.

Durante o período, as operações da dívida mobiliária junto ao público apresentaram significativo incremento. Essas operações, que em 1974 propiciaram a canalização de recursos no montante de Cr\$ 4,895 bilhões, atingiram a Cr\$ 15,782 bilhões em junho de 1978, elevaram-se para Cr\$ 25,676 bilhões em setembro, caindo em dezembro para Cr\$ 4,105 bilhões.

O expressivo aumento observado em setembro deveu-se, principalmente, à necessidade de elevar a quantidade de títulos federais em circulação, com vistas à realização das operações de mercado aberto, pelo Banco Central do Brasil, objetivando regular a liquidez do sistema e ajustar a expansão dos meios de pagamento às metas projetadas no Orçamento Monetário.

Além disso, colocações de ORTNs, principalmente junto à CEF, ao BNH e ao INPS, vêm proporcionando fundos ao Governo Federal, visando ao desenvolvimento de seus programas prioritários de investimento.

Mercado de capitais

Nos últimos cinco anos, foram aprimorados os instrumentos de política financeira, visando a estabelecer bases institucionais adequadas ao desenvolvimento harmônico e à consolidação do mercado de capitais.

As medidas adotadas objetivaram fundamentalmente favorecer a capitalização da empresa privada nacional, através de recursos canalizados para aplicação em títulos de renda variável, ao mesmo tempo em que se procurou diminuir sua dependência pelo endividamento junto ao mercado financeiro. Esse esforço fez-se necessário tendo em vista que a atração pela inversão em papéis de risco sofreu reversão de tendência em favor dos de renda fixa, acompanhando a involução do mercado após 1971, agravada pela ocorrência de índices inflacionários crescentes, o que dificultou a captação de recursos via mercado bursátil.

Até 1975, os negócios com ações refletiram ainda os efeitos da queda verificada no mercado, após o ápice atingido em 1971. A partir daquele ano, verificou-se alguma melhora nas negociações no mercado secundário. A recuperação do mercado primário, a partir de 1976, estendeu-se durante o ano de 1977, quando o IBV superou, em termos nominais, o registrado em 1971, contribuindo para isto, principalmente, os recursos provenientes do Imposto sobre a Renda, aplicados através dos fundos fiscais, e os aumentos de capital por subscrição mediante emissão de ações novas. Essa recuperação pode também ser demonstrada pelo aumento verificado junto ao mercado, na colocação de ações registradas no Banco Central para oferta pública. Essas colocações, que, em 1972, atingiram seu valor máximo (Cr\$ 1,357 bilhões), declinaram nos anos seguintes, chegando a atingir, em 1975, o montante de Cr\$ 504 milhões. Em 1976, 1977 a 1978, o montante das colocações elevou-se a Cr\$ 802 milhões, Cr\$ 1,343 bilhões e Cr\$ 3,721 bilhões, respectivamente.

Nota-se, a despeito dos esforços institucionais empreendidos ao longo do período, que a melhoria no comportamento do mercado acionário vem-se processando de modo descontínuo, refletindo, principalmente, as dificuldades enfrentadas pela economia, entre as quais sobressaem a de controle da inflação e a de ajuste do balanço de pagamentos. Observa-se também que a preferência do investidor pe-

las ações consideradas de primeira linha — mais da metade do valor negociado na Bolsa do Rio de Janeiro — tem provocado a concentração de investimentos em reduzido número de ações, reflexo também de um mercado ainda não consolidado.

Visando a facilitar a capitalização da empresa privada nacional aberta e a estimular as empresas a abrirem seus capitais, o Decreto-lei n.º 1.471, de 15 de junho de 1976, permitiu a fixação da correção monetária de 20% anuais para financiamento a bancos de investimentos privados, com a finalidade exclusiva de subscrição de ações para aumento de capital de empresas privadas nacionais, com boa reação no mercado. Essa medida foi implementada pelo BNDE, através do Programa Especial de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional (PROCAP), mediante abertura de linha de crédito aos bancos de investimento para o financiamento da aquisição de ações de empresas privadas com recursos do próprio BNDE ou provenientes do PIS e do PASEP, com juros de 5% ao ano e correção monetária de 20%.

O êxito das operações realizadas através do PROCAP levou o Governo, em 1977, prorrogar a vigência da correção monetária máxima de 20% ao ano, incidente sobre os saldos devedores dos financiamentos concedidos pelo BNDE e outras instituições financeiras federais, em programas de apoio à capitalização em empresas nacionais, ressaltando-se, porém, que só seriam beneficiadas aquelas cujas disposições estatutárias destinassem, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício à distribuição de dividendos. Com a mesma limitação, instituiu-se o Fundo de participação social (FPS) no Fundo PIS-PASEP, contabilizando-se no FPS o montante dos recursos aplicados nos investimentos em ações ou debêntures, conversíveis em ações, de empresas nacionais. Foi estipulado que 5% das novas aplicações do BNDE com recursos do PIS-PASEP seriam realizadas em operações ligadas ao FPS, sendo esse percentual elevado para até 10%, em 1978.

O Decreto-lei n.º 1.621, de 13 de abril de 1978, além de estender para o exercício de 1978 a limitação em 20% da correção monetária a ser aplicada nos financiamentos concedidos pelo BNDE a seus agentes financeiros para repasse em programas de capitalização de empresas privadas nacionais, incluiu as operações de empréstimos, contratadas com pequenas e médias empresas privadas nacionais situadas nas regiões da SUDAM e da SUDENE entre aquelas beneficiárias do referido incentivo.

Admitido o princípio de que os incentivos fiscais constituem poderoso instrumento de indução, o Decreto-lei n.º 1.338, de 23 de julho de 1974, ao reformular as normas referentes à utilização desses estímulos, na área do Imposto sobre a Renda, veio criar condições necessárias a que se firmasse, em bases sólidas, a tendência de desenvolvimento do mercado de ações, objetivando o fortalecimento da empresa privada nacional.

Por outro lado, elevaram-se os percentuais dos incentivos fiscais concedidos para subscrição de ações de companhias abertas, para a compra em bolsa e para os investimentos em Fundos Mútuos.

Foi também autorizada a criação de sociedades de investimento com objetivo de carrear poupanças externas para o mercado acionário, fixando percentual de 15% para o desconto do Imposto sobre a Renda na fonte sobre dividendos e bonificações em dinheiro repatriados pelas Sociedades de Investimento, o que representou significativo ganho, comparativamente aos 25% vigentes para remessas de lucros sobre investimentos diretos externos no País.

Foram ampliados, através do Decreto-lei n.º 1.494, de 7 de dezembro de 1976, os benefícios fiscais aos investidores, tanto no mercado primário como no secundário, ao mesmo tempo em que se eliminaram os benefícios concedidos aos títulos de renda fixa, com exceção feita aos depósitos de poupança.

Fator positivo para o mercado de capitais foi a maior participação dos investidores institucionais, os quais contribuem para a sua maior estabilidade, tendo em vista a racionalidade de suas aplicações e a maior liquidez dada às ações consideradas de segunda e terceira linhas.

Em 1975, as companhias de seguro tiveram a composição das aplicações de suas reservas técnicas alterada sensivelmente, o que, de modo geral, implicou acréscimo importante nas suas aplicações em ações de companhias abertas, controladas por capitais privados nacionais.

Os Fundos Fiscais instituídos pelo Decreto-lei n.º 157, de 10 de fevereiro de 1967, os maiores investidores institucionais e também os de maior crescimento, sofreram profundas alterações normativas. Foi elevado de 70% para 75% o mínimo a ser aplicado por esses Fundos em ações de companhias abertas privadas nacionais e reduzidas de 10% para 5% suas aplicações máximas em uma única empresa, no sentido de evitar sua concentração.

Os Certificados de Compras de Ações (CCA) têm evidenciado crescente índice de aproveitamento, demonstrando maior interesse dos investidores. Em 1973, 85% dos CCAs emitidos foram apresentados pelos Fundos Fiscais ao Banco do Brasil, para resgate. Em 1977, este percentual elevou-se a 92,7%.

A criação da Comissão de Valores Mobiliários-CVM, em 1976, teve como objetivo dar operacionalidade, viabilizando-as, às determinações e bases estabelecidas pela nova Lei das Sociedades Anônimas. A CVM, ao assumir o papel básico de disciplinadora e fiscalizadora das atividades do mercado de títulos de risco, deverá, também, promover a canalização de recursos para aplicação em valores mobiliários, visando principalmente às ações de empresas privadas nacionais.

Balanço de pagamentos

Os efeitos da crise econômica internacional sobre os países em desenvolvimento naturalmente se fizeram sentir de forma bem mais acentuada, com seus déficits em conta-corrente atingindo níveis alarmantes. De fato, de uma posição deficitária da ordem de 2,5 bilhões de dólares — até certo ponto normal em termos de absorção de capital — os déficits desses mesmos países atingiram, em 1974, US\$ 21,5 bilhões.

A permanência desse desequilíbrio veio conduzindo essas nações a um aumento excessivo de suas dívidas externas, numa velocidade sem precedentes; e o ajuste do balanço de pagamentos passou a constituir-se o grande problema a ser enfrentado pelos menos desenvolvidos, dependentes de petróleo.

Além de outros tantos fatores perturbadores da economia mundial, paira ainda o perigo do protecionismo no comércio internacional, a comprometer muito mais intensamente a economia dos países em desenvolvimento, pela sua necessidade fundamental de aumentarem e diversificarem suas exportações.

Um aspecto particular a destacar em todo esse panorama é que, embora boa parte das nações desenvolvidas tenha revelado vigor e capacidade de absorver a alta dos preços do combustível, algumas retomando até a expansão econômica em ritmo superior ao do período que antecedeu a crise, muitas delas voltaram a enfrentar, em 1976, uma fase de desaceleração no seu crescimento.

Com toda a ordem econômica internacional subvertida pelo processo inflacionário e pelos efeitos dos aumentos dos preços do petróleo, o Brasil — País que vinha crescendo em ritmo acelerado, com elevada demanda de importações e níveis ainda não satisfatórios de exportações — não poderia mesmo ficar incólume aos efeitos dessa instável e complexa conjuntura internacional, cujos reflexos, aliás, perduram ainda hoje, de forma bastante acentuada.

Com efeito, depois de uma situação (até 1973) de razoável equilíbrio — com a balança comercial alternando ligeiros déficits e superávits, e déficit em conta-corrente próximo de 1,7 bilhão de dólares — o País passou a enfrentar no ano seguinte saldos negativos de US\$ 4,6 bilhões em sua balança comercial e déficit da ordem de US\$ 7,1 bilhões em conta-corrente.

O controle do balanço de pagamentos passou a constituir-se, então, ponto central da política econômica do Governo. Para conseguir esse resultado, o Governo rejeitou a idéia de uma estratégia baseada numa política econômica recessiva — defendida e adotada por muitos países — mas de todo desaconselhável, sobretudo pelas repercussões negativas que acarretaria na área social.

Na realidade, o Governo preferiu inclinar-se por uma política gradualista, em que buscou absorver gradativamente os efeitos da crise mundial e esperar que as potencialidades da economia nacional pudessem superar as inevitáveis dificuldades a serem enfrentadas internamente.

Com relação à balança comercial, a conjuntura adversa dos mercados externos tornou particularmente difícil mantê-la em equilíbrio, uma vez que os demais países do mundo adotaram, de maneira generalizada, estratégia semelhante, objetivando, igualmente, a contenção das importações e a expansão das exportações.

As medidas de contenção das importações foram tomadas desde junho de 1974, e consistiram, em linhas gerais, nos aumentos — alguns a níveis elevados — de alíquotas aduaneiras, proibição de importação de produtos supérfluos, exigência de recolhimento restituível sobre o valor da importação, orçamento das importações governamentais, controle direto das importações de produtos siderúrgicos, aviões e computadores e contenção do consumo de combustíveis.

Buscou-se utilizar as importações brasileiras de petróleo no apoio à política de ampliação das exportações de produtos e serviços, possibilitando a abertura de novos e importantes mercados. Dentro desse objetivo, as contratações de compras de petróleo, que tradicionalmente vinham sendo realizadas diretamente junto a companhias internacionais, foram deslocadas, em grande parte, para as companhias estatais dos países produtores, obtendo-se maior estreitamento das relações comerciais com esses países. A partir de 1976, verificou-se sensível melhora nos termos de intercâmbio.

Embora em 1975 as exportações tenham crescido à taxa modesta de 9,0%, comportaram-se satisfatoriamente entre 1976 e 1977, com aumentos de 16,8% e 19,7%, respectivamente. Em 1978, seu crescimento foi de 4%, aproximadamente.

Esses resultados — frutos de um complexo de medidas adotadas no âmbito das exportações e das condições favoráveis do mercado internacional para alguns produtos de exportação brasileiros — permitiram que se chegasse, em 1977, a superávit de US\$ 97 milhões na balança comercial, o que constitui resultado auspicioso, considerando-se a conjuntura internacional. Em 1978, o déficit da balança comercial foi de US\$ 988 milhões, com as exportações atingindo US\$ 12,651 bilhões e as importações, US\$ 13,639 bilhões.

O reequilíbrio da balança comercial é parte fundamental de uma estratégia global que se afigura relevante para estabilidade do balanço de pagamentos. Os resultados satisfatórios só foram alcançados em decorrência da ação decidida do Governo na implantação de políticas de contenção e substituição das importações, de diversificação da pau-

ta de exportação e de racionalização do consumo de petróleo. O déficit observado em 1978 se deve, de uma parte, à frustração das safras agrícolas do Sul do País e, de outra, a aumento das importações de 13,7% relativamente a 1977.

A balança de serviços, por sua vez, é normalmente deficitária, o que se explica pelo fato de ser o Brasil um País em desenvolvimento e, como tal, importador de capitais. Assim, as despesas com pagamento de juros e remessa de lucros e dividendos constituem parcela ponderável dos gastos totais com serviços.

Em 1974, o déficit de Serviços apresentou acréscimo recorde de 41,3% (US\$ 711,0 milhões), contribuindo sensivelmente para o agravamento do déficit do balanço em transações correntes naquele ano. Este fato deveu-se sobretudo ao comportamento da rubrica transportes, cujo déficit aumentou 72,3% (US\$ 447,0 milhões) em relação a 1973 — reflexo do desempenho negativo da balança comercial. Nos anos posteriores a 1974, verificou-se acentuada melhoria no saldo da conta de transportes, em função dos resultados mais favoráveis das transações comerciais.

Em 1977, o intercâmbio comercial brasileiro (exportação e importação) gerou fretes no montante de US\$ 2,016 bilhões, tendo a bandeira brasileira (navios próprios e afretados) participado, expressivamente, com US\$ 1,023,8 bilhão.

No tocante aos investimentos, o montante das aplicações estrangeiras no País, até 30 de junho de 1978, situou-se em torno de US\$ 12,2 bilhões (dos quais US\$ 8,1 bilhões correspondiam a investimentos e o restante, a reinvestimentos).

A maior parte dos capitais de risco está alocada à indústria de transformação, não ocorrendo mudança significativa na sua participação relativa (cerca de 70%) ao longo do período 1973-1978. Em meados de 1978, os ramos da indústria de transformação que detinham maior participação relativa no total das aplicações estrangeiras eram: metalurgia (8,6%), material de transporte (13,4%), material elétrico e de comunicações (8,4%), mecânica (8,6%) e química (14,1%).

Várias outras medidas de incentivo tiveram influência, de forma indireta, na entrada de capitais de risco, principalmente os dirigidos à exportação, uma vez que as amplas facilidades creditícias e fiscais funcionaram como um fator de atração de poupanças externas para a implantação ou ampliação de unidades produtivas voltadas para o mercado internacional.

Nos setores considerados prioritários, a orientação governamental tem sido no sentido de associar a tecnologia e o capital estrangeiros aos recursos internos, de origem privada e pública, formando as chamadas *joint-ventures*.

A forma mais utilizada para o ingresso de recursos oriundos do mercado internacional é a de empréstimos em moeda os quais representaram mais de 60% dos capitais obtidos no período.

A absorção de recursos pela colocação de bônus no mercado externo é uma prática que passou a ter muita expressão a partir de 1977, tendo sido captados cerca de US\$ 1,7 bilhão nesses dois últimos anos.

Endividamento externo

A posição de relativa tranqüilidade com que o País está superando os problemas no balanço de pagamentos deve-se, em boa parte, ao nível de reservas internacionais que possuía ao final de 1973. Tais haveres permitiram que a adaptação da economia se fizesse sem grandes perturbações, já que em 1974 e 1975, quando o afluxo de capitais externos não cobriu o déficit em conta-corrente, a utilização das reservas possibilitou ao País captar empréstimos com prazo mínimo de cinco anos para resgate, evitando-se negociações em termos mais desfavoráveis.

A dívida externa brasileira praticamente triplicou entre 1973 e 1978. O crescimento verificado nos níveis de endividamento exigiu das Autoridades Monetárias acompanhamento ainda mais cuidadoso dessa evolução, a fim de que os gastos com o serviço da dívida não viessem a causar maiores problemas ao balanço de pagamentos.

Assim, além da expansão dos lançamentos de bônus, cujos prazos de resgate são inais vantajosos, procurou-se obter aumentos graduais nos prazos de carência e amortização dos empréstimos contraídos pelos órgãos públicos, responsáveis por importante parcela da dívida. Com isso, conseguiu-se manter esquema de pagamentos no qual as amortizações anuais previstas para o próximo quinquênio correspondam, no máximo, a 17% do total do endividamento externo.

De 1973 a 1978 a dívida externa bruta aumentou de US\$ 12,6 bilhões para cerca de US\$ 43,0 bilhões, com aumento nominal de 341%.

As reservas brasileiras cresceram acentuadamente no período 1969-1973, passando de US\$ 655,7 milhões para US\$ 6,4 bilhões. Nos anos de 1974 e 1975, verificou-se redução desses ativos, em virtude da sua utilização na cobertura do déficit do balanço de pagamentos, que refletia o aumento de preços das importações em geral. Ao final de 1975, o estoque dessas reservas era de US\$ 4,0 bilhões. Mas a partir de 1976, a entrada acentuada de empréstimos externos e os resultados favoráveis obtidos no ajuste do balanço de pagamentos permitiram a formação de reservas em torno de US\$ 6,5 bilhões, US\$ 7,2 bilhões e US\$ 11,7 bilhões, respectivamente em 1976, 1977 e 1978.

Controle da inflação e dos preços

A execução da estratégia de adaptação da economia brasileira à nova situação mundial foi acompanhada pelo surgimento de problemas conjunturais decorrentes da opção governamental por soluções conciliatórias e de compromisso.

Procurou-se, desse modo, num primeiro momento, resguardar a economia dos efeitos da crise do petróleo, dando-se prioridade ao equilíbrio do balanço de pagamentos sem prejuízo da sustentação de razoável taxa de crescimento.

As medidas tomadas visando a reduzir o consumo de petróleo e seus derivados tinham conotações fortemente inflacionárias. Embora o Governo tenha procurado minimizar os seus efeitos, repassando-os ao consumidor de forma diferenciada, os seus reflexos na evolução dos preços foram significativos.

Nos primeiros meses de 1975, o quadro então dominante era de liquidez apertada, com as atividades econômicas evidenciando sinais de arrefecimento e a evolução dos preços em franco declínio. O Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna), medido em períodos de doze meses, caiu de 34,5% em dezembro de 1974, para 25% em julho de 1975.

Mas as geadas, secas e enchentes que assolaram várias regiões do País, a partir da segunda metade de 1975, frustrando as safras de importantes produtos agrícolas, exigiram uma expansão da oferta de moeda, que passou a pressionar fortemente os preços.

O ano de 1976 apresenta-se como o mais crítico do período em termos de recrudescimento do processo inflacionário. O Índice Geral de Preços, medido em termos anuais, passou de 25% em julho de 1975, para 46,3% no final de 1976. Os preços continuaram a evoluir a taxas anuais crescentes até o mês de maio de 1977 (47,1%), passando então a declinar. No final desse ano observou-se uma elevação de 38,8%.

A tendência de queda iniciada em junho de 1977, manteve-se até maio de 1978, quando novamente os preços voltaram a ser pressionados pela insuficiência da oferta de alguns produtos importantes para o consumo interno, decorrente dos problemas climáticos enfrentados pela agropecuária no início do ano. Os resultados finais revelam um crescimento dos preços da ordem de 40,8% em 1978, destacando que no mesmo período o Índice de Preços por Atacado teve uma elevação de 42,3%, devido a uma alta de 47,6% e 39,9%, respectivamente, nos preços dos produtos agrícolas e industriais.

O papel do Conselho Interministerial de Preços — CIP insere-se dentro da abordagem gradualista de combate à inflação, na qual o controle de preços é instrumento complementar às políticas monetárias e fiscal, de modo a coadunar redução das taxas de aumento de preços com a manutenção dos índices de crescimento da economia.

A onda de pressões inflacionárias iniciada no segundo semestre de 1973, provocada, principalmente, pelo aumento de preços das matérias-primas importadas e conseqüente elevação dos custos industriais e financeiros internos, determinara uma série de modificações nas políticas adotadas pelo órgão controlador de preços. Os aumentos de custo verificados naquele período levaram a uma freqüência maior nos pedidos de aumentos de preços, que se acumularam até o exercício de 1974.

As mudanças se processaram basicamente através de duas Resoluções: a primeira, exigindo das empresas industriais controladas a apresentação anual padronizada de demonstrativos financeiros, proporcionou ao CIP base sólida de informações para procederem-se à análise de rentabilidade individual e setorial, podendo-se detectar e solucionar possíveis influências do controle de preços no desempenho das empresas e setores. Uma outra decorrência dessa Resolução foi permitir, a partir de meados de 1975, que as empresas obtivessem reajustes de preços a título de recuperação de rentabilidade, bastando para tal complementar, através de roteiro específico, as informações já enviadas quando do cumprimento da primeira Resolução.

Para evitar o congestionamento de processos no órgão, foi criado o sistema de liberdade vigiada, visando a minimizar os prejuízos em que as empresas poderiam incorrer, devido à defasagem entre os aumentos de custo e as autorizações de reajustes de preços, pelo CIP.

Ainda no sentido de dinamizar o sistema de análise e aprovação de reajustes de preços, deu-se continuidade à formulação de acordos setoriais. Passou-se a adotar nestes acordos os critérios de margem de contribuição ou custeio direto, de forma a permitir que as empresas pudessem fazer uma alocação mais racional e atualizada nos custos fixos, obtendo com isto um custo mais próximo ao real.

No que diz respeito ao comércio e serviços, a atuação do CIP traduziu-se em diversas medidas que contribuíram para o controle de preços destacando-se a lista de preços máximos CIP/SUNAB, a partir de acordos com os supermercados.

TRANSPORTES

Transportes ferroviários

O esforço do Governo no sentido de minimizar os reflexos, sobre o País, da crise energética mundial, assegurar o desenvolvimento de indústrias básicas e apoiar programas de exportação e abastecimento interno de insumos e produtos agrícolas, justifica a ênfase atribuída, no II PND, ao sistema ferroviário brasileiro, que se traduziu por investimentos, no período, sem precedentes, a par da efetivação de expressivas melhorias operacionais e administrativas.

Um dos principais indicadores da melhoria do desempenho operacional do sistema ferroviário é a média anual de toneladas-quilômetro úteis transportados (TKU), durante o período 1974-1978, pela RFFSA, da ordem de 22,4 bilhões (59% superior ao total de 1973).

Tal resultado, ao lado da redução do efetivo de pessoal da Rede Ferroviária Federal S.A. — RFFSA — de 113 mil empregados em 1973, para 92 mil em 1978 — significou acréscimo de 123% na produtividade do sistema, que passou de 125 mil TKU/empregado em 1973, para 297 mil em 1978.

O transporte de passageiros suburbanos no Rio de Janeiro e em São Paulo experimentou incremento de 83 milhões de passageiros entre 1973 e 1978 (de 308 milhões para 301 milhões).

Relativamente às obras ferroviárias, no período 1974-1978, foram remodelados 5.062 km da via permanente e construídos 1.142 km de novas linhas e variantes.

As linhas novas e variantes entregues ao tráfego pela RFFSA foram as seguintes: ligação Japeri-Brisamar (37 km), com vistas a atender à demanda de transporte de minério de ferro oriundo do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais (nas proximidades de Belo Horizonte), destinado ao Terminal Marítimo de Sepetiba; ligação Apucarana-Ponta Grossa (331 km), que atende ao fluxo de transporte orientado para o Porto de Paranaguá, contribuindo para a redução do tráfego pesado na BR-376; ligação Itapeva-Ponta Grossa (209 km), que integra o tronco Sul e se constitui em importante via de escoamento de safras agrícolas destinadas à exportação pelo Porto de Paranaguá; variantes no Trecho Cacequi-Rio Grande, a saber: Tiaraju-Von Bock (64 km), Von Bock— São Sebastião (44 km), São Sebastião—Hulha Negra (67 km) e Herval— Pedro Osório (35 km), totalizando 210 km destinados a atender, eficientemente, à crescente demanda de transporte, especialmente de produtos agrícolas, com destino ao Porto de Rio Grande; acesso ao Porto de Aratu (22 km), que propicia a ligação do Centro Industrial de Aratu e do Porto às linhas da Superintendência

de Produção de Salvador, alimentando o Centro de matérias-primas e escoando sua produção industrial; variante Eng.º Bley-Curitiba (68 km), que possibilitou o encurtamento de 12,5 km no percurso anterior, quadruplicando a capacidade de tração e proporcionando substancial elevação na velocidade dos trens, de modo a favorecer o transporte das safras agrícolas que demandam o Porto de Paranaguá; variante Araguari-Pires do Rio, trecho Roncador-Goandira (95 km), que permitirá maior movimentação de cargas, tanto pelo Corredor do Tronco Sul como pelo Corredor de Santos; ramal de Arcos (12 km), que permitirá a ligação das jazidas de calcário da Companhia Siderúrgica Nacional à estação de Arcos, possibilitando melhor abastecimento de Volta Redonda; ligação Roca Sales-Passo Fundo (158 km), que reduz em 360 km o percurso entre Passo Fundo e Porto Alegre, facilitando o escoamento da produção agrícola do norte gaúcho para Porto Alegre e para o terminal rodo-hidro-ferroviário de Estrela.

Ressalte-se, ainda, a mudança do sistema de tração na Serra do Mar, do trecho São Paulo-Santos, concluída em 1974, bem como o novo acesso ferroviário à margem esquerda do Porto de Santos, a ser concluído até março de 1979.

Çabe assinalar, pela sua importância, o início da execução dos seguintes projetos ferroviários: ligação Belo Horizonte-Itatinga-Volta Redonda (Ferrovia do Aço), com 397 km; nova linha Curitiba-Paranaguá (108 km); ligação Araguari-Pires do Rio, Trecho Goandira-Araguari (72 km); variante Dilermando Aguiar-São Gabriel (74 km); implantação da terceira linha no trecho Manoel Feio-Eng.º São Paulo (28 km), implantação do Sistema de Controle Automático de Tráfego (ATC), no trecho Campo Grande-Jundiaí; construção do Pátio de Arará, no Porto do Rio de Janeiro; acesso ferroviário ao Porto de Estrela (ligação Corvo-Estrela), com 18 km.

Com o objetivo de proceder à restauração e ampliação da frota de material rodante e do parque de tração, foram incorporados ao sistema, no período 1974-1978, 298 locomotivas, 17.888 vagões, 100 trens-unidade elétricos e 140 carros de passageiros.

Para o cumprimento do programa ferroviário, a RFFSA dispôs, no quinquênio, de recursos financeiros da ordem de Cr\$ 74,2 bilhões, a preços de 1978.

Transportes rodoviários

A partir da crise mundial de energia decidiu o Governo reduzir o ritmo de expansão da malha rodoviária federal, conferindo prioridade à conservação e restauração das rodovias construídas. A abertura de novos trechos condicionou-se ao aumento de capacidade de alguns

segmentos pressionados pela demanda, à expansão da fronteira agrícola, a prioridades de integração de novas áreas e a questões de segurança nacional.

Em decorrência dessa mudança de política, a rede rodoviária federal elevou-se apenas de cerca de 65 mil quilômetros em 1973, para aproximadamente 73 mil em 1978 (12%). A rede pavimentada experimentou acréscimo de 20%, passando de 36,3 para 43,7 mil quilômetros.

No quinquênio, os principais resultados da atuação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER foram a implantação de 7.702 km e pavimentação de 8.331 km de rodovias; a construção de 36.107 metros de obras de arte especiais; a conservação de rodovias, numa extensão de 314.156 km; e a restauração de 9.008 km e sinalização de 84.152 km de rodovias.

Como obras de maior significação destacam-se, entre outras, os seguintes trechos rodoviários entregues ao tráfego, totalmente pavimentados: BR-060 — Goiânia-Rio Verde (225 km); BR-101 — Rio de Janeiro-Ubatuba (257 km); BR-104 — Campina Grande — BR-101 e acessos (345 km); BR-135 — Independência - Presidente Dutra (105 km); BR-153 — União da Vitória — Erechim (247 km); BR-153 — Santo Antônio da Platina — Ibaiti (67 km); BR-158 — Cruz Alta — Júlio de Castilhos (67 km); BR-158 — Irai — Sarandi (135 km); BR-158 — Rosario do Sul — Santana do Livramento (102 km); BR-163 — Rio Brilhante-Dourados (68 km); BR-232/316 — Picos- Salgueiro (301 km); BR-262 — Rio Casca — João Monlevade e Contornos (84 km); BR-267/146/491 — São Sebastião do Paraíso — Paraguassu (272 km); BR-267 — Juiz de Fora — Caxambu (192 km); BR-293 — Entroncamento BR-158 (117 km); BR-319 — Manaus — Porto Velho (867 km); BR-369 — Campo Mourão — Cascavel (168 km); BR-376 — Paranaíba — Nova Londrina (77 km); BR-392 — Canguçu — Entroncamento BR-290 (157 km); BR-407 — Picos-Petrolina (317 km); BR-423 — Garanhuns — Paulo Afonso (217 km); BR-452 — Uberlândia - Araxá (173 km); BR-470 — Entroncamento BR-116 — Campos Novos (91 km); BR-472 — São Borja — Itaqui-Ibicuí e acessos (116 km); e BR-496 — Pirapora - Corinto (141 km).

Além destes trechos, foram abertos ao tráfego os seguintes, com revestimento primário: BR-163 — Cuiabá-Santarém (1.777 km); BR-174 — Manaus - Caracarái (641 km); BR-230 — Humaitá — Lábrea (217 km) e BR-401 — Boa Vista - Fronteira Brasil - Guiana (203 km).

Está prevista, ainda, a entrega ao tráfego, até março de 1979, dos seguintes trechos, totalmente pavimentados: BR-020 — Canindé - Fortaleza (114 km); BR-020/242 — Posse - Barreiras (331 km); BR-040 — Juiz de Fora — Divisa MG/RJ (58 km); BR-070/174 — Divisa DF/GO — Momoça (65 km); BR-101/232 — Contorno do Recife (31

km); BR-104 — Contorno de Campina Grande (7 km); BR-116 — Estância Velha — Porto Alegre (acesso à EMBRAPA) (46 km); BR-120 Viçosa — Visconde do Rio Branco (46 km); BR-158 — Entroncamento BR-282 — Rio Uruguai (49 km); BR-235 — Entroncamento BR-235/SE-211 — Divisa SE/BA (51 km); BR-277 — Curitiba — Campo Largo (21 km); BR-364 — Cidade Universitária - Areão (2 km); BR-405 — Mossoró — Jucuri (17 km); BR-412 — Boa Vista — Monteiro (125 km); BR-468 — Palmeira das Missões — Três Passos (107 km); BR-482 — Carangola — Espera Feliz (24 km); MG-111 — Carangola - Faria Lemos - Tombos (34 km).

No que se refere a obras de arte especiais, cabe destacar: ponte sobre o rio Barra do Quaraí (fronteira Brasil-Uruguai), com 673 metros de extensão, na BR-472; ponte sobre o canal de São Gonçalo, no trecho Pelotas-Rio Grande da BR-392 (1.020 metros); viaduto de ligação entre a ponte Presidente Costa e Silva e o viaduto do Gasômetro, no Rio de Janeiro (984 metros); Avenida Perimetral, integrante da BR-116, no Rio de Janeiro (7.326 metros); interconexão viária ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (429 metros), na BR-040; ponte sobre o rio Parnaíba; na BR-230 (343 metros); e, ponte sobre o rio Poti I (PI), na BR-226/343 (429 metros). Encontra-se em fase final de construção a ponte sobre a Ilha do Príncipe, bem como os viadutos de acesso a Vitória, na BR-262 (1.458 metros).

Deve-se ressaltar, ainda, a conclusão da construção do edifício-sede do DNER, em Brasília.

Na área de trânsito foram adotadas as seguintes medidas, objetivando a racionalização e o controle do tráfego rodoviário: implementação de programa de construção de terminais rodoviários de passageiros e cargas nas principais cidades do País, de modo a promover a adequada articulação do tráfego de longa distância com o tráfego urbano; regulamentação do Transporte Rodoviário de Cargas, inclusive na área internacional; elaboração de Cadastro de Empresas Transportadoras.

Para cumprimento de seu programa de trabalho, foram consignados ao DNER, no período 1974-1978, Cr\$ 90,5 bilhões, a preços de 1978.

Os recursos dos Programas Especiais propiciaram ao DNER a realização de importantes obras, nos campos econômico, social e de segurança nacional.

Com dotações do Programa de Integração Nacional-PIN, foram concluídas no período, as seguintes obras: BR-163 — Cuiabá — Santarém, BR-174 — Manaus - Fronteira com a Venezuela, BR-319 — Manaus - Porto Velho, BR-230 — Humaitá—Lábrea e BR-135 — Independência—Presidente Dutra.

O Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA proporcionou a conclusão das seguintes obras: BR-407 — Picos — Petrolina, BR-020 — Picos — DIVISA PI/CE, BR-423 — Garanhuns — Paulo Afonso, BR-496 — Pivapora—Corinto, BR-104 — Campina Grande — Entroncamento BR 101, BR-020/242 — Posse — Barreiras e a BR-232/316 — Picos - Salgueiro.

O Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal, por sua vez, contribuiu para a dinamização da ação federal no Pantanal Mato-grossense, através de um conjunto de projetos envolvendo a execução de obras nos seguintes trechos daquela área: Poconé-Porto Jofre, Morro do Azeite — Jatobá Firme — Fazenda Imaculada, BR-163 — Imaculada.

Com recursos do Programa de Pólos Agropecuários e Agromineiros da Amazônia — POLAMAZÔNIA, cabe ressaltar a construção da ponte sobre o rio Araguaia, interligando os Estados do Pará e Goiás, e o prosseguimento da construção de estradas-tronco e estradas rurais em diversos pólos.

Transportes aquaviários

A construção naval (cerca de 20 mil empregos diretos), uma das indústrias que mais têm incorporado tecnologia, contribui significativamente para a balança comercial do País, através da exportação de embarcações. No período 1974-1978 as vendas ao exterior totalizaram 421 mil toneladas de porte bruto (Tpb).

O total de fretes brasileiros, através de todas as bandeiras, em 1978 atingiu o montante de US\$ 1,972 bilhão (US\$ 1,379 bilhão em 1973); a participação da bandeira brasileira neste total foi de US\$ 1,021 (US\$ 613,1 milhões em 1973).

A movimentação de cargas elevou-se de 128,2 milhões de toneladas em 1973, para 173,5 milhões em 1978 (35%). A navegação de longo curso manteve predominância da ordem de 87% do total transportado no período 1974-1978, enquanto a navegação de cabotagem absorvia cerca de 11% e a navegação interior, apenas 2%.

Na área de construção naval foi implementado o II Programa de Construção Naval 1975-1979, com vistas à elevação da capacidade da frota mercante nacional em mais 5,3 milhões de Tpb e a conclusão da construção de embarcações, num total de 1,3 milhão de Tpb, remanescentes do I Programa, para atender aos tráfegos de longo curso, cabotagem, navegação interior e portuária.

Objetivando a instalação de um grande centro reparador de navios no País, capaz de efetuar reparos e vistorias de classificação em embarcações de grande porte, em condições de igualdade com organizações similares estrangeiras, foi instituída a Empresa Brasileira de Reparos Navais — RENAVE, como entidade privada, porém com participação acionária de empresas estatais.

Cabe registrar a realização, pela primeira vez no País, em outubro de 1977, da Feira Marítima Internacional do Rio de Janeiro — RIOMAR, com a presença dos maiores armadores e industriais da comunidade marítima mundial. Na oportunidade, as estatísticas dos construtores de navios revelaram que o Brasil ocupa o terceiro lugar, nessa comunidade.

No período, foram lançados ao mar os primeiros navios de grande porte construídos em estaleiros nacionais, destinados à navegação especializada, com capacidade de até 277 mil Tpb. Estes estaleiros entregaram, no quinquênio, embarcações totalizando 1,9 milhão de Tpb, achando-se em construção um total de 4,2 milhões de Tpb, e em fase de contratação outras equivalentes a 500 mil Tpb.

Ao final de 1978, a frota mercante nacional compreendia 1.013 embarcações (130 a mais que em 1977 e quase o dobro da de 1973), no total de 6,2 milhões de Tpb (3,0 milhões em 1973). Espera-se que em fins de 1979 esta frota atinja a 7,4 milhões de Tpb.

Para execução do Programa de Construção Naval, a Superintendência Nacional da Marinha Mercante — SUNAMAM investiu, durante o quinquênio, cerca de Cr\$ 42,0 bilhões, a preços de 1978.

Com relação ao sistema portuário, a Empresa de Portos do Brasil S.A. — PORTOBRÁS, com vistas à gradativa centralização do planejamento, suporte financeiro e descentralização da execução dos programas e da operação portuária, orientou sua ação para a expansão das instalações de apoio aos principais Corredores de Exportação, bem como para os projetos de reaparelhamento e modernização de portos com maior movimentação de cargas.

Durante o quinquênio, a movimentação geral de cargas nos principais portos do País situou-se em torno de 1,0 bilhão de toneladas (média anual, da ordem de 200 milhões, superior em cerca de 36% ao total de 1973), tendo as exportações totalizado 555 milhões de toneladas. Verificou-se predominância dos granéis líquidos 50%, seguidos dos granéis sólidos 43%.

Em termos de realizações da PORTOBRÁS, devem ser destacadas as seguintes obras: recuperação da ponte do pier petroleiro de Miramar e construção de novo pier do Porto de Belém; construção do pier petroleiro em Fortaleza; conclusão do terminal para cereais e do acesso rodo-ferroviário em Vitória; prosseguimento da construção do novo Complexo Portuário de Sepetiba; conclusão da ponte sobre o canal de Bertiooga no acesso ferroviário à margem esquerda do Porto de Santos; conclusão do terminal para cereais e do novo acesso ferroviário ao terminal, em Paranaguá; terminal de cereais, cais, pátio do terminal de carnes e acesso rodo-ferroviário do Porto de Rio Grande; dragagem de cerca de 130 milhões de m³, em diversos portos; aquisição de 226 empilhadeiras, 2 cábreas auto-propulsadas de 250 t, 2 de 200 t e 5 de 100 t, 2 dragas tipo *hopper*, com cisterna, e 14 guindastes elétricos de pórtico.

No campo das vias navegáveis interiores, além da realização dos serviços de limpeza, dragagem, sinalização etc., necessários à normal navegabilidade em quase todas as bacias hidrográficas merecem destaque as seguintes realizações: na bacia Amazônica — construção dos portos fluviais de Tabatinga, Itacoatira, Parintins, Coari, Caracaraí e Porto Velho; estudos e projetos básicos das eclusas na barragem hidrelétrica do rio Tocantins, em Tucuruí. Nas bacias do Nordeste — construção das eclusas de Boa Esperança, no rio Parnaíba; na bacia do Prata: melhoria e complementação do Porto de Ladário; conclusão das obras civis nas eclusas de Ibitinga e Promissão, no sistema Tietê-Paraná; estudos para a construção das barragens eclusadas de Nova Avanhandava e Três Irmãos e do canal Pereira Barreto, ligando os reservatórios de Ilha Solteira, no Tietê. Na bacia do São Francisco — construção da eclusa na barragem de Sobradinho. Na bacia do Sudeste (inclusive Jacuí e Taquari) — construção das barragens eclusadas de Amarópolis, no rio Jacuí, e de Bom Retiro do Sul, no rio Taquari; recuperação da barragem eclusada de Dom Marco.

Para a execução de seu programa de investimentos, a PORTOBRÁS contou com recursos financeiros da ordem de Cr\$ 17,2 bilhões, a preços de 1978, durante o quinquênio.

Transportes urbanos

Através da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU, o Governo Federal deu prosseguimento à implementação da política de transportes urbanos, consubstanciada nas seguintes diretrizes: fixação de prioridades para investimentos e normalização dos serviços urbanos nas principais cidades; realização de planos diretores de trans-

portes urbanos; concessão de prioridade aos sistemas de transportes de massa; compatibilização das políticas de transportes urbanos com os planos de desenvolvimento urbano.

No período compreendido entre a criação da EBTU (abril de 1976), até dezembro de 1978, foram financiados pelo FDTU 388 projetos de transportes urbanos (cerca de 1.100 obras), em vários municípios brasileiros.

Em termos de aplicação de recursos, foram despendidos Cr\$ 7,9 bilhões, a preços de 1978, na adequação dos sistemas viários urbanos, com a pavimentação de 735 km de vias urbanas (encontrando-se em execução mais 440 km); Cr\$ 433 milhões no apoio a empresas de transporte coletivo, envolvendo participação societária em empresas e programas de renovação de frotas; Cr\$ 4,8 bilhões no apoio às companhias de metropolitanos do Rio de Janeiro e de São Paulo; e Cr\$ 1,0 bilhão na melhoria das ferrovias de subúrbios.

Planejamento dos transportes

A Empresa Brasileira de Planejamento dos Transportes — GEIPOT, mediante convênios, deu prosseguimento às suas atividades de elaboração de estudos, planos e projetos sobre todas as modalidades de transportes e integração intermodal. Mais de 110 trabalhos importantes tiveram andamento durante o período, cabendo destacar os seguintes:

a) Estudo de Transporte para Siderurgia, objetivando a definição de um sistema de transporte capaz de atender, sem restrições, às metas previstas no Plano Mestre Decenal de Siderurgia.

b) Estudo da Malha Vicinal dos Mercados Expedidores, resultante de convênio firmado com o Ministério da Agricultura, com vistas à implementação do Programa de Apoio à Produção e Comercialização de Produtos Hortifrutigranjeiros — PROHORT.

c) Estudo do Transporte do Alcool e Acompanhamento do Programa Nacional do Alcool — PROÁLCOOL, envolvendo a concepção de alternativas para o transporte de álcool (dutos, veículos especiais e tancagem), e o assessoramento e acompanhamento do PROÁLCOOL, com vistas às suas repercussões na área dos transportes;

d) Plano de Segurança de Transporte Rodoviário de produtos químicos, decorrente do considerável fluxo de transporte previsto na rota Camaçari — BA-Região Centro-Sul, do alto nível de periculosidade dos produtos a serem transportados e da carência de leis, normas e regulamentos relativos à movimentação e segurança operacional destes produtos.

e) Estudo da Alocação Modal de Cargas, com o objetivo básico de identificar fatores condicionantes de distorções, no processo de

alocação modal, em uma área testemunha com pares de origem — destino de grande densidade de cargas e sujeitos à competição modal; a área escolhida foi o Estado do Rio Grande do Sul e o estudo conduzirá à distribuição ótima, do ponto de vista do sistema econômico como um todo, das cargas, por setor modal de transporte;

f) Pesquisa Sobre Impacto de Rodovias Vicinais, com o objetivo de definir as metodologias mais adequadas do planejamento e avaliação de rodovias vicinais, em termos de viabilidade e prioridade sócio-econômica.

g) Pesquisa do Inter-relacionamento de Custos de Construção, Conservação e Utilização de Rodovias, decorrente de acordo entre o Governo brasileiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD;

h) Estudos e Projetos de Transportes Urbanos, abrangendo as cidades de Brasília, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém, Fortaleza, Florianópolis, Maceió, Pelotas, Cuiabá e Caxias do Sul, com vistas à elaboração, através do convênio com a EBTU, de planos diretores de transportes urbanos, estudos de transportes coletivos, planos de ação imediata de transporte e tráfego e projetos especiais de trens de subúrbio, para as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Salvador e Recife;

i) Anteprojeto da Ligação Ferroviária Cochabamba — Santa Cruz de La Sierra, incluindo melhoramento dos trechos adjacentes.

j) Plano Diretor de Integração dos Sistemas de Transportes do Brasil e do Paraguai.

l) Plano Operacional de Transporte, consubstanciando nova filosofia na concepção e condução do planejamento para o transporte de cargas.

m) Elaboração de um Plano Nacional de Transportes, envolvendo subsídios para uma futura revisão do Plano Nacional de Viação.

AGRICULTURA

Produção e produtividade

Apesar das condições climáticas desfavoráveis — ocorrência de geadas, secas prolongadas e excesso de chuvas — e dos efeitos negativos da conjuntura internacional — provocações, principalmente, pela alta do petróleo — a produção agrícola brasileira apresentou, no período 1974-1978, desempenho bastante satisfatório, superando a tendência histórica e elevando substancialmente sua contribuição para o equilíbrio do balanço de pagamentos.

A expansão da produção agropecuária deu-se a uma taxa média de 4,8% durante o período, o que supera a de 4,3% observada no decorrer das duas últimas décadas. A atividade pecuária alcançou a média de 7,9% anuais e a das lavouras, 2,8%.

O fraco desempenho das lavouras é justificado pelas crises climáticas no período, especialmente nas regiões de grande produção agrícola.

A produção agropecuária, após crescimento bastante razoável em 1974 (8,5%), reduziu-se em 1975 e 1976, recuperando-se novamente em 1977, quando cresceu 9,6%.

No entanto, 1978 foi um ano adverso para a agricultura, que decresceu em 1,8% relativamente ao ano anterior. Este resultado deveu-se, em grande parte, ao comportamento das lavouras, que apresentou crescimento negativo de 7,3%, enquanto a pecuária expandiu-se em 9,7%.

A expansão da área colhida entre os anos de 1973 (38.9 milhões de hectares) e 1978 (46,2 milhões de hectares) foi de 18,8% (3,5% ao ano), tendo a produção de cereais (arroz, milho e trigo) e feijão atingido neste último ano a 25,5 milhões de t e a de oleaginosas (sementes de algodão, amendoim, mamona e soja), 11,2 milhões de t.

Com relação a cereais e feijão, a produção de 1978 foi praticamente a mesma de 1973, em virtude, principalmente, da queda na produtividade do milho, ocasionada pela ocorrência de seca no sul do País. Por outro lado, as oleaginosas (soja, algodão), pelo mesmo problema, foram bastante afetadas, mas mesmo assim apresentaram crescimento de 50% no período de 1978.

Uma análise dos 17 principais produtos permite a avaliação do desempenho das lavouras no ano de 1978 comparativamente ao ano de 1973: apenas 5 produtos apresentaram redução nas quantidades, sendo esta significativa para apenas dois deles — algodão em caroço (-30%) e amendoim (-45%).

A produtividade geral das lavouras apresentou queda de 3,4% em 1978, em relação ao ano de 1973, basicamente devido a fatores climáticos. No entanto, excluído o ano de 1978, o período 1973-1977 revela resultado positivo de 4%.

No que se refere à produção animal, os dados preliminares para 1978 indicam crescimento de 46% em relação a 1973, com destaque para o abate de aves (84%) e produção de leite (65%).

Exportações

As exportações do setor agrícola, não obstante o acelerado crescimento do item bens manufaturados, ainda são responsáveis por grande parte das receitas oriundas do comércio exterior do País.

A contribuição dos 25 principais produtos agrícolas exportados, em termos de geração de divisas, elevou-se de US\$ 4,0 bilhões em

1973 para US\$ 6,9 bilhões em 1977. A participação desses produtos no total das exportações agrícolas é de cerca de 90%. Com relação às exportações totais do País, essa participação, que era 65% em 1973, decresceu para 57% em 1977.

Em 1978, o valor das exportações agropecuárias (principais produtos) atingiu US\$ 6,6 bilhões. Esse fato deveu-se a menores volumes exportados de alguns produtos (soja, milho), em função de limitações na produção interna, decorrentes, sobretudo, de adversidades climáticas. Ademais, verificaram-se, no mercado internacional, menores cotações para café, soja, cacau e açúcar, entre outros.

O café continua a ser o principal produto de exportação. As vendas de café em grão montaram, em 1977, a US\$ 2,315 bilhões e as de café industrializado, US\$ 326,5 milhões. Em 1978, esse total deve reduzir-se para US\$ 2,3 bilhões.

Destacam-se ainda, a soja e seus derivados, cujas exportações montaram a US\$ 2,1 bilhões em 1977 e cerca de US\$ 1,5 bilhão em 1978.

Entre os demais produtos importantes, embora com menor participação na pauta, destacam-se o cacau, o fumo, o açúcar, o milho (exceto em 1978) e o suco de laranja.

Expansão da área agrícola

Para se conseguir a expansão da área agrícola adotaram-se medidas e instrumentos — linhas de crédito, investimento em novas áreas, programas especiais, colonização, regularização fundiária e infraestrutura básica de transportes, eletrificação rural, armazenamento e comunicações — que permitiram crescimento de cerca de 7 milhões de hectares na área de lavouras.

Especial destaque foi conferido à execução dos programas especiais (POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, POLONORDESTE) que contribuíram de forma decisiva para a expansão da fronteira agrícola, através da construção de estradas, eletrificação rural, pesquisas, assistência técnica, armazenagem e apoio creditício possibilitando a incorporação de cerca de 3,5 milhões de hectares (cerca de 2,5 milhões pelo POLOCENTRO).

A política de colonização procurou fortalecer a atuação do setor privado e desenvolveu-se principalmente com o apoio dos Programas Especiais e da aceleração dada à regularização fundiária.

Na área de colonização oficial, hoje com 7,4 milhões de hectares, foi dada ênfase à emancipação dos antigos núcleos de colonização, legitimando a propriedade de seus ocupantes e assegurando-lhes assistência técnica e financeira. Novos Projetos Integrados de Colonização foram desenvolvidos na Amazônia e no Nordeste, resultando no assentamento de mais de 17 mil famílias, no período 1974-1978.

A falta de título definitivo de propriedade em grandes extensões do território nacional constituiu-se em grave limitação à expansão da fronteira agrícola e fonte permanente de conflitos dominiais e outras formas de tensão social no meio rural.

Em conseqüência, especial ênfase foi dada à regularidade fundiária pelo INCRA, que discriminou 11,2 milhões de hectares em 1978 (500 mil até 1973). No período 1974-1978, o INCRA discriminou 23 milhões de hectares.

No tocante à titulação de terras, observou-se incremento bastante significativo, com a entrega de 103 mil títulos, no período (22 mil até 1973), perfazendo hoje 125 mil títulos, que somados àqueles provenientes dos projetos de colonização e assentamento e aos da área de atuação do PROTERRA, perfazem um total de 179 mil.

Dentro ainda do programa de expansão da fronteira agrícola, o Governo procurou dotar as regiões trabalhadas de uma infra-estrutura mínima, em termos de pesquisa, assistência técnica, transportes, energia, armazenagem e comunicação.

Aumento da produtividade

Prosseguindo a execução da estratégia agrícola, o Governo lançou mão de medidas e instrumentos para o aumento da produtividade e transformação da agricultura de subsistência em agricultura de mercado, incentivando o aperfeiçoamento da tecnologia através da pesquisa, a par da introdução do uso de práticas agrícolas modernas.

A importância da geração de novas tecnologias dentro da estratégia agrícola fez com que o Governo estabelecesse, como prioridade, o aperfeiçoamento do sistema de pesquisa voltado para o setor.

Assim, com o objetivo de coordenar e executar a pesquisa agrícola, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, cujo programa tem como escopo básico a geração de conhecimentos que permitam introduzir inovações no processo de produção agropecuária.

A partir de 1974, procurou-se estimular a criação de empresas similares de âmbito estadual, originando-se, desse modo, o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Esse sistema baseia-se em novo modelo de pesquisa agropecuária caracterizado por unidades adequadamente aparelhadas e grande concentração de pessoal especializado, desenvolvendo esforços na geração de tecnologia para os produtos mais importantes da agropecuária brasileira.

Em decorrência do modelo estabelecido para a pesquisa, foram criados 11 centros nacionais de pesquisa por produtos, 4 centros de

pesquisa de recursos (cerrados, trópico úmido, trópico semi-árido e olericultura), o Centro Nacional de Recursos Genéticos, o Centro de Tecnologia de Alimentos e 2 serviços nacionais (sementes básicas e solos), além de inúmeras unidades de pesquisa de âmbito estadual.

Embora esteja implantado há pouco tempo, o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária já vem obtendo resultados altamente positivos para o aumento da produção e produtividade de alimentos e matérias-primas destinadas ao mercado interno. Destacam-se, por exemplo, as experiências com o arroz em locais que oferecem condições para irrigação e onde estão sendo obtidos rendimentos de até 6 toneladas por hectare; na cultura do feijão, ensaios de consorciação têm apontado cultivares que chegam a produzir 4 toneladas por hectare, onde a produtividade média não atinge a uma tonelada; estudos têm indicado que com os cultivares disponíveis, acertando-se época de plantio, espaçamento e outros tratos culturais, será possível duplicar a produtividade.

Com relação à cultura de soja, estudos de processos de manejo têm mostrado possibilidade de redução de até 50 por cento nos custos do uso de inseticidas e outros produtos químicos que oneram consideravelmente a produção dessa leguminosa.

Os resultados referentes à pecuária leiteira, obtidos pelo Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite, mostram que a introdução de algumas técnicas e práticas de manejo podem melhorar sensivelmente os índices de produtividade. A tecnologia utilizada foi capaz de proporcionar índices de produtividade duas vezes superiores àqueles obtidos em fazendas representativas da Região Sudeste (cerca de 5 kg por vaca em lactação por dia).

Na formação e treinamento de recursos humanos a EMBRAPA enviou 1.439 técnicos para treinamento (a nível de pós-graduação) em universidades do País e do exterior.

A Assistência Técnica ao meio rural passou, a partir de 1975, a contar com o apoio da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER, criada sob a forma de empresa pública para substituir a antiga Associação Brasileira de Crédito e Extensão Rural — ABCAR.

As transformações efetuadas no quadro institucional reforçaram o apoio governamental na área da assistência técnica, culminando com a instituição do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural — SIBRATER, integrado por empresas estaduais e privadas e por profissionais autônomos.

Atualmente, o Sistema conta com 2.190 escritórios, atendendo a 3.100 Municípios através de 9.642 técnicos; em 1974 existiam 4.440 técnicos, distribuídos em 1.558 escritórios para atender a 2.340 Municípios.

Outra evolução a ser ressaltada é a relativa ao crédito rural orientado, que cresceu 31%, em termos reais (Cr\$ 10,3 bilhões em 1974 para Cr\$ 13 bilhões em 1978), enquanto o número de produtores assistidos registrou acréscimo de 237% (240 mil em 1974 para 820 mil em 1978).

O consumo aparente de fertilizantes vem experimentando aumentos sucessivos, tendo atingido 2,8 milhões de toneladas em 1978 (acréscimo de 80% em relação a 1973). Os nitrogenados foram os que apresentaram maior crescimento relativo, passando de 341 mil toneladas em 1973 para 701 mil em 1978.

A participação da produção nacional no consumo aparente de fertilizantes experimentou crescimento significativo, de 45% em 1973, para 60% em 1978.

Igualmente, a densidade do uso de fertilizantes apresentou resultados positivos, evoluindo, no período, de 43 kg de nutrientes por hectare cultivado para 61 kg.

Entre 1974 e 1978, o consumo aparente de defensivos agrícolas situou-se em torno de 80 mil t anuais.

Merece destaque especial a participação do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas na orientação do agricultor sobre a utilização de inseticidas, fungicidas e herbicidas, evitando a utilização desnecessária desse insumo, bem como a sua contribuição para o aumento da produção nacional de defensivos. A redução aparente foi de 100.000 t/ano em 1974 para 82.000 em 1978.

Quanto à utilização de defensivos animais, devem-se salientar os trabalhos desenvolvidos no combate à febre aftosa, brucelose e raiva, através de convênios entre o Ministério da Agricultura e as Secretarias de Agricultura dos Estados, segundo os objetivos do Programa Nacional de Saúde Animal — PRONASA.

No período foram vacinados, em média, 56,0 milhões de animais por ano, dos quais 53,1 milhões contra a febre aftosa, 1,3 milhão de bezerras contra a brucelose e 1,6 milhão de herbívoros contra a raiva.

A utilização de sementes melhoradas vem-se constituindo em importante fator de incremento da produção e produtividade da agricultura brasileira.

A atuação do Governo no sentido de elevar os índices de utilização de sementes melhoradas vem-se desenvolvendo em articulação com a iniciativa privada, que tem recebido o adequado suporte creditício nas etapas de produção, beneficiamento, armazenamento, distribuição, comercialização e custeio agrícola a par da difusão do uso desse insumo através do sistema oficial de assistência técnica.

Esses estímulos governamentais resultaram em um aumento médio de 20% na utilização de sementes melhoradas, entre 1973 e 1978.

Relativamente ao algodão, amendoim, arroz, batata inglesa, feijão, milho, soja e trigo, a quantidade demandada de sementes melhoradas, na safra 1977-1978, situou-se em torno de 1,3 milhão de toneladas.

As rações balanceadas vêm assumindo papel de destaque na atividade pecuária brasileira e especialmente da avicultura, tendo o seu consumo crescido de 6,3 milhões de t em 1973 para 10,5 milhões em 1978.

Em algumas regiões, diante de escassez relativa de mão-de-obra agrícola, tornou-se imprescindível o crescimento acelerado do uso de máquinas agrícolas, tendo o Governo procurado incentivar o seu emprego, do que resultou a elevação do número de tratores para mais de 400 mil em 1978 (223 mil em 1973).

O número de propriedades agrícolas eletrificadas elevou-se de 148 mil para 181 mil, de 1973 a 1978. Ao mesmo tempo, a estrutura de apoio à eletrificação rural passou a dispor de 274 cooperativas (75 no início do período).

Esses resultados foram obtidos basicamente em função do fortalecimento do Grupo Executivo da Eletrificação Rural — GEER, responsável pela execução do I Plano Nacional de Eletrificação Rural, envolvendo dispêndios de Cr\$ 2,6 bilhões no período.

Comercialização

No campo da comercialização a preocupação do Governo voltou-se principalmente para a estabilidade da oferta de produtos e dos preços agrícolas para a modernização da atividade, através dos programas de estoques reguladores, cadeias voluntárias, centrais de abastecimento, armazenamento e informações de mercados.

Com o objetivo de proporcionar estabilidade à oferta de produtos agrícolas e de preços, a Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL promoveu, no período, a formação de estoques reguladores de carne, leite em pó, arroz, feijão e outros produtos, envolvendo recursos superiores a Cr\$ 20 bilhões, dos quais 3,3 bilhões em 1978.

Com vistas ao fortalecimento do pequeno varejista, em geral instalado nas zonas periféricas das cidades, iniciou-se, em caráter experimental, a implantação do programa denominado Cadeias Voluntárias, congregando comerciantes independentes para a compra em comum, mantidas a autonomia jurídica e financeira dos associados. Procurou-se, de um lado, revalorizar o papel social do

atacadista e, através dele, o dos pequenos e médios varejistas e, de outro, oferecer, a preços mais baixos, alimentos e outros produtos essenciais à população desassistida pelos modernos equipamentos de distribuição.

Inicialmente foram instaladas 5 centrais de serviço para atender às cadeias voluntárias localizadas nas cidades de Araraquara, Florianópolis, Brasília, Belo Horizonte e São Paulo, às quais já se encontram integrados cerca de 900 agentes varejistas, interessando a 38,4 milhões de clientes potenciais.

Além da consolidação das 7 centrais de abastecimento CEASAS já instaladas, foram implantadas 19 novas unidades, atendendo praticamente a todas as Unidades da Federação. Igualmente prosseguiu-se na operação de 11 hortomercados já existentes e outros 19 foram instalados e colocados em operação no período.

Ampliou-se a atuação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento — SINAC; com a implementação de 18 mercados do produtor, de 3 feiras cobertas e 4 unidades integradas.

Contando com estímulos especiais do Governo, a capacidade estática nacional de armazenagem a meio ambiente cresceu de 22,5 milhões de toneladas em 1973, para 46,9 milhões de toneladas em 1978 (108%). Além da evolução em termos quantitativos observou-se também a ocorrência de mais adequada distribuição regional.

No tocante à armazenagem a frio, a expansão foi de 85%, alcançando a 647 mil t em 1978 (350 mil t em 1973).

Destaque-se a criação, em 1975, do Programa Nacional de Armazenagem — PRONAZEM, com o objetivo de institucionalizar mecanismos próprios no sentido de suprir o déficit de capacidade armazenadora já existente, bem como elevar a oferta para os anos seguintes.

Para atingir os seus propósitos, o PRONAZEM aplicou recursos no sistema de armazenagem através de três níveis: o dos produtores rurais, com vistas à construção de unidades armazenadoras dentro da própria fazenda; o das cooperativas e empresas privadas de armazéns gerais, objetivando a construção de unidades intermediárias e terminais, e o das empresas públicas de armazenagem, para o aprimoramento da rede existente, aplicação em programas de treinamento e formação de pessoal especializado e elaboração de estudos e desenvolvimento de pesquisas sobre armazenagem.

No período, despenderam-se através do PRONAZEM e outros programas, recursos da ordem de Cr\$ 5,5 bilhões na construção de unidades armazenadoras que atingirão uma capacidade de 4,45 milhões t.

O Sistema de Informação de Mercado Agrícola, tem como objetivo disseminar em todo o território nacional a informação agrícola, levando aos produtores, agentes de comercialização e demais entidades

atuantes, conhecimento preciso e oportuno dos preços, das condições e do movimento dos mercados. Com isso aprimoram-se os processos de comercialização, influenciando-se na formação dos preços, principalmente ao nível de atacado.

O Sistema de Informação conta, atualmente, com 58 agências instaladas em 21 das Unidades da Federação, das quais 43 instaladas no período 1974-1978. As agências emitem, atualmente, cerca de 200 mil informações por dia, as quais são editadas em 4.300 boletins diários.

A característica principal da política de garantia de preços mínimos, sob a responsabilidade da Comissão de Financiamento da Produção — CFP, é a de assegurar ao produtor o preço que o mercado, a longo prazo, deverá pagar, mediante dois procedimentos: através do instrumento AGF (Aquisição do Governo Federal), o excedente de safra é comprado ao preço mínimo previamente anunciado; através do EGF (Empréstimo do Governo Federal) o produtor pode financiar sua colheita, aguardando, assim, melhores oportunidades de mercado.

As aquisições, através do sistema AGF, alcançaram Cr\$ 15,5 bilhões, no período 1974-1978, ao passo que os empréstimos do EGF somaram Cr\$ 99,1 bilhões, dos quais, em 1978, Cr\$ 17,1 bilhões.

Entre 1974 e 1978 foram incluídos na pauta de preços mínimos 24 novos produtos, dos quais 12 em 1974, atingindo o total atual de 42. Destes novos produtos destacam-se alguns de grande significação social e regional, como a carnaúba, as castanhas (do Brasil e de caju) o guaraná, e a uva.

Por último registre-se o extraordinário esforço de descentralização do sistema, com a implantação de agências regionais da CFP, hoje em número de 13, o que vem contribuindo para colocar mais próximo do produtor o seguro de preço oferecido pelo Governo Federal.

Atividade florestal

Os recursos financeiros do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, para o período, foram da ordem de Cr\$ 3 bilhões, a preços de 1978.

No tocante à proteção e conservação da natureza, a área destinada a parques nacionais e reserva biológica foi, nesse período, acrescida de 1 milhão de hectares, com a criação do Parque Nacional da Amazônia, elevando-se para um total de 2,45 milhões de hectares.

Iniciaram-se também programas de interpretação ambiental, executados para os parques e reservas, bem como incentivou-se e promoveu-se a pesquisa científica diretamente voltada para a fauna.

Com relação à coordenação e controle da utilização dos recursos florestais brasileiros, diversos projetos foram executados. O número de árvores plantadas (cerca de 2,4 bilhões de unidades até o ano de 1973), foi acrescido de mais de 4,1 bilhões de unidades no período.

Por outro lado, a área plantada que, até 1973, atingira a 1,375 milhões de hectares, apresentou acréscimo de 1,941 milhões de hectares no mesmo período, implicando a criação de cerca de 500 mil empregos diretos. A participação dos incentivos fiscais no investimento total no período foi de Cr\$ 26 bilhões, (Cr\$ 13 bilhões, até 1973) dos quais 3,5 bilhões em 1978.

Atividade pesqueira

O apoio governamental à atividade pesqueira vem sendo dado desde 1975, segundo a estratégia do III Plano Nacional de Desenvolvimento do Setor Pesqueiro — PNDP (1975-1979), envolvendo quatro programas básicos nas áreas de Pesquisa de Recursos Pesqueiros, Valorização da Pesca Artesanal, Fiscalização da Pesca e Implantação de Terminais Pesqueiros. Ao lado dessas atividades, cuja execução é coordenada pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE — em nível nacional, funciona um esquema de incentivos fiscais (FISSET-Pesca).

O FISSET-Pesca, a partir de 1975, passou a adotar critérios prioritários para financiamento de projetos de desenvolvimento da pesca. Foram selecionadas duas linhas principais de aplicação de recursos: fusão e incorporação de empresa pesqueira e projetos de aquíicultura, tendo sido alocados recursos da ordem de Cr\$ 1,6 bilhões no período, gerando cerca de 7.200 empregos diretos.

Crédito Agropecuário

O crédito tem sido um dos mais importantes instrumentos do desenvolvimento do setor agrícola brasileiro. Apesar das restrições gerais impostas pela política de combate à inflação, o Governo assegurou a expansão do crédito agrícola, tendo o saldo das aplicações do Sistema Nacional de Crédito Rural, em dezembro de 1978, superado a casa dos Cr\$ 300 bilhões.

Além dos incrementos no volume das aplicações, diversas medidas foram adotadas na área de crédito, com vistas a atenuar os efeitos das perturbações climáticas sobre as atividades agropecuárias. Especial ênfase também foi conferida ao crédito vinculado à assistência técnica, com a mobilização de maiores recursos para essa modalidade de financiamento inclusive através dos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional. (POLAMAZÔNIA, POLONORDESTE, POLOCENTRO).

Cacau

Nestes últimos cinco anos a produção cresceu de 160.000 para 283.000t, aumentando 76,88%. A área, em produção no mesmo período, cresceu de 409.000 para 430.000 ha, aumentando 5,13%. A exportação cresceu de 153.000 para 232.000t, aumentando 51,63%. O preço médio ao produtor cresceu de Cr\$ 63,00 para 632,10 p/arroba, aumentando 890,91%. A receita cambial cresceu de US\$ 117 milhões para US\$ 825 milhões, aumentando 605,13%.

Uma análise sobre o aumento de 160 para 283 mil toneladas, mostra resultado devido quase que unicamente ao aumento da produtividade (68,29%), pois a área expandida que entrou em produção no período correspondeu apenas a 21 mil hectares (5,13%). Esses aumentos de produtividade e área em produção de cacau, equivaleu a mais de 3 safras do ano base 1972/73.

O grande esforço da expansão da fronteira agrícola representado por 131 mil novos hectares em desenvolvimento ou preparados para plantio em 1979, representa hoje apenas custo, pois somente entrarão em produção no próximo quinquênio, quando contribuirão também com benefícios, aumentando em 30% a área de produção.

Esse crescimento de produção no período, agregado aos bons preços, representaram um aumento da receita cambial de 605,13% além de incrementos adicionais de Cr\$ 15,6 bilhões na receita dos produtores, US\$ 804,5 milhões para a Nação e Cr\$ 2,9 bilhões de I.C.M. para os Estados Produtores (Bahia 95%), em valores constantes de 1978.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Política Industrial

A necessidade de compatibilizar a atividade industrial do País com as novas diretrizes econômicas adotadas pelo Governo exigiu reorientação de sua política, com vistas à solução de problemas de curto e médio prazos e ajustamento do perfil da indústria, sobre o qual se refletia a ênfase dada, até 1973, à produção substitutiva de bens de consumo duráveis.

Para a consecução desses objetivos, transformações sensíveis foram efetivadas, tanto na área dos estímulos governamentais — incluindo medidas para a efetiva participação do empresariado nacional no esforço que se iniciava — como na estrutura organizacional dos órgãos vinculados ao Ministério da Indústria e do Comércio.

Quando aos estímulos oficiais foi promovida numa primeira etapa, a reformulação do sistema, a fim de conferir-se ênfase aos setores

estratégicos. Posteriormente dirigiu-se o apoio governamental à empresa privada nacional, para que esta pudesse preencher espaços vazios nas áreas de bens de capital, insumos básicos e mineração. Os mecanismos fiscais e financeiros foram orientados no sentido de viabilizar empreendimentos com esse objetivo, incluindo, entre outras, medidas de fortalecimento do sócio nacional em empresas estrangeiras, de garantia da abertura de tecnologias externas, de execução no País da engenharia básica a níveis crescentes e de toda a engenharia de detalhamento. Finalmente, fixaram-se diretrizes com vistas à aceleração do processo de descentralização industrial, segundo o propósito do Governo de fortalecer os pólos industriais do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Sul do País, garantindo ainda prioridade à industrialização do Nordeste, principalmente para os diversos complexos industriais ali localizados.

Relativamente à área institucional, o Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI sofreu modificações estruturais, como a inclusão de representante da Secretaria de Tecnologia Industrial do MIC em todos os grupos setoriais, a revisão da estrutura da sua Secretaria-Executiva, a extinção da Comissão de Coordenação e a criação de grupo setorial para a indústria de material bélico. Além disso, criaram-se condições para que o plenário do Conselho passasse a reunir-se regularmente, possibilitando que matérias de elevado interesse para o desenvolvimento industrial fossem normalmente debatidas conjuntamente com representantes da iniciativa privada.

Em decorrência das medidas adotadas no âmbito do CDI e do CDE, verificou-se nítida mudança na composição setorial dos projetos aprovados, destacando-se a crescente participação da indústria nacional no fornecimento de máquinas e equipamentos.

A progressiva nacionalização de máquinas e equipamentos terminou por influir no número de projetos que receberam incentivos fiscais para importação desses bens e, conseqüentemente, no montante desses incentivos.

Os índices de nacionalização dos equipamentos têm aumentado progressivamente. No período 1973-1977, verificou-se crescimento de 67% para 96% no setor de máquinas rodoviárias, têxteis e pontes rolantes industriais; de 30% para 80% em turbinas e geradores; e de 65% para 75% em equipamentos siderúrgicos.

No tocante à descentralização industrial, os resultados ainda não são de todo satisfatórios, porquanto os efeitos de uma política com esse objetivo somente são sentidos a prazo mais longo. Contudo, já se nota perda de posição relativa do Sudeste, particularmente de São Paulo, nos projetos aprovados pelo CDI.

No que se refere à redução da dependência externa do País, e, portanto, aos seus reflexos sobre a balança de pagamento, os resultados da nova política industrial são comprovados pelos seguintes indicadores: o déficit na área de bens de capital reduziu-se de US\$ 2,7 bilhões em 1974, para US\$ 1,6 bilhão em 1978; na área de insumos básicos o resultado negativo reduziu-se de US\$ 4,7 bilhões em 1974 para US\$ 2,0 bilhões em 1978.

Siderurgia

A evolução da produção siderúrgica entre 1973 e 1978 foi de cerca de 69% (média anual superior a 11%), quando o desempenho da siderurgia mundial sofreu decréscimo de 3%. O País passou, então, de 16.º para 13.º produtor mundial, elevando sua participação de 1,0% para 1,7%.

O consumo efetivo de aço, em lingotes equivalentes, evoluiu de 8,7 para 12,5 milhões de toneladas (acréscimo médio anual de 7,5%).

A soma da produção em 1978 (12,1 milhões de toneladas) com a desestocagem de produtos (700 mil toneladas, das quais 300 mil nas usinas e 400 mil nas indústrias consumidoras) acarretou disponibilidade que permitiu, pela primeira vez, a auto-suficiência em termos físicos, ensejando o atendimento do consumo interno e a geração de excedentes para exportação.

Quanto à balança comercial, embora o volume exportado (1,1 milhão de toneladas) tenha superado o de importações (900 mil), a auto-suficiência não foi alcançada em virtude da maior nobreza dos produtos importados. O déficit após atingir o pico de US\$ 1,4 bilhão em 1974, passou a declinar rapidamente devendo situar-se em cerca de US\$ 160 milhões em 1978.

Tais resultados decorreram de providências voltadas para a expansão da produção, a par da implantação, em 1975, de um sistema de planejamento e coordenação do abastecimento, incluindo importações e exportações.

A SIDERBRÁS, em dezembro de 1975, situou-se como acionista majoritária das empresas siderúrgicas estatais (exceto ACESITA), incorporando assim expressivo complexo de usinas siderúrgicas de grande e médio portes, constituído das subsidiárias CSN, USIMINAS, COSIPA, USIBA, COFAVI, COSIM e PIRATINI.

De 1974 a 1978 foram investidos na área recursos no total de US\$ 7 bilhões. Completou-se o estágio II de expansão da CSN, USIMINAS e COSIPA, tendo-se iniciado o estágio III dessas empresas, que elevará sua capacidade de produção para 4,6, 3,5 e 3,5 milhões toneladas/ano, respectivamente. No mesmo período, deu-se início à implantação dos projetos AÇOMINAS e TUBARÃO.

Destaque especial merece ser dado ao desempenho das três principais empresas siderúrgicas integrantes do sistema SIDERBRÁS (CSN, USIMINAS E COSIPA), que expandiram a sua produção de 3,5 para 6,9 milhões de toneladas entre 1973 e 1978. A COSIPA atingiu em 1978 o nível de 2 milhões de toneladas (600 mil toneladas em 1973):

A AÇOMINAS terá capacidade de produção de 2 milhões de toneladas/ano, devendo ser a primeira empresa a produzir, em grande escala, perfis pesados e compostos, possibilitando ao País substituir importações desses produtos, de alto valor agregado. Os investimentos para sua implantação montam a US\$ 3,6 bilhões, devendo a usina entrar em operação em fins de 1980.

Já a Usina Siderúrgica de Tubarão está dimensionada para produzir 3 milhões de toneladas/ano, com investimentos da ordem de US\$ 2,7 bilhões. O seu primeiro estágio deverá estar concluído até 1983, quando, além de suprir parte da demanda interna, destinará, no mínimo, 40% de sua produção para mercados cativos do Japão e da Itália, ensejando expressiva receita em divisas. Além disso, Tubarão representa iniciativa pioneira no sentido de antecipar a tendência futura da siderurgia mundial, qual seja a de os países desenvolvidos limitarem suas atividades siderúrgicas à laminação final, adquirindo de outros produtores matéria-prima em forma de semi-acabados.

A diferença de produção entre esses dois projetos, embora os investimentos não difiram na mesma proporção, deve-se sobretudo ao fato de que a AÇOMINAS produzirá perfis pesados e compostos, enquanto Tubarão, semi-acabados, cujo valor agregado é sensivelmente inferior ao daqueles produtos.

O apoio governamental à siderurgia ampliou-se com a concessão dos incentivos fiscais, via redução do IPI, para reforço de capitalização das empresas, tendo a iniciativa privada implantado projetos que proporcionaram aumento de 2,6 milhões de toneladas de capacidade.

Em 1978, foram concluídos os principais estudos previstos no Plano Mestre de Siderurgia, que servirão de base para a definição das linhas de expansão Siderúrgica no próximo decênio.

A capacidade instalada deverá elevar-se, dos atuais 13 milhões, para 34 milhões de toneladas em 1988, exigindo investimentos de aproximadamente US\$ 25 bilhões, 60% dos quais já definidos.

Merecem ainda registro, entre outras providências adotadas pelo CONSIDER, a uniformização dos preços de produtos siderúrgicos planos do País, com o principal objetivo de interiorizar o desenvolvimento; o apoio a projetos à base de sucata e carvão vegetal, com vistas à diminuição da dependência de redutores externos; e regulamentação da distribuição e relaminação de produtos planos, reservando-se essas atividades à iniciativa privada nacional.

Finalmente, cabe assinalar a significativa contribuição do programa siderúrgico ao progresso da indústria nacional de bens de capital. O índice de nacionalização dos equipamentos evoluiu de 25% nos estágios I e II de expansão para mais de 65% no estágio III, ora em implantação, devendo atingir 85% nas próximas etapas.

Não-ferrosos

O CONSIDER, a partir de agosto de 1974, assumiu o encargo de coordenar atividades voltadas para o desenvolvimento do setor de não-ferrosos, tendo sido aprovado em janeiro de 1975 o Programa Nacional de Desenvolvimento da Indústria de Metais Não-ferrosos.

Conforme previsto nesse Programa, o CONSIDER atualizou, em 1977, as projeções do mercado brasileiro dos metais não-ferrosos comuns para o período 1977 - 1986. Com base nesse trabalho, concluiu-se que, considerados apenas os projetos já definidos, o País ainda dependerá de fontes externas para o abastecimento de alguns desses metais.

A produção aumentou, no quinquênio, em praticamente todos os metais não-ferrosos comuns, enquanto o consumo aparente cresceu a taxas médias anuais de 9,1% para o alumínio; 8,5% para o cobre; 0,3% para o chumbo; 5,3% para o zinco; 6,3% para o estanho e 1,8% para o níquel.

O balanço externo mostra que após o pico de 1974 o déficit caiu em 1975, para novamente subir em 1976 e 1977. Já em 1978, contudo, retomou a tendência declinante, devendo o déficit situar-se perto de 340 milhões, acarretando redução de mais de US\$ 90 milhões em relação a 1977.

As importações de alumínio e de cobre tiveram significativa participação nos dispêndios de 1978, respectivamente, US\$ 122 milhões e US\$ 197 milhões (84% do total). Contudo, é justamente em relação a esses produtos que deverá ocorrer ampla redução da dependência externa, tendo em vista os projetos em andamento e, especialmente quanto ao alumínio, as reservas brasileiras de minério — em particular na Amazônia, onde há uma feliz associação de grandes volumes de bauxita com excelente potencial de geração de energia hidroelétrica.

A partir de 1975 até o final de 1978, o CONSIDER aprovou 12 projetos de expansão e implantação de metais não-ferrosos, com investimentos da ordem de US\$ 2,8 bilhões. Os empreendimentos aprovados em 1975 e 1976 entrarão em funcionamento em 1979.

Alcool

Instituído em novembro de 1975, o Programa Nacional do Alcool — PROÁLCOOL tem por objetivo básico expandir rapidamente a produção de álcool e viabilizar o seu progressivo uso como combustível, mediante crescente proporção de mistura com a gasolina e óleo diesel, bem assim o seu aproveitamento como matéria-prima para a indústria química.

Espera-se alcançar também os seguintes objetivos, de indiscutível importância, com a execução do PROÁLCOOL: redução das disparidades regionais de renda, tendo em vista que as regiões mais pobres do País possuem condições para a produção de álcool em grandes quantidades; redução das disparidades pessoais de renda por ser o Programa grande absorvedor de mão-de-obra; crescimento do produto interno bruto, pelo aproveitamento de fatores de produção ociosos ou subaproveitados; expansão da produção de bens de capital, em virtude de crescente nível de encomendas de equipamentos com altos índices de nacionalização, destinados à ampliação, modernização e instalação de destilarias.

Desde a sua instalação, a Comissão Nacional do Alcool avaliou 208 projetos para implantação e ampliação de destilarias anexas e autônomas, dos quais 81 no último exercício. O acréscimo de capacidade de produção resultante desses projetos será da ordem de 3,9 bilhões de litros anuais, o que elevará a cerca de 5 bilhões de litros/ano a capacidade total do País.

Os novos projetos demandarão recursos da ordem de Cr\$ 22,2 bilhões, dos quais cerca de Cr\$ 17,5 bilhões financiáveis pelo PROÁLCOOL. Para esses projetos já foram liberados, pelos agentes financeiros do Programa, recursos da ordem de Cr\$ 5,6 bilhões.

Além do apoio representado pelo financiamento da implantação e ampliação de destilarias, o Governo adotou outras medidas de estímulo à produção de álcool, entre as quais devem ser destacadas as seguintes: extensão do subsídio de equalização do preço da cana, no Norte/Nordeste, aos fornecedores de destilarias autônomas, estabelecimento do crédito de warrantagem em todo o País, na base de 80% do valor do produto no Centro/Sul e 95% no Norte/Nordeste; incorporação do ICM da matéria-prima ao preço de paridade assegurado aos produtores; redução da relação de paridade de 44 para 42 litros de álcool por saca de açúcar.

Espera-se ultrapassar com tranquilidade a meta de 3 bilhões de litros de produção, prevista para a safra 1980-1981.

Quanto ao escoamento do álcool anidro, destinado à mistura carburante, além da dinamização dos centros existentes, o Governo implantou outros, como os de Salvador e Fortaleza, que absorverão

parcela ponderável da produção dos Estados de Alagoas e Pernambuco. O excesso de produção de São Paulo passou a ser distribuído pelos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.

Recentemente, o Governo adotou novas providências com vistas à agilização no escoamento do álcool, transferindo a retirada do produto das destilarias para os distribuidores de petróleo.

Por outro lado, o Programa está proporcionando a realização de diversas pesquisas, visando à ampliação do uso do álcool, seja como combustível, seja como insumo para a indústria química. Outras pesquisas também vêm sendo executadas com vistas ao aperfeiçoamento das técnicas de cultivo das espécies vegetais produtoras de matérias-primas, utilização de fontes pioneiras para a produção de álcool e aproveitamento econômico do vinhoto. Os investimentos comprometidos com os projetos em andamento montam a Cr\$ 555,2 milhões.

Os resultados desses trabalhos na área tecnológica permitiram o domínio da técnica de conversão de motores para funcionarem exclusivamente com álcool hidratado, já existindo diversas frotas especiais de veículos com esse tipo de motor.

Praticamente concluída a primeira etapa do Programa, o Governo já iniciou estudos visando à subsequente, voltada para a utilização em larga escala do álcool como combustível exclusivo para veículos automotores. Nesse sentido, prosseguem em ritmo acelerado tanto as pesquisas na área de motores como os entendimentos com a indústria automobilística, prevendo-se para breve a produção, em série, de carros movidos totalmente a álcool hidratado.

Petroquímica

O Programa Nacional de Petroquímica, aprovado em agosto de 1975, busca alcançar a auto-suficiência do País nessa área, no início da próxima década.

Paralelamente às medidas destinadas à consolidação do Polo Petroquímico de São Paulo, o Governo adotou outras com vistas à implantação do Polo Petroquímico do Nordeste, segundo a política de descentralização industrial, de atenuação das disparidades regionais de desenvolvimento e de fortalecimento do empresário nacional.

Assim é que foram instaladas, em São Paulo e no Rio de Janeiro, unidades industriais voltadas para a produção de ácido tereftálico, negro de fumo, polipropileno, elastômeros especiais e resinas ABS, todas com incentivos do Conselho de Desenvolvimento Industrial e apoio de outros órgãos governamentais de estímulo ao desenvolvimento industrial.

Quanto ao Pólo Petroquímico do Nordeste, foram implantadas a Central de Matérias-Primas e de Utilidades da COPENE — Petroquímica do Nordeste S.A. e uma vintena de unidades industriais destinadas à produção de ácido sulfúrico, amônia, uréia, metanol, anidrido ftálico, anidrido maleico, octanol, óxido de etileno e etileno glicol, polietileno de alta e baixa densidade, TDI, DMT, caprolactama, polipropileno, estireno e poliestireno. Encontram-se em estágio adiantado de construção as fábricas de cloreto e policloreto de vinila, acrilonitrila, formaldeído e hexametilenotetramina.

Ainda no Nordeste (Bahia e Alagoas) foram concluídas instalações produtoras de cloro e de soda cáustica de grande porte e promoveu-se a expansão da indústria de elastômeros sintéticos de Pernambuco, assim como iniciou-se a implantação das unidades de decloreto e eteno de álcool em Maceió.

Finalmente, em agosto de 1975, o Conselho de Desenvolvimento Econômico aprovou o programa de implantação de um terceiro pólo petroquímico no Rio Grande do Sul, com a finalidade de atender à demanda nacional dos principais produtos petroquímicos, o que deverá ocorrer em 1979.

A Central de Matérias-Primas desse novo complexo petroquímico já se encontra em plena execução, a cargo da Petrobrás Química S.A. — PETROQUISA e da Financiadora de Insumos Básicos S. A. — FIBASE.

Por outro lado, as unidades de segunda geração, que dispõem de instalações para produzir polietileno de alta e baixa densidade, policloreto de vinila, estireno e poliestireno, polipropileno, óxido de propeno e borracha sintética, já se encontram em início de implantação.

O atual estágio do setor petroquímico brasileiro permitiu, adicionalmente, a maior intensificação dos trabalhos de absorção, adaptação e desenvolvimento de tecnologia, particularmente nos segmentos de fabricação dos produtos básicos e da produção de derivados do álcool etílico.

Fertilizantes

O Programa Nacional de Fertilizantes, aprovado em novembro de 1974, foi instituído com o objetivo de tornar o País auto-suficiente nesse importante tipo de matéria-prima. Para 1980, foram estabelecidas as seguintes metas globais (em mil toneladas): nitrogenados, 1.400; fosfatados, 1.600; potássicos, 1.000.

A capacidade atual de produção de nitrogenados é de 395 mil t/ano. Prevê-se oferta futura de 1,17 milhão de t/ano, tendo em vista os seguintes projetos já aprovados pela Comissão Executiva de

Fertilizantes — CEF: Projeto Sergipe (209 mil t/ano); Projeto Araucária (276 mil t/ano); Projeto Norte-Fluminense (209 mil t/ano) e Projeto CRN (82 mil t/ano). Entretanto, a meta para 1980 não será atingida, devendo a produção alcançar 563 mil t/ano e o consumo quase 800 mil, com déficit superior a 230 mil toneladas. ¹

Quanto a fosfatados, a atual capacidade de produção é da ordem de 338 mil t/ano em P2O5. Os projetos já aprovados permitirão elevar essa produção para 1.492 mil t/ano entre 1981 e 1982. Em 1980 o País já deverá estar produzindo cerca de 800 mil toneladas, o que representará cerca de 40% do consumo total daquele ano (2,0 milhões de t).

Para os potássicos não há ainda produção nacional. Existe, contudo, um projeto já aprovado com vistas à exploração das jazidas de Carmópolis (SE). Em dezembro de 1977, foi constituída a PETROBRÁS Mineração, com início de suas operações previsto para 1982, quando estará produzindo 500 mil t/ano e, a partir do ano seguinte, 1 milhão de toneladas, o que corresponderá a quase 50% do consumo total previsto para 1983 (2,0 milhões de t).

Por fim, vale salientar que os dispêndios anuais com a importação de fertilizantes, no período 1975-1978, foram inferiores aos de 1974.

Defensivos agrícolas

O Programa Nacional de Defensivos Agrícolas — PNDA, aprovado em agosto de 1975, tem por finalidade a progressiva auto-suficiência desses insumos. Para 1980, foram estabelecidas as seguintes metas globais (em toneladas): inseticidas, 59.028; fungicidas, 32.226; e herbicidas, 32.262.

Com base nos projetos aprovados — a maioria já em funcionamento e outros em fase de instalação ou de ampliação — verifica-se que as metas de produção do PNDA para 1980 serão ultrapassadas. Para diversos produtos (BHC, Oxiclureto de cobre, trifuralina etc.), essas metas já foram alcançadas.

O Conselho de Política Aduaneira baixou diversas resoluções visando à nacionalização dos produtos formulados — principais itens na importação de defensivos — e, ao mesmo tempo, ao estímulo da produção nacional de ingredientes ativos.

Em 1974, a importação de defensivos agrícolas foi de 77,8 mil toneladas, contra 59,5 mil toneladas em 1973, ocorrendo estabilização no período de 1975 a 1977, em torno de 52 mil toneladas; já em 1978, as importações reduziram-se para o total de cerca de 38,6 mil toneladas. Em valor, as importações evoluíram no período 1973-1977 de US\$ 128,3 para US\$ 195,00 milhões CIF.

Papel e celulose

O Programa Nacional de Papel e Celulose - PNP, aprovado em dezembro de 1974, objetiva promover, a médio prazo, a auto-suficiência de papéis e, em relação à celulose, garantir o abastecimento interno e gerar excedentes exportáveis de, pelo menos, 2 milhões de toneladas em 1980. As metas de capacidade de produção para 1980 são de 3,68 milhões e 4,2 milhões de toneladas, respectivamente, para papel e celulose.

Prevê também o PNP inversões em reflorestamento, de modo a permitir a obtenção da matéria-prima necessária à produção de celulose, inclusive para exportação, podendo-se atingir em 1980 cerca de 2,5 milhões de hectares florestados.

Os projetos em implantação na área de papéis permitirão que se alcance em 1980 produção da ordem de 3,4 milhões de toneladas. Essa diferença em relação à meta estabelecida será compensada por menor consumo, uma vez que este não evoluiu segundo as previsões iniciais. Assim, poder-se-á atender às principais linhas de fabricação, exceto no caso de papéis para imprensa periódica e de alguns tipos especiais.

No que se refere à celulose, já em 1978 atingiu-se a auto-suficiência, tanto na produção de fibra longa quanto na de curta, obtendo excedentes exportáveis de aproximadamente 600 mil toneladas de celulose de fibra curta.

Cimento

Em março de 1977 foi aprovada pelo CDE elenco de medidas em favor da indústria cimenteira, com vistas a orientar a ação dos empresários e dos órgãos oficiais, no sentido de se alcançar a auto-suficiência e criar excedentes exportáveis. Para 1980, foi estabelecida a meta de 27,5 milhões de toneladas.

No período de 1974-1978, a produção de cimento apresentou acréscimo de 73%, passando de 13,4 milhões de toneladas, para 23,1 milhões, o que proporcionou o declínio das importações.

Em 1978, entraram em operação os projetos da Companhia de Cimento Portland Cauê, em Mesquita (MG), elevando a produção de 120 mil para 440 mil t/ano, e o da Cimento Santa Rita S.A., em Piaçaguera (SP), dobrando a produção de cimento alto forno, de 220 para 440 t/ano.

A política de progressiva nacionalização de equipamentos vem obtendo resultados excelentes, tanto assim que a maioria dos projetos aprovados recentemente, ou em análise no CDI, apresenta índice em torno de 90%. Por outro lado, no sentido de colaborar para o êxito da política energética governamental, o CDI tem condicionado a aprovação de projetos em análise ao emprego alternativo ou complementar do carvão mineral, quando viável o uso deste combustível.

Barrilha

A produção de barrilha no País, a cargo da Companhia Nacional de Álcalis, não vem crescendo a contento (135 mil t em 1973, 141 mil t em 1977 e 121 mil t em 1978), acarretando níveis crescentes de importação (42 mil t em 1973, 137 mil em 1977 e cerca de 190 mil em 1978).

Por isso, tendo em vista que a barrilha é insumo básico de grande importância para as indústrias de vidros, sabões e detergentes, produtos, têxteis e de couro, petróleo, siderurgia, alumínio, antidetonantes, explosivos etc., o objetivo básico do Governo é a obtenção, a médio e longo prazos, de auto-suficiência. Para tanto, possui o País, em abundância, todas as matérias-primas necessárias à sua industrialização, podendo mesmo transformar-se em exportador.

A Álcalis do Rio Grande do Norte S.A. — ALCANORTE é a principal subsidiária da CNA, responsável pela implantação do segundo polo de produção de barrilha, com capacidade de 200 mil t/ano.

O novo complexo industrial localiza-se no Município de Macau (RN), com a entrada em operação de sua primeira etapa prevista para 1981, enquanto a conclusão da segunda dar-se-á por volta de 1984, duplicando sua produção inicial que atingirá 400 mil t/ano.

No Estado do Rio, o complexo industrial de Cabo Frio inclui uma fábrica de barrilha com capacidade para 150 mil t/ano. Atualmente acha-se em conclusão a segunda etapa de ampliação, cujo objetivo é o de elevar sua produção para 200 mil t/ano de carbonato de sódio, com investimentos de Cr\$ 420 milhões.

Tecnologia industrial

No campo da tecnologia industrial, o Governo tem procurado orientar o investimento externo para áreas onde ainda não exista tecnologia nacional em grau satisfatório.

Grande esforço vem sendo desenvolvido no sentido de se criar uma infra-estrutura tecnológica — a níveis de Governo e de iniciativa

privada — que permita a adaptação e absorção de tecnologia dentro das necessidades brasileiras.

Dos 281 projetos implementados pela Secretaria de Tecnologia Industrial no período 1974-1978, cerca de 40 resultaram em produto tecnológico confiável.

Além disso, dentre os programas prioritários em execução devem ser destacados os de solda, corrosão e ensaios de protótipos; metalurgia extrativa; nióbio; fermentação e microbiologia; prevenção da poluição industrial e o de alternativas energéticas renováveis.

Na área da tecnologia para o processamento de nióbio metálico, visa-se ao aproveitamento das reservas brasileiras (75% do total mundial) na produção de supercondutores e de aços de baixa liga. Para tanto, implanta-se o Instituto do Nióbio, com cooperação técnica decorrente de acordos assinados com o Canadá, Alemanha e Japão.

O programa de fermentação e microbiologia objetiva desenvolver novos processos de fermentação e produção de enzimas, para o que estão sendo reunidos em núcleo próprio os grupos que já trabalham nessa área.

Relativamente à prevenção e controle da poluição industrial, deve ser registrada a criação, no MIC, do Grupo de Estudos sobre Poluição Industrial, que vem desenvolvendo inúmeros programas, entre os quais se destacam: estudos e projetos de controle de poluição hídrica; pesquisa para identificação do teor de poluição das indústrias instaladas do País; desenvolvimento de várias alternativas para o aproveitamento econômico do vinhoto; implantação da Estação Experimental de Tratamento de Elementos Industriais e instalação da Estação Móvel de Monitoragem de Poluição Atmosférica.

Menção especial deve ser feita às atividades relativas a tecnologia do etanol, que vêm sendo desenvolvidas desde 1974 dentro do programa de alternativas energéticas renováveis.

O programa envolve atualmente cerca de 25 entidades, destacando-se instituições tecnológicas, universidades e empresas públicas e privadas. Mais de 70 projetos estão sendo implementados, abrangendo as áreas de matérias-primas (cana-de-açúcar, mandioca, sorgo sacarino, babaçu e madeira), desenvolvimento de processos e produtos (usinas de produção), utilização do álcool (motores e turbinas), bem como tratamento e recuperação de resíduos.

Além dos esforços na área da tecnologia alcooleira, vale ressaltar o apoio do MIC à criação de institutos tecnológicos cooperativos privados, quer voltados para setores de grande potencial exportador — como os couros, calçados e afins e o de gemas — quer para o mercado interno, como os de alimentos e de máquinas agrícolas.

No tocante à função normativa, sua execução se realiza através do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — CONMETRO, órgão colegiado que define as políticas nacionais no campo da metrologia.

De igual modo, visando a resguardar as exportações nacionais contra barreiras tecnológicas não alfandegárias e assegurar proteção ao consumidor no mercado interno, o CONMETRO implementa programas de certificação, normalização e controle de qualidade dos produtos industriais brasileiros.

Até o momento foram registrados cerca de mil normas técnicas industriais e um número bem maior encontra-se em elaboração. De outra parte foram iniciados estudos na área de qualidade industrial, em conjunto com outras entidades, objetivando a implantação de Marca de Conformidade às Normas Brasileiras e a emissão de Certificados de Conformidade.

Com a recente criação da Fundação Brasileira de Qualidade Industrial — FBQI, prevê-se acentuado impulso nos setores executivos voltados para as questões da qualidade industrial.

No campo da metrologia, um complexo de laboratórios, abrangendo área total de 220 mil m² (cerca de 20 mil m² de área construída), com o mais sofisticado controle das condições ambientais, formará o Laboratório Nacional de Metrologia do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO, cuja implantação representará, sem dúvida, um marco para a metrologia científica e industrial da América Latina.

Estreitamente ligado ao desenvolvimento do parque industrial brasileiro, pela natureza de suas atribuições, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial — INPI, atua nas negociações de contratos de tecnologia e licença de uso de marcas e patentes. Na área de contratos, tem-se conseguido a eliminação de cláusulas restritivas, especialmente quanto a preços, prazos e condições de absorção de tecnologia importada.

Além disso, é importante registrar a criação, no INPI, do Centro de Documentação e Informação Tecnológica em 1976, facilitando ao empresariado nacional o acesso rápido e seguro à identificação do estado da técnica em âmbito mundial.

Em pouco mais de um ano de funcionamento o Banco de Patentes — o único da América do Sul — quase que dobrou seu acervo, passando de seis para mais de onze milhões de documentos registrados, oriundos de vários países.

Recentes medidas do fortalecimento interno do INPI — aquisição de sede própria, reforço de pessoal de nível superior e nova conceitua-

ção para as receitas pelo exame de contratos de transferência de tecnologia — resultarão em efeitos altamente benéficos para a estrutura e o funcionamento da autarquia, permitindo-lhe maior produtividade, elevação do padrão de seus serviços e, em última análise, melhor exercício do importante papel que lhe cabe na política de desenvolvimento industrial do Governo.

Quanto ao Instituto Nacional de Tecnologia — INT, sua atuação na área de prestação de serviços tem sido de grande importância para os órgãos e entidades governamentais, bem como para as empresas privadas, especialmente, as pequenas e médias. No período foram realizadas 293 mil prestações de serviços a quase 4 mil indústrias e entidades governamentais.

O Instituto Nacional de Pesos e Medidas — INPM, por sua vez, também executa intensa atividade de prestação de serviços no campo metrológico (cerca de 10 milhões de instrumentos de medidas aferidos).

Comércio exterior

Não obstante as dificuldades decorrentes da crise internacional do petróleo, o País logrou alcançar resultados animadores em seu comércio exterior.

Do lado das exportações, buscou o Governo expandir as vendas externas em ritmo superior ao do crescimento da dívida, objetivando ainda ampliar a capacidade de importar como meio de assegurar adequado nível de desenvolvimento econômico e social.

Quanto às importações, além das medidas de racionalização do uso de combustíveis, de prospecção de petróleo e de execução de programas para a produção interna de bens de capital e insumos básicos, outras foram adotadas com o objetivo de conter compras no exterior.

Sob o ângulo da diversificação de mercados, deve-se registrar a importância crescente que vêm assumindo, no comércio exterior brasileiro, as negociações com os países em vias de desenvolvimento, que aumentaram sua participação de forma significativa, passando de 18,1% em 1973 para 27% em 1978.

Nesse sentido, importantes conversações comerciais, do mais alto nível, em diversos países (Irã, Argélia, Irã, Nigéria, Venezuela, México, além de outras nações do Leste Europeu), possibilitaram a concretização de excelentes negócios para o País, a par da abertura de novas oportunidades de intercâmbio.

Do mesmo modo, o desempenho favorável de nossas exportações de produtos industrializados pode ser creditado, em boa parte, ao pa-

pel da Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais à Exportação — BEFIEX, órgão vinculado ao MIC. Em seus sete anos de atuação, a BEFIEX aprovou 46 projetos, envolvendo programas de exportação no montante de US\$ 13,7 bilhões. Desse total, 16 projetos (US\$ 6,1 bilhões) foram aprovados durante o ano de 1978.

Cabe ainda ressaltar que a realização da Feira Brasil Export-77, sob o patrocínio do Governo Federal, muito contribuiu para o esforço de promoção das exportações, pois contou com a participação de 700 expositores, representando 26 setores industriais. O êxito do evento pode ser evidenciado pela presença de 2.600 visitantes estrangeiros, dos quais 800 convidados oficiais, bem como pelo montante de vendas realizadas na Feira (US\$ 180 milhões), com perspectivas, a curto e médio prazos, de se elevar a US\$ 1 bilhão.

Deve-se mencionar, ainda, a atenção do MIC para outros programas em fase de implementação. O de cevada e malte, que visa à substituição de importações e à conseqüente auto-suficiência desses produtos até 1985; e o de estímulos às vendas externas de gado zebu e sêmen, que tenderá a transformar o Brasil em importante exportador desses produtos.

Açúcar

A cana-de-açúcar ocupa cerca de 2,4 milhões de hectares (mais de 5% de toda a área cultivada do País), e proporciona cerca de 1 milhão de empregos diretos (4% da população economicamente ativa na agricultura e na indústria do País).

Também continua importante — a despeito do declínio dos preços do açúcar no mercado internacional a partir de 1976 — a participação da agroindústria açucareira na balança comercial brasileira (média, no período, de 7,%).

O mercado internacional de açúcar apresentou comportamento bastante irregular no quinquênio. Devido aos reduzidos estoques dos países produtores em 1974, os preços de venda atingiram valores excessivamente altos, os quais, a seguir, declinaram rapidamente. Com vistas a equilibrar o mercado internacional de açúcar, os grandes produtores e consumidores reuniram-se em Genebra, firmando, em outubro de 1977, o atual Acordo Internacional do Açúcar, que vigora desde 1.º de janeiro de 1978, com esquemas de preços e de comercialização visando à melhoria das condições do mercado como um todo. Todavia, tal melhoria não pôde ainda ser concretizada em virtude de o Acordo não haver sido homologado pelos Estados Unidos, maior consumidor mundial, assim como não haver recebido a adesão da Comunidade Européia (CEE), que vem realizando política de comercialização predatória, com reflexos bastante negativos na cotação internacional do produto.

Merece destaque a inauguração, em 1978, do Terminal Açucareiro de Maceió, iniciado em 1975, que dispõe de capacidade de estocagem para 200 mil toneladas de açúcar e condições de embarcar mecanicamente 1.000 t/dia de açúcar demerara a granel.

Com os Programas de Modernização da Agroindústria Canavieira, foram realizadas aplicações de recursos, em todo o País, através de financiamentos no total de Cr\$ 39,7 bilhões, a pfeços de 1978, dos quais cerca de um terço nos Estados de Alagoas e Pernambuco.

Como resultado desses vultosos investimentos, a capacidade de produção das usinas do País aumentou significativamente, quase duplicando em Pernambuco e mais do que triplicando em Alagoas. A produção nacional de açúcar, incluído o volume equivalente à transformação em álcool direto, evoluiu, entre as safras 1973/1974 e 1978/1979, de 111 para cerca de 165 milhões de sacos-de 60 kg.

Por fim, o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR) alcançou resultados de elevada significação na execução de projetos integrados de pesquisas nos campos da genética, fitossanidade e agronomia, visando à obtenção de novas variedades canavieiras. Após quase sete anos de pesquisas e experimentos, foram lançadas em Alagoas, em 1977, três variedades RB (República do Brasil), colocadas à disposição dos produtores. Foram também concluídos os estudos, desenvolvidos durante mais de cinco anos, com vistas à fixação do preço da cana-de-açúcar em função do teor de sacarose, sistema já implantado, de forma pioneira, no Estado de Alagoas.

Café

A ação governamental em relação ao setor cafeeiro, empreendida através do Instituto Brasileiro do Café — IBC, caracterizou-se, notadamente no período 1974-1978, por um conjunto de medidas destinadas à recuperação da economia cafeeira nacional, fortemente abalada por fatores climáticos adversos — geadas intensas em julho de 1975, secas anormais em 1977/78 e novamente geadas em agosto de 1978 — e pelo ônus do crescente emprego de insumos por não mais existirem terras virgens nas áreas tradicionais de produção.

A partir do período agrícola 1969-1970, a produção voltou a crescer, basicamente pelo estímulo dos Planos de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC), que financiaram, até 1977, o plantio de cerca de 1,6 bilhão de cafeeiros. De 14,3 milhões de sacas de 60 kg, na safra 1973-1974, passou para 16,1, na de 1977-1978, estimando-se em quase 19,0 milhões a de 1978-1979.

Os PRRC tiveram por objetivo o deslocamento do eixo de produção para regiões não sujeitas à ocorrência de geadas, resultando em redução do número de cafeeiros no Estado do Paraná. Mas, mesmo neste Estado, e também, em São Paulo, os novos plantios foram direcionados para áreas menos sujeitas àquele fenômeno, o que conduziu à conclusão de que, quando os novos cafezais estiverem em franca produção, o rude golpe que em 1975 dizimou cerca de 1,5 bilhão de árvores — mais da metade da população cafeeira nacional — não mais se repetirá com tanta intensidade.

Na área externa, apesar da crise econômica internacional, o Brasil conseguiu manter e até melhorar sua posição, pois em 1974 foram exportadas 13,3 milhões de sacas, com receita de US\$ 980 milhões, anteriormente alcançada em apenas três outros anos.

Em 1975, em decorrência do fenômeno climático adverso então ocorrido, a sensação de escassez passou a dominar o mercado, agravada por problemas surgidos em outros países produtores, dificultando ainda mais o fluxo normal de comercialização. Os preços reagiram apenas no final do ano e as exportações elevaram-se a 14,6 milhões de sacas, rendendo US\$ 934 milhões. No exercício de 1976, marcado pela escassez, as cotações atingiram níveis recordes, resultando vendas com receita de US\$ 2,4 bilhões.

Iniciado o ano de 1977, a elevação vertiginosa dos preços acarretou movimentos contestatórios por parte dos países consumidores, principalmente os Estados Unidos, gerando redução no consumo global. Mas o Brasil conseguiu vender o produto fortemente na primeira metade do ano, época em que as cotações chegaram aos níveis mais elevados. Como resultado de tal política, exportou-se 10,1 milhões de sacas, que renderam US\$ 2,6 bilhões, receita sem precedentes em toda a história do café.

Em 1978, a despeito da conjuntura desfavorável, as exportações atingiram 12,6 milhões de sacas, equivalentes a US\$ 2,6 bilhões.

No período 1974-1978, o total das exportações atingiu US\$ 9,2 bilhões.

Os ganhos reais dessa política foram transferidos também para o produtor brasileiro, pois o preço médio por eles recebido no último quinquênio, a valores constantes, registrou uma elevação de 106,2% em relação ao quinquênio anterior.

Por outro lado, os preços de garantia fixados para o produto evoluíram, entre as safras 1973-1974 e 1978-1979, muito mais rapidamente do que os fixados para os principais produtos agrícolas brasileiros.

No mercado interno, os preços a varejo e atacado cresceram em proporções inferiores aos incrementos verificados no mercado externo, e em

termos reais, no dois últimos anos, ficaram praticamente no mesmo nível. Isso se deveu, em grande parte, à política de assegurar a estabilidade do mercado interno, através do Programa de Suprimento do Café ao Mercado Interno Vinculado à Exportação (PROMIVE), adotada a partir de 1977 até junho de 1978, que garantiu às firmas exportadoras o direito de vender, no mercado externo, duas sacas por unidade comercializada internamente.

Recente análise de evolução das receitas obtidas pelos países produtores, segundo levantamentos da Organização Internacional do Café, antes e depois da geadada de 1975, evidencia ter sido o Brasil o País que maior partido tirou da conjuntura, passando de uma renda de US\$ 911 milhões no período de julho de 1974 a junho de 1975, para US\$ 3,7 bilhões de julho de 1976 a junho de 1977, com aumento de 406% enquanto todo o grupo de países produtores de cafés suaves obteve crescimento de 229%, o dos produtores de robusta 231% e a Colômbia apenas 150%. Somente esses dados bastariam para evidenciar o acerto da política desenvolvida pelo Brasil.

As perspectivas dos preços internacionais são de manutenção, pelo menos, nos níveis atuais, com tendência à elevação, considerando que os estoques brasileiros de café se reduzirão praticamente a zero, deixando o Brasil de exercer o papel de regulador do mercado que teve no passado, quando podia, pelas altas disponibilidades do produto, absorver sozinho oscilações bruscas na produção mundial.

Na verdade, os atuais estoques de café do IBC, em torno de 8,8 milhões de sacas, decorrem unicamente dos excepcionais preços de garantia concedidos pelo Governo na safra em curso e devem ser devolvidos ao mercado já no primeiro semestre de 1979. A próxima safra deverá ser de apenas 16 a 18 milhões de sacas, com o que se terá mais um ano de escassez.

Borracha

O Setor da borracha foi alvo de preocupação do Governo, tendo em vista, sobretudo, o fato de apresentar demanda interna progressivamente crescente, atendida em elevada proporção por importações.

O advento da borracha sintética gerou a expectativa de total substituição do produto natural, sobretudo pelo então baixo custo do petróleo e dos altos investimentos necessários à formação de novos seringaais. Entretanto, apesar dos esforços e das pesquisas efetuadas em países altamente desenvolvidos, como os Estados Unidos, o consumo de borracha sintética no período 1967-1977 esteve numa faixa que variou de 74 a 77%, o que é indicativo da impossibilidade, pelo menos a curto prazo, de se prescindir do produto natural.

Assim, tornou-se urgente a tomada de medidas com vistas a proporcionar ao País auto-abastecimento de borracha natural, o que

se vem constituindo, prioritariamente, em meta a ser atingida no menor espaço de tempo possível, consideradas não só a instabilidade do fornecimento externo do produto, mas também a necessidade da criação de pólos de desenvolvimento da borracha natural em vastas áreas do território nacional, em especial na Região Amazônica.

Nesse particular, assumem grande importância as atividades empreendidas na esfera do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (PROBOR), lançado em 1972 e efetivamente desenvolvido no quinquênio passado. Mediante aplicação de altas somas de recursos do Governo, foram atingidas metas expressivas, visando à ampliação da oferta interna de borracha vegetal, quais sejam: plantio de 27 mil hectares de seringueiras, em decorrência da implantação de 457 projetos financiados; recuperação de área de 1,5 mil hectares de seringais de cultivo; e reabertura de 13,6 mil «colocações» de seringais nativos. Com a entrada em operação comercial dos seringais beneficiados pelo Programa entre 1972 e 1977, espera-se aumento progressivo da produção, a partir de 1979, avaliada em 30 mil toneladas anuais de borracha natural.

De outra parte, o primeiro Programa serviu de experiência e base para o lançamento, em outubro de 1977, do PROBOR II, prevendo-se que em 1992 a produção possa alcançar 158 mil toneladas. O déficit a ser atendido pelo mercado externo é estimado em 36 mil toneladas, ou seja, apenas 23% do consumo (atualmente, ele atinge 70%).

O PROBOR II abrange, prioritariamente, a Região Amazônica e o litoral sul do Estado da Bahia e sua realização está prevista para um período de 5 anos (1978 a 1982).

Para apoio logístico diretamente ao PROBOR II serão investidos pela SUDHEVEA, entre 1978 e 1982, Cr\$ 1,1 bilhão (como parte de programa de Cr\$ 4,2 bilhões), destacando-se a execução, diretamente ou através de convênios, de pesquisas, assistência técnica, treinamento de mão-de-obra, assistência médico-hospitalar e educacional aos seringueiros e suas famílias, assim como grande esforço no sentido de assegurar o normal abastecimento de mercadorias nos seringais da Amazônia, tendo em vista que os altos custos desses bens têm sido, indiscutivelmente, um dos maiores entraves ao aumento da produção.

Quanto à borracha sintética no Brasil, com as providências adotadas pela PETROBRÁS através de suas subsidiárias PETROQUISA, NITRIFLEX e COPERBO, o abastecimento das indústrias manufatureiras passou a depender de importações apenas para os tipos de uso especial, cuja escala de consumo ainda não justifica a implantação de unidades petroquímicas para sua fabricação.

Concluídas as negociações em curso, que visam à instalação de unidade industrial destinada à fabricação de borracha sintética do tipo

isobutileno, necessária à confecção de câmaras-de-ar, o Brasil deverá produzir a quase totalidade de suas necessidades de elastômeros artificiais.

O setor de transformação, englobando um complexo industrial que totaliza cerca de 500 unidades, distribuídas na Região Centro-Sul, vem proporcionando à economia brasileira tranquilidade na produção de todos os artefatos.

Sal

As principais diretrizes adotadas em relação ao desenvolvimento do setor salineiro tiveram em vista, principalmente, o estímulo à modernização e ao crescimento da oferta interna do produto, mediante ganhos de escala e de produtividade das salinas, possíveis a partir do fortalecimento e adequação da estrutura empresarial, da ampliação do consumo interno e do aprimoramento das condições de comercialização, inclusive, com o exterior.

A despeito da influência de fatores climáticos adversos sobre os níveis de produção em determinadas épocas, a produção nacional evoluiu satisfatoriamente nos últimos anos, atendendo plenamente às necessidades do crescente mercado consumidor nacional. Em 1973, o parque salineiro produziu o total de 1,8 milhão de toneladas, que se elevou para 2,5 milhões em 1977 e 2,4 milhões em 1978. Em termos nacionais, a produção média por salina elevou-se de 4,9 mil toneladas em 1973 para 8,5 mil toneladas em 1978.

Merece destaque o início da produção de sal-gema para suprimento a fábricas de soda-cloro localizadas em Alagoas e na Bahia, totalizando 280 mil toneladas em 1977 e 580 mil em 1978. Computada a sal-gema, o setor salineiro alcançou, portanto, produção da ordem de 3 milhões de toneladas em 1978.

Constituiu evento marcante em 1978 o início de exportações de sal nordestino para o mercado mundial, com embarques de quase 111 mil toneladas pelo Terminal Salineiro de Macau (RN), no valor de quase US\$ 2 milhões.

Para 1979 estima-se um consumo de 2,4 milhões de toneladas e uma produção de 2,5 milhões de toneladas de sal marinho, devendo a de sal refinado situar-se ao nível de 426 mil. Evoluindo de acordo com as necessidades dos fabricantes de soda-cloro, a produção de sal-gema, no Nordeste, deverá crescer para 650 mil toneladas.

Seguros

A política governamental de expansão e fortalecimento do mercado segurador brasileiro traduziu-se pela adoção, no período, de elenco de medidas voltadas para o revigoramento da estrutura empresarial - majoritariamente de responsabilidade privada - a ampliação progressiva da oferta interna de seguros (com a regulamentação e diversificação de novas modalidades) e a promoção intensiva da internacionalização do seguro brasileiro (mediante a captação de negócios do exterior).

Tais medidas receberam as respostas esperadas, registrando-se vigoroso fortalecimento econômico-financeiro das sociedades seguradoras: seu patrimônio líquido global elevou-se para Cr\$ 18 bilhões em 1978 e suas reservas técnicas totalizaram Cr\$ 10,5 bilhões.

Além disso, iniciou-se a expansão da oferta de novas modalidades no mercado doméstico, tendo-se registrado aumento real da receita de prêmios de 87% no período 1973-1978. Em 1978 essa receita atingiu o montante de Cr\$ 38,5 bilhões. Acompanhando esse aumento constante e expressivo da arrecadação, o patrimônio líquido das sociedades seguradoras evoluiu do índice 100, em 1972, para o índice 737 em 1977, quando alcançou a casa dos Cr\$ 9,736 bilhões.

Por estarem sendo adequadamente atendidas as necessidades nacionais, puderam as companhias brasileiras de seguros incorporar às suas operações o mercado internacional, propiciando, desta forma, a alteração de nossa tradicional posição de importador de coberturas.

Iniciadas na área internacional há pouco mais de cinco anos, as sociedades seguradoras estão empenhadas num programa de expansão direta, mediante criação de subsidiárias no exterior. O Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, com escritório em Londres desde 1972, dispõe de representação especial em Nova Iorque e vem intensificando suas relações na América Latina.

Recentemente, instalou-se em Nova Iorque uma subsidiária do IRB, a United Americas Insurance Company, empresa que permitirá transferir os excedentes de capacidade para aquela praça, além de possibilitar ao País operar diretamente no maior mercado mundial de seguros, os Estados Unidos. Com isso, o Brasil estará em condições de captar os negócios de resseguros na origem, o que, sem dúvida, ensejará maior flexibilidade operacional a todo o sistema e, conseqüentemente, negócios em maior escala e em bases mais vantajosas.

A captação de negócios externos pelo IRB e pelo mercado brasileiro, que era de US\$ 400 mil em 1970, superou a casa de US\$ 200 milhões em 1977 enquanto que a transferência de resseguros para o exterior, nos mesmos anos, aumentou de US\$ 9,9 milhões para apenas US\$ 46,3 milhões.

Dentro da perspectiva de crescimento dos mercados interno e externo e com a manutenção do desempenho alcançado até agora, prevê-se para 1979 arrecadação total de prêmios da ordem de Cr\$ 53 bilhões (incremento de 37,7% sobre 1978).

Turismo

A ação governamental na área do turismo, através do Conselho Nacional de Turismo - CNTur e da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, foi exercida, no período 1974-1978, com vistas, basicamente, ao crescimento interno da atividade e à melhora do nível do turismo receptivo, a par de medidas concretas de preservação do patrimônio turístico brasileiro natural, cultural e histórico.

Deu-se especial atenção à projeção da imagem turística do Brasil no exterior, e ao lançamento das bases de estruturação e do início de funcionamento do Sistema Nacional de Turismo. Como consequência principal do primeiro desses projetos, realizou-se no Rio de Janeiro, em 1975, o 45.º Congresso Mundial da *American Society of Travel Agents*, ao qual compareceram mais de 5.200 delegados estrangeiros. O Congresso possibilitou maior intercâmbio de informações e conhecimento turístico entre aquela importante associação de classe e os empresários locais do setor.

No tocante ao incremento do turismo interno, a EMBRATUR, pondo em prática as conclusões de estudos realizados, agilizou a promoção do sistema VTD e iniciou sua extensão e adaptação a excursões realizadas por outros meios de transporte, visando ao aproveitamento intensivo da capacidade dos setores de transporte e hospedagem.

Com a instituição do depósito compulsório restituível para os cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no País, foi criado mecanismo eficaz de contenção do turismo emissivo, o qual, aliado às medidas tomadas para o desenvolvimento do turismo interno, permitiu que o déficit da rubrica turismo do balanço de pagamentos decrescesse de US\$ 313 milhões em 1975 para US\$ 303 milhões em 1976 e US\$ 174 milhões em 1977, situando-se em torno de US\$ 140 milhões em 1978.

No que diz respeito ao turismo receptivo, de um total inferior a 400 mil turistas entrados no Brasil em 1974, passou-se em 1977 para mais de 634 mil, devendo ter-se elevado para mais de 650 mil turistas em 1978,

No tocante à administração dos incentivos fiscais e estímulos financeiros a empreendimentos de hotelaria e para outros fins turísticos, a EMBRATUR repassou aos agentes financeiros do FUNGETUR cerca de Cr\$ 300 milhões em 1977 e mais de Cr\$ 700 milhões em 1978.

Os projetos aprovados para benefícios dos recursos do Fiset - Turismo foram contemplados com mais de Cr\$ 252 milhões em 1978, contra Cr\$ 228 milhões em 1977, Cr\$ 153 milhões em 1976 e Cr\$ 88 milhões em 1975.

Ao longo do período 1974-1978, a EMBRATUR aprovou mais de 400 projetos para recebimento de incentivos fiscais no âmbito do Imposto Sobre a Renda de pessoas jurídicas. Os investimentos relativos ao conjunto de empreendimentos incentivados evoluíram significativamente e permitiram a criação de mais de 14.250 empregos diretos, dos quais, quase 1.200 referentes aos projetos aprovados em 1978.

Além disso, o Governo instituiu sistema de redução de impostos para vendas de serviços e mercadorias, efetuadas em moedas conversíveis, o que representará contribuição adicional para o reequilíbrio do balanço de pagamentos na conta turismo.

Construção civil

Criada em 1975, a Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil — CNICC foi incumbida da realização de estudos e trabalhos de natureza técnica objetivando assessorar o Governo para adequada solução dos problemas da construção, bem como para implementação da política de desenvolvimento do setor e análise e encaminhamento das reivindicações empresariais.

A CNICC vem dando ênfase à realização de estudos técnicos, consubstanciados no Plano de Ação Imediata, aprovado no final de 1976, através de contratos com instituições especializadas e de criação de grupos de trabalho. Cumpre destacar, entre os diversos estudos técnicos que vêm sendo realizados, os referentes à implantação do Sistema Nacional de Índices de Preços e do Cadastro Básico das Empresas.

Comércio interno

As áreas de desenvolvimento do setor comercial são de responsabilidade de diferentes organismos do Governo. No âmbito do MIC, a atuação governamental no último quinquênio, através do Conselho de Desenvolvimento Comercial — CDC esteve voltada para a promoção de trabalhos de coleta, compilação e análise de dados estatísticos e das diferentes modalidades de documentação, relativamente às atividades comerciais.

Deve ser destacada a assinatura de convênio com o Estado do Paraná, para execução do Plano Estadual de Comercialização. Essa experiência pioneira visa a identificar as distorções do sistema de comercialização e promover a racionalização de suas operações, a nível esta-

dual, devendo ser estendida às demais unidades interessadas no alcance dos objetivos a que se propõe. Por outro lado, vale também ressaltar que importantes atividades de promoção comercial passaram a ser afetas ao CDC a partir de 1978, com a transferência da Divisão de Exposições e Feiras do Departamento Nacional de Registro Comercial — DNRC, passando à Secretaria-Geral do Conselho a competência para apreciar e conceder autorização a entidades habilitadas para realizar exposições feiras e eventos congêneres em todo o território nacional.

Finalmente, o DNRC, em convênio com o Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO, iniciou, a partir de 1976, a reestruturação do setor de arquivos das 25 juntas comerciais do País, meta inicial do amplo programa de modernização e aparelhamento do setor.

MINAS E ENERGIA

Investimentos

Com vistas à ampliação da oferta de energia elétrica, de modo a atender à demanda decorrente do processo de desenvolvimento econômico, foram realizados investimentos, no período 1974-1978 (excluídos os juros durante a construção), no montante de Cr\$ 325 bilhões (a preços de 1978), dos quais Cr\$ 186,46 bilhões em geração, Cr\$ 40,29 bilhões em transmissão, Cr\$ 39,53 bilhões em subestações e Cr\$ 49,96 bilhões em distribuição e instalações gerais. Incluindo outras despesas de capital, o total aplicado atingiu Cr\$ 396,85 bilhões.

Relativamente a petróleo, foram investidos, no período, Cr\$ 148,7 bilhões, dos quais cerca de 40% no programa de exploração e desenvolvimento da produção, refletindo o esforço empreendido no sentido de acelerar a descoberta de novos campos produtores, bem como dinamizar a produção dos campos existentes. Incluindo outras despesas de capital, o total aplicado atingiu Cr\$ 229,9 bilhões.

Para consolidação do Programa Nuclear Brasileiro, a Empresas Nucleares Brasileiras S.A. — NUCLEBRÁS aplicou o montante de Cr\$ 9,23 bilhões (investimentos e outras despesas de capital).

Quanto ao setor mineral, destaca-se a realização, por parte do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, de investimentos da ordem de Cr\$ 5,41 bilhões. Os programas de geologia e mapeamento básico, prospecção e avaliação de minérios, e o projeto RADAMBRASIL absorveram cerca de 80% daquele valor. De outra parte a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM aplicou Cr\$ 3,56 bilhões (investimentos e outras despesas de capital), dos quais Cr\$ 1,44 bilhão nos programas de pesquisas próprias e assistência financeira à pesquisa mineral.

Finalmente, considerando a recessão por que passa o mercado mundial de minério de ferro, a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD executou uma programação em que, a par da expansão da produção daquele minério logrou a diversificação de suas atividades (reflorestamento, celulose etc.). Os investimentos, acrescidos de outras despesas de capital, alcançaram o montante de Cr\$ 75,6 bilhões, a preços de 1978 (para investimentos de Cr\$ 35,0 bilhões).

Recursos minerais

Diversos programas na área mineral foram desenvolvidos no período 1974-1978, daí resultando significativa ampliação das reservas minerais brasileiras, bem como maior conhecimento da geologia do País.

Concluiu-se o levantamento radargramétrico de todo o território nacional pelo projeto RADAMBRASIL, enquanto se descobriram jazidas de metais não-ferrosos, elevando as reservas conhecidas de alumínio em 47 vezes, as de zinco em 3,5 vezes, as de cobre em 2,2 vezes, as de chumbo em 2 vezes e as de minério de estanho (cassiterita) em 290 vezes. Registrou-se o redimensionamento das reservas de carvão mineral em Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a descoberta de novos depósitos na Amazônia. De 6,8 bilhões de toneladas, em 1973, tais reservas passaram para 21,0 bilhões de toneladas, em 1978.

Destacaram-se, ainda, a descoberta de extensas jazidas de minério de ferro nos Estados do Pará e Rio Grande do Norte e a ampliação das reservas minerais de fosfatos e compostos fosfáticos em 405 milhões de toneladas.

Na área de estudos e pesquisas destacam-se a construção do Centro de Tecnologia Mineral-CETEM e os projetos - no total de 18 - referentes a beneficiamento de minerais, entre os quais: Beneficiamento do Manganês de Urucum, Tecnologia do Carvão Mineral, Lixiviação do Cobre, Beneficiamento dos Minérios de Diatomita e Beneficiamento dos Rejeitos de Scheelita.

Teve prosseguimento, também, o projeto Cadastramento dos Depósitos Minerais do Brasil, visando a implantação do Arquivo Eletrônico de Depósitos Minerais, de acordo com o projeto Sistema de Informações Geológicas - PROSIG, do DNPM.

No que diz respeito a vendas de minério de ferro, os totais realizados pela companhia Vale do Rio Doce - CVRD cresceram 31% em volume e 135% em faturamento, no período 1973-1978. É importante ressaltar que, no mesmo período, enquanto o volume exportado cresceu 14%, as vendas no mercado interno aumentaram 332%. O minério comercializado pela CVRD foi, na quase totalidade, originado da produção de suas minas.

Em 1978, as vendas totais de minério de ferro pela CVRD, incluindo pelotas, somaram 51,750 milhões de toneladas, das quais 42,6 milhões exportadas e 9,15 milhões colocadas no mercado interno. A receita com essas exportações atingiu US\$ 648,0 milhões, enquanto as vendas no mercado interno somaram Cr\$ 1,821 bilhão.

Foi concluída a montagem eletromecânica dos equipamentos do complexo industrial da Mineração da Vale do Paranaíba S.A. — VALEP, empresa subsidiária da CVRD, bem como tiveram início os testes pré-operacionais da mineração e concentração mecânica de fosfato. Ainda com relação a esse projeto, realizaram-se trabalhos de pesquisas de processo de beneficiamento e operação da planta piloto para a produção de lotes de concentrado de mineração e concentração mecânica de titânio, bem como para a produção de lotes de concentrado para avaliação tecnológica do anatásio na mineração e concentração mecânica de titânio.

Da mesma forma, tiveram prosseguimento os trabalhos relativos à VALESUL Alumínio S/A, com a realização de terraplenagem, instalação do canteiro de obras e execução de parte das fundações e estruturas. O projeto VALESUL visa a implantação de usina para a produção de 86 mil toneladas anuais de alumínio, destinadas ao mercado interno, com expansão posterior para 160 mil toneladas anuais, buscando-se a substituição, a curto prazo, de parte do alumínio primário atualmente importado.

Ainda com relação aos projetos a cargo da CVRD, teve prosseguimento o programa de pesquisa mineral, visando a prospecção e avaliação das jazidas de metais não-ferrosos, fosfatos e insumos básicos, para o programa siderúrgico brasileiro. Igualmente, tiveram andamento os trabalhos do projeto Cobre/Pará, localizado a noroeste da Serra dos Carajás, em função dos quais já se pode avaliar as reservas inferidas em 22 milhões de toneladas de cobre sulfatado.

Deve-se ressaltar o início de operações, no mês de agosto de 1978, da Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização-NIBRASCO empresa resultante de associação entre a CVRD e um grupo japonês, liderado pela Nippon Steel Corp., destinada à produção e comercialização de pelotas de minério de ferro. O projeto é composto de duas usinas, ambas localizadas em Tubarão, no Estado do Espírito Santo, cada uma com capacidade de produção de 3 milhões de toneladas anuais. Registre-se ainda, o prosseguimento das obras da Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização — HISPANOBRÁS, que deverá iniciar suas operações no primeiro trimestre de 1979, produzindo e comercializando pelotas de minério de ferro, e que terá uma capacidade nominal de 3 milhões de toneladas anuais.

Com relação à exploração de jazidas, elevou-se o número de alvarás de pesquisa concedidos, que passaram de 2.157, em 1973, para cerca de 8 mil, em 1978, tendo sido aprovados mais de 20 mil pedidos no período.

Foram intensificados os financiamentos às empresas de mineração e as concessões de incentivos fiscais aos projetos de mineração, por intermédio do Grupo Executivo para a Indústria de Mineração — GEIMI. O total de projetos que receberam incentivos no período atinge a 112 (cerca de Cr\$ 2,3 bilhões).

Devem ser mencionadas, finalmente, a atividade de divulgação sistemática dos resultados dos trabalhos de levantamentos e pesquisa mineral e a elevação do valor da produção mineral brasileira em 3,9 vezes, entre 1973 e 1978.

Energia elétrica

Segundo as diretrizes definidas pelo Governo, cumpriu-se um amplo programa de expansão do sistema elétrico nacional que elevou a capacidade instalada de 15,5 GW em 1973, para 25,4 GW, em 1978. O crescimento médio do mercado situou-se em torno de 13% e o acréscimo de potência verificado no sistema resultou da ampliação de capacidade de usinas em operação e da construção de novas unidades. A geração hidráulica respondeu por cerca de 88,6% desse acréscimo.

Devem ser mencionados dentre os empreendimentos que mais contribuíram para a ampliação do parque gerador do país, os seguintes: na Região Sul, a entrada em operação comercial, em 1976, das quatro primeiras unidades geradoras da Usina Hidrelétrica de Salto Osório, com capacidade de 700 MW; na Região Sudeste, a ampliação da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, com um acréscimo de 2,584 MW, e a entrada em operação comercial das Usinas Hidrelétricas de São Simão e Marimondo, com potência de 1,072 MW e 1,440 MW, respectivamente; na Região Centro-Oeste, a ampliação da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, com acréscimo de 416 MW; na Região Nordeste, a conclusão da Usina Hidrelétrica de Moxotó, com potência de 440 MW; e na Região Norte, a conclusão do primeiro estágio da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una, com potência de 20 MW, e a conclusão das Usinas Termelétricas de Tapanã e Manaus, com potência de 128 MW e 100 MW, respectivamente.

Ainda no campo da geração de energia elétrica, cabem ser citados os seguintes grandes projetos que, quando concluídos, adicionarão 23,5 milhões de KW ao parque gerador brasileiro: Usinas Hidrelétricas de Itaipu, Salto Osório, Salto Santiago, Itumbiara, Paulo Afonso IV, Sobradinho, Itaparica, Tucuruí, Foz do Areia, Água Vermelha, Emborcação e o Complexo Núcleo-Elétrico de Angra dos Reis.

O consumo total de energia elétrica em 1978 foi de 98.660 GWh, dos quais a classe residencial participou com 18.405, a comercial com 11.794, a industrial com 57.131 e outros (rural, iluminação pública, tração elétrica, etc.) com 11.328, enquanto em 1973 esses números foram, respectivamente, 55.101, 11.159, 7.377, 29.714 e 6.852.

O número de consumidores atingiu 14,320 milhões, dos quais 12,526 milhões da classe residencial. O consumo de energia elétrica por habitante situou-se em torno de 828 KWh, contra 768 registrado em 1977.

Há de se destacar a aquisição, por parte do Governo Federal, da Light-Serviços de Eletricidade S.A., que até então, era a única empresa de energia elétrica com maioria de capital sob controle de acionista estrangeiro — a BRASCAN Ltd. por Cr\$ 9,5 bilhões.

A fixação do preço de compra obedeceu a uma série de considerações, que analisadas levaram ao valor de US\$ 380 milhões, o qual verificou-se ser substancialmente inferior ao valor patrimonial da LIGHT, que atingia, em junho de 1978 a casa dos Cr\$ 23,7 bilhões, sendo que a BRASCAN Ltd., detinha cerca de 83% desse patrimônio, ou seja, Cr\$ 19,6 bilhões, equivalentes a US\$ 956 milhões.

Desta forma, o preço de compra por ação, de valor nominal de Cr\$ 1,00 cada, foi de Cr\$ 0,52 que, acrescido do Imposto de Renda alcança Cr\$ 0,59. Considerando-se que o valor patrimonial de cada ação, em 30 de junho de 1978, era de Cr\$ 1,31, teve-se uma diferença de Cr\$ 0,72 por ação, relativa ao preço final.

Com relação à implantação da Central Hidrelétrica de Itaipu, empreendimento energético binacional, em construção na fronteira brasileiro — paraguaia, o ano de 1978 constituiu-se em etapa decisiva, sendo levado a efeito, a 20 de outubro — no prazo programado — o desvio das águas do rio Paraná, para um canal de 2 mil metros de extensão, 150 metros de largura e 90 metros de profundidade, representando o desvio de maior volume d'água já realizado em obras desse tipo em todo o mundo.

Ainda naquela data, com a presença dos Chefes de Estado do Brasil e do Paraguai, foi assinado, com firmas brasileiras, europeias e paraguaias integrantes do Consórcio Itaipu Eletromecânica — CIEM, o contrato de aquisição de 18 unidades geradoras completas, de 700 mil KW cada uma, no valor de US\$ 736 milhões.

Atenta à preparação das facilidades de transmissão da energia a ser gerada pela Central Hidrelétrica de Itaipu para os centros consumidores do País, a partir de 1983, a ELETROBRÁS, por intermédio de Furnas Centrais Elétricas S.A., implementou medidas administrativas preliminares objetivando a construção de estações elevado-

ras, retificadoras e inversoras, bem como das linhas de transmissão necessárias, com prioridade para as instalações destinadas à transmissão em corrente contínua.

Para atender aos encargos financeiros da entidade binacional, em 1978 foram captados recursos no total de US\$ 1,0 bilhão.

Em função do aumento da capacidade geradora instalada, no período, realizou-se a construção de linhas e subestações, em sua maior parte nas regiões Sudeste e Nordeste, perfazendo um total de 7.973 km. Tiveram início, ainda, as providências relativas à construção dos sistemas de transmissão associados às Usinas Hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, bem como, estudos para interligação dos sistemas CHESF-ELETRONORTE.

No âmbito das concessionárias locais e estaduais foram desenvolvidos programas de reforma e ampliação de redes, visando atendimento do mercado consumidor dentro dos parâmetros de regularidade e confiabilidade.

Na área de estudos e projetos merecem ser citadas as seguintes realizações: implantação de um sistema de estatísticas para o setor elétrico; elaboração de estudos, visando a implantação de microcentrais hidrelétricas; execução, em convênio com entidades de pesquisa e universidades, de projetos voltados para o aproveitamento de energia solar, eólica, da biomassa, maremotriz e do hidrogênio, integrantes do Projeto Ipiranga e sob a coordenação da Secretaria de Tecnologia do MME; instalação de uma usina piloto de geração de energia elétrica, a partir do álcool combustível; execução, pelo Centro de Pesquisas em Energia Elétrica — CEPEL, dos primeiros estudos-relacionados à transmissão de energia elétrica por corrente contínua a longas distâncias; e execução de estudos hidrológicos relacionados ao aproveitamento do potencial hidrelétrico dos rios Xingu, Tapajós e Madeira.

Petróleo

A produção de petróleo, no período, sofreu pequenas oscilações, situando-se em torno de 9,640 milhões de m³ (9,876 milhões em 1973), enquanto o consumo elevou-se de 45,304 milhões de m³ em 1973 para 59,560 milhões em 1978. As importações também se elevaram no período, passando de 40,890 milhões de m³ para 49,920 milhões. (US\$ 4,3 bilhões em 1978).

O consumo de gasolina automotivas, que foi da ordem de 13,929 milhões m³ em 1973, baixou para 13,135 milhões de m³, aproximadamente, em 1978, apesar do aumento da frota de veículos (em decorrência das medidas de controle do uso do combustível). Com relação aos demais derivados, o consumo em 1978 foi o seguinte: óleo diesel, 15,681 milhões de m³; óleos combustíveis, 18,495 milhões m³; gás li-

quefeito de petróleo, 4,014 milhões m³; e outros, 8,339 milhões m³, enquanto em 1973 esses volumes foram, respectivamente, de 9,713 milhões, 12,630 milhões, 2,944 milhões e 5,388 milhões de m³.

As reservas de petróleo bruto foram estimadas, em 1978, em 177 milhões de m³, e as de gás natural em 42,115 bilhões de m³, com aumento de 44% com relação a 1973, graças aos trabalhos de exploração desenvolvidos pela Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS que, no período 1974-1978, executou, tanto em terra, quanto na plataforma continental brasileira, a perfuração de cerca de mil poços (80 em 1978). Verificou-se também acréscimo da ordem de 73% da capacidade do parque refinador, que de 732 mil barris/dia em 1973 passou para 1,265 mil barris/dia em 1978. Deve-se destacar o prosseguimento da construção da Refinaria de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, visando ao atendimento da demanda de combustíveis derivados de petróleo na região geoeconômica dos Estados de São Paulo e Mato Grosso, do Norte e do Sul, permitindo a manutenção da auto-suficiência nacional. Quando pronta, tal refinaria terá capacidade nominal para processamento de 30 mil m³/dia petróleo.

Registre-se, também, a ampliação de refinarias pertencentes ao parque de refino nacional, destacando-se, entre elas: Refinaria Alberto Pasqualini com o objetivo de aumentar a oferta de derivados de petróleo, a fim de acompanhar o crescimento da demanda no Estado do Rio Grande do Sul, inclusive fornecendo matéria-prima para o Pólo Petroquímico do Sul — COPESUL (depois de ampliada, terá capacidade de refino da ordem de 27 mil m³); Refinaria Gabriel Passos, que terá sua capacidade nominal aumentada para 21 mil m³/dia; e Refinaria Landulpho Alves, que teve concluídas obras de ampliação, acrescentando-lhe a capacidade de 8 mil m³ tornando-a capaz de refinar 20.400 m³/dia de petróleo.

A capacidade de transporte da Frota Nacional de Petroleiros — FRONAPE, foi ampliada, com a incorporação de 837 mil Tpb. Foram concluídos os oleodutos de São Sebastião-Vale do Paraíba-Utinga, Araucária-Paranaguá e os do Estado da Bahia, além da ampliação da capacidade de tancagem em 2,045 milhões de m³, com a conclusão dos terminais da Bahia de Ilha Grande, São Francisco do Sul e Tramandai.

Os investimentos realizados pela PETROBRÁS em 1978 totalizaram Cr\$ 35,0 bilhões, dos quais Cr\$ 17,43 bilhões com exploração e desenvolvimento da produção, Cr\$ 7,3 bilhões com refino, Cr\$ 3,78 bilhões com transporte marítimo, Cr\$ 5,16 bilhões com terminais e dutos, e Cr\$ 310 milhões com industrialização do xisto, além de dispêndios com pesquisas tecnológicas, administração geral, desenvolvimento de pessoal, etc.

Carvão e Xisto

Desenvolveu-se, no período, amplo programa voltado para a utilização do carvão no meio industrial, como substitutivo dos derivados do petróleo, atribuindo-se à Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB os encargos de compra, estocagem e comercialização do produto. Foram intensificados os trabalhos de implantação da Indústria Carboquímica Catarinense — ICC, dimensionada para a produção de fertilizantes fosfatados a partir da pirita carbonosa e rocha fosfática.

Em termos de informações quantitativas (ano de 1978), devem ser destacadas as seguintes, relativamente ao carvão metalúrgico: produção de 1,35 milhão de t; consumo em torno de 5 milhões de t; importações de 4,05 milhões de t. Quanto ao carvão vapor: produção total de 3,42 milhões de t (Paraná, 220 mil t, Santa Catarina, 1,5 milhão de t e Rio Grande do Sul, 1,7 milhão de t); consumo total de 2,85 milhões de t (Paraná 250 mil t, Santa Catarina 1 milhão de t e Rio Grande do Sul 1,6 milhão de t).

Com relação à industrialização do xisto, teve prosseguimento o projeto que visa ao aproveitamento do xisto de Irati, através de mineração a céu aberto e construção de uma usina industrial para extrair 8 mil m³ de óleo por dia. Este projeto prevê, ainda, a construção de um oleoduto até a Refinaria Presidente Vargas, onde haverá uma unidade de hidrotreatamento.

Energia nuclear

O Programa Nuclear Brasileiro teve prosseguimento, apresentando bons resultados, tanto no que diz respeito ao tratamento do programa industrial, englobando as áreas de reatores e de combustíveis nucleares, de responsabilidade da Empresas Nucleares Brasileiras S.A. — NUCLEBRÁS, quanto às funções de planejamento, fiscalização, normas, pesquisas e infra-estruturas, a cargo da Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN.

Tiveram andamento as obras de construção da Usina Termonuclear Almirante Álvaro Alberto, situada em Angra dos Reis (RJ), cuja primeira unidade, com capacidade de produção de 684 MW, tem operação prevista para 1979. No exercício de 1978 foram recebidas as primeiras cargas de urânio a serem utilizadas pela Usina. Da mesma forma, tiveram prosseguimento as obras de construção das unidades II e III, com potência nominal de 1.300 MW cada uma, que entrarão em operação, respectivamente, em 1983 e 1985.

O Projeto de Aplicação de Radioisótopos desenvolveu-se em cinco grandes áreas de aplicação: agricultura (com os projetos Feijão, Ciências Animais, Hidrologia e Controle Ambiental); biologia e medicina; engenharia e indústria e produção de radioisótopos. A execução das pesquisas é feita por intermédio de convênios com instituições de pesquisa e universidades.

Prosseguindo as atividades do Projeto Serviços de Segurança e Radioproteção, vinculado ao Subprograma Controle da Poluição, desenvolvido pela CNEN, cujo objetivo principal é assegurar que a utilização da energia nuclear no País se desenvolva de forma a preservar o meio ambiente e garantir a saúde pública, no que concerne aos riscos decorrentes da produção, processamento, armazenamento, transporte e eliminação de materiais radioativos naturais e artificiais, bem como do uso e operação de outras fontes diretas ou indiretas de radiação ionizante.

Outros projetos que tiveram prosseguimento foram: desenvolvimento da Tecnologia de Combustíveis Nucleares, Formação de Estoques de Materiais Nucleares e Desenvolvimento da Tecnologia de Reatores (este de responsabilidade conjunta da CNEN, NUCLEBRÁS e ELETROBRÁS).

O programa de Prospecção, Pesquisa Mineral, Avaliação e Desenvolvimento de Jazidas de Minérios Nucleares, levado a efeito pela NUCLEBRÁS, proporcionou até 1978 considerável aumento nas reservas brasileiras de urânio, traduzidas pelo desenvolvimento e avaliação de jazidas já conhecidas e pela descoberta de novos jazimentos. Assim é que, ao final de 1978, as reservas geológicas de urânio, em toneladas métricas de U_3O_8 , estavam assim distribuídas: 73.500 t medidas e indicadas e 68.000 t inferidas, perfazendo o total de 142.300 t.

Com relação ao Projeto Industrial de Poços de Caldas, tiveram prosseguimento as obras civis, de engenharia, montagem e aquisição de equipamentos. Este complexo industrial está localizado no Estado de Minas Gerais e compõe-se das seguintes áreas: mina, preparação e manuseio de minério, usina de processamento químico, fábrica de ácido sulfúrico, utilidades e administração destinadas à exploração, beneficiamento e produção do diuranato de amônia (yellow cake).

A NUCLEBRÁS está negociando com as firmas British Nuclear Fuel Limited (Inglesa) e Uranium Pechiney Ughine Kuhlmann (Francesa) o fornecimento de serviços de conversão a UF_6 . Tal negociação visa a assegurar o fornecimento destes serviços até a entrada em operação da usina de conversão que será construída no País. Por outro lado, em março de 1978, entrou em vigor o contrato de enriquecimento de urânio assinado entre a URENCO e a NUCLEBRÁS, enquanto

que o contrato firmado entre a empresa brasileira e a KWU para a fabricação dos elementos combustíveis do primeiro núcleo de Angra II e III entrou em vigor no mês de fevereiro.

Com relação à usina de reprocessamento a ser construída no País, seu projeto conceitual foi desenvolvido nos escritórios da KEWA, na República Federal da Alemanha, com participação de técnicos brasileiros. Este projeto visa a transferência para a NUCLEBRÁS de tecnologia necessária para o planejamento, projeção, construção, comissionamento e operação de uma usina, destinado ao reprocessamento dos elementos combustíveis irradiados nos reatores das centrais nucleares brasileiras.

Finalmente, cabe salientar o prosseguimento do Programa de Formação e Treinamento de Pessoal para servidores de nível superior e médio, nas diversas áreas de atividade da NUCLEBRÁS e suas subsidiárias. Este programa visa a preparação de pessoal para o estabelecimento da infra-estrutura humana adequada para a efetiva assimilação da tecnologia transferida pela aplicação do Acordo Nuclear de Cooperação Industrial, realizado com a República Federal da Alemanha, e para o conseqüente incremento da participação local na construção e instalação de indústrias nucleares.

INTERIOR

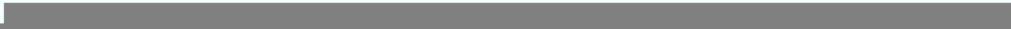
Durante o período de 1974 a 1978 o Ministério do Interior executou programas e projetos de grande interesse para o desenvolvimento do País. Mobilizou, em articulação com outros Ministérios, especialmente os da Fazenda e da Agricultura, elenco considerável de instrumentos necessários à implementação da atividade do Governo voltada para o desenvolvimento regional.

Dentre esses instrumentos destacam-se os Programas Especiais (POLONORDESTE, POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, etc), além de outros, como os de apoio financeiro, prestado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. e pelo Banco da Amazônia S.A., à agricultura, à indústria e aos serviços, nas suas respectivas áreas de atuação.

Projetos prioritários sub-regionais foram também objeto de atenção especial do Ministério em estreita articulação com os Ministérios atuantes nestas áreas e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia — POLAMAZÔNIA

O POLAMAZÔNIA foi instituído em 1975, com a finalidade de promover a implantação de infra-estrutura necessária à ocupação de áreas selecionadas na Amazônia Legal, a partir da utilização dos eixos



Na área social, 33 projetos de saúde encontram-se em andamento, voltando-se as ações do Ministério da Saúde, para a erradicação da malária (9 milhões de comprimidos distribuídos), vigilância da febre amarela e para o controle de endemias.

*Programa de Recuperação Sócio-Econômica
do Nordeste Paraense*

O Programa é executado diretamente em 31 Municípios daquela área, envolvendo obras de infra-estrutura básica de transportes, energia e saneamento, atividades nos setores produtivos da agricultura, pecuária e pesca, e também projetos de educação, saúde e desenvolvimento urbano. No período 1977-1978 foram programados recursos da União no total de Cr\$ 172,0 milhões (a preço de 1978).

No campo da agropecuária destacam-se as seguintes atividades: a produção de sementes de algodão e um campo de produção de sementes de maracujá, com área de 10 mil ha; a fruticultura, em geral, teve uma produção de 308 mil mudas; em fase de instalação um laboratório de análises químicas de óleos essenciais; para a melhoria da pecuária leiteira; uma unidade experimental padrão. A Colônia Agrícola de Capitão Poço foi reestruturada e ativada mediante a abertura e recuperação de 28 km de estradas e a implantação de um armazém com capacidade para 30 mil sacos.

A infra-estrutura econômica foi beneficiada com a construção de 13 km da rodovia PA-458 (Bragança-Ajuruteua) e o prosseguimento dos projetos de reforma e ampliação de redes de distribuição bem como o levantamento topográfico plani-altimétrico e semicadastral de uma área de 1.050 ha.

No campo da educação e capacitação de recursos humanos, foram proporcionados treinamentos para 403 profissionais do setor de saúde, treinamento de 393 professores do 1.º grau e 168 do 2.º grau.

*Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas
do Nordeste — POLONORDESTE*

Os recursos destinados ao POLONORDESTE, no período 1975-1978, foram da ordem de Cr\$ 9,6 bilhões, a preços de 1978.

Os produtores rurais nordestinos vêm recebendo assistência técnica de extensão rural através de um núcleo de apoio montado nos 28 PDRIs em execução efetiva, o que já possibilitou o atendimento direto a cerca de 55 mil produtores.

O POLONORDESTE tem promovido a formação de cooperativas e seu gradual fortalecimento e aumento das facilidades para prestação de serviços por 118 técnicos.

No campo da regularização fundiária, os esforços estão mais concentrados, atualmente, nos Estados da Bahia, Piauí e Maranhão. Já foram iniciados processos de titulação de cerca de 3.500 propriedades e concluídos aproximadamente 500. Somente no PDRI das Fazendas Estaduais do Piauí foram demarcados cerca de 1.600 Km².

Relativamente ao setor de infra-estrutura foram executadas estradas vicinais, que resultaram na implantação de 891 km, correspondendo a 53 trechos. Outros 353 km estão em fase adiantada de construção. Em eletrificação rural foram construídas duas subestações e 1.052 km de linhas de distribuição rural, que beneficiaram mais de 1.100 produtores rurais. Estão em construção mais 813 km e uma subestação.

As ações no campo da infra-estrutura social conferiram maior ênfase aos projetos de saúde. Foram ampliados e reequipados cinco hospitais, estando outros quatro em construção. Concluíram-se 111 minipostos e postos de saúde, tendo sido reequipados ou reformados 42 e iniciada a construção de 58 novos. Além disso, foram construídas 64 unidades de saúde e iniciada a construção de mais 38 unidades, o que, aliado ao treinamento de 205 profissionais, permitiu a realização de 392 mil consultas; aplicação de 364 mil vacinas; atendimento de 51 mil pessoas em ambulatórios; extensão de benefícios a 84 mil pessoas em programas de erradicação de doenças transmissíveis; fornecimento de alimentação suplementar e educação sanitária a 31 mil nutrízes e tratamento odontológico a 107 mil pessoas. Quanto aos projetos de educação, destacam-se a construção de 171 unidades escolares, reformas ou ampliações de mais de 500 unidades, reciclagem de cerca de 2 mil professores, dos quais 1,6 mil do ensino formal e 700 do ensino não formal, e treinamento de aproximadamente 300 chefes ou supervisores de organizações municipais de ensino. Estão em fase de conclusão mais 93 unidades escolares.

Quanto às obras de saneamento e abastecimento d'água, foram construídos 69 sistemas de abastecimento d'água, que beneficiaram cerca de 45 mil pessoas, e dois açudes públicos. Encontram-se em construção mais 54 sistemas de abastecimento d'água e cinco açudes.

O POLONORDESTE inclui ainda em sua programação quatro projetos de colonização. Um deles, o do Alto Turi, no Estado do Maranhão. Os demais projetos são o da Serra do Mel e o da Lagoa do Boqueirão, no Rio Grande do Norte, e o da Serra do Ramalho, na Bahia.

Parte dos recursos do Programa vem custeando, ainda, uma série de atividades complementares. Destacam-se o Programa de Pesquisa do Trópico Semi-Árido (do CNPq), o Programa de Pesquisa Básica (da EMBRAPA) e o Programa de Apoio à Irrigação.

*Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento
da Região Semi-Árida do Nordeste
- Projeto Sertanejo*

O Projeto Sertanejo foi criado em agosto de 1976, com o objetivo principal de promoção do fortalecimento das pequenas e médias unidades de produção agropecuária da zona semi-árida do Nordeste brasileiro, situadas numa área de 860 mil km², onde os efeitos sociais gerados pelas secas são graves afetando 12 milhões de habitantes, o que equivale a 41% da população regional.

Os trabalhos de valorização hidroagrícola são executados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, num raio de 30 km por núcleo. Nas áreas do POLONORDESTE, as obras e serviços de valorização integral das propriedades são de responsabilidade dos governos estaduais. Com a função de órgãos de apoio, atuam ainda no Programa a CODEVASF, o INCRA, a EMBRAPA, a EMBRATER, a COBAL, a CIBRAZEM, o BNB, o Banco do Brasil e as Cooperativas da área. A nível regional, a SUDENE coordena e supervisiona a execução do Projeto Sertanejo.

Os recursos para o exercício de 1977 foram da ordem de Cr\$ 1,1 milhão (a preços de 1978), dos quais Cr\$ 380 milhões para investimentos públicos diretos e Cr\$ 720 milhões para o atendimento do programa especial de crédito rural. Para 1978 os recursos para investimentos públicos diretos foram da ordem de Cr\$ 500 milhões e para crédito rural Cr\$ 135 milhões.

Foram instalados 20 núcleos em 1977 — 12 a cargo do DNOCS e oito dos Governos Estaduais — os quais vêm operando normalmente; no exercício de 1978 mais 20 núcleos, em fase de instalação. Em 1978, os 12 núcleos de responsabilidade do DNOCS foram dotados, individualmente, de uma completa patrulha mecanizada para garantir a implantação de obras de infra-estrutura hidráulica das propriedades rurais, tendo sido realizado o levantamento técnico de 277 propriedades.

Foram elaborados cerca de 90 projetos de investimento, dos quais aproximadamente 40 já estão aprovados encontrando-se outros 83 em fase de elaboração.

*Programa de Desenvolvimento da Agroindústria
do Nordeste*

Criado em maio de 1974, o Programa de Agroindústria objetiva a diversificação e interiorização do processo de industrialização do Nordeste, intensificando a utilização dos produtos agrícolas da Região. Contou, inicialmente, com a dotação de Cr\$ 1,0 bilhão (a preços de 1978) para o período 1974-1978.

Até setembro de 1978 haviam sido aprovados 37 projetos, numa ação conjunta da SUDENE e BNB. Proporcionarão a criação de cerca de 7.114 empregos diretos beneficiando todos os Estados da Região.

Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
- POLOCENTRO

O POLOCENTRO, criado com o objetivo de incorporar, no período 1975-1979, cerca de 3 milhões de hectares de cerrados às atividades agropecuárias e 700 mil hectares às de florestamento, nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, tem obtido resultados que podem ser considerados satisfatórios.

Os recursos aplicados no período 1975-1978 foram da ordem de Cr\$ 3,3 bilhões (a preços de 1978), exclusive crédito.

Entre as principais realizações do Programa cabe destacar as seguintes: 2.319 projetos agropecuários aprovados, envolvendo área estimada em 1,5 milhão de hectares e 1.974 projetos contratados com área estimada em 1,1 milhão de hectares; desse total já estão incorporados ao processo produtivo cerca de 1 milhão de ha; foram implantados ou fortalecidos 14 centros de pesquisas, que conduzem 530 projetos, 106 escritórios de assistência técnica e 89 campos de demonstração, totalizando cerca de 17 mil o número de agricultores assistidos; a capacidade estática de armazenagem instalada é de 262 mil toneladas (33 projetos) e a que se encontra em construção atingirá a mais 330 mil toneladas (65 projetos); foram concluídos 2.200 km de estradas, encontrando-se em construção mais 1.100 km; instalaram-se no período 1.200 km de linhas de transmissão e estão em construção outros 1.300 km.

Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal
Mato-grossense

Abrange área aproximada de 170 mil km², e é destinado a incrementar as atividades produtivas da região. As principais realizações foram as seguintes: implantação de 264km de estradas; melhoramento e ampliação dos portos de Corumbá e Ladário; conclusão de 17 plataformas de embarque de gado ao longo das vias de navegação fluvial; regularização de cursos d'água; aberturas de canais e poços tubulares; construção de um polder em Corumbá; aumento considerável das redes de transmissão e distribuição de energia elétrica; aumento da capacidade de transformação energética.

Como estímulo à industrialização, o Programa participou com recursos financeiros na implantação dos distritos industriais de Cui-

bá, Rondonópolis, Corumbá e Campo Grande, na construção de um frigorífico de bovinos e de um frigorífico para pescados, ambos no Município de Corumbá.

Entre 1974 e 1978 as aplicações do Governo Federal foram da ordem de Cr\$ 1,4 bilhão (a preços de 1978).

Programa Especial da Região da Grande Dourados

Foi instituído com vistas a elevar a superfície cultivada da área para 5 milhões de hectares (com cereais e oleaginosas) e manter, neste nível, a área produtiva com utilização de tecnologia avançada.

Os investimentos totalizaram Cr\$ 1,2 bilhão (a preços de 1978).

O impacto do Programa, na região, se fez sentir pela atração de investimentos privados, aumento da produção agrícola e assimilação da necessidade de neutralizar o processo da erosão rural.

Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília

O Programa volta-se para a implantação de uma infra-estrutura econômica e social na periferia do Distrito Federal, de modo a permitir o controle do fluxo migratório que se dirige para Brasília.

Os recursos governamentais programados no período 1975-1978 somam Cr\$ 1,4 bilhão (a preços de 1978), excluindo-se as linhas de financiamento e outros aportes.

Dentre outras realizações, o Programa possibilitou a incorporação ao processo produtivo de mais de 1 mil ha de novas áreas, destacando-se o projeto de colonização e irrigação às margens do rio Preto, onde foram assentadas 100 famílias; também promoveu a criação de 20 mil matrículas escolares e o treinamento de 1 298 professores para o ensino de 1.º grau; na área da agroindústria, participou da implantação do Distrito Industrial de Anápolis, onde já foram criados 2 mil novos empregos diretos.

Programa Especial do Norte Fluminense

Com vistas à exploração do potencial agrícola e industrial do Norte Fluminense, vêm sendo executados projetos, a cargo do DNOCS, de saneamento geral, drenagem e recuperação de terras, que protegerão essas áreas contra inundações causadas pelo transbordamento de bacias, envolvendo retificação e alargamento dos rios, serviços de dragagem, diques e obras complementares, além de assistência técnica com base em convênios de apoio e cooperação assinados com

a Universidade Federal de Viçosa (MG), Instituto de Tecnologia de Alimentos de Campinas (SP), Instituto do Açúcar e do Alcool e Instituto Nacional de Tecnologia.

No período 1975-1978 foram programados recursos orçamentários no valor de Cr\$ 1,0 milhão (a preços de 1978).

Na bacia dos rios Sarapuí-Meriti foram executados 65 km de dragagem de canais, construídos diques de terra (num volume de 5.345 mil m³), revestimento de 3.950 m de canais, construção de 1.126 m de pontes de concreto armado e 80 m de obras complementares.

Foram realizados na bacia do Baixo Parnaíba do Sul, 90% dos estudos e projetos, 251.300 m³ de dragagem de canais, 74.500 m de diques, construção de seis pontes em concreto armado, 1.067 m de galerias em tubos, duas tomadas de água, 70% de obras complementares e concluída a Barragem da Flexa.

A finalidade do projeto da bacia do Rio São João é defender as várzeas do rio contra inundações, dentro de um esquema de aproveitamento múltiplo dos recursos do vale. O aproveitamento das áreas inundáveis resultará no benefício de aproximadamente 80 mil ha. Foram realizados no período 216 km de dragagem de canais, num volume de 11.889 mil m³, estrada de acesso à barragem de Juturnaíba, 50 m de pontes de concreto armado e 70% das obras complementares previstas. A região que esteve totalmente alagada até o ano de 1976, apresenta, como resultado dos serviços realizados, grandes áreas de terra agricultáveis.

Quanto à bacia do rio Macaé, abrangendo 90 mil ha, foram realizados 90% dos estudos e projetos, 183.500 m de dragagem de canais, 500 m de revestimento da vala do Forte e 70% de obras complementares.

Programa Especial do Oeste do Paraná

A principal finalidade do Programa é dotar a cidade de Foz do Iguaçu da infra-estrutura econômica e social necessária à implementação da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Dentre os projetos em curso, encontram-se os de ampliação e complementação de infra-estrutura de transportes, regularização e realocação populacional, desenvolvimento agroindustrial e turístico. Vem sendo considerada a necessidade de serem preservadas as condições ecológicas da região, mediante o controle do desmatamento.

No decorrer do período 1975-1978 foram mobilizados recursos no total de Cr\$ 740 milhões (a preços de 1978).

*Programa Especial de Controle da Erosão do Solo
Urbano do Noroeste do Paraná*

A área desse Programa situa-se na fronteira dos Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo, cobrindo aproximadamente um terço da superfície do Paraná (67 mil km²) e a metade da sua população (4 milhões de habitantes). A base da constituição geológica da área é o arenito caiuíá, que, por sua excessiva suscetibilidade à erosão hídrica, explica as contínuas perdas de solos férteis na zona rural, a destruição da infra-estrutura urbana e das rodovias, bem como a sedição de rios, arroyos e barragens.

Cerca de 100 cidades estão sendo beneficiadas com o trabalho do DNOS; em 55 delas foram executados serviços de drenagem pluvial, pavimentação de ruas e obras complementares. Esses projetos envolvem um total de 180 105 m de galerias de drenagem de águas pluviais, 1 276 mil m² de pavimentação de ruas e 11 167 m de obras diversas.

O Governo Federal mobilizou para o Programa, no período 1976-1978 recursos da ordem de Cr\$ 650 milhões (a preços de 1978).

*Programa Especial de Controle de Enchentes
e Recuperação de Vales*

As elevadas precipitações pluviométricas, registradas nos pontos mais diversos do País, no início de 1974, levaram o Governo Federal a adotar um conjunto de medidas para o controle das inundações nas áreas críticas, tendo sido desenvolvidos 17 projetos. Dentre eles merecem destaque o do Vale do Rio Capibaribe e o das cidades de Curitiba e Porto Alegre.

Cabe assinalar, as seguintes obras: construção de cais de saneamento e galerias em Santarém; estudos de plano diretor e execução de 584 790 m³ de drenagem no rio Mearim, visando ao aproveitamento de 200 mil ha para a pecuária; estudos e projetos no vale do Paraíba, contra inundações; construção de barragem e comportas no vale do Jaguaribe, para proteção de áreas salineiras; construção de obras de drenagem, diques e casas de bombas no rio Sapucaí, em Minas Gerais; construção de obras contra inundações nos rios Itajaí e Tubarão, em Santa Catarina, e no rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul; conclusão da barragem-eclusa de São Gonçalo, para proteção da Lagoa Mirim e abastecimento de água de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

As aplicações do Programa, no período 1975-1978 atingiram a Cr\$ 3,6 bilhões (a preços de 1978).

Programa de Irrigação

O DNOCS tem sob sua responsabilidade a implementação de 34 projetos de irrigação, localizados no semi-árido nordestino, abrangendo área de 328 mil ha de terras irrigáveis, às quais se somam mais 432 mil ha de terras exploráveis sob o regime da agricultura de sequeiro. Há, assim, 761 mil ha de terras em processo de beneficiamento, ainda que parcial. Até dezembro de 1978, o DNOCS havia promovido o assentamento de 3 616 irrigantes nesses projetos.

A CODEVASF vem implantando 20 projetos de irrigação, compreendendo a instalação de modernas empresas agroindustriais e empreendimentos de colonização para pequenos produtores. Os resultados alcançados no período consubstanciam-se na implantação de 22 mil ha, na operação de 8.510 ha e no assentamento de 1.103 famílias.

Desenvolvimento da Amazônia

O processo de ocupação da Amazônia, com o apoio de projetos de colonização previstos no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA), elaborado pela SUDAM, vem tendo andamento satisfatório, com a implantação de novos núcleos de colonização, consolidação dos já existentes e desenvolvimento dos grandes programas integrados de base rodofluvial e de ocupação empresarial orientada.

Foi implantado importante núcleo de colonização em Rondônia, onde o fluxo migratório espontâneo vem-se processando de forma acelerada. Constatou-se que, mesmo já tendo sido assentadas 21 mil famílias, existem outras 13 mil à espera de um lote de terra para cultivar.

Referências especiais merecem os resultados obtidos no Projeto RADAM e do satélite artificial LANDSAT.

A programação de pesquisa mineral prevista no II PDA foi praticamente realizada. Atualmente, a produção de minerais metálicos está concentrada na exploração do manganês do Amapá, da cassiterita de Rondônia e na garimpagem do ouro e do diamante no Pará e em Roraima.

Com base em estudos de solos (envolvendo área de 587 mil km²), a partir de informações fornecidas pelos satélites ERTS e LANDSAT, detectou-se a existência de 2,3 bilhões de toneladas de calcário em Itaituba, de 226 milhões de toneladas de areia, 53 milhões toneladas de argila, 100 milhões de toneladas de calcário e 357 mil metros cúbicos de cascalho no projeto Tucuruí-Carajás, além do reconhecimento, mapeamento geológico e fotointerpretação de grandes áreas abrangendo cerca de 289.000 km².

O setor de energia elétrica teve sua capacidade geradora ampliada em 60 mil Kw, com a construção parcial das hidrelétricas de Coaracy Nunes e Curuá-Una.

Na área do desenvolvimento urbano-local, foram elaborados vários planos estruturais e de desenvolvimento integrado para Municípios da Região, implantados sistemas viários, drenagem pluvial etc.

Outras atividades desenvolvidas pela SUDAM dizem respeito ao planejamento, a organização espacial, a informática, a demografia, a capacitação dos recursos humanos para os setores de educação e saúde e o treinamento de mão-de-obra qualificada.

Quatro importantes projetos de aproveitamento de recursos minerais deverão elevar substancialmente a receita da Região. Trata-se do aproveitamento vertical das grandes jazidas de bauxita, da exploração do minério de ferro existente nos depósitos do distrito ferrífero da Serra dos Carajás, no Pará, do complexo industrial para a produção intermediária de alumina e produção final de alumínio metálico, no Município paraense de Barcarena (com início previsto para os primeiros anos da próxima década) e da implantação da usina hidrelétrica de Tucuruí, no curso médio do Tocantim, ao sul do Pará (com potencial de geração da ordem de 4 mil MW, na primeira fase do projeto).

Os recursos financeiros orçamentários administrados pela SUDAM, no período, somam cerca de Cr\$ 3,8 bilhões (a preços de 1978).

Em 1974, o Governo Federal, dispondo sobre a criação dos Fundos de Investimentos e alterando a legislação pertinente aos incentivos fiscais instituiu o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), operado pelo Banco da Amazônia (BASA) e administrado pela SUDAM.

Ao longo do período, a SUDAM aprovou 344 projetos, sendo 192 agropecuários (43 implantações e 149 reformulações), 121 industriais (39 implantações e 82 reformulações), 15 de serviços básicos (13 implantações e 2 reformulações), 7 agroindustriais (4 implantações e 3 reformulações) e 9 projetos setoriais (3 implantações e 6 reformulações).

Para um investimento direto total de Cr\$ 4,2 bilhões, no referido período, a parcela de incentivos fiscais comprometida foi da ordem de Cr\$ 10,9 bilhões. A implantação desses projetos possibilitará a criação de 27.335 empregos na Região Amazônica, dos quais 14.410 no campo industrial e 4.683 na agropecuária e agroindústria.

Relativamente ao Banco da Amazônia S.A., deve-se salientar a criação da carteira de câmbio, a gestão financeira do FINAM, a criação do Fundo de Pesquisa, Assistência Técnica e Desenvolvimento de Recursos Humanos, a expansão da rede de agências e o aumento do seu capital social. No tocante ao desempenho financeiro no período, o saldo de aplicações totais passou de Cr\$ 10,8 bilhões, em 1973 (a preços de 1978), para Cr\$ 14,3 bilhões, em 1.978.

A superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA adotou medidas com vistas à elevação progressiva do número de empregos, à importação de bens necessários ao processo produtivo, ao cumprimento de índices de nacionalização industrial, à instalação de empresas-matriz na ZFM e a exigência de terem os diretores de empresas domicílios fiscal e civil na Amazônia Ocidental. Destaque-se, ainda, a realização de esforços para a implantação de um distrito industrial a leste da cidade de Manaus.

Os projetos industriais aprovados na área de atuação da SUFRAMA envolvem recursos de cerca de Cr\$ 8 bilhões (a preços de 1978). Os empreendimentos em operação empregam quase 43 mil pessoas.

O Distrito Agropecuário concentra produtores rurais e instituições de ensino, pesquisa e assistência técnica, em área de aproximadamente 600 mil ha, dotada de serviços de apoio e da necessária infra-estrutura (inclusive rede de 345 km de estradas vicinais construídas pela SUFRAMA), estando a sua ocupação quase concluída. De janeiro de 1976 a outubro de 1978, foram aprovados 184 projetos de 101 empresas, dos quais 40 estão em implantação. Merecem destaque, a implantação, no Distrito Agropecuário, da Escola de Agronomia do Instituto de Ciências Agrária da Fundação Universidade do Amazonas e o desenvolvimento de linhas de pesquisa em ecologia, silvicultura e manejo florestal, conversão de energia, piscicultura, fitotecnia, agrostologia e zootecnia, com enfoque para as atividades e problemas prioritários da área do Médio Amazonas.

Os investimentos relativos aos projetos aprovados somam cerca de Cr\$ 4 bilhões (a preços de 1978), propiciando quase 18 mil empregos diretos.

Desenvolvimento do Nordeste

O esforço que o Governo Federal vem realizando no sentido de elevar os índices de crescimento econômico do Nordeste envolve a participação de todos os setores produtivos do País.

No conjunto das ações da SUDENE, destaca-se o esforço que vem sendo realizado com o programa de industrialização, aprovado

para a Região em 1974, concebido e orientado segundo quatro diretrizes básicas: a) formação de complexos industriais verticalmente integrados com dimensões nacionais e internacionais; b) implantação de pólos agroindustriais, mediante o aproveitamento de recursos e potencialidades peculiares à Região; c) diversificação e complementação do setor secundário; d) incorporação crescente de mão-de-obra ao setor industrial, sem comprometer a capacidade competitiva da indústria regional.

No período 1974-1978 foram aprovados pela SUDENE 842 projetos, sendo 125 agropecuários, 706 industriais e 11 de serviços básicos, os quais envolvem a criação de cerca de 105 mil novos empregos diretos, no Nordeste. Esses projetos atingem o total de Cr\$ 84 bilhões de investimentos, sendo Cr\$ 64,9 bilhões provenientes dos incentivos, dos quais Cr\$ bilhões 19,2 já liberados.

Relativamente ao crédito rural, o BNB obteve incremento do saldo devedor de empréstimos de cerca de 37%, em termos reais. O saldo das aplicações, que em janeiro de 1974 somava Cr\$ 3,7 bilhões (a preços de 1978), alcançou cerca de Cr\$ 7,2 bilhões.

O saldo global de recursos destinados a empresas industriais e a projetos de infra-estrutura elevou-se de Cr\$ 3,0 bilhões, em dezembro de 1973 (a preços de 1978), para Cr\$ 13,1 bilhões, em 1978.

Desenvolvimento do Centro-Oeste

No período a SUDECO, a par das suas funções tradicionais, vem-se dedicando à implementação de programas de desenvolvimento regional — PRODEPAN, POLAMAZÔNIA, Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, POLOCENTRO, PRODEGRAN.

Dentre as principais realizações, em que participa, incluem-se a construção de 6.215 km de rodovias-tronco e de estradas vicinais; a ampliação e melhoramento de 4 aeroportos, 3 portos fluviais e o aumento da capacidade de armazenamento em 480 mil toneladas; a realização de estudos sobre a hidrelétrica do Samuel em Rondônia; o aumento e implantação de 24 mil KVA de geração, 1.728 km de linhas de transmissão, 149.800 KVA de transformação e 1.010 km de redes de distribuição. Realizaram-se, ainda, pesquisas e assistência à agropecuária, com a implantação definitiva de quatro unidades de pesquisas e o funcionamento de 60 campos experimentais e vários cursos para produtores e formação de mão-de-obra rural; apoiaram-se a implantação de dois frigoríficos bovinos em Corumbá e Porto Velho, a instalação de uma usina de beneficiamento de leite em Rondônia e a

construção de cinco Distritos Industriais em Mato Grosso e Goiás, nas cidades de Cuiabá e Rondonópolis (MT), Corumbá e Campo Grande (MTS) e Anápolis (GO).

Na área social, destacam-se vários empreendimentos em saúde, saneamento básico e geral e educação notadamente com oferta para o ensino de 1.º grau, a realização de 20 mil matrículas em cidades do Distrito Federal, o treinamento de 130 instrutores, a restauração de três sistemas escolares e a preparação de 300 pessoas para as atividades agropecuárias. Cerca de 200 mil pessoas beneficiaram-se, em 20 núcleos urbanos, com obras de redes de esgotos, calçamento de vias públicas, colocação de meio-fio e galerias de águas pluviais. Executaram-se projetos para a construção de 14 Km do canal de Paiaguás, de 17 plataformas de embarque de gado ao longo dos rios Paraguai e Corumbá e de pôlderes, destinados à recuperação de terras inundáveis na periferia de Corumbá.

No campo do planejamento regional destaca-se a realização de um amplo estudo sobre a área da bacia do Alto Paraguai, de grande potencial econômico.

O montante de recursos, para os programas executados sob a coordenação da SUDECO, no período, foi da ordem de Cr\$ 9.5 bilhões.

Finalmente, uma das principais decisões do atual Governo na Região Centro-Oeste foi a divisão do Estado de Mato Grosso após estudos efetuados no Ministério do Interior, através da SUDECO, e, posteriormente, com a estreita participação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do Ministério da Justiça e do DASP.

Desenvolvimento do Sul

A política de desenvolvimento da área de atuação da SUDESUL está voltada para o aumento do grau de eficiência e dinamismo do sistema econômico e, conseqüentemente, para tornar mais sólida a integração regional com o eixo São Paulo — Rio de Janeiro.

No período, a SUDESUL deu prosseguimento ao trabalho de detalhamento das ações executivas referentes aos projetos sub-regionais da Lagoa Mirim, litoral Sul de Santa Catarina e Sudoeste 1, além de ter participado ativamente do planejamento e detalhamento dos Programas Especiais do Oeste do Paraná e de Controle da Erosão do Solo Urbano do Noroeste do Paraná.

Com respeito aos projetos prioritários do Sul, a atuação dessa Autarquia concentra-se principalmente nos setores de recursos humanos, migrações internas, agropecuária, áreas urbanas e estudos para a

ligação das Bacias dos rios Ibicuí e Jacuí (RS), além de estudos para o programa metal-mecânico da Região.

Nos diversos projetos em execução, sob a supervisão da SUDESUL, foram aplicados recursos, no período, da ordem de Cr\$ 4,6 bilhões (a preços de 1978).

No Projeto Sudoeste 1, com vistas ao desenvolvimento de forma integrada, das atividades hidroagrícolas que se processam nos vales dos rios Ibicuí e Quaraí (em área de 72 mil km²), compreendendo 19 Municípios. Incluem-se nessa atividade estudos de geologia, hidrologia e solos, além de investigações sobre as técnicas mais adequadas para a exploração do setor agropecuário, aperfeiçoamento da estrutura de comercialização, implantação de indústrias para o beneficiamento da produção, bem como aplicação de tecnologia a nível de unidade rural. Para esse fim foram instaladas dez unidades operacionais, havendo previsão para instalação e funcionamento de mais nove unidades até o final de 1979.

Como resultado das medidas adotadas, registram-se os seguintes resultados: a produtividade agrícola elevou-se acima de 10%, a natalidade bovina em 50% e o desfrute bovino em 55%. Os recursos globais aplicados nesse Projeto durante o período elevaram-se a Cr\$ 47 milhões.

O desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, abrangendo território do Brasil e do Uruguai (total de 62 mil km²), o que veio propiciar a implementação de projetos de alto significado para aquela região, especialmente no que diz respeito a obras de prevenção contra a salinização das águas, irrigação de cerca de 400 mil ha, suprimento de água potável às cidades de Pelotas e Rio Grande e geração de energia elétrica. As obras mais importantes desse Programa referem-se à barragem-eclusa do São Gonçalo (concluída e inaugurada em 1977), ao aproveitamento do Passo do Centurião no rio Jaguarão, e ao sistema de irrigação do Arroio Chasqueiro.

Habitação e saneamento

Medidas aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Social — CDS, em dezembro de 1974, com vistas a facilitar a compra da casa própria, estão produzindo efeitos satisfatórios. De 1964 a 1973, financiou-se um milhão de habitações, enquanto praticamente o mesmo número conseguiu-se no período de 1974 a 1978.

Desses dois milhões de financiamentos habitacionais cerca de 54% incluem-se em programas da área de interesse social.

O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo — SBPE contribuiu até o final de 1978 para o financiamento de 733 mil unidades, sendo que desse total 47% correspondem ao período 1974-1978.

No Programa RECON foram concedidos até o final de 1978, cerca de 159 mil financiamentos habitacionais, sendo que no período 1974-1978 o BNH, por intermédio dessa linha de crédito, propiciou a construção, ampliação e reforma de cerca de 87 mil residências.

As aplicações realizadas pelo SFH, aqui incluídas as operações do SBPE, com recursos que lhe são próprios, atingiram até 1978 a Cr\$ 550,4 bilhões, sendo que desse total, cerca de 80% destinaram-se a habitação e complementares (Cr\$ 449,0 bilhões).

Os recursos aplicados pelo BNH, no período 1974-1978, no atendimento dos programas habitacionais, foram da ordem de Cr\$ 144 bilhões.

Com relação a saneamento básico, até meados de 1975 cerca de mil Municípios brasileiros obtiveram, com sua participação no PLANASA, condições necessárias à instalação, ampliação ou melhoria dos serviços de abastecimento de água.

Ao final de 1976, o BNH resolveu criar, no âmbito do Programa de Financiamento para Saneamento — FINANSA, o Subprograma de Empréstimo Suplementar — FINEST, para compor a participação financeira dos Estados.

Em 1977, os recursos canalizados para desenvolvimento urbano contemplaram projetos de saneamento básico com a parcela de Cr\$ 6,1 bilhões. Além da implantação de sistemas de água e esgotos sanitários, foram também intensificados os estudos técnicos nas principais bacias fluviais de vários Estados visando ao controle da poluição e o conhecimento da situação das cargas poluidoras atuais, estudos de macro e micro medição da produção e distribuição da água, bem como o tamanho adequado das estações de tratamento de água e de esgotos sanitários.

No exercício de 1978 atingiu a 2 mil o número de Municípios integrados ao PLANASA dos quais 1.424 atendidos no período 1974-1978.

Os recursos aplicados pelo Banco em saneamento alcançaram até o final de 1978 Cr\$ 41,3 bilhões, representando 12,6% do total de aplicações do BNH (83% desse montante no período 1974-1978).

O BNH conduz também outras ações no campo do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento social. Entre estas ações devem ser destacadas as relativas ao Programa de Financiamento para o Transporte Urbano — FITURB e ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Pólos Econômicos — PRODEPO, nos quais foram investidos no período Cr\$ 11,8 bilhões e Cr\$ 10,4 bilhões, respectivamente.

Meio Ambiente

Criada em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA é o órgão encarregado de administrar o potencial de ar, água, solo, subsolo, flora e fauna, cabendo-lhe, em consequência, desenvolver também importante papel no contexto do programa de ocupação do território brasileiro. Na área de competência da SEMA incluem-se ainda as ações que buscam orientar a exploração planejada dos recursos naturais, muitas delas exercidas em conjunto com outras entidades federais, estaduais e municipais.

A partir de 1975, a SEMA iniciou a execução de ações com vistas à implantação de estações ecológicas e de controle da poluição, bem como atuar na área de preservação dos ecossistemas naturais.

Ação da Fundação Projeto Rondon

A ação do Projeto Rondon, no período de 1974-1978, engajou 317.152 estudantes, em atividades de ação comunitária ou em projetos específicos, executados com entidades públicas e privadas e instituições de ensino superior, mormente nos 22 *campi* avançados e no interior do País.

O Programa de Áreas Prioritárias, mobilizando 30 mil universitários no período, atuou em cerca de 500 Municípios, cabendo destacar os projetos de colônias de férias, implantação de associações comunitárias, educação e ação sanitária, treinamento de professores leigos, cadastramento imobiliário, orientação agropecuária a trabalhadores rurais, assessoramento técnico-administrativo a Prefeituras.

O Programa de Apoio às instituições de Ensino Superior é responsável pela manutenção dos 22 *campi* Avançados, 14 localizados na região Norte, 5 no Nordeste, 2 no Centro-Oeste e 1 no Sudeste.

Desde 1976, o Programa de Operações Especiais cobre as áreas de Trabalhos Comunitários, abrangendo ações junto às comunidades carentes e periféricas dos centros urbanos, e de Serviços Técnicos, compreendendo projetos técnicos específicos de interesse de órgãos públicos e privados que proporcionem condições de experiência técnico-profissionais aos universitários participantes.

Em 1978, objetivando sistematizar as bases de sua ação nos diversos setores, elaborou-se o documento «Fundamentos Doutrinários do Projeto Rondon», que tem como premissas básicas a valorização do homem, a integração e o desenvolvimento. A partir dessas premissas, o Projeto Rondon se posiciona como órgão mobilizador da juventude universitária.

Ação da Fundação Nacional do Índio — FUNAI

A FUNAI demarcou no período 34 áreas, correspondentes a 9,2 milhões de ha e delimitou outras 93, correspondentes a quase 19 milhões de ha. Os trabalhos de demarcação de 11 áreas indígenas, iniciados em 1978 abrangendo 3,6 milhões de ha, deverão estar concluídos em 1979. Em 1978 tiveram prosseguimento os trabalhos de delimitação do Parque Nacional do Xingu, iniciados em 1977, com área de 3,1 milhões de ha.

Foi criado, em 1976, o Programa para financiamento do desenvolvimento da Comunidade — PRODEC, concebido como fórmula de disciplinar as aplicações dos recursos de rendas indígenas.

Em 1976, a FUNAI implantou 6 projetos de Desenvolvimento Comunitário, em 1977, implantou mais 38 projetos, beneficiando uma população de aproximadamente 32 mil índios e, em 1978, 61 projetos beneficiando cerca de 41 mil índios.

No combate à malária e à doença de Chagas, foram borrifadas 27.765 moradias, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Até o final de 1978, cerca de 130 mil índios foram vacinados contra tuberculose (BCG intradérmico); aplicaram-se 220 mil doses de vacinas contra difteria, tétano, coqueluche, sarampo, febre amarela, meningite, imunizando-se cerca de 80 mil indígenas. Em convênio com o INAN, realizaram-se trabalhos que beneficiaram cerca de 19 mil índios, através da suplementação alimentar às crianças menores de 6 anos, gestantes e nutrizes. Através do FUNRURAL, garantiu-se ao índio atendimento e internação em 173 hospitais em todo o Brasil e foram aposentados cerca de 1 mil índios maiores de 60 anos.

A Central de Medicamentos — CEME forneceu mais de 2 milhões de unidades de medicamentos de sua linha de produção, à FUNAI e Missões Religiosas.

No campo educacional tiveram prosseguimento as atividades das atuais 104 escolas da FUNAI, bem como a celebração de convênios, visando à construção de novas escolas, fornecimento de professores, material e merenda escolar.

Territórios Federais

O Ministério do Interior intensificou, no período, as suas ações na área do desenvolvimento dos Territórios Federais, com vistas a assegurar melhores condições de trabalho às respectivas administrações.

No Amapá procurou-se dinamizar a agropecuária, através de distribuição de sementes selecionadas, vacinação de animais etc. Na área de saneamento, destaca-se a construção da rede do sistema de es-

gotos, em Macapá, com extensão de 90 km, com aproximadamente 30 km na zona urbana. Além disso foi construído o cais de saneamento, com 1.400 m de extensão em Macapá, dinamizando-se o abastecimento d'água em todas as sedes municipais do Território, com implantação e ampliação da rede de água tratada do Rio Amazonas. No campo de saúde, desenvolveram-se, a partir de 1974, programas de assistência à maternidade e à infância. O Governo possibilitou, ainda, ajuda financeira, passagens para tratamento de saúde em centros especializados, e implantação do serviço social materno-infantil, de dispensário de tuberculose e hospital de Pediatria. Promoveu a fixação de 360 compatriotas provenientes das Guianas, dando-lhes a devida assistência e assegurando empregos em empresas privadas.

A partir de 1975, o Território do Amapá passou a contar com recursos do POLAMAZÔNIA, para a implantação de projetos de infraestrutura econômica e social, e para a dinamização dos setores produtivos.

Em 1975 o Território Federal de Rondônia possuía área de 193 mil ha ocupada com lavouras e de 2,8 milhões de hectares com pastagens. Segundo estimativas, em 1978, a área agrícola aproxima-se de 454 mil ha e a de pastagens de 3,6 milhões de hectares, totalizando o aproveitamento de 4,1 milhões de hectares. No campo da pecuária, o Território conta atualmente com um rebanho bovino efetivo de 136 mil cabeças.

No período 1974-1977, foram realizados pelo INCRA trabalhos de abertura de 555 km de estradas e de recuperação de outros 100 km de estradas rurais. Entre 1975 e 1978, o Governo do Território abriu 292 km de estradas e implantou 199 km. Em energia elétrica, o potencial gerador instalado evoluiu de 12 mil kw em 1974 para 23 mil kw em 1977.

No período 1974-1978, Rondônia foi contemplado com recursos da União, oriundos das dotações orçamentárias do MINTER e do POLAMAZÔNIA, que possibilitaram a construção de 269 km de estradas vicinais e rurais; a realização de obras nos aeroportos de Porto Velho, Guajará-Mirim e Jiparaná; a ampliação da usina elétrica de Porto Velho; o início de construção dos armazéns de Guajará-Mirim, Vilhena, Ouro Preto e Jiparaná; a construção da usina de leite, do matadouro frigorífico e da unidade da COBAL, todos em Porto Velho; a regularização fundiária de 1,4 milhão de hectares e a entrega de 800 títulos definitivos aos colonos; a demarcação de 485 lotes de 250 ha nos PAD/Burareiro e PAD/Marechal Dutra, e obras de abastecimento d'água em Ariquemes, Cacoal e Ouro Preto.

Para o Território de Roraima a programação executada pelo POLAMAZÔNIA, que possibilitou a construção de 43 km de rodovias-tronco (BR-013 e BR-015) e de 30 km de estradas para colônias agrícolas; a conclusão do porto de Caracará; a implantação de sistemas viário, de rede elétrica e o abastecimento de água de Mucajá; a realização de estudos de potencial hidrelétrico em rios do Território; a conclusão de unidade armazenadora da CIBRAZEM e de projeto da COBAL em Boa Vista; a execução de projeto de regularização fundiária de 1.600 mil ha; a transcrição, em nome da União de 765 mil ha de terras devolutas; o prosseguimentos de obras de esgotos sanitários e de drenagem de Boa Vista; a conclusão de obras urbanas em Caracará e a implantação da Estação Ecológica de Maracá.

Foram construídas 25 escolas, sendo 23 do ensino de 1.º grau, uma para o ensino do 2.º grau e outra para o ensino supletivo; ampliação de 16 escolas de 1.º grau e o aumento de 41 escolas na zona rural; conclusão do Estádio 13 de Setembro e melhoramentos em centros de esportes. No campo da saúde, desenvolveu-se intenso programa de atividades que se voltaram para a prestação de assistência nas áreas de suplementação alimentar, materno-infantil, odontologia sanitária, dermatologia sanitária, vigilância epidemiológica, serviços de atendimento clínico.

Radicação de populações e migrações internas

No contexto do Programa de Migrações Internas a cargo do MINTER, a construção de Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes — CETREMI assume importância, na medida que permite a integração da população carente ao mercado de trabalho. Nessas condições, está sendo apoiada a montagem desses centros em localidades de implementação de grandes projetos governamentais, e noutras onde a população migrante está chegando em grandes contingentes. Nos anos de 1974-1978 foram implantados 20 centros distribuídos nas diversas regiões do País. De 1975 a setembro de 1978, foram atendidas 147.386 pessoas.

Com o objetivo de montar uma rede de coleta de informações capaz de fornecer um quadro das alterações na ocorrência e característica do movimento populacional em lugares estratégicos, o MINTER começou a implantar o Programa SIMI (Sistema de Informações sobre Migrações Internas), tendo sido instaladas 34 unidades.

Assistência Municipal

O esforço de assistência técnica realizado junto aos Municípios brasileiros caracterizou-se pela identificação de pontos de estrangula-

mento que prejudicam o desempenho de muitas administrações municipais particularmente das Prefeituras dos Municípios de menor expressão econômica, e promoção de ações no sentido de eliminar ou minimizar os aspectos mais deficientes da estrutura existente.

As medidas mais expressivas postas em execução se voltaram para a melhoria de qualificação do potencial humano, mediante a realização de cursos e seminários sobre a utilização de novas técnicas de administração, orçamentação, contabilidade, controle financeiro, arrecadação e fiscalização, assim como orientação a respeito do melhor aproveitamento dos recursos financeiros do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Fundo Rodoviário Nacional (FRN) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU), rubricas através das quais o Governo Federal destina maciços recursos para as administrações municipais.

Ações Contra as Calamidades Públicas

No período 1974-78 foram desenvolvidas intensas atividades pelos órgãos governamentais na prestação de socorro às populações eventualmente afetadas pelas calamidades públicas, decorrentes de inundações em vários pontos do País e ocorrências de secas resultantes de prolongadas estiagens, fenômeno este de maior incidência em áreas do Nordeste.

As violentas trombas d'água e transbordamento de grandes rios localizados na Amazônia, no Nordeste e Sudeste, em áreas do Centro-Oeste e do Sul, causaram grandes danos e transtornos à indústria, ao comércio e à agricultura, com elevado prejuízo para o patrimônio público e privado, exigindo a adoção de medidas especiais representadas pela mobilização de recursos financeiros superiores à Cr\$ 11 bilhões, além da distribuição de medicamentos, alimentos e outros auxílios materiais às vítimas das catástrofes.

COMUNICAÇÕES

A ação do Governo Federal durante o quinquênio 1974-1978 traduziu-se, na área do Ministério das Comunicações, por expressivo crescimento da oferta de serviços de telecomunicações públicas e de comunicações postais.

Ao final de 1978 o número de telefones em serviço era mais do dobro dos existentes no início do período; o atendimento postal estendeu-se a todos os Municípios brasileiros; na área da radiodifusão apoiou-se a iniciativa privada, através da renovação e da concessão de outorga a elevado número de emissoras de radiodifusão, e atendeu-se a áreas de menor densidade populacional e de menor interesse econômico para a iniciativa privada, especialmente na Amazônia Legal, através das emissoras governamentais.

Redefiniu-se a política industrial de comunicações, com vistas à nacionalização dos equipamentos utilizados nos serviços e à transferência da tecnologia associada para o País. Complementarmente, no campo da pesquisa e desenvolvimento, persistentes esforços foram feitos com o objetivo de se alcançar a autonomia nacional em termos de fornecimento de bens e serviços à área das comunicações, ao mesmo tempo em que se cuidou da maior valorização dos recursos humanos.

Sistema de telecomunicações

O programa de telecomunicações, sob a supervisão da TELEBRÁS e de cuja execução participam a EMBRATEL e as empresas-pólo de integração regional, foi cumprido de forma satisfatória.

Deu-se continuidade à política de integração operacional das empresas exploradoras de serviços telefônicos. Em 1974, existiam, em todo o País, 831 companhias independentes, em sua maioria de pequeno porte. O sistema TELEBRÁS promoveu a incorporação de 353 delas às empresas-pólo estaduais, passando, então, a operar no País apenas 478.

Em termos de atendimento global, no início de 1974 somente 2.174 Municípios dispunham de serviço telefônico; ao final de 1978, o atendimento estendia-se a 2.964 Municípios. O número de telefones em serviço, que era de 2,4 milhões, em fins de 1973, passou para aproximadamente 5,8 milhões em 1978; o número de telefones públicos elevou-se de 15,3 mil, em 1974, para 40,3 mil em 1978, dos quais cerca de 10 mil instalados em 1978; na Rede Nacional de Telex foram instalados, em 1978, cerca de 5 mil terminais, elevando o número total para 24 mil (4.060 em janeiro de 1974).

Em 1978, 344 localidades foram integradas à Rede Nacional de Discagem Direta à Distância - DDD, passando para 878 o número das que dispunham desse serviço (apenas 74 no final de 1973). Com a ativação de novas centrais de trânsito e a ampliação das existentes o número de troncos de trânsito interurbano atingiu 279 mil em 1978 (47 mil em 1973).

No sistema de microondas, além da ativação de novos circuitos nas rotas existentes, foram inauguradas no quinquênio novas rotas interestaduais e intra-estaduais a fim de permitir maior interiorização das telecomunicações. Em 1978, destacaram-se as inaugurações dos troncos de microondas Belo Horizonte-Brasília e Goiânia-Cuiabá. O número de canais de voz instalados cresceu de 28 mil em 1973, para cerca de 159 mil ao final de 1978.

Em termos de tráfego, o número de chamadas interurbanas completadas elevou-se de 147 milhões em 1973, para 560,5 milhões em 1978, das quais 447,5 milhões realizadas através de discagem direta à distância (DDD).

No campo dos serviços internacionais, 586 localidades, em 1978, encontravam-se interligadas ao Sistema de Discagem Direta Internacional - DDI, inaugurado em 1975, tendo sido completadas naquele ano, 3,1 milhões de chamadas internacionais originadas no Brasil (quatro vezes mais que em 1973).

No que se refere às expansões de meios do sistema internacional, entraram em operação, em 1978, os sistemas de microondas terrestre entre o Brasil e Argentina e entre o Brasil e o Paraguai. Quanto às comunicações via cabo-submarino, encontra-se em andamento o projeto de lançamento de um segundo cabo que ligará o Brasil aos Estados Unidos (cabo BRUS), cuja implantação retardou-se em virtude da demora em se obter a aprovação da Comissão Federal de Comunicações dos Estados Unidos para o trecho entre St. Thomas e o território continental americano. O cabo BRUS deverá entrar em operação comercial ainda em 1979, com capacidade de 640 canais de voz.

Ainda no campo dos serviços internacionais, visando aumentar a sua capacidade e segurança, foi inaugurado em 1975, em Itaboraí (RJ), uma segunda estação — TANGUÁ II — destinada ao tráfego internacional de mensagens, via satélite INTELSAT IV. O número de circuitos internacionais, que em dezembro de 1973 era de 496, atingiu, em dezembro de 1978, 1565.

Foram instaladas cinco estações terrenas na área amazônica (Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista e Macapá) e existem outras nove que deverão entrar em serviço no início da próxima década. Em fins de 1978, foi inaugurada uma terceira estação em Itaboraí (RJ) — TANGUÁ III —, para a qual será remanejada toda a operação do Tráfego Nacional via Satélite.

Nestes últimos anos foi implementada uma rede de estações de radiocomunicações para atender ao Serviço Móvel Marítimo. Estas estações, localizadas ao longo da costa brasileira, do Pará até o Rio Grande do Sul e no Rio Amazonas, até Manaus, entraram em operação a partir de 1976, elevando a qualidade das comunicações com os navios e embarcações e possibilitando também acesso às ligações telefônicas com o Sistema Nacional de Telecomunicações.

A intensificação da pesquisa científica e tecnológica mereceu atenção especial, tendo sido criado, em 1976, o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da TELEBRÁS, com sede em Campinas (SP). Diversos projetos em andamento neste Centro, além de outros em universidades e órgãos congêneres, são suficientes para se antever maior inde-

pendência do setor em relação às fontes de tecnologia. Como resultados principais dessas atividades destacam-se o Projeto das Centrais de Comutação Telefônica Temporal Controladas por Programas Armazenados (CPA Temporal), o desenvolvimento protótipo do equipamento PCM de 30 canais, o desenvolvimento do Telefone Padrão Nacional (que permitiu, em 1978, a introdução experimental na rede de telefonia nacional de 500 aparelhos com tecnologia 100% brasileira), o desenvolvimento de antenas helicoidais (para utilização em UHF, que já estão sendo empregadas em telecomunicações) e o desenvolvimento de uma antena para estações terrenas de comunicações via satélite (uma das quais já se encontra em operação comercial normal, desde maio de 1978, na cidade de Macapá).

No tocante à política industrial merece destaque, a criação do Grupo Executivo da Indústria de Componentes e Materiais — GEICOM, com o objetivo de prestar às indústrias de equipamentos de telecomunicações o assessoramento necessário para que possam aumentar a utilização de materiais e componentes produzidos no Brasil. Os resultados obtidos até o momento têm sido bastante animadores, uma vez que os índices de nacionalização dos equipamentos de telecomunicações vêm crescendo sensivelmente.

Na administração do Sistema de Telecomunicações procurou-se apoiar o desenvolvimento de recursos humanos, mediante a criação de Centros de Treinamento (um a nível nacional, em Brasília, e três a níveis regionais em Campinas, Rio de Janeiro e Recife).

Ao final de 1978 o Sistema TELEBRÁS proporcionava 95 mil empregos diretos (61% superior aos de 1973). Simultaneamente a esse crescimento físico, elevou-se a produtividade do sistema, atingindo o índice de 21,6 empregados por mil terminais (40% abaixo do verificado em 1973).

Os dispêndios correspondentes a investimentos, no período 1974-1978, a preços de 1978, atingiram Cr\$ 147 bilhões tendo sido contratados, juntos aos fornecedores, aproximadamente 2,5 milhões de terminais telefônicos.

Quanto à atuação do Departamento Nacional de Telecomunicações — DENTEL, deve ser destacada, no período, a consolidação do processo de descentralização de suas atividades.

Teve início a implantação da Rede Nacional de Radiomonitoragem — RENAR, destinada à fiscalização e à racionalização do uso do espectro radioelétrico, estando prevista a instalação de oito estações de radiomonitoragem, localizadas em Brasília, Rio de Janeiro, Belém, Boa Vista, Feira de Santana, Gravataí, Cascavel e Cuiabá. Os equipamentos para essas estações foram contratados em 1976, estando em fase de instalação as estações de Brasília (em funcionamento a partir

do início de 1979) e do Rio de Janeiro. Em 1978 foram lançados editais para construção das estações de Belém, Porto Alegre e Feira de Santana.

Comunicações postais e telegráficas

O nível de qualidade dos serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — ECT, em todas as suas áreas de atuação, alcançou padrão equivalente aos encontrados somente em alguns dos países desenvolvidos.

Esses resultados foram obtidos através da execução de um programa que envolveu a implantação e o desenvolvimento de novas técnicas e o aprimoramento e a diversificação dos serviços oferecidos.

A melhoria no atendimento e na distribuição, associada à rapidez e à regularidade conseguidas por um melhor sistema de transporte, formam, sem dúvida, nova imagem da Empresa. Nessa evolução, a implantação da Rede Postal Aérea Noturna — RPN, em outubro de 1974, é considerada como verdadeiro marco na história dos correios brasileiros.

Como consequência natural, o crescimento de todas as atividades tem sido considerável, tanto nos serviços postais convencionais, como nos serviços especiais, os quais, iniciados praticamente em 1970, já se desenvolvem normalmente. Apenas na área telegráfica, reativada a partir de 1975, a recuperação ainda está em processo.

O volume do tráfego postal, como resposta do público a um melhor serviço, apresentou no quinquênio taxa de crescimento anual média de 31%. O número de objetos postados passou de 728 milhões em 1973 para 2,8 bilhões em 1978. Em termos de objetos postados por habitante a média alcançada em 1978 foi de 3,3 vezes a verificada em 1973.

O forte crescimento da demanda para os serviços postais exigiu a expansão e a difusão nacional do atendimento. Em 1974 o número de Municípios sem qualquer tipo de atendimento era de 109. Ao final de 1978 a Empresa conseguiu estender o atendimento a todos os Municípios brasileiros.

A Rede de Atendimento Postal sofreu expressiva ampliação no período. Em 1973 existiam no País 3.667 agências postais e 2.953 unidades postais auxiliares (balcões postais, postos de correios, agências móveis etc.). Em 1978 o País já contava com 4.060 agências postais e 16.000 unidades postais auxiliares. As caixas de coleta de correspondência, que eram apenas 91 em 1973, somavam, ao final de 1978, 27 mil.

A triagem é a fase do sistema mais sujeita a estrangulamento, sendo, conseqüentemente, a etapa reguladora do fluxo postal. Diante do possível congestionamento nas áreas de elevada densidade de tráfego e esgotadas as possibilidades de racionalização nas operações, foi acelerado em 1977 o processo de implantação de mecanização nos procedimentos de triagem em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Já em junho de 1978 estava inaugurado o Centro de Triagem de Brasília, estando programados para o 2.º semestre de 1979 e princípio de 1980 o início de operação dos centros de triagem automática do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Na área do encaminhamento, a dependência excessiva aos horários e às linhas comerciais, por vezes irregulares e inadequadas, acarretava acentuada imperfeição no deslocamento dos volumes postais. Devido a esta incompatibilidade o subsistema de transporte aéreo foi profundamente reestruturado a partir de 1974, quando em outubro foi implantada a Rede Postal Aérea Noturna — RPN, interligando todas as noites, por aviões a jato especialmente fretados pela ECT, inicialmente sete capitais — Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador e Recife. A RPN assegurou o envio da correspondência no mesmo dia da postagem, sendo responsável, sem dúvida, pela significativa melhoria da qualidade dos serviços postais. No ano de 1978, a RPN transportou 27 mil toneladas de correspondências.

A RPN vem sendo sucessivamente ampliada através de novas rotas a ela conectadas. Ao fim de 1976 já servia diretamente, também, às cidades de Fortaleza, Itajai, Campo Grande, Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Araçatuba, Londrina, Florianópolis e Curitiba. Em 1977 foram implantadas linhas entre Goiânia e Brasília e entre Rio de Janeiro e Vitória. Gradativamente se procede a interligação da RPN com o sistema de encaminhamento que utiliza vôos comerciais. Em 1977, foi implantada a ligação de Brasília a Belém e a Manaus, por avião cargueiro comercial.

No quinquênio foram também ampliadas as Linhas-Tronco Nacionais — LTN, percorridas por caminhões fretados pelos Correios. O peso da correspondência transportada pela LTN, que em 1973 era de 35 mil toneladas, atingiu, em 1978, 63 mil toneladas.

As operações postais especiais, desenvolvem-se na ECT com acentuado destaque. Simplificando as relações entre os grandes serviços de interesse geral e seus usuários, o Serviço Especial de Entrega de Documentos — SEED coloca à disposição de estabelecimentos bancários, companhias telefônicas, de eletricidade etc., toda uma estrutura própria para coleta, triagem e distribuição de documentos na área urbana das localidades onde está implantado, a um custo relativamente reduzido.

Ainda é a ECT, através do Serviço de Correspondência Agrupada — SERCA que permite, de forma econômica, a comunicação entre as matrizes e filiais de grandes organizações, mediante a coleta, o transporte e a distribuição da correspondência agrupada em malotes especiais. Atuando competitivamente desde sua criação, em 1970, absorveu, no início de 1975, todo o mercado nacional. Em 1973 foram transportados pelo SERCA cerca de 3,7 milhões de objetos e 19 milhões, em 1978.

O serviço de Telegramas retornou oficialmente, em junho de 1978, à competência da ECT. A partir de medidas programadas em 1975, a ECT aparelhou-se para proporcionar a esse serviço melhor qualidade. A antiga rede Telex da ECT, que saiu de uso com a implantação da rede da EMBRATEL, em 1975, passou a ser utilizada integralmente para encaminhamento de telegramas entre as agências da ECT, transformando-se, assim, numa rede Gentex, o que deu condições para a melhoria do serviço de telegramas, entre as localidades servidas pela rede, permitindo serem normalmente entregues no mesmo dia.

A manutenção do ritmo de desenvolvimento ao mesmo nível verificado nos últimos anos e a deversificação crescente dos serviços são metas constantes da ECT. A elevação da qualidade dos serviços foi produto da total reformulação por que passou a Empresa, tornando-os rápidos, seguros e regulares, a custos compatíveis.

Radiodifusão

O Governo empenhou-se, por todo o período, em promover maior participação do setor privado na exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Em 1978, foram abertos ao público 113 editais de concorrência pública para instalação de novas emissoras em todo o País, perfazendo para o período 1974/1978 um total de 565 editais publicados. Desses editais 40 referiam-se a canais de TV, 43 a emissoras de rádio em ondas tropicais, 185 a emissoras de frequência modulada, 294 a rádios em ondas médias e 3 a rádios em ondas curtas.

A quantidade de canais outorgados, durante o quinquênio 1974/1978, para a execução de serviços de radiodifusão, foi de 475, dos quais 43 para televisão, 29 para radiodifusão em ondas tropicais, 187 para FM, e 210 para rádios em ondas médias e 6 para ondas curtas.

Realização de destaque do Governo na área de radiodifusão foi a elaboração do Plano de Distribuição de Canais de Radiodifusão em Onda Média, aprovado em 24.03.76 e recebido com grande satisfação pelos empresários de radiodifusão.

Esse plano procurou atender a todas as solicitações até então formuladas, não só referentes a novas estações como também ao aumento de potência das existentes, e objetivou, ainda, estabelecer uma reserva de canais.

Em junho de 1976 foi criada a Empresa Brasileira de Radiodifusão — RADIOBRÁS, com vistas a consolidar, em uma única organização, todas as emissoras pertencentes ao Governo Federal e instalar serviços nas áreas de reduzida densidade demográfica e de inexpressiva demanda comercial, objetivando a integração nacional.

No tocante à implantação de serviços de radiodifusão para atender à Região Amazônica — tarefa prioritária da RADIOBRÁS — foi elaborado plano de instalação de emissoras de onda média e tropical, com transmissores de 10 kw de potência, em várias cidades da Região.

A estação de onda média em Boa Vista foi inaugurada em junho de 1977 e a onda tropical, em março de 1978. A emissora de Macapá entrou em funcionamento no segundo semestre de 1978, estando em fase final de implantação as estações em Cruzeiro do Sul, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira.

A RADIOBRÁS, quando da sua criação, recebeu da extinta TV Rádio Nacional de Brasília um conjunto de transmissores (2 transmissores de 300 kw para operação em ondas médias e 9 transmissores de 250 kw para operação em ondas curtas), bem assim o projeto de instalação desses equipamentos, com previsão de serem instaladas estações em Brasília (DF), Boa Vista (RR) e Mamanguape (PB).

A Empresa efetuou toda a revisão do projeto inicial e optou pela instalação em apenas uma estação, do Sistema de Alta Potência, cuja implantação vem sendo concluída no Parque do Rodeador, em Brasília (DF). O Sistema, embora não totalmente instalado, vem operando com um transmissor de ondas médias (300 kw) e dois de ondas curtas (250kw) cada, com as antenas de O.C. direcionadas para a Amazônia e irradiando programação específica para as populações daquela Região.

Quando concluída a instalação do Sistema de Alta Potência, o que se espera em março de 1979, a RADIOBRÁS poderá cobrir todo o território nacional em ondas médias (horário noturno) e em ondas curtas (horário variado), além de levar as transmissões brasileiras a quase todos os pontos do globo terrestre.

A RADIOBRÁS vem ainda buscando modernizar seus equipamentos e instalações no intuito de prestar serviços sempre da melhor qualidade. Nesse sentido criou, em Brasília, uma estação de FM-estéreo em 1977, e no primeiro semestre de 1978 reativou a TV Nacional de Brasília, com novos equipamentos em cores e dentro dos padrões técnicos mais avançados.

No Rio de Janeiro, com o objetivo de reduzir custos operacionais, procedeu à construção, na ilha de Itaoca, em São Gonçalo, de um parque de transmissores dotado de sistema que permite a operação simultânea, através de uma única torre irradiante, das emissoras da Empresa naquela cidade (Nacional, MEC e Ipanema). Os transmissores de ondas curtas da RADIOBRÁS, na área do Rio de Janeiro, também deverão ser instalados em Itaoca. Os transmissores de frequência modulada continuarão, no entanto, no Alto do Sumaré, onde estão localizadas as demais emissoras de FM do Rio de Janeiro.

ÁREA SOCIAL



APRECIÇÃO GERAL

A principal preocupação que determinou a opção pela estratégia de adaptação gradual da economia às novas realidades do mundo do petróleo caro, foi a de, mantendo o crescimento — ainda que em ritmo menos intenso — minimizar os efeitos da desaceleração sobre o emprego e a renda, preservando, o quanto possível, os objetivos da política de desenvolvimento social, consubstanciada no II PND.

Com efeito, no II PND, o desenvolvimento social foi considerado objetivo autônomo, devendo ser realizado concomitantemente com o crescimento. Considerou-se que, de um lado, o crescimento não pode resolver o problema da adequada distribuição de renda, se deixado à simples evolução dos fatores de mercado. E, de outro lado, que a solução dos problemas sociais através do crescimento, apenas, poderia demorar muito mais do que a consciência social admitiria, em termos de necessidades de melhorar rapidamente o nível de bem-estar de amplas camadas da população.

Enfatizou-se, ademais, a promoção do bem-estar das camadas sociais de baixa renda, com a preocupação de reduzir substancialmente a pobreza absoluta. E postulou-se esforço integrado para a promoção do desenvolvimento social, compartilhada por todo o Governo e pela sociedade.

Pode-se hoje afirmar que os objetivos da política social do Governo foram satisfatoriamente atingidos, sobretudo quando consideradas as dificuldades enfrentadas pela economia brasileira e a conjuntura internacional desfavorável. Isso não significa, naturalmente, que o País tenha deixado de ser subdesenvolvido e que não continuem as distorções na área de distribuição de renda.

No que respeita ao emprego, destaque-se a criação, no período 1973-1978, de cerca de 5,4 milhões de empregos (mais de 1 milhão de novos empregos por ano), em estimativa preliminar. Enquanto a população total do País crescia de 101,4 milhões para 116,4 milhões (aumento de 15%), a população ocupada crescia, pelas estimativas disponíveis, de 31,8 milhões para 37,2 milhões (aumento de 17%). O desemprego aberto, em 1978, está estimado em 1,7% da população economicamente ativa (comparado com 2,1% verificados em 1970).

Observou-se, ademais, grande redução da pobreza absoluta, tanto quanto a pessoas como a famílias, seja no meio rural como no urba-

no. O número de famílias com renda monetária de até 2 maiores salários mínimos caiu de 11,9 milhões em 1970 para 11,3 milhões em 1972 e 10,4 milhões em 1976 (69%, 62% e 46%, respectivamente, do total das famílias). E o mesmo ocorreu tanto no meio rural como no urbano, sendo a redução da pobreza rural mais intensa do que a urbana, devido isso à transferência de pobreza para as cidades, operada pelas migrações. Observe-se que, entre 1970 e 1976, houve aumento do maior salário mínimo real de pelo menos 6%, no caso do Rio de Janeiro.

Observe-se, também, que, a despeito de permanecerem elevadas as desigualdades pessoais na distribuição da renda, há indicações de que a tendência verificada em seu agravamento, entre 1960 e 1970 — prolongando-se até 1972 — estaria se modificando nos últimos anos.

Ademais, o crescimento da renda média dos mais pobres, entre 1972 e 1976, foi maior que o dos mais ricos. Nesse período, de acordo com os dados disponíveis, por exemplo, para a população economicamente ativa urbana com renda, o aumento médio real, para todas as classes, foi de 15%. Os dois decis mais pobres, no entanto, apresentaram aumento real de 46 e 43%, enquanto os dois decis mais ricos tiveram crescimento de renda de 19 e 14%.

Esses e outros resultados — que não devem, contudo, esconder os graves problemas de pobreza e de distribuição de renda existentes no País — devem creditar-se ao grande esforço no campo do desenvolvimento social, realizado entre 1973 e 1978.

No que respeita à política salarial, houve a preocupação de, pelo menos, manter o poder de compra dos salários, elevando-se, em termos reais, ainda que modestamente, os salários mínimos, reduzindo-se consideravelmente as diferenças entre os maiores e os menores salários mínimos vigentes no País.

Quanto aos gastos públicos nos setores sociais, cabe referir a realização, em 1974-1978, pela União e pelos Estados, de dispêndios em valorização de recursos humanos (educação, saúde, saneamento, trabalho e treinamento profissional) de dispêndios da ordem de Cr\$ 766 bilhões (preços de 1978). Em educação e saúde, os dispêndios da União cresceram 106% e 138%, respectivamente, em termos reais, entre 1973 e 1978. Os dispêndios, *per capita*, pela União e Estados, em educação e saúde elevaram-se, a preços de 1978, de Cr\$ 1,18 mil em 1973 para Cr\$ 1,37 mil em 1978, com aumento real, no período, de 16%.

Na execução da política de integração social, foram despendidos, em 1974-1978, pela União, em previdência social (exclusive assistência médica), cerca de Cr\$ 573 bilhões (a preços de 1978), com crescimento real de 132%, entre 1973 e 1978. Nos programas habitacionais do

Sistema BNH, foram aplicados no período, Cr\$ 456 bilhões (preços de 1978), com crescimento real de 106%, entre 1973 e 1978. Com a formulação do PIS-PASEP, foi possível, em 1977 distribuir abono salarial anual (14.º salário), no valor de um salário mínimo regional mensal, a 6,4 milhões de trabalhadores. Em 1978, cerca de 8,7 milhões de trabalhadores usufruíram esse benefício.

Na execução do Orçamento Social do II PND foram gastos, em 1974-1978, Cr\$ 1,977 bilhões (exclusive desenvolvimento social urbano), equivalentes a cerca de 14% do PIB nacional.

Balanço dos principais indicadores sociais setoriais disponíveis permite aferir os progressos alcançados, entre 1973 e 1978: na educação, as matrículas no ensino de 1.º grau elevaram-se de 18,5 milhões para 21,5 milhões (aumento de 16%); no segundo grau, o crescimento das matrículas foi de 79% (1,4 milhão em 1973 e 2,5 milhões estimados para 1978); no ensino superior, de 75% (0,8 milhão e 1,4 milhão de matrículas, em 1973 e 1978, respectivamente). Segundo dados do MOBREAL, a taxa de alfabetização elevou-se de 75% das pessoas de 15 anos e mais em 1973 para 87% em 1978. O esforço de capacitação profissional empreendido pelo Ministério do Trabalho permitiu que o número de trabalhadores participantes em programas de treinamento profissional se elevasse de 513 mil para 3,7 milhões, entre 1973 e 1978. O volume de acidentes do trabalho teve seu índice reduzido de 15,5%, em 1974 para 9,7% em 1978, quando foram evitados cerca de 3.800 acidentes por dia útil de trabalho.

No campo da saúde, registram-se a elevação da expectativa média de vida, estimada em 59 anos em 1973 e em 63 anos, em 1978, e a queda na mortalidade geral, de 9 por mil para 8 mil, no mesmo período. A população atendida por programa de suplementação alimentar elevou-se de 11,8 milhões para 15,4 milhões (crescimento de 30%).

Os principais programas de vacinação ocorridos em 1978 foram contra a tuberculose, difteria, tétano, sarampo, etc. (44 milhões de doses), contra a raiva (5,5 milhões de doses); contra a meningite, no período de 1975 a 1978 foram aplicadas 86 milhões de vacinas. A campanha contra a Doença de Chagas atingiu 107.000 localidades em 1.308 municípios, sem prejuízo de inquérito imunológico afetando 2.177 municípios e beneficiando a cerca de 6 milhões de pessoas.

Na previdência social, destaque-se inicialmente a ampliação do número de segurados no meio urbano, de 12,0 milhões para 23,4 milhões, entre 1973 e 1978. A população urbana atendida pela previdência social elevou-se de 37,8 milhões em 1973 (68% do total) para 62,9 milhões em 1978 (87% do total). O valor total dos benefícios pagos a segurados e dependentes passou de Cr\$ 65,6 bilhões em 1973 para Cr\$ 124,9 bilhões em 1978 (aumento de 90%).

No campo da integração social, a arrecadação do Programa de Integração Social — PIS elevou-se de Cr\$ 12,4 bilhões para Cr\$ 27,3 bilhões, a preços de 1978 (aumento de 120%) e a do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP, de Cr\$ 8,7 bilhões para Cr\$ 14,7 bilhões, no mesmo período (aumento de 69%). O número de cadastrados no PIS-PASEP cresceu de 11,1 milhões em 1973 para 26,7 milhões em 1978. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS arrecadou Cr\$ 31,2 bilhões em 1973 e Cr\$ 52,6 bilhões em 1978, com aumento real de 69%. O número de contas ativas do FGTS (cadastrados) elevou-se de 17,3 milhões em 1973 para cerca de 35 milhões, em 1978.

No campo da habitação, o número de financiamentos habitacionais concedidos em 1974-1978 foi de 1.017 mil, superior ao total dos concedidos até 1973, inclusive (984 mil). No período 1974-1978, a porcentagem de financiamentos habitacionais destinados às populações de baixa renda foi de 55%.

No que respeita aos níveis de bem-estar urbano, registrem-se as estimativas disponíveis sobre a condição dos domicílios, em 1973 e 1978. A porcentagem dos domicílios urbanos com serviços de abastecimento d'água elevou-se de 63% para 77%; com esgotos sanitários, de 40 para 43%; com iluminação elétrica, de 80 para 89%. A porcentagem dos domicílios com disponibilidade de rádio cresceu de 72 para 85%; de geladeira, de 50 para 66%; de televisão, de 52 para 73%; de automóvel, de 17 para 29%. Destaque-se, finalmente, o grande êxito alcançado pelo Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos que apresentava, em 1978, 442 projetos aprovados, 165 centros urbanos em funcionamento, 184 em construção e 93 outros em fase de contratação de recursos. Os investimentos do Programa atingiram, até 1978, Cr\$ 2,8 bilhões, com cerca de 38% de suas aplicações no Nordeste. Estima-se que os centros sociais urbanos em funcionamento, em 1978, tenham realizado 2 milhões e meio de atendimentos aos seus usuários, em amplo espectro de programas de interesse social e comunitário.

EDUCAÇÃO E CULTURA

O Ministério da Educação e Cultura desenvolveu suas ações no período de 1974 a 1978 em consonância com a política e estratégia de ação adotadas para cada uma de suas macrofunções — educação, cultura e desporto —, conseguindo resultados altamente satisfatórios em todas as áreas.

Na educação elevaram-se de 18,5 milhões em 1973 para 21,5 milhões em 1978 as matrículas no ensino de primeiro grau; de 1,4 milhão para 2,5 milhões estimados para 1978 as no ensino de segundo grau; e de 800 mil para 1,4 milhão as no ensino superior. A taxa de alfabeti-

zação, segundo dados do MOBREAL, elevou-se de 75% das pessoas de 15 anos e mais em 1973 para 87% em 1978.

No campo da cultura ressaltam-se a definição de uma política nacional de cultura, numa linha de coerência com a compreensão da cultura brasileira (observadas as diversidades regionais, suas manifestações artísticas e a necessidade de valorizá-las) e as ações voltadas para o estímulo à criatividade individual e de grupos e para a preservação do patrimônio histórico-cultural.

Os recursos aplicados no período (Cr\$ 1,4 bilhão) refletem a atenção governamental dedicada a área. Criaram-se a Fundação Nacional de Arte — FUNARTE, o Conselho Nacional de Cinema — CONCINE; dinamizou-se o Conselho Nacional de Direito Autoral — CNDA; reformulou-se a Empresa Brasileira de Filmes — EMBRAFILME; ampliaram-se as atividades do Instituto Nacional do Livro — INL na área do livro cultural e do programa de bibliotecas.

Com relação à educação física e desportos adotou-se como estratégia a otimização das atividades em educação física escolar, desporto de massa e desporto de alto nível. Diversificaram-se os tipos de construção e instalações, com a implantação de centros e unidades desportivas para a prática da educação física nos três níveis do ensino regular, objetivando prover o sistema educacional das condições necessárias ao cumprimento da obrigatoriedade legal, sobretudo para o ensino de 1.º grau. Especial atenção vem sendo dada ao ensino superior prevendo-se, até 1979, a instalação de centros desportivos multivalentes em todas as universidades federais.

No setor desportivo a ação desdobrou-se nas áreas do desporto comunitário e do desporto militar. Iniciou-se, então, trabalho de construções pesadas para o desporto de competição, compreendendo quadras cobertas, piscinas, pistas de atletismo, ginásios, quadras polivalentes, dentre outros.

Educação pré-escolar

Segundo a linha de ação preventiva, preconizada pela Política Nacional Integrada de Educação, o MEC vem empreendendo esforços com vistas à consolidação da educação pré-escolar, a partir do pressuposto de que, através dela, se deve elevar o nível de aproveitamento da escolaridade obrigatória, reduzir-se a distorção idade/série no primeiro grau e as taxas de repetência e evasão na primeira série.

A atividade de apoio supletivo ao programa de educação pré-escolar em 22 Unidades da Federação, exercida pelo Departamento de Ensino Fundamental — DEF, traduziu-se, sobretudo, na ampliação da rede escolar, na aquisição de material didático e equipamentos e no treinamento de recursos humanos; disso resultaram a criação de 18,5

mil novas vagas e a melhoria das condições de atendimento prestado a 45 mil crianças, em 1978.

Ensino de primeiro grau

O DEF, ao apoiar supletivamente os sistemas estaduais e municipais de ensino, através dos mecanismos permanentes de assistência técnica e financeira, vem dando continuidade às ações que visam à expansão e à melhoria dos padrões de qualidade desse nível de ensino.

Para execução de projetos e atividades voltados para esses objetivos, foram concedidos aos governos estaduais recursos da ordem de Cr\$ 592 milhões, em 1978. A ampliação e melhoria da rede física instalada possibilitou aos sistemas de ensino a criação de 55,4 mil novas vagas e a conseqüente elevação do nível de atendimento escolar para 442 mil alunos. Com vistas ao progresso do ensino de 1.º grau, projetos foram executados, prioritariamente, nas áreas de capacitação de recursos humanos, desenvolvimento de novas metodologias, diversificação das propostas curriculares e aperfeiçoamento do processo de planejamento educacional.

Dentre as principais realizações, destacam-se a habilitação, atualização e aperfeiçoamento de cerca de 30 mil docentes e 9 mil especialistas em educação; o prosseguimento, validação e expansão de estudos e experiências, com ênfase na elevação da taxa de promoção da primeira para a segunda série e na diminuição dos índices de distorção idade/série, que atingiam mais de 1,1 milhão de alunos; o início de implantação do Sistema Especial de Promoção Educativa do Menor — SEPREM, atendendo aos menores culturalmente desfavorecidos, na faixa etária de 7 a 16 anos, que não freqüentam a escola; o aperfeiçoamento do processo de planejamento, através de apoio na elaboração, atualização e detalhamento dos planos e projetos.

A ação supletiva federal, através do projeto de Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal — PROMUNICÍPIO, vem possibilitando às municipalidades participarem, mais significativamente, do esforço solidário da administração educacional no desenvolvimento do ensino de primeiro grau.

Para que se possa deflagrar um processo contínuo de articulação entre os Estados e Municípios, com vistas ao aperfeiçoamento do ensino municipal, em termos de expansão e melhoria, o DEF concedeu às Prefeituras, em 1978, através dos sistemas estaduais, um montante de Cr\$ 158 milhões. A aplicação de recursos na ampliação e melhoria da rede física municipal permitiu criar, nos 1.056 Municípios já parti-

cipantes do projeto, cerca de 45 mil novas vagas e beneficiar quase 150 mil alunos. Dentre as providências que contribuíram para a melhoria qualitativa incluem-se a habilitação, atualização e aperfeiçoamento de 4.345 docentes e 3.143 técnicos e especialistas do ensino municipal, a implementação de 86 planos municipais de educação e a elaboração de 35 diagnósticos e 357 planos.

Ampliou-se a distribuição da merenda escolar a alunos de escolas oficiais e filantrópicas, na faixa etária de 7 a 14 anos. Ofereceram-se 8 bilhões de refeições a um total de 72 milhões de escolares, no período 1973-1978, aplicando no programa Cr\$ 8,0 bilhões.

Investimentos crescentes possibilitaram o incremento da tiragem de livros didáticos em regime de co-edição, de 8 milhões de exemplares, em 1973, para 20 milhões, em 1978.

Ensino de segundo grau

Os esforços governamentais para democratização da educação de segundo grau possibilitaram a expansão quantitativa de cerca de 1 milhão de matrículas no período, a par da melhoria qualitativa do ensino. A atenção que vem merecendo os recursos humanos, instalações físicas, inovações e renovações metodológicas, livros e material didático, contribuiu decisivamente para a elevação da produtividade do ensino.

A estes resultados devem ser acrescentados outros bastante evidentes da evolução atingida: a implantação final de um sistema de integração escola-empresa-Governo, a criação da Coordenação Nacional do Ensino Agrícola — COAGRI e a transformação de 3 Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica.

Atendendo às necessidades do mercado de trabalho regulamentaram-se novos cursos, ampliando-se o leque de habilitações profissionais e, conseqüentemente, a possibilidade de opção do aluno. Ordenou-se a expansão da matrícula nas Escolas Técnicas Federais, que, de 34 mil alunos, em 1973, passou para 54 mil, em 1978.

Com a homologação do Parecer 76/75, do Conselho Federal de Educação, estabeleceram-se 11 habilitações básicas, ampliando-se o conceito de profissionalização, caracterizada como educação para o trabalho. Este recurso legal traduz busca intensiva do Ministério no sentido de ser encontrada solução adequada para os impasses decorrentes da operacionalização das funções de determinabilidade e continuidade, atribuídas ao segundo grau pela reforma de ensino.

Ensino superior

No âmbito do ensino superior buscou-se, no período, controlar a expansão do sistema, melhorar a qualidade e diversificar a oferta dos serviços.

O número de matrículas em 1978 elevou-se em 7% em relação a 1977, quando nos anos anteriores a 1976 o crescimento situava-se em torno de 20%. A expansão do número de estabelecimentos foi de apenas 0,6% em relação a 1977.

Esses números não traduzem redução de oferta de serviços educacionais, refletindo, antes, a otimização da distribuição dessa oferta, pela adoção de critérios de maior equilíbrio regional, diversificação dos cursos e fortalecimento da instituição universitária.

Com vistas à otimização, buscou-se maior aceleração do crescimento nas regiões menos servidas, enquanto desacelerou-se no Sudeste. Procurou-se diversificar os cursos, como os de formação de tecnólogos, que, de um total de 27, em 1973, elevaram-se em 1978, para 126.

Indissociáveis são os aspectos da expansão e melhoria qualitativa do ensino superior. Ao lado dessas medidas ordenadoras interpenetram-se outras, de caráter nitidamente qualitativo, voltadas para a elevação do padrão do ensino universitário, em resposta às exigências do presente estágio do desenvolvimento econômico-social do País.

A implantação do Plano Nacional de Pós-Graduação permitiu a consideração de três frentes extremamente importantes para o desenvolvimento nacional: titulação de professores para o ensino universitário, preparação de pesquisadores para o desenvolvimento da investigação científica e de profissionais altamente especializados para atender necessidades empresariais. Registrou-se, a partir de 1975 (início da implantação dos Programas) até 1978, crescimento do número de docentes titulados em pós-graduação de 1.123 para 7.189. De outra parte, a implementação do banco de teses permitiu o ordenamento de toda a produção intelectual dos cursos de pós-graduação, já tendo sido registrados nos catálogos editados mais de 6 mil trabalhos em 42 áreas diferentes.

O Programa de Melhoria das Instalações de Ensino Superior complementou, significativamente, os esforços para elevação do padrão de ensino. Construíram-se novas edificações; concluíram-se obras já iniciadas; recuperaram-se e adaptaram-se prédios para novas funções, totalizando em área construída, cerca de 1,5 milhão de metros quadrados. Empreendimentos, no período, voltados para a construção e instalação de *campi* universitários, demandaram investimento total de Cr\$ 2,5 bilhões.

Como apoio ao estudante economicamente carente, foi lançado, em 1976, o Programa de Crédito Educativo. Esta iniciativa é de alta significação pela sua contribuição à oferta de oportunidades de acesso ao ensino superior. Cerca de Cr\$ 7 bilhões já foram aplicados, beneficiando 388 mil alunos.

Alfabetização de adultos e ensino supletivo

A continuidade do esforço para erradicação do analfabetismo no País possibilitou reduzir o índice de 25,5% em 1973, para 12,8%, ao final do período graças à alfabetização de 1 milhão de adultos, em média, por ano, a par da profissionalização de 473 mil pessoas, segundo linha de ação comunitária adotada pelo MOBREAL.

Abriam-se novas frentes de cursos e exames de suplência, ampliando-se assim a área de atuação do Ministério. Implantou-se projeto de assistência ao atleta profissional, com o objetivo de proporcionar-lhe alternativas em termos de profissão. Ações integradas foram desenvolvidas com outros órgãos da área social, destacando-se o acordo celebrado com os Ministérios do Trabalho e da Previdência e Assistência Social que possibilitou o treinamento de 15.500 profissionais das diversas categorias da área da saúde, antes empregados em hospitais, sem a devida habilitação legal; além disso, com a interveniência do Ministério da Justiça, acionou-se a assistência educacional ao sentenciado.

Da implementação de programas educativos difundidos pelo rádio e TV, atingindo cerca de 800 mil alunos em radiopostos e telepostos, partiu-se para a implementação do Centro Multinacional de Tecnologia Educacional.

Seguindo a estratégia nacional fixada para o ensino supletivo, o Ministério buscou, no período, a expansão controlada dessa modalidade de ensino, conquistando credibilidade comprovada pelos seguintes resultados principais: habilitação de 19.200 profissionais em 50 modalidades técnicas, através de exames de suplência profissionalizante; habilitação de 24 mil docentes leigos, com vistas à melhoria do ensino de primeiro grau; cadastramento de 8 mil instituições e 10 mil cursos em todo o País; implantação do Sistema Nacional de Certificação; atendimento a 2 milhões de pessoas em exames de educação geral.

Educação especial

O Centro Nacional de Educação Especial — CENESP vem-se dedicando à execução de projetos voltados para a ampliação de oportunidades de atendimento educacional adequado aos excepcionais, no sistema regular e em instituições especializadas.

Atividades de apoio exercidas pelo CENESP incluem a assistência prestada a 279 instituições particulares, favorecendo o atendimento às categorias que exigem assistência especializada. Projetos para construção e instalações físicas, experimentação de propostas curriculares adaptadas às diferentes áreas de excepcionalidades, capacitação de recursos humanos, elaboração de material didático e escolar, bem como atendimento aos educandos com problemas de aprendizagem escolar foram desenvolvidos.

Assistência ao educando

A carência econômica que aflige a maioria da população estudantil, notadamente nas faixas iniciais de escolarização, acarretando deficiências de toda ordem, torna imprescindível o apoio material ao sistema educacional e a ampliação das formas de atendimento para que se possa, mais direta e eficazmente, suprir as limitações, preveni-las ou reduzir-lhes os efeitos.

A Campanha Nacional de Alimentação Escolar — CNAE, proporcionando refeições a 13 milhões de escolares em 1978 — e preparação de recursos humanos para a educação nutricional (26 mil treinados). Os dispêndios foram da ordem de Cr\$ 2,8 bilhões.

Como ação decorrente de acordo internacional entre o Governo brasileiro e a Organização das Nações Unidas, foi implantado pela CNAE projeto com vistas a reduzir disparidades regionais e atuar como catalisador dentre os programas de nutrição do Governo, com previsão de atendimento a 80 mil pré-escolares e 171 mil escolares até o final de 1980.

A CNAE participou em programas estaduais de atendimento aos pré-escolares, cobrindo cerca de 500 mil alunos.

Em colaboração com a política governamental de assistência ao estudante, a Fundação Nacional de Material Escolar — FENAME, através do Programa Nacional do Livro Didático, vem-se empenhando na produção e distribuição de livros e material de apoio didático, buscando, paralelamente, a melhoria da sua qualidade e a redução do preço, com vistas a facilitar ao alunado, de todos os níveis e modalidades de ensino, o acesso sistemático a esses recursos da aprendizagem. Em 1978, foram despendidos Cr\$ 468 milhões para consecução das metas estabelecidas para o Programa do Livro Didático do ensino de primeiro e segundo graus, superior, supletivo e de computação, beneficiando 8,7 milhões de estudantes.

A implantação dos Programas de Bolsas de Estudo vem merecendo particular atenção do Departamento de Assistência ao Educando — DAE. Somando-se a outros projetos voltados para a prestação de serviços a estudantes — restaurantes universitários, residências e coo-

perativas — as atividades do DAE demandaram, em 1978, investimento de Cr\$ 380 milhões. Foram concedidas 35.377 bolsas nas modalidades de bolsas de trabalho, de ensino de primeiro e segundo graus, superior e especial e, ainda, as decorrentes de convênios com instituições públicas e particulares, atingindo Cr\$ 336 milhões mais.

Ainda na área de assistência ao educando, merece destaque o Programa de Crédito Educativo, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, cujo alto significado econômico-social justifica a aplicação de cerca de Cr\$ 3,8 bilhões, beneficiando 74.667 alunos de escolas públicas e particulares, carentes de recursos financeiros, através das formas de crédito para manutenção e anuidade.

Magistério

Parte substancial da ação do MEC está voltada para o aperfeiçoamento da atuação do corpo docente, com vistas à melhoria constante da qualidade do ensino superior. A CAPES, empenhando-se num trabalho de consolidação e expansão quantitativa de quase toda a sua programação, conferiu destaque especial às ações voltadas para o magistério. Através dos Programas Institucionais de Capacitação de Docentes — PICD I e PICD II — foram promovidos e financiados cursos de pós-graduação. O PICD I atendeu a 82 instituições de ensino superior, das quais 54 públicas e 28 particulares, concedendo 3.567 bolsas de estudo, no País, sendo 3.176 de mestrado e 391 de doutorado. O desenvolvimento do PICD II permitiu beneficiar 844 docentes — a maioria dos quais de instituições particulares, impossibilitados de fazer pós-graduação *stricto sensu* — através de cursos de aperfeiçoamento e especialização.

Medidas complementares, com vistas à titulação de docentes, vêm sendo garantidas, através de projetos de absorção e reabsorção de treinados pelos programas institucionais de financiamento de teses.

Como uma estratégia a mais visando à melhoria qualitativa do ensino, está sendo desenvolvido, em caráter experimental, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior, com a finalidade de proporcionar a docentes de 15 universidades crescimento pessoal e domínio de novos processos metodológicos para o exercício do magistério.

No que concerne ao ensino de segundo grau, ainda a preocupação com os aspectos quantitativos e qualitativos, direcionada, sobretudo, para ações que favorecessem a opção terminalidade e ampliassem o conceito de profissionalização, levou o MEC a executar um programa abrangente de capacitação de recursos humanos, habilitando, atualizando e aperfeiçoando pessoal docente, técnico e

administrativo. Destacam-se os resultados obtidos através do CENAFOR, atingindo 483 docentes em cursos de habilitação e 2.225 em cursos de atualização e aperfeiçoamento. Cerca de 1.221 técnicos especialistas em educação e pessoal de direção e administração foram atendidos através das modalidades de atualização e aperfeiçoamento. A este, somam-se os esforços do Programa de Expansão e melhoria do Ensino — PREMEN, habilitando ou capacitando 623 professores de todas as áreas, em cumprimento às exigências de acordos internacionais.

A ampliação do conceito de profissionalização, entendendo-se como educação para o trabalho, exigiu do MEC particular empenho na preparação de professores para as habilitações básicas. Em 1978, apenas iniciado o projeto de implantação a nível nacional, foram atendidos 1506 professores de todas as Unidades Federadas, numa primeira etapa dos cursos de licenciatura plena, com o envolvimento de dez universidades.

Ao nível de primeiro grau, a maior preocupação tem sido o recrutamento de pessoal necessário para que os sistemas educacionais possam responder à obrigatoriedade de 8 anos de escolaridade e às novas exigências curriculares.

Por força de acordos internacionais o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino — PREMEN, atuando também naquele campo, logrou a habilitação e capacitação de 2.115 professores em todas as áreas.

A estas medidas deve-se somar o esforço desenvolvido na área do ensino supletivo, através do Projeto Logo II, no sentido de habilitar professores leigos, ao nível de segundo grau, utilizando-se de metodologias de ensino à distância. Em 1978 atingiu 15 Estados, dando início à expansão para todo o território nacional.

Na área de educação especial, cabe mencionar a realização de 94 cursos para treinamento de 3.895 docentes e técnicos de diversos níveis de ensino.

Igualmente no setor de Educação Física e Desportos, vem o MEC conferindo especial atenção à capacitação de recursos humanos para atender à abrangência das áreas de atuação desportiva.

Cultura, letras e artes

O MEC, por intermédio de seu Departamento de Assuntos Culturais — DAC, concentrou suas atividades na execução de projetos prioritários de Capacitação de Recursos Humanos e Preservação e Defesa de Bens de Valor Cultural.

Buscando suprir as necessidades de um mercado carente e específico; o DAC extrapola sua função cultural e integra-se ao sistema educacional. Assim, em 1978, beneficiou mais de 30 entidades das diferentes esferas administrativas, desenvolvendo ações voltadas seja para aperfeiçoamento cultural, através de cursos de extensão universitária, estágios e bolsa/trabalho/arte, seja para a qualificação de profissionais em trabalhos e cursos técnicos especializados.

Em defesa do patrimônio histórico, exercendo ação complementar às atividades de seus órgãos, o DAC deu apoio relevante a iniciativas ligadas a obras de conservação, restauração, recuperação e enriquecimento de acervos, atingindo entidades públicas e particulares de 20 Unidades Federadas.

Do incentivo prestado pela EMBRAFILME ao desenvolvimento da indústria cinematográfica no sentido de seu aprimoramento técnico, artístico e cultural, resultaram a produção de mais de 180 películas e a participação em 44 festivais de caráter competitivo, 27 dos quais internacionais. O DAC, através do Serviço de Radiodifusão Educativa, deu continuação ao Projeto Minerva, dirigido para clientela de ensino supletivo e lançado em âmbito nacional.

A Fundação Nacional de Arte — FUNARTE, além de cumprir sua finalidade de promover, incentivar e amparar, em todo o território nacional, a prática, o desenvolvimento e a difusão de atividades culturais, vem implementando plano de operações amplas para documentação e pesquisa de nossa história cultural como realidade a ser preservada.

Na área da criação plástica vem procurando diversificar sua atuação entre os mais variados setores deste campo. Atendendo à sua característica de levar em conta na cultura a dupla dimensão regional e nacional, a FUNARTE criou os projetos Arco-Íris e Verde — FUNARTE.

Procurando suprir a falta de documentação sobre os museus brasileiros, vem-se desenvolvendo o projeto Museu de Arte do Brasil, já tendo editado trabalhos didáticos de divulgação de acervos.

Na área do folclore, a atuação da FUNARTE vem se desenvolvendo, em âmbito nacional, através da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro — CDFB. Promoveram-se pesquisas, cursos de folclore para professores de 1.º grau e treinamento para elaboração do atlas folclórico, festivais, instalações de museus de folclore nos Estados, exposições e outros eventos, possibilitando a documentação e divulgação das artes e artesanatos folclóricos.

Na área da música, a atividade da FUNARTE, desenvolveu-se através do Instituto Nacional de Música: concursos nacionais de bandas e corais foram realizados com o propósito de apoiar e estimular a

formação de novas agremiações; ênfase foi conferida às atividades didáticas de caráter informativo sobre recitais, apoio às orquestras, implantação de núcleos de formação de instrumentistas de cordas, sopro e percussão. O Projeto Pixinguinha e muitas outras atividades são exemplo da concentração de esforços da área federal.

O Instituto Nacional do Livro — INL, fiel aos princípios básicos de sua criação como órgão planejador e executor da política governamental do livro no contexto cultural do País, vem desenvolvendo suas atividades através da coordenação do Livro Cultural e do Programa de Bibliotecas.

Em função dos objetivos do Livro Cultural promoveu, prioritariamente, a edição, co-edição e reedição de estudos brasileiros, literatura infantil e juvenil, romance, novela, conto, poesia e ensaio, dando, ainda, continuidade à ênfase do programa de obras essenciais da cultura brasileira na área de ciências humanas e sociais.

O Programa de Bibliotecas, voltado para a melhoria do funcionamento da rede existente e dos serviços bibliotecários, possibilitou a continuidade do cadastramento de todas as bibliotecas brasileiras, a criação de salas de leitura e a extensão do Sistema Nacional de Bibliotecas às administrações estaduais e regionais, através da implantação de subsistemas. O MEC, através do INL, incentivou à realização de cursos de treinamento intensivo para responsáveis por bibliotecas, tendo atingido, em 1978, 800 treinados em 22 Unidades Federadas.

Patrimônio histórico e artístico

A preservação e defesa dos bens de valor cultural do País constituem um dos objetivos básicos da Política Nacional de Cultura, desenvolvidos pelo IPHAN, destacando-se dentre as diversas atividades desenvolvidas no período, a implantação do Programa das Cidades Históricas, desenvolvido em convênio com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e com as administrações estaduais. Expressiva é sua colaboração para realização do objetivo de preservação do patrimônio histórico.

Buscando suprir a carência de profissionais qualificados para o setor, cursos de pós-graduação foram promovidos pelo IPHAN, em convênio com a SEPLAN e a Universidade Federal de Minas Gerais.

Educação física e desportos

Em cumprimento ao objetivo de melhoria do desporto brasileiro, definido no Plano Nacional de Educação Física e Desportos, o MEC vem atuando nas áreas de educação física e desporto estudantil, desporto de massa e desporto de alto nível.

Devem ser mencionadas as atividades desenvolvidas nas áreas de construção, capacitação de recursos humanos, intercâmbio internacional e competições desportivas. A abrangência das áreas de atuação desportiva justificaram a intensificação de um trabalho de instalação de unidades diferenciadas, com resultado satisfatório, possibilitando atender clientela de quase 200 mil pessoas nas 441 unidades desportivas construídas.

Merecida atenção foi também conferida à melhoria qualitativa de 3.021 professores e técnicos que atuam nas áreas de educação física estudantil e desporto de alto nível, através de cursos de treinamento, estágios, congressos, seminários. Foi implantado, oficialmente, o curso de pós-graduação em Educação Física e Desportos.

A área desportiva comunitária foi igualmente beneficiada através de cursos e seminários de treinamento para dirigentes, técnicos e orientadores, recursos humanos indispensáveis à execução do Programa Esporte para Todos. Os resultados do programa traduzem-se no envolvimento de 2.107 Municípios e mais de 1,7 milhão de participantes.

Apoiando o desporto de alto nível, o Conselho Nacional de Desportos — CND, aplicou, em 1978, recursos da ordem de Cr\$ 212 milhões, prioritariamente, na assistência ao setor de desporto profissional e amador.

De grande relevância para o desenvolvimento técnico do desporto profissional foi a realização do 1.º Seminário para Técnicos do Desporto de Alto Nível, como decorrência do convênio entre o Brasil e a República Federal da Alemanha.

Deu-se, finalmente, continuidade ao atendimento a 2 340 atletas inscritos nas Associações de Garantia ao Atleta Profissional, concederam-se bolsas de estudo integrais em cursos regulares e supletivos; prestou-se assistência jurídica a atletas; concederam-se recursos sob a forma de salário-desemprego e pagamento dos encargos previdenciários a atletas que comprovaram a situação de desemprego temporário.

TRABALHO

A atuação do Ministério do Trabalho, em sua evolução nos últimos anos, tem sido conduzida cada vez mais para a área específica da administração do trabalho. Congregando, numa primeira etapa, funções de trabalho, indústria e comércio, o atual Ministério do Trabalho, até 1974, exercia também atividades de previdência social.

Após aquela fase inicial, em que a preocupação maior era a defesa do trabalhador, com ênfase na legislação trabalhista e organização sindical, a ação do Estado passou a dirigir-se principalmente para o campo da assistência, com a criação e aperfeiçoamento de sistemas previdenciários e assistenciais. Finalmente, numa terceira etapa, as questões do trabalho passaram a ser tratadas de forma integrada, objetivando a promoção do trabalhador e de seus dependentes como meio de garantir a justiça e a paz social.

Segundo tal política organizou-se o novo Ministério do Trabalho, simultaneamente com a criação do Ministério de Previdência e Assistência Social (Lei n.º 6 036, de 1.º de maio de 1974). Sua estrutura administrativa foi definida com vistas ao exercício de três funções básicas: preparação do homem para o trabalho; organização do mercado de trabalho (a fim de proporcionar ao trabalhador condições de acesso ao emprego e justa retribuição pelo trabalho); e administração das relações do trabalho.

Em consequência, passaram a integrar o Ministério do Trabalho as Secretarias de Mão-de-Obra, de Emprego e Salário e de Relações do Trabalho, além dos órgãos de coordenação e administração (Secretaria Geral, Inspeção Geral de Finanças e Departamentos de Pessoal e Administração).

O volume e a importância das atribuições daquelas três Secretarias exigiram reestruturação administrativa, em curto espaço de tempo, incluindo-se mais três Secretarias: a de Promoção Social, a de Segurança e Medicina do Trabalho e a de Imigração. As duas primeiras foram desmembradas da Secretaria de Relações do Trabalho e a última da Secretaria de Emprego e Salário.

As ações do Ministério do Trabalho proporcionaram resultados significativos no período de 1974 a 1978. As atividades de preparação de recursos humanos para as diferentes categorias ocupacionais da força de trabalho adquiriram dimensão compatível com a sua importância no processo de desenvolvimento do País. A vinculação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC e do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — PIPMO ao Ministério do Trabalho representou o primeiro passo.

Ademais, a Lei n.º 6.297, de 15 de dezembro de 1975, estabelecendo incentivos fiscais, com deduções do Imposto sobre a Renda, integrou as empresas brasileiras, como agências de formação profissional no esforço governamental de melhoria da mão-de-obra; a criação do Serviço Nacional de Formação Profissional Rural — SENAR, voltado para o atendimento da mão-de-obra rural, veio preencher histórica lacuna na formação profissional brasileira; o apoio e incentivo às entidades particulares, órgãos públicos, universidades e outras instituições reforçaram o esforço de adequação da força de trabalho ao atual estágio de desenvolvimento do País; a coordenação de ações dos diferentes órgãos de formação profissional permitiu a instituição do Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra o qual, através do Conselho Federal de Mão-de-Obra, estabelece normas e diretrizes para a definição da política nacional de desenvolvimento de recursos humanos.

No campo do emprego e da política salarial destaca-se a criação do Sistema Nacional de Emprego — SINE, instalado em cooperação com os governos locais em todos os Estados da Federação, ao qual cabe organizar sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho capaz de fornecer elementos orientadores da política de emprego, em nível local, regional e nacional. A criação do Conselho Nacional de Política de Emprego, como órgão integrante do SINE, permitiu a ordenação coerente das ações do órgão com referência ao emprego no País. O Conselho Nacional de Política Salarial — CNPS, órgão interministerial, teve participação decisiva na formulação e execução da política salarial das empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações, empresas concessionárias do serviço público federal e outras entidades vinculadas, cabendo-lhe, ainda, manifestar-se sobre os níveis mínimos de salário. Foi ultimada a Classificação Brasileira de Ocupações — CBO, instrumento de uniformização de nomenclatura e semântica das ocupações existentes no País. Estudos e pesquisas foram executados buscando a identificação de questões ligadas à problemática do emprego, salários e assuntos correlatos, em cooperação com universidades e institutos especializados. A identificação do trabalhador brasileiro, através da carteira de trabalho, distribuída gratuitamente em cerca de 3.200 locais, atingiu o total de mais de 200 milhões.

O aperfeiçoamento das relações de trabalho constituiu preocupação permanente do Ministério do Trabalho, que buscou criar condições adequadas para que a convivência no meio laboral, entre empregado e empregador, sindicato e empresa, se efetivasse com justiça, colaboração e dignidade.

Através dos sindicatos — em torno de 7.100 — o Ministério do Trabalho estimulou o diálogo sindical, dando apoio constante às nego-

ciações entre patrões e empregados e audiência a seus dirigentes, em todos os escalões. No período, foram realizados quase 5 mil acordos e convenções e estabelecidos quase 4 mil dissídios coletivos. A Comissão de Enquadramento Sindical, órgão de composição interministerial atuou intensamente, desenvolvendo inúmeros trabalhos relativos às atividades sindicais, pedidos de enquadramento, extensões de bases, filiações ou desfiliações, concentrações ou desconcentrações. Nova dimensão foi dada à inspeção do trabalho, através da melhoria de sua qualidade e da quantidade de inspetores. O aumento do número de inspetores, num total de 2.335, selecionados por concurso público, e convenientemente treinados, permitiu a obtenção de adequada proteção legal ao trabalhador empregado. A interiorização do Ministério do Trabalho, efetivada através da criação de 73 subdelegacias do trabalho é de 825 postos regionais e locais, atendendo a 898 Municípios brasileiros, permitiu a obtenção de excelentes resultados.

As ações de promoção social do Ministério do Trabalho foram desenvolvidas pelos projetos de extensionismo urbano, promoção social de habitação, promoção do esporte e do lazer, programas de alimentação de trabalhadores, auxílios financeiros aos sindicatos, fortalecimento da ação sindical (cursos, simpósios, etc.), serviço social do trabalho e programa de creches. Destaca-se, especialmente, na área da promoção social, o Programa de Alimentação do Trabalhador. A Lei n.º 6.231, de 14 de abril de 1978, permitindo a dedução do lucro tributável, no cálculo do Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas no fornecimento de refeições aos trabalhadores, proporcionou atendimento a mais de 1 milhão de interessados, ao custo médio de Cr\$ 5,34 por refeição.

As atividades referentes à segurança, higiene e medicina do trabalho apresentaram resultados altamente significativos no período de 1974 a 1978, destacando-se a redução das causas dos acidentes; cumprimento das normas legais de segurança e medicina do trabalho, por parte das empresas e dos trabalhadores; implementação de medidas com vistas a orientação e controle de normas de segurança; integração dos órgãos sindicais em programas preventivistas; preparação de especialistas de diferentes níveis; promoção de campanhas preventivistas.

O Ministério do Trabalho buscou regular a política de imigração visando a ajustá-la às necessidades do mercado de trabalho brasileiro, através da uniformização dos critérios de admissão de estrangeiros no País.

Preparação do homem para o trabalho

O Ministério do Trabalho vem-se preocupando com a qualificação e o aperfeiçoamento da mão-de-obra em todos os campos de ativi-

dade, através da Secretaria de Mão-de-Obra — SMO, órgão central de direção superior, cuja função básica é a de promover a execução de programas de formação profissional. Em 1974, vincularam-se ao Ministério do Trabalho os órgãos autônomos Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC.

Entre as medidas voltadas para a integração das empresas no esforço de aperfeiçoamento do trabalhador, destaca-se a sanção da Lei n.º 6.297, de 15 de dezembro de 1975, dispondo sobre a dedução do lucro tributável, no cálculo do Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional.

Além disso, em março de 1976 foi criado o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural — SENAR, com a finalidade de organizar, promover e administrar programas de formação profissional rural.

Em abril de 1976, instituiu-se o Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra, que através do Conselho Federal de Mão-de-Obra, aglutina os diferentes órgãos de formação profissional e estabelece normas e diretrizes para a definição da política nacional de desenvolvimento de recursos humanos.

O total de trabalhadores treinados no período 1974-1978 foi de cerca de 11,43 milhões, elevando-se de 1 milhão em 1974 para 3,7 milhões em 1978, através dos programas do PIPMO, SENAI, SENAC, SENAR, e das empresas. Destaca-se a extraordinária participação da empresa brasileira na preparação dos recursos humanos, no País, com os incentivos da Lei n.º 6.297, atingindo a quase 3,5 milhões o total de treinados entre 1976 e 1978.

O esforço do Ministério do Trabalho na preparação do homem para o trabalho estende-se ainda através de diversos programas e projetos especiais, dentre os quais devem ser mencionados os seguintes:

a) treinamento de conscritos e de pessoal técnico do Exército e da Aeronáutica, através dos projetos Caxias e Santos Dumont;

b) desenvolvimento do projeto de preparação de mão-de-obra para os pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia, com a participação do Ministério do Interior, envolvendo a construção de uma unidade móvel fluvial de treinamento, a operacionalização de um Centro de Formação Profissional em Altamira (PA) e a construção de centros de formação profissional em Imperatriz (MA), Marabá (PA) e Macapá (AP);

c) execução do Projeto Transportes, em convênio com o Ministério dos Transportes;

d) implementação do Projeto de Formação Profissional para os sentenciados, em colaboração com o Ministério da Justiça.

e) execução, em convênio com o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa — CEBRAE, do Projeto Microempresa, visando a fortalecer e expandir a pequena empresa, a reduzir os fluxos migratórios para os grandes centros urbanos, a aumentar as oportunidades de emprego e elevar o nível de rendimento das populações de baixa renda;

f) execução do projeto Construção Civil, tendo sido treinados em 1977 e 1978, 62.247 operários daquele sub-setor, em convênio entre o Ministério do Trabalho e o Ministério do Interior, através do BNH e o SENAI.

Estúdos e pesquisas foram realizados no período, como atividades de apoio técnico às programações da Secretaria de Mão-de-Obra. Realizaram-se ainda diversos seminários, congressos e reuniões técnicas para exame de problemas ligados à formação profissional.

Em dezembro de 1977 instituiu-se o Programa de Apoio ao Desenvolvimento celebrado entre o Governo Brasileiro e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, no valor total de US\$ 92,5 milhões com prazo de execução previsto para 5 anos. Os objetivos do PRODEMO são os de implementar e aperfeiçoar o Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra, promover a assistência e a capacitação de pessoal para o Sistema Nacional de Emprego, bem como aperfeiçoar os mecanismos de melhoria das condições de segurança, higiene e medicina do trabalho.

Emprego e salário

Por intermédio da Secretaria de Emprego e Salário, o Ministério do Trabalho vem desenvolvendo amplas atividades de orientação, coordenação, controle e supervisão das atividades relacionadas com as políticas de emprego, salário e imigração.

O Sistema Nacional de Emprego — SINE foi implantado em todos os Estados da União, tendo-se estruturado adequadamente para cumprir as suas funções. Através de sua rede de núcleos microrregionais e locais, interligados nacionalmente, o SINE iniciou, de forma sistemática, intensa atividade de intermediação entre a oferta e a demanda de recursos humanos para o trabalho, ademais de identificar distorções capazes de prejudicar a organização e expansão do mercado de trabalho, visando a subsidiar as decisões governamentais na área do emprego. Esse esforço inclui linha de pesquisas setoriais, envolvendo universidades e outros centros, que procedem à análise intensiva das condições de geração de empregos e de novas ocupações produtivas.

O SINE empenhou-se também na publicação e lançamento da Classificação Brasileira de Ocupações — CBO, oficializada para uso em todo o território nacional a qual servirá de base para a organização das informações gerais sobre o mercado de trabalho, uniformizando gradualmente as terminologias e significações para o aprimoramento da qualidade das estatísticas do trabalho e para facilitar as comparações com atividades de outros países.

Foi produzido um índice nacional de emprego, nas regiões metropolitanas, imprimindo-se maior agilidade ao processamento dos registros administrativos do Ministério do Trabalho. Este índice será ampliado e complementado por outros indicadores visando à produção de informações que possibilitem ao Governo atuar prontamente para sustentar satisfatórios níveis de emprego.

O setor informal do mercado de trabalho mereceu igualmente especial atenção. Ainda em caráter experimental, foram desenvolvidos projetos para organizar, em cooperativas de trabalho, as pessoas sem relação formal de emprego ocupadas na produção de bens e serviços. A experiência está sendo avaliada, prevendo-se, com base nos resultados já obtidos, a sua gradual ampliação.

Os trabalhadores, para os quais a carteira de trabalho é o documento de identificação, tiveram assegurada a sua obtenção gratuita através da rede de postos do Ministério do Trabalho em todo o País. Foi implantada a identificação do atleta profissional de futebol mediante carteira própria.

A política salarial continuou sendo orientada no sentido de disciplinar a repercussão dos reajustamentos coletivos de salários sobre os preços das atividades ou serviços, sem perder de vista a margem de segurança ideal para o trabalhador, no que toca à recomposição do poder de compra de seu salário, bem como à manutenção de seu emprego.

O Conselho Nacional de Política Salarial — CNPS colaborou na formulação e execução dessa política, pronunciando-se sobre reajustamentos salariais e sobre a revisão dos níveis mínimos de salário, tendo-se reunido 18 vezes.

A criação do Conselho Nacional de Política de Emprego, em abril de 1977, permitiu a ordenação de providências relacionadas ao emprego no País. Cumpre ao Conselho propor medidas que aperfeiçoem os mecanismos de equilíbrio do mercado de trabalho, avaliar e antever as repercussões, na área do emprego, das medidas econômicas e financeiras, articulando-se com o Sistema Nacional de Emprego — SINE.

Coordenação das relações do trabalho

O aperfeiçoamento das relações do trabalho constituiu, no período, preocupação constante do Ministério do Trabalho, envolvendo variados aspectos, especialmente o aperfeiçoamento e a aplicação da legislação do trabalho, a proteção do trabalhador, a fiscalização, a organização sindical e o desenvolvimento dos sindicatos.

A preocupação de desenvolver e aperfeiçoar os sindicatos, fez com que o Ministério do Trabalho estimulasse o diálogo sindical, através do apoio constante às negociações entre patrões e empregados, da audiência de dirigentes sindicais em todos os escalões, seja nas delegacias regionais do trabalho, seja na Secretaria de Relações do Trabalho ou junto ao próprio Ministro.

Os sindicatos, considerados também órgãos de colaboração com o governo, foram seguidamente chamados a participar de grupos de trabalho, constituídos para exame de proposições objetivando modificar a legislação em vigor. O número de sindicatos vem crescendo regularmente, elevando-se de 6.247 em 1973 para 7.032 em 1978.

De outra parte, tem-se ampliado o entendimento direto entre empregados e empregadores, na busca de solução para os problemas ligados às relações entre o capital e o trabalho, em decorrência do que sobreveio maior ênfase para os acordos e convenções coletivas de trabalho. O número de acordos, convenções e dissídios coletivos evoluiu de um total de 1.521 em 1974 para 2.518 em 1977. Através desses mecanismos de negociações coletivas têm sido obtidas vantagens significativas pelos trabalhadores, além do reajustamento salarial.

A proteção do trabalhador, no que se refere a cumprimento das normas que regulam o trabalho no País, é uma das principais funções da Secretaria de Relações do Trabalho. As atividades, nesse campo, desdobram-se no exercício da fiscalização do trabalho e ainda na proteção específica de mulheres e dos menores que trabalham.

fiscalização do trabalho foi dinamizada no período 1974-1978 graças à ampliação da rede de atendimento do Ministério do Trabalho em todo o País, com a criação e instalação de subdelegacias nos núcleos urbanos mais significativos e postos regionais e locais do trabalho em centenas de cidades. Atualmente 898 Municípios contam com a presença do Ministério do Trabalho, através de unidade administrativa, 610 já instalados e 288 a instalar proximamente. Outros 2.500 Municípios têm convênio com o Ministério do Trabalho para a distribuição de carteiras do trabalho. Além disso a inspeção do trabalho ampliou consideravelmente seu quadro, contando hoje com 2.335 inspetores, os quais se submeteram a treinamento intensivo, em diferentes níveis.

Promoção social

A promoção social vem sendo exercida com vistas a melhor utilização de oportunidades, meios e métodos que facilitem o acesso dos trabalhadores às ofertas existentes em suas áreas de atuação. Foram desencadeadas ações ligadas ao extensionismo urbano, promoção social de habitação, promoção do esporte e do lazer, programa de alimentação de trabalhadores, auxílios aos sindicatos, desenvolvimentos da ação sindical, serviço social do trabalho, e programa de creches.

Entre os resultados da atividade de promoção social devem ser mencionados os seguintes: doação de equipamentos para serviços de saúde e para a administração sindical, beneficiando 1.200 entidades no período 1976-1978; realização de cursos de liderança, administração e contabilidade sindical, beneficiando cerca de 25 mil trabalhadores sindicalizados, em 1978; promoção de Simpósio de Atualização em Administração Sindical — Projeto Brasília; assessoria e estímulo prestado pelo Ministério do Trabalho com vistas ao estabelecimento das bases de um serviço social a nível de empresa; assessoria técnica prestada a 50 creches de empresas, em 1978, a fim de serem estabelecidas as bases para a montagem de um Programa Nacional em 1979; projeto experimental com o objetivo de treinar famílias de trabalhadores em técnicas de utilização das disponibilidades do micro-ambiente familiar, em convênio com a Fundação de Estudos Agrários Luiz Queiroz (Piracicaba), do qual resultou o treinamento de 600 famílias, em 1978; execução de projeto experimental, em convênio com a COHAB/RS, com o objetivo de treinar 2 mil famílias, até 1979, no domínio das técnicas de conservação e utilização de moradias e equipamentos domésticos (até o final de 1978, 600 famílias foram treinadas); desenvolvimento de diversos projetos com o objetivo de criar estímulos para a prática do esporte e usufruto do lazer pelos trabalhadores e suas famílias.

Além dessas atividades, devem ser destacados os efeitos dos incentivos fiscais criados pela Lei n.º 6.321, de 14 de abril de 1976, relativamente ao fornecimento de refeições pelas empresas aos trabalhadores. Os 1.736 projetos implantados com recursos das empresas e do governo, da ordem de Cr\$ 5,77 bilhões, vêm beneficiando a cerca de 1 milhão de trabalhadores.

A distribuição percentual das empresas participantes do Programa, segundo o número de seus empregados, é a seguinte: menos de 200 empregados, 42%; de 200 a 399, 19%; de 400 a 999, 21%; acima de 1.000 empregados, 18%.

Na linha de desenvolvimento das atividades de promoção social do Ministério do Trabalho, inserem-se as ações do Programa Especial de Bolsas de Estudo — PEBE, destinado ao atendimento dos traba-

lhadores sindicalizados e de seus dependentes, sob a forma de auxílio financeiro para completar os estudos, podendo ser aplicado desde o 1.º grau até a universidade. A estratégia de transferência de bolsas através dos sindicatos visa ao fortalecimento dessas entidades.

Foram concedidos pelo PEBE no período 1974-1978 o total de cerca de 1,3 milhão de bolsas de estudo, no montante de Cr\$ 650 milhões.

Segurança e medicina do trabalho

As atividades referentes à segurança, higiene e medicina do trabalho apresentaram resultados altamente expressivos.

A par da reformulação das normas legais, preocupou-se o Governo, a partir de 1974, em criar uma infra-estrutura que permitisse o suporte dos programas a serem desenvolvidos. Outra preocupação constante foi implantar programação de prevenção de acidentes e riscos profissionais, com vistas a criar, principalmente, mentalidade prevencionista, constituindo-se assim, um dos fatores positivos na luta pela redução do índice de acidentes do trabalho.

As atividades desenvolvidas apresentaram os seguintes resultados principais:

a) dinamização da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, através de cartazes e reportagens; divulgação educativa periódica pela imprensa escrita, falada e televisada; distribuição de milhões de impressos (cartazes e folhetos) por todo o Brasil; dinamização quanto à participação nos congressos nacionais de prevenção de acidentes do Trabalho; realização de Seminários Regionais de Medicina do Trabalho, em cada região geográfica do País; realização do I Simpósio Nacional de Riscos Profissionais.

b) ampliação dos cursos de especialização em Segurança e Medicina do Trabalho, formando médicos do trabalho, engenheiros de segurança do trabalho, enfermeiros do trabalho, supervisores de segurança do trabalho e auxiliares de enfermagem do trabalho, permitindo, assim, não só ao Governo, mas principalmente às empresas suprirem suas necessidades de mão-de-obra especializada nessa área; os cursos foram realizados em convênio com a Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO) e financiados pelo Ministério do Trabalho até 1974, ano previsto para o término do Projeto, tornando-se a partir de então, auto-financeáveis e recebendo apenas orientação técnica da FUNDACENTRO; no período 1974-1978 foram especializados cerca de 54 mil técnicos.

c) realização de treinamento para trabalhadores sindicalizados e dirigentes sindicais, com o total de cerca de 36 mil participantes no período 1975-1978.

Até recentemente, o Brasil situava-se entre os países com elevados índices de acidentes do trabalho. A redução desses índices, de 15,47% em 1974, para 9,73% em 1977, constitui resultado significativo e aceitável pela OIT, reconhecido inclusive em função do interesse de diversos países em conhecer a metodologia aqui adotada. O número de acidentes evitados atingiu cerca de 3.800 por dia. Já em 1977, a economia em custos diretos e indiretos foi de Cr\$ 16,2 bilhões para 2.700 acidentes evitados por dia útil de trabalho.

Política de imigração

Desenvolveu-se, no período, ampla atividade no sentido de ajustar a política de imigração às necessidades do mercado de trabalho brasileiro, através da uniformização dos critérios de admissão de estrangeiros no País, pesquisas para determinação das necessidades de mão-de-obra qualificada procedente do exterior e atualização periódica da Lista de Ocupações aplicável à imigração, numa ação compatibilizada com os demais órgãos governamentais que tratam de estrangeiros.

Convênio com o Ministério das Relações Exteriores e o Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias (CIME) foi firmado pelo Ministério do Trabalho em julho de 1976, com vistas a uma expansão de ação do CIME no Brasil, e a integração de suas atividades ao Sistema Nacional de Emprego — SINE.

Representantes do Ministério do Trabalho integraram, em várias ocasiões, as delegações brasileiras a encontros e seminários internacionais sobre imigração.

S A Ú D E

Sistema Nacional de Saúde

Instituído em junho de 1975, o Sistema Nacional de Saúde vem sendo progressivamente implementado pelo Governo, por intermédio de instrumentos legais adequados.

No âmbito do Ministério da Saúde, em continuidade aos atos que estruturaram seus órgãos, foram aprovados os regimentos internos da Secretaria Geral, das Coordenadorias Regionais de Saúde e das Secretarias Nacionais de Ações Básicas de Saúde, de Programas Especiais de Saúde e de Vigilância Sanitária, entre outros.

Nas áreas de interesse comum dos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, foram estabelecidas, em julho de

1978, diretrizes e normas técnicas sobre a organização, manutenção, e financiamento da rede de Serviços Básicos de Saúde, bem como, em outubro de 1978, diretrizes de ação conjunta com vistas ao controle da hanseníase, a serem observadas por todos os integrantes do sistema.

No âmbito da Comissão Permanente de Consulta entre os Ministérios da Saúde e Previdência e Assistência Social, encontram-se em fase adiantada de discussão os seguintes estudos: Serviços Especializados de Saúde que, juntamente com os Serviços Básicos de Saúde, completarão a estrutura de prestação de serviços de saúde no País organizada em níveis de complexidade crescente, respeitadas as características sócio-econômicas e culturais das diversas regiões; diretrizes básicas para organização dos serviços de saúde vinculados a projetos especiais de desenvolvimento; diretrizes para programação conjunta nas áreas de tísio-pneumologia, oncologia, saúde mental e saúde materno-infantil; padronização de unidades de saúde; e criação, no Ministério da Previdência e Assistência Social, do grupo de medicina social.

O Ministério da Saúde mobilizou as Secretarias de Saúde das Unidades da Federação a fim de realizarem estudos mais aprofundados sobre a implantação, ao nível dessas Unidades, do Sistema Nacional de Saúde, sendo de salientar a especial colaboração em tais estudos da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

Cabe destacar ainda, a efetividade com que vem funcionando o Conselho Nacional de Saúde, após sua reestruturação. O Conselho, com organização cameral e composto por técnicos de alta especialização em suas respectivas áreas — procedentes tanto do setor público como do privado — sem caráter de representação, realizou no último semestre 123 sessões, discutindo e elaborando 32 resoluções normativas nas áreas de medicamentos, alimentos, cosméticos, entorpecentes, hemoterápicos e saneantes domissanitários.

No que concerne a treinamento de recursos humanos, a Escola Nacional de Saúde Pública promoveu recentemente 18 cursos de saúde pública ou em áreas de interesse da saúde pública, regionalizados e multiprofissionais, beneficiando 462 alunos, procedentes principalmente dos quadros de pessoal do Ministério da Saúde e das Secretarias de Saúde das Unidades Federadas.

Programa Nacional de Vigilância em Saúde

Este Programa abrange a ação coordenada exercida nas áreas de vigilância epidemiológica, do controle da qualidade de drogas, medicamentos e alimentos para consumo humano, inclusive águas minerais e abastecimento público, além do controle do fluxo migratório vindo do exterior.

As atividades de vigilância epidemiológica, com a incorporação ao sistema, no período, do Estado de São Paulo, desenvolvem-se em todas as Unidades da Federação objetivando orientar e racionalizar os programas de controle de doenças, prioritariamente as transmissíveis.

No campo da vigilância sanitária, merece destaque o início do funcionamento das Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Saúde.

As ações de vigilância sanitária dos produtos e insumos de interesse para a saúde, a cargo do Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos, atualmente vinculado à Fundação Oswaldo Cruz (o que lhe permite maior flexibilidade técnica e administrativa), compreenderam o exame, em 1978, de 141 produtos, totalizando 18.457 tipos de determinação de natureza química, microbiológica e farmacológica, entre outros.

No campo da vigilância sanitária de aeroportos, portos e fronteiras, os dados disponíveis, revelam que em 1978 foram inspecionadas e fiscalizadas 16869 embarcações e aeronaves e examinados 509.135 passageiros ao desembarque.

Em apoio às atividades de vigilância epidemiológica e sanitária, deu-se prosseguimento ao projeto de implantação da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, com o treinamento no Instituto Adolfo Lutz, de São Paulo, de 44 biólogos, 18 bromatologistas e 79 auxiliares de laboratório, procedentes de várias Unidades Federativas. Encontra-se ainda em andamento processo de aquisição de equipamentos, utensílios e materiais de consumo para instalação de 2 laboratórios regionais e 183 locais.

Doenças Transmissíveis Suscetíveis de Controle por Imunizantes

O Programa Nacional de Imunizações, elaborado de acordo com diretrizes técnicas da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde, é coordenado pela Fundação SESP e executado pelas Secretarias de Saúde das Unidades Federadas e SUCAM (febre amarela).

Estima-se para o exercício de 1978 um total de 44 milhões de doses de vacinas aplicadas contra tuberculose, difteria, tétano, poliomielite, sarampo, coqueluche, varíola e febre amarela silvestre.

Nas atividades de controle da raiva, aplicaram-se cerca de 5,5 milhões de vacinas anti-rábicas em cães, ressaltando-se que em 1978 não foram registrados casos de raiva humana em 17 capitais brasileiras.

Eradicação da Malária

Atualmente a Amazônia é responsável por 94% dos casos de malária registrados no País, cabendo destacar que mesmo nessa região a endemia apresenta acentuada tendência à localização em 46 Municípios (13% dos Municípios da área). Ressalte-se que dos 46 milhões de habitantes que vivem na área originalmente malárica, 35 milhões estão livres dessa endemia.

Foram borrifadas com DDT, em 1978, 2,4 milhões de casas, beneficiando diretamente uma população de cerca de 11 milhões de habitantes.

Controle da Esquistossomose

O Programa Especial de Controle da Esquistossomose — PECE, instituído em 1976, com o início dos trabalhos nos Estados do Maranhão e Piauí, em 1978, passou a desenvolver suas atividades em 8 estados do Nordeste, do Maranhão a Sergipe, em áreas contínuas e contíguas. Tais ações compreenderam: reconhecimento geográfico em 281 Municípios com uma população de 5,7 milhões de habitantes; levantamento malacológico em 265 Municípios com exame de 149 mil coleções hídricas; inquéritos coprocópicos em 276 Municípios com um total de 881 mil exames e tratamento de 1,2 milhão de portadores de esquistossomose em 124 Municípios.

Além desses trabalhos desenvolvidos no Nordeste a SUCAM desenvolve ações de controle da esquistossomose em áreas de irrigação, de colonização, de implantação de hidrelétricas, etc.

Concomitantemente aos trabalhos desenvolvidos pela SUCAM no PECE, a Fundação SESP, nas mesmas áreas, executa atividades de saneamento básico em 27 regiões hidrográficas de 7 Estados do Nordeste, do Maranhão a Sergipe (exceto o Piauí), abrangendo 299 localidades de 104 Municípios. Foram concluídos 101 sistemas de abastecimento de água, estando em construção 74; implantados 267 mil metros de rede de distribuição, sendo ampliações mais 108 mil metros; feitas 41,2 mil ligações domiciliares à rede de abastecimento; construídos 45 conjuntos de lavanderia-chafariz-banheiro-privada, estando em construção 13; elaborados 194 projetos de sistemas de abastecimento de água, estando em elaboração mais 81 projetos; construídas 328 mil melhorias sanitárias domiciliares, das quais 118 mil lavanderias, 78 mil banheiros e 132 mil privadas higiênicas.

Controle da Doença de Chagas

Iniciado em 1975, o novo projeto de controle dessa endemia sofreu modificações com a introdução de nova metodologia de trabalho,

desenvolvendo-se em áreas contínuas e contíguas, com o reconhecimento geográfico da área e a melhoria da habitação.

Simultaneamente, com o reconhecimento geográfico, é realizado o levantamento triatomínico («barbeiros»), desenvolvendo-se tais atividades em 1.409 Municípios de 15 Unidades da Federação, cobrindo 9,0 milhões de prédios. Foram examinados 527 mil triatomíneos com um percentual de positividade média de 4,4%.

As atividades de controle do vetor da endemia desenvolvem-se em 13 Unidades da Federação, abrangendo 107 mil localidades em 1.308 Municípios, protegendo 5,6 milhões de habitantes.

Concomitantemente, vem sendo realizado inquérito sorológico, por imunofluorescência indireta, com término previsto para o primeiro trimestre de 1979, já tendo sido examinadas 981 mil amostras em 2.177 Municípios

Precedidos por levantamentos sócio-econômicos e inquéritos sanitários, em 1976, foram iniciados os trabalhos de recuperação, reconstrução ou construção de habitações, em 1977, a cargo da Fundação SESP, objetivando evitar a infestação por vetores da endemia. Foram recuperadas 1.247 casas e reconstruídas 474, em 5 Estados do Nordeste, a custo médio de Cr\$ 4 mil e Cr\$20 mil, respectivamente.

Controle da Meningite

Neste quinquênio o Ministério da Saúde enfrentou grande epidemia de meningite meningocócica, vencida em 1975, após a vacinação de 86 milhões de brasileiros, do extremo norte ao extremo sul, em apenas seis meses. Em São Paulo, chegou-se a vacinar milhões de pessoas em um só dia. Posteriormente, o Brasil teve a oportunidade de colaborar com o Paraguai, o Uruguai e o Chile, quer fornecendo vacinas, quer remetendo peritos para cooperar com as equipes locais no combate à doença.

Controle da Tuberculose

A tuberculose, apesar dos avanços obtidos em seu controle, constitui ainda um sério problema de saúde pública, variando sua incidência de um mínimo de 60 casos por 100 mil habitantes, nas Regiões Sul e Centro-Oeste, a um máximo de 150 casos por 100 mil habitantes, na Região Norte.

O Programa Nacional de Controle da Tuberculose que, em 1974, cobria 491 Municípios com uma população de 47,2 milhões de habitantes, estendeu-se a 2.169 Municípios com 85,2 milhões de habitantes, em 1978 (evolução de 442% e 180%, respectivamente).

Alimentação e Nutrição

Instituído pelo Governo em 1976, o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — PRONAN, coordenado ao nível nacional pelo Ministério da Saúde, através do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN e com a participação de outras instituições governamentais, objetiva intervir no processo de produção, armazenamento, distribuição e consumo de alimentos, com a finalidade precípua de melhorar o estado nutricional das populações de baixa renda.

O Programa de Nutrição em Saúde, coordenado pelo INAN e executado pelas Secretarias de Saúde das Unidades Federativas, desenvolveu-se em 1.289 Municípios, atendendo 2,4 milhões de beneficiários dos grupos socialmente mais vulneráveis, com a distribuição de 124 mil toneladas de alimentos, em 1978.

O Projeto de Produção de Alimentos e Nutrição do Nordeste — Projeto Nordeste, com o qual se fundiram outros projetos dirigidos a produtores de baixa renda, assistiu no ano agrícola 1977-1978 a 31.070 produtores que cultivaram 89.981 hectares, em 149 Municípios nordestinos, com uma produção de cerca de 107 mil toneladas, constituída em sua maior parte de produtos da cesta alimentar básica brasileira (arroz, feijão, mandioca e milho).

O Projeto de Aquisição de Alimentos Básicos em Áreas Rurais de Baixa Renda — Projeto Aquisição destina-se a garantir ao pequeno produtor a aquisição de sua produção a preços mais remuneradores. O Projeto, em 1978, garantiu mercado para a colocação de 240 mil toneladas de alimentos, no valor de Cr\$ 800 milhões, abrangendo 213 Municípios de 6 Estados do Nordeste e beneficiando cerca de 400 mil produtores.

Saneamento Básico em Áreas Rurais

Os projetos de saneamento básico, a cargo da FSESP, são desenvolvidos no interior de praticamente todas as unidades da Federação. Esses projetos visam dotar as comunidades interioranas da infra-estrutura de saneamento adequada às necessidades básicas de abastecimento de água, remoção de dejetos e lixo, assim como a incorporação de hábitos de higiene.

Além da grande expansão das tradicionais cadeias de unidades de saúde da Fundação SESP, foi instituído pelo Governo um outro programa, o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento no Nordeste, calcado naquela experiência. Essa rede conta atualmente com 1.921 novas unidades básicas de saúde, representando uma expansão de 435% da rede no período.

No quinquênio, foi iniciada a construção de 538 novos sistemas de abastecimento de água e a ampliação de 225, dos quais foram concluídos 264 e 105, respectivamente. Iniciou-se a construção de 46 sistemas de esgotos sanitários, dos quais 4 foram concluídos, e construídas cerca de 200 mil privadas higiênicas domiciliares. Em 1978 foram implantados 58 sistemas de abastecimento d'água e ampliados 12, beneficiando uma população de 203 mil habitantes.

Além dessas realizações, a FSESP prestou assistência técnica e administrativa a 221 autarquias municipais — serviços autônomos de água e esgotos — abrangendo 357 localidades.

Com vistas ao controle da qualidade da água dos sistemas de abastecimento público, foram instalados 8 laboratórios regionais nas cidades de Manaus, Belém, São Luís, Fortaleza, Recife, Salvador, Vitória e Cuiabá, com a cooperação das Companhias Estaduais de Saneamento, permitindo o desenvolvimento progressivo das ações de controle em 18 Unidades da Federação. Encontram-se em fase de instalação mais 2 laboratórios regionais, um em Belo Horizonte e outro no Rio de Janeiro.

Pesquisa Científica e Tecnológica

Aos projetos de Pesquisa Aplicada às Endemias Rurais e o de Desenvolvimento Tecnológico, a cargo da Fundação Oswaldo Cruz e ao de Desenvolvimento de Pesquisas em Doenças Tropicais, a cargo da Fundação SESP, foram alocados, em 1978, recursos financeiros no montante de Cr\$ 320 milhões.

As pesquisas científicas desenvolvidas pela FIOCRUZ destinam-se ao equacionamento de grandes problemas de saúde pública no País, tais como esquistossomose, doença de Chagas, leishmaniose, hanseníase, enterites bacterianas e viróticas, entre outras, perfazendo um total de 74 pesquisas em desenvolvimento.

Na área das pesquisas tecnológicas, a FIOCRUZ concentrou seus esforços na produção de vacinas e outros produtos biológicos, bem como medicamentos e defensivos. Destacam-se em 1978, a produção da vacina anti-amarilica que alcançou a 7,3 milhões de doses e a produção de vacina antimeningocócica com 8,5 milhões de doses.

A Fundação SESP, por intermédio do Instituto Evandro Chagas, desenvolve estudos e pesquisas relativos a doenças tropicais na Amazônia, objetivando conhecer a etiologia e epidemiologia de diferentes doenças de origem virótica, bacteriana e parasitária na Região. O maior número de pesquisas em andamento concentrou-se na área de arboviroses, sendo dada especial atenção à imunidade anti-amarilica, à participação dos vírus nas diarreias e às hepatites por vírus. Estudos complementares, inclusive epidemiológicos, estão sendo executados quanto a 18 tipos considerados patogênicos para o homem.

Ação Sanitária para a Amazônia

Com referência à erradicação da malária, a SUCAM efetuou cerca de 2,1 milhões de borrifações domiciliares com DDT em 38,7 mil localidades da Amazônia, em 1978.

Quanto à febre amarela, 1978 foi um ano epidêmico em vários países. No Brasil, até outubro foram confirmados apenas 19 casos humanos da forma silvestre e foram vacinadas até aquele mesmo mês, na Amazônia, 1,3 milhão de pessoas.

Prosseguiram as ações de controle da leishmaniose, filariose e do tracoma, bem como foram mantidas atividades contra a esquistossomose nos Estados do Maranhão e Pará, principalmente em áreas de intenso fluxo migratório. O inquérito nacional sobre a prevalência de infecção chagásica foi estendido a todos os Estados e Territórios da Amazônia. Quanto à oncocercose, sua extensão e gravidade estão praticamente avaliados no Norte do Amazonas e em Roraima.

A Fundação SESP desenvolveu 61 projetos na área do POLA-MAZÔNIA, sendo 33 na área de saúde, 6 na de pesquisas em doenças tropicais e 28 na de saneamento. Entre outras ações, cumpre destacar a construção de 24 sistemas de abastecimento de água e a ampliação de 17; o controle periódico da qualidade da água realizado em 58 sistemas de abastecimento, bem como a construção e ampliação de 5 unidades sanitárias.

Através das unidades sanitárias das Secretarias de Saúde e da Fundação SESP, desenvolveram-se programas básicos de saúde em vigilância epidemiológica, imunização, saúde materno-infantil, tuberculose, hanseníase, câncer, saúde mental e suplementação alimentar.

Saúde e Saneamento no Nordeste

Dos principais programas de saúde e saneamento desenvolvidos na Região Nordeste, destacam-se os seguintes:

a) Programa de Saúde Materno-Infantil, cujos objetivos são a redução dos riscos de adoecer e morrer a quem está exposto o grupo, e a extensão de cobertura por serviços de assistência materno-infantil, com prioridade à gestante e à criança menor de 5 anos;

b) Programa de Controle da Tuberculose, que atingiu plenamente seus objetivos básicos de redução da morbidade pela tuberculose;

c) Programa Especial de Controle da Esquistossomose, vigorosamente implementado no presente exercício, buscando o combate ao caramujo hospedeiro intermediário, o tratamento dos doentes, a concretização de obras de saneamento básico, a melhoria da habitação e a educação sanitária;

d) Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento, cujo objetivo é ampliar o atendimento às populações com serviços de saúde eminentemente coletivos, através de extensa rede de serviços de saúde pública, de complexidade crescente; atualmente 671 Municípios são abrangidos pelo Programa, definindo-se cobertura a cerca de 6 milhões de habitantes; a expansão da rede de unidades sanitárias atinge, presentemente, 280 centros de saúde e 986 postos de saúde, distribuídos nos dez Estados trabalhados — 9 do Nordeste e Minas Gerais (região de Montes Claros). Haviam sido instaladas até setembro, 140 unidades de abastecimento de água e previstos 135 novas no curso do último trimestre do ano.

Além disso, realizaram-se quatro novos cursos de pós-graduação em saúde pública, os quais propiciaram a formação de 121 profissionais de nível superior, e promoveu-se a capacitação de 5 206 profissionais dos níveis médio e elementar.

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A ampliação e o aprimoramento do sistema de proteção social vêm sendo objeto de especial atenção do Governo Federal. Nos últimos cinco anos, considerável progresso foi alcançado graças a sistemático esforço de racionalização das atividades, o que exigiu a introdução de inovações na legislação previdenciária, a par de sua atualização, além de diversas medidas de natureza operacional.

Entre inúmeras outras providências adotadas, deve-se enfatizar a instituição do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social — SINPAS, em setembro de 1977, cuja implantação envolveu intenso trabalho de reestruturação administrativa.

Universalização da previdência social

Com a extensão da previdência social aos empregadores rurais e a inclusão dos «mafiisqueiros» no PRORURAL, o sistema está hoje praticamente universalizado no País. Os autônomos e domésticos — segurados obrigatórios — vêm tendo a sua inscrição facilitada. Mesmo os maiores de 70 anos ou inválidos, sem vinculação atual à previdência social urbana ou rural, estão amparados com a renda mensal vitalícia criada pela Lei n.º 6.179, de 11 de dezembro de 1974.

À margem da previdência social, mas sob a proteção da assistência social, estão apenas aqueles grupos sem qualquer forma de vinculação que lhes garanta a condição de beneficiários (mendigos e menores carentes).

Reorganização administrativa

A Lei n.º 6.439 de 1 de setembro de 1977, que instituiu o SINPAS, assinhou nova e importante etapa na evolução da previdência social brasileira, introduzindo medidas de reorganização administrativa, sem no entanto, alterar direitos e deveres, natureza e conteúdo dos diferentes programas.

Reorganizou-se a previdência social não mais em função da clientela a atender, mas da natureza das suas atividades, passando cada entidade a operar através de programas específicos, geridos, controlados e executados segundo seus objetivos. Criaram-se, então o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social — INAMPS e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social — IAPAS; extinguiu-se o FUNRURAL e o IPASE; alterou-se substancialmente o INPS, retirando-lhe os encargos de assistência médica e arrecadação de contribuições e transferindo para ele os pagamentos em dinheiro antes a cargo do FUNRURAL e do IPASE; modificaram-se ligeiramente as atribuições da LBA e mantiveram-se sem alterações as demais entidades. Instituiu-se ainda o Fundo de Previdência e Assistência Social — FPAS, administrado por um colegiado constituído dos dirigentes das entidades, sob a presidência do Ministro da Previdência e Assistência Social.

No início de abril de 1978 o novo sistema entrou em funcionamento regular, prosseguindo até o final do exercício os trabalhos de consolidação de sua implantação.

Assistência médica

Antes do SINPAS, utilizavam-se os serviços médicos do INPS, IPASE, FUNRURAL, e LBA, o que implicava sério obstáculo à racionalização dos esforços e à otimização das ações médico-assistenciais, dificultando a coordenação dos programas e ensejando a superposição de iniciativas, com o conseqüente desperdício de recursos financeiros, materiais e humanos.

Ao INAMPS foi atribuída a execução de programas de assistência médica aos trabalhadores urbanos, aos servidores do Estado, aos trabalhadores e empregadores rurais e à população carente anteriormente atendida pela LBA.

Com vistas a compatibilização dos programas de assistência médica a cargo do INAMPS com as diretrizes do Sistema Nacional de Saúde, nos termos da Lei n.º 6.229, de 17 de julho de 1975, e com as normas de saúde pública constantes de legislação específica, foi constituída a Comissão Permanente de Consulta — CPC, composta de representantes dos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social.

Na organização do Subsistema de Serviços de Saúde às Pessoas, um dos três que compõem o Sistema Nacional de Saúde, procurar-se-á distribuir as atividades em dois níveis: as de nível básico e as de nível especializado. Consideram-se de nível básico os serviços de saúde essenciais na proteção da população contra as doenças evitáveis mais comuns, na assistência à maternidade e à infância, e ao tratamento das patologias de maior freqüência, de fácil diagnóstico e para as quais se disponha de recursos terapêuticos simples. Tais serviços deverão ser postos ao alcance de toda a população no maior número possível de comunidades urbanas e rurais. A oferta de serviços de saúde de nível especializado será planejada de modo a proporcionar aos beneficiários, em cada região do País, os que forem mais essenciais em função da nosologia que ali prevaleça, sem perder de vista a possibilidade de assegurar-lhe o custeio. Esses serviços serão hierarquizados de acordo com a complexidade do equipamento, o grau de especialização de seu pessoal, a freqüência de sua utilização e a essencialidade no atendimento das prioridades fixadas pela política nacional de saúde.

Assistência social

A assistência social consubstancia-se na execução de programas preventivos e terapêuticos fundamentados nas diretrizes da política de assistência social. Esses programas são de competência da LBA e da FUNABEM, de acordo com suas linhas de atividade e respectivas atribuições, tendo a amplitude que os recursos humanos e financeiros disponíveis o permitam, dimensionando-se em conformidade com as condições locais. A LBA e a FUNABEM subordinam seus programas e planos de aplicação de recursos relativos a assistência social aos critérios programáticos e orçamentários estabelecidos pelo MPAS.

Integração dos regimes previdenciários

A diversidade de normas dos regimes de previdência social, com elencos de prestação diferenciados, acarreta prejuízos àqueles que, por mudança de emprego, se transferem de um regime para outro.

Com a uniformização do regime jurídico das várias instituições de previdência social poder-se-ia garantir aos beneficiários a continuidade de seus direitos na entidade a que passassem a se filiar por força de mudança de emprego, como ocorre hoje entre empresas do regime geral de previdência social.

Supervisão das entidades de previdência privada

Pelo Decreto n.º 81.240, de 20 de janeiro de 1978, foi regulamentada a Lei n.º 6.435, de 15 de julho de 1977, relativamente às entida-

des fechadas de previdência privada, isto é, as destinadas aos empregados de uma só empresa ou grupo de empresas. Essas entidades passaram ao controle do MPAS, que para isso criou a Secretaria e o Conselho de Previdência Complementar, com vistas a adequar a ação das entidades fechadas de previdência privada aos interesses econômicos e sociais do País, disciplinar suas atividades e operações, proteger os participantes, definir responsabilidades, conferir maior segurança e liquidez às entidades, numa ação efetiva de controle e fiscalização.

Atuação das entidades vinculadas

Os benefícios concedidos pelo INPS, antes da reformulação da Previdência Social, passaram de 1,8 milhões em 1974 para 2,3 milhões em 1975, 2,9 milhões em 1976 e 2,7 milhões em 1977 — ano em que foram introduzidas as referidas modificações —, no que se refere à Previdência Social urbana.

Já a Previdência Social rural concedeu 293 mil benefícios em 1974, 518 mil em 1975, 550 mil em 1976 e 466 mil em 1977.

Em 1978 o INPS concedeu cerca de 4,1 milhões de benefícios novos, dos quais quase 3,6 milhões a segurados pela Lei Orgânica da Previdência Social — LOPS, 522 mil a segurados abrangidos pelos programas do antigo FUNRURAL e cerca de 6 mil a dependentes de servidores estatutários (pensões).

Dos 3,6 milhões de benefícios concedidos sob o regime da LOPS, 1,6 milhão corresponderam a benefícios de pagamento único, 248 mil a aposentadorias, 114 mil a pensões, 1,5 milhão a auxílios-doença (740 mil por acidente do trabalho), 80 mil a rendas mensais vitalícias a maiores de 70 anos ou inválidos e 58 mil a outros benefícios.

Dos 522 mil benefícios correspondentes aos programas do antigo FUNRURAL, foram concedidas 226 mil aposentadorias, 69 mil pensões, 51 mil rendas mensais vitalícias a maiores de 70 anos ou inválidos, 90 mil auxílios-funeral e 86 mil benefícios a acidentados do trabalho rural.

No término do exercício de 1978, existiam 7,5 milhões de benefícios em manutenção, sendo 5,1 milhões de segurados da LOPS, 2,3 milhões de segurados cobertos pelos programas do antigo FUNRURAL e cerca de 106 mil de dependentes de servidores estatutários (pensões).

Dos 5,1 milhões de benefícios em manutenção sob o regime da LOPS 1,8 milhão correspondeu a aposentadorias, 1,1 milhão, a pensões, 1,0 milhão, a auxílios-doença, 929 mil, a rendas mensais vitalícias e 212 mil, a outros benefícios.

Os 2,3 milhões de benefícios em manutenção referentes aos programas do antigo FUNRURAL compreenderam 1,6 milhão de aposentadorias, 356 mil pensões, 288 mil rendas mensais vitalícias e 21 mil benefícios por acidente do trabalho.

Quanto aos serviços previdenciários, o INPS concedeu cerca de 3,1 milhões de atendimentos técnicos na área de reabilitação profissional e 1,2 milhão na de assistência social complementar, tendo realizado cerca de 5 milhões de atos médicos periciais.

O orçamento do INPS no exercício de 1978 foi da ordem de Cr\$ 141 bilhões, dos quais Cr\$ 138 bilhões retornaram sob a forma de prestações pecuniárias ou de serviços diretamente prestados aos seus segurados (reabilitação profissional, assistência social complementar).

Na área de assistência médica foram realizados em 1974 95,2 milhões de atendimentos ambulatoriais, em 1975 154,2 milhões, em 1976 202,8 milhões, em 1977 230,6 milhões. As consultas médicas foram em número de 52,1 milhões em 1974, 82,4 milhões em 1975, 105,5 milhões em 1976 e 118,9 milhões em 1977. As consultas odontológicas totalizaram 3,2 milhões, 6,1 milhões, 8,6 milhões e 15,6 milhões, em 1974, 1975, 1976 e 1977, respectivamente. Os exames radiográficos passaram de 4,9 milhões em 1974 para 8,0 milhões em 1975, 10,9 milhões em 1976 e 11,6 milhões em 1977, e os exames de laboratório somaram 15,9 milhões, 25,7 milhões, 35,1 milhões e 34,1 milhões, de 1974 a 1977.

O INAMPS encampou as ações antes desenvolvidas pelo antigo INPS, FUNRURAL, IPASE e LBA. Durante o ano de 1978, continuaram a ser prestados serviços nas áreas urbanas e rural, mediante utilização de órgãos próprios ou sob contratos e de convênios com entidades federais, estaduais, municipais e da iniciativa privada.

Ocorreram na área urbana, em 1978, cerca de 130 milhões de consultas médicas, 13 milhões de exames radiográficos, 37 milhões de exames de laboratório, 22 milhões de consultas odontológicas e 8 milhões de internações, no ano de 1978.

Na área rural foram prestados 17 milhões de consultas médicas, 1 milhão de exames de raios X, 3 milhões de exames de laboratório, 11 milhões de consultas odontológicas e 2 milhões de internações hospitalares.

Para o atendimento dos beneficiários urbanos, o INAMPS contou com uma rede prestadora de serviços de 500 ambulatórios próprios (com 8 mil consultórios); 41 hospitais próprios (com 10 mil leitos); 4.600 clínicas médicas contratadas (com 25 mil consultórios); 1.100 clínicas odontológicas contratadas (com 7.400 consultórios); 1.900 clínicas radiológicas e 3.600 laboratórios contratados; 6.600 contratos e convênios com hospitais para as diversas especialidades (200.000 leitos).

Para o atendimento dos beneficiários rurais foram realizados 2.639 convênios hospitalares, 3.634 convênios ambulatoriais e 2.911 para a prestação de assistência odontológica. As populações rurais mais distanciadas dos centros populacionais foram atingidas por 152 unidades móveis montadas em ônibus especiais e por 9 unidades fluviais.

Foram despendidos no exercício Cr\$ 60,89 bilhões no Programa de Saúde, 310 milhões no Programa de Assistência e 6,32 bilhões no Programa de Administração.

A LBA vem desenvolvendo estruturas modulares de assistência social de fácil multiplicação. Em 1978 a ênfase recaiu no trabalho com a comunidade, visando à obtenção de maior rentabilidade social em todos os seus programas.

O Programa de Complementação Alimentar — PCA, iniciado em 1977, foi implantado em quatro pólos: Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Serrinha (microrregião baiana), abrangendo 30 Municípios com um total de cerca de 300 mil pessoas, entre gestantes, nutrizes e crianças de 3 a 36 meses.

O Programa de Promoção Familiar pelo Registro Civil foi ampliado, com o fornecimento de 1,1 milhão de registros civis, mais do dobro do resultado atingido em 1977.

Foram mantidas 100 mil crianças em 3.125 unidades casulo distribuídas por todo o território nacional.

Em 1978 a LBA contou com a efetiva atuação de 200 núcleos de voluntariado e iniciou o processo de implantação de 300 novos núcleos em igual número de Municípios, com ênfase especial no grupamento materno-infantil.

Em matéria de assistência aos excepcionais, cuja responsabilidade passou do INPS para a LBA com a implantação do SINPAS, foi feito, no exercício passado, levantamento dos compromissos financeiros dos programas em execução. Mantidos os convênios vigentes, procedeu-se à elaboração de um projeto de estrutura dos órgãos que, na LBA, cuidarão da assistência em causa, dando-se a devida atenção ao treinamento de técnicos no assunto.

No exercício de 1978, a FUNABEM celebrou 21 convênios com 14 Unidades da Federação, contribuindo com Cr\$ 73,9 milhões que permitiram acréscimo de 31.754 menores e 18.857 famílias atendidos em programas preventivos, e de 39.543 menores atendidos em unidades terapêuticas pelos órgãos executores da Política do Bem-Estar do Menor nos Estados. A rede de órgãos executores dessa política estende-se, agora, a 586 Municípios de todos os Estados, inclusive o Distrito Federal e Territórios, com capacidade para atender a 242.024 menores em programas preventivos e em unidades terapêuticas.

A Fundação Abrigo do Cristo Redentor — FACR, vinculada ao MPAS, dedicou-se em 1978 ao atendimento de uma clientela constituída de 3.621 pessoas, entre pacientes internados pelo INAMPS, idosos, desajustados sociais e outros adultos desamparados, além de menores carentes procedentes de entidades congêneres, como a FUNABEM e a LBA, e da própria FACR, que acolhe gratuitamente os filhos das famílias de baixo poder aquisitivo. A FACR despendeu no exercício cerca de 75,2 milhões em assistência médico-hospitalar, atendimento a menores e assistência social geral.

A distribuição de medicamento e vacinas à clientela prioritária da Central de Medicamentos — CEME foi consideravelmente aumentada em 1978, no âmbito da previdência social. Por outro lado, deu-se continuidade ao abastecimento das Secretarias de Saúde com medicamentos e vacinas utilizados nos programas de imunizações, tratamento e controle da tuberculose, saúde mental, raiva, hanseníase e combate às endemias rurais, em ação integrada com o Ministério da Saúde.

Essa distribuição, através do INAMPS e das Secretarias de Saúde das Unidades federadas, é realizada atualmente em 3.335 Municípios brasileiros, beneficiando ampla camada da população carente.

O valor do Programa de Assistência Farmacêutica aos beneficiários da previdência social situou-se, no exercício, em torno de Cr\$ 1,2 bilhão, representando acréscimo de 90,9% sobre 1977.

As Secretarias de Saúde foram fornecidos medicamentos e vacinas no valor de Cr\$ 330,2 milhões.

No exercício de 1978 a DATAPREV, além de prosseguir na execução de todos os sistemas já em funcionamento na área da previdência social, teve como tarefa adicional dar suporte à efetiva implantação do SINPAS.

Entre as principais medidas postas em prática nesse setor cumpre destacar a unificação dos cadastros de benefícios dos antigos INPS, FUNRURAL e IPASE, com a conseqüente reformulação do sistema de processamento; a unificação, renumeração e remanejamento de todos os funcionários das antigas entidades; a reformulação e unificação de todo o sistema contábil e financeiro da previdência social; o desenvolvimento de sistemas de treinamento de massa para possibilitar o funcionamento das novas entidades, destacando-se entre esses sistemas os relativos a informantes-habilitadores de benefícios, agentes, chefes e agentes orçamentários, num total de cerca de 12 mil funcionários em todo o Brasil.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

O II Plano Nacional de Desenvolvimento, ao estabelecer diretrizes para a ação administrativa do Governo no tocante à política de pessoal, deu especial destaque à implantação do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970, bem como ao desenvolvimento de programas de treinamento especializado para executivos e técnicos da administração federal.

Por força da Lei n.º 6.228, de 15 de julho de 1975, e dos Decretos n.ºs 75.657, de 24 de abril de 1975 e 76.276, de 15 de setembro de 1975, o Departamento Administrativo do Pessoal Civil, órgão central do Sistema de Pessoal, reassumiu sua denominação primitiva de Departamento Administrativo do Serviço Público, sendo redimensionado para assumir também as atribuições de órgão central do Sistema de Serviços Gerais. Estendeu-se ao novo DASP a estrutura ministerial prevista no Decreto-lei n.º 200 e passaram, igualmente, à sua responsabilidade os encargos até então afetos à Coordenação do Desenvolvimento de Brasília — CODEBRÁS e ao Grupo Executivo da Mudança dos Órgãos Federais para Brasília — GEMUD.

Para executar tal programa de ação o DASP estabeleceu esquema de trabalho para o período 1975-1979, fundamentado nas seguintes diretrizes:

I — equacionamento e solução dos problemas em estreita sintonia com os princípios básicos inscritos na Lei de Reforma Administrativa, notadamente o de valorização da função pública e de profissionalização do servidor;

II — Prevenção de aumentos injustificáveis de despesas de custeio de pessoal e serviços gerais;

III — estabelecimento de normas para atividades de administração de pessoal e de serviços gerais, visando à ação uniforme e coordenada dos diversos órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal e do Sistema de Serviços Gerais.

Implantação do novo plano de classificação de cargos

A Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970, estabeleceu diretrizes para a classificação de cargos do serviço civil da União e das autarquias federais, como primeiro passo para a concretização de um plano mais compatível com as suas reais necessidades.

Ao contrário do plano anterior, o atual foi instituído de conformidade com o princípio do «quadro em aberto» no qual, entre outros, assenta-se sua implantação, abrindo-se, pela primeira vez no

Serviço Público Civil brasileiro, a possibilidade de concorrerem ao processo seletivo servidores ocupantes de cargos e empregos a que sejam inerentes atividades sem qualquer correlação ou afinidade com as próprias da categoria funcional, desde que possuam o grau de escolaridade e a habilitação profissional exigível em cada caso e seja respeitado o número de cargos fixados para a categoria em decorrência dos estudos referentes à lotação.

Foi desencadeado, assim, processo de valorização e profissionalização do servidor à base do mérito funcional, como sejam, para exemplificar, a progressão e a ascensão funcionais.

Recrutamento, seleção e treinamento do servidor público

Uma das grandes atividades que marcaram o exercício de 1974 foi a elaboração das Instruções Normativas destinadas à implantação do Plano de Classificação de Cargos.

Por outro lado, a análise e aprovação de programas destinados às clientela originária, CLT, secundária e geral, bem como exame posterior para expedição dos certificados de realização de processos seletivos, constituíram atividades altamente representativas.

Uma das inovações mais importantes nos trabalhos foi a acentuação do caráter regional que hoje é dado às atividades de recrutamento, procurando-se sempre que possível, usar recursos humanos locais, fator primordial para o ajustamento do homem à organização.

Ademais, quando a oferta de pessoal selecionado não atende à demanda dos órgãos da administração pública, delega-se a realização do recrutamento e seleção àqueles órgãos, que contam, no entanto, com a colaboração do DASP.

Na área de treinamento, o DASP, através do Subsistema de Aperfeiçoamento, preparou os dirigentes das Unidades de Treinamento, dos 114 órgãos que integram o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal — SIPEC, mediante curso específico de formação. Realizou ainda curso de formação, destinado aos Agentes Setoriais Regionais de Aperfeiçoamento.

De outra parte, com o advento do Decreto n.º 80.602, de 24 de outubro de 1977, que regulamentou a aplicação dos institutos da progressão funcional e do aumento por mérito, sentiu o DASP a necessidade de estabelecer um plano geral de ação no tocante a treinamento, ora em fase de implantação.

Revisão de proventos de inativos

Além dos estudos relativos à implantação do Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, após o advento do Decreto-lei n.º 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, e com a expedição da Instrução Normativa n.º 53, de 4 de maio de 1976, coube ao DASP a responsabilidade da revisão dos proventos do pessoal inativo da União, merecendo destacar terem sido contemplados, inclusive, os casos de transformação de cargos, restritos, até então, às hipóteses em que se configuraria a transposição de cargos.

Convém ressaltar que, inicialmente, foram beneficiados com a revisão dos proventos apenas os servidores inativados antes da data da vigência do Decreto-lei n.º 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, e que não lograram concorrer ao plano de Classificação de Cargos. Entretanto, sensível ao problema dos inativos o Departamento estendeu aos servidores aposentados por invalidez a revisão dos proventos, independentemente da data da publicação do ato de inatividade, considerando

para o serviço público, providência essa que veio amparar milhares de ex-servidores.

Normatização das atividades de transportes oficiais

A organização sob forma sistêmica das atividades genericamente reunidas com a denominação de «Serviços Gerais», embora prevista no Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, somente veio a concretizar-se no atual Governo com a expedição do Decreto n.º 75.657, de 24 de abril de 1975.

Tal instrumento administrativo, além de explicitar quais as atividades abrangidas pelo Sistema de Serviços Gerais, erigiu o DASP em seu órgão central, cometendo-lhe uma série de encargos que tornaram imperiosa a modificação de sua estrutura.

Dai o surgimento da Secretaria de Serviços Gerais, que através de seu Setor de Transportes passou a tratar dos assuntos pertinentes à aquisição, alienação, conservação, guarda, manutenção e utilização de veículos oficiais, bem como ao transporte de servidores e de material.

Construção, Administração e Conservação de Edifícios Públicos e Imóveis Residenciais

Foram concluídas, através da Secretaria de Unidades Residenciais — SEURI (criada para absorver os encargos, responsabilidades e acervo da CODEBRÁS) as obras que estavam em fase final, e iniciadas outras, destacando-se como as mais significativas do triênio as construções, ainda em andamento, dos anexos dos Ministérios da Educa-

ção, Fazenda, Aeronáutica, Marinha, Comunicações, Agricultura, Saúde, Trabalho e Relações Exteriores, além do anexo do Tribunal Federal de Recursos, edifício-sede do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Bloco de apartamentos para o Supremo Tribunal Federal.

Entre as já concluídas, destacam-se os anexos do Palácio do Planalto e do Tribunal Superior do Trabalho, 4 blocos de apartamentos na Asa Sul, 33 blocos na Asa Norte, 8 casas reformadas para utilização por Secretários-Gerais de Ministérios, adaptações na Granja do Torto para moradia do Presidente da República e o Clube dos Servidores Públicos Civis.

Por outro lado, através de convênios com os respectivos órgãos, o DASP concluiu os blocos administrativos e anexos do IBDF, o edifício-sede dos órgãos regionais do Ministério da Fazenda, o Complexo Administrativo do IBGE e realizou as obras de urbanização do edifício-sede do DNPM.

Além das obras administradas diretamente, o Departamento concede destaques de crédito a outros órgãos mediante convênios com a NOVACAP e outras firmas, para conduzir diretamente as obras de construção ou reparos de seus edifícios-sede. Entre as obras construídas destacam-se as conclusões do Ministério do Interior, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Imprensa Nacional.

As principais realizações no âmbito do Fundo Rotativo Habitacional de Brasília — FRHB foram a construção de 45 blocos de apartamentos no Cruzeiro Novo, o início da CIDASP e do Núcleo Habitacional «A» Sul, localizado em Taguatinga, já em fase de infraestrutura.

Paralelamente, foram realizadas reformas em vários blocos de apartamentos, além da administração dos imóveis.

A Secretaria de Unidades Residenciais está encarregada, através do Setor de Operações Imobiliárias, de cadastrar, controlar a venda, alienação e ocupação de imóveis residenciais e respectivas benfeitorias de propriedade da União e do Fundo Rotativo Habitacional de Brasília.

Compras, material, protocolo, movimentação e arquivo de expedientes

Em julho de 1977 entrou em funcionamento o Setor de Compras da SESG que vem prestando, sem prejuízo dos estudos básicos de sua competência regimental, apoio técnico ao Setor de Material em assuntos específicos, tais como o cadastramento de fornecedores, elabora-

ção do Catálogo de Classificação de Material, organização de listas codificadas de atividades relativas à prestação de serviços e ao fornecimento de material aos órgãos componentes do SISG; padronização de papéis de uso no Serviço Público etc.

Quanto às atividades de comunicações administrativas que englobam os assuntos de Protocolo, Movimentação e arquivo de expedientes, foram iniciadas atividades em fevereiro de 1977, com o levantamento da situação existente, análise dos elementos coletados e apresentação de proposições, crítica interna e externa, reavaliação e redação final dos anteprojetos.

POLÍTICA EXTERNA



AS GRANDES LINHAS DE AÇÃO

As grandes linhas de ação do Governo brasileiro, em 1978, constituíram um desdobramento e aprofundamento daquelas diretrizes gerais, que estão descritas na Introdução a esta Mensagem.

Vale acentuar que, neste último ano de mandato, a atividade diplomática atingiu tal intensidade que se pode afirmar que se colheram os frutos da compatibilidade entre a política externa e os interesses mais permanentes da nação brasileira.

Assim, visitaram o Brasil, os Presidentes Carter, Giscard d'Estaing e Ramalho Eanes.

O presidente Ernesto Geisel visitou como convidado oficial a República Federal da Alemanha, o México, o Uruguai e o Paraguai.

Visitaram o Brasil quase todos os chanceleres sul-americanos e de vários outros países com que o Brasil entretém relações de amizade e cooperação. Grande número de Ministros de Estados estrangeiros estiveram no Brasil para conversações de natureza econômica.

Foi assinado o Tratado de Cooperação Amazônica, molde autêntico para a cooperação no Continente; no Prata, a delicada questão do aproveitamento de recursos hídricos foi encaminhada; na África, o Brasil reforçou os laços de cooperação econômica e de amizade política, e manteve firme seu apoio à autodeterminação, à luta contra o racismo e contra todas as formas de interferência externa.

Com os Estados Unidos da América, 1978 foi o ano em que se firmaram em novo patamar todos os aspectos do relacionamento, na base da compreensão e do respeito mútuos; com a Europa Ocidental e Japão reforçaram-se os laços de cooperação econômica e teceram-se os de consulta política.

Nas Nações Unidas e na Organização dos Estados Americanos, o Brasil manteve-se fiel aos princípios de soberania, igualdade entre as nações, não-intervenção, respeito mútuo, e solução pacífica de controvérsias.

Nos organismos econômicos internacionais, o Brasil defendeu uma ordem econômica internacional mais justa, o direito de acesso aos mercados e às tecnologias avançadas, e prestou sua cooperação a todas as iniciativas e projetos de ajuda ao desenvolvimento.

Em todos esses entendimentos e em todos esses foros, a posição construtiva brasileira, aliada à credibilidade que a política externa granjeou nesses últimos anos, tornaram a opinião brasileira procurada e acatada.

América Latina

As relações entre o Brasil e a Argentina mantiveram-se em 1978 em seu tradicional nível de intensidade. Com respeito aos aproveitamentos hidrelétricos de Itaipu e Corpus, prosseguiram as conversações entre autoridades brasileiras, paraguaias e argentinas.

Foram trocadas visitas de expressivas personalidades, tais como as do Chefe do Estado-Maior da Armada da Argentina; do Chefe do Gabinete do Ministro do Exército do Brasil e do Chefe do Comando de Engenharia do Exército Argentino. Assinale-se, também, em Buenos Aires, a participação do Ministro Arnaldo Prieto em uma reunião de Ministros do Trabalho de países sul-americanos. Visitou o Brasil, em dezembro, o Ministro da Fazenda da Argentina.

A conclusão das obras do sistema de microondas argentino possibilitou a interconexão, por microondas, entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro, ficando assim concretizado o Convênio celebrado em 1972 entre a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) e a Empresa de Telecomunicações (ENTEL).

A Argentina figurou na sua tradicional posição de principal parceiro comercial do Brasil na América Latina. Atualmente, as vendas brasileiras incluem uma gama de manufaturados de alto valor agregado e a composição da pauta dos produtos argentinos destinados ao Brasil tem experimentado relevante ampliação qualitativa.

Merece especial relevo o encontro que o Presidente Ernesto Geisel manteve com o Chefe-de-Estado paraguaio no canteiro de obras da Itaipu Binacional, por ocasião do desvio do curso do Rio Paraná. Esse encontro, o sexto que o Presidente Geisel manteve com o Presidente Alfredo Stroessner, deu ocasião a frutuosas conversações sobre temas de interesse de ambos os países.

Em fevereiro, viajou ao Brasil o Chanceler Alberto Nogués, que manteve entendimentos relativos à criação da Comissão Geral de Cooperação e Coordenação e à demarcação de limites de ilhas do Rio Paraguai. Em julho, viajaram a Paranaguá os Ministros paraguaios de Obras Públicas, da Saúde e Defesa Nacional e da Agricultura.

O Vice-Presidente Adalberto Pereira dos Santos, na qualidade de Chefe de Missão Especial, representou o Governo brasileiro nas cerimônias de posse do Presidente Stroessner.

Cabe ressaltar o fato de que o Brasil manteve, pelo quinto ano consecutivo, a posição de principal fornecedor de bens de capital ao Paraguai.

O mercado chileno continuou apresentando boas oportunidades de colocação para mercadorias brasileiras. Conscientes dessas oportunidades, mais de cem empresas brasileiras tomaram parte na XVI Feira Internacional de Santiago. No campo financeiro, mantiveram-se os créditos, proporcionados pelo Brasil ao Chile, tendo em vista o amparo às exportações brasileiras.

Acontecimento de alcance histórico foi a trasladação dos restos mortais do historiador e diplomata brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, de Santiago para Sorocaba.

Em agosto, o Presidente do Chile fez entrega, por intermédio de seu Embaixador em Brasília, ao Presidente Ernesto Geisel, de um quadro a óleo do Libertador do Chile, Bernardo O'Higgins.

Visitou o Brasil, em outubro, o Chefe do Estado-Maior do Exército do Chile, enquanto coube ao Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército do Brasil empreender viagem ao Chile, no mesmo mês.

Em cerimônia efetuada no Itamaraty, em novembro, foram trocados, os instrumentos de ratificação do Convênio de Cooperação Cultural e Científica.

A visita oficial do Presidente da República ao Uruguai, efetuada em janeiro, simbolizou o excelente estado das relações entre os dois países. Com efeito, foi esse o quarto encontro entre Chefes de Estado do Brasil e do Uruguai desde 1974. O Presidente da República fez-se acompanhar por oito Ministros de Estado, outras altas autoridades do Governo brasileiro, e por mais de trinta empresários nacionais.

Por ocasião da visita, foram assinados o Acordo de Previdência Social, o Ajuste Relativo à Sanidade Animal e um Acordo sobre Radioamadorismo, bem como concluído o Convênio de Participação Recíproca nos Contratos de Resseguro Internacional.

Os dois Presidentes receberam da Comissão da Lagoa Mirim o Projeto de aproveitamento hidrelétrico de Passo do Centurião e o Projeto da Barragem de Talavera. Atendendo a solicitação do Presidente do Uruguai, o Presidente da República prontificou-se a conceder financiamento para equipamentos e serviços brasileiros referentes à parte que corresponde ao Uruguai naquele Projeto.

Nas conversações entre os Ministros da Fazenda e o Ministro da Economia do Uruguai foi acertado que o Brasil estenderia financiamento ao Uruguai, da ordem de 50 milhões de dólares, para aquisição de bens de capital brasileiros.

Reuniu-se, em Brasília, em maio, a Subcomissão de Expansão Comercial, oportunidade em que foi negociada a ampliação das listas de concessões.

O Ministro da Economia e Finanças do Uruguai realizou visita oficial ao Brasil, em junho, quando foi assinado um Aditamento ao Convênio de Crédito de 1975, ampliando-o para US\$ 100 milhões.

À IV Exposição Internacional de Esteio, no Rio Grande do Sul, em agosto, compareceram os Ministros uruguaios da Economia e Finanças, e da Indústria e Energia. Em outubro, ultimaram-se as obras

de contenção do trecho final e da barra do arroio Chui, o que representa a culminação histórica da política de materialização da linha de fronteira comum.

Durante o ano de 1978, o Brasil manteve seu empenho no sentido de prestar uma contribuição efetiva para o alcance dos objetivos do Tratado da Bacia do Prata. Reuniram-se, em 1978, os Grupos de Trabalho sobre Transportes em seus diferentes Meios e Modos, e sobre Cooperação em Saúde e Educação. Em Punta del Este, entre 4 e 6 de dezembro, realizou-se a X Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

Fato de especial relevância, no quadro das relações exteriores do Brasil em 1978, foi a celebração, no dia 3 de julho, em Brasília, do Tratado de Cooperação Amazônica. A cerimônia de assinatura foi presidida pelo Presidente Ernesto Geisel, e dela participaram, além do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Azeredo da Silveira, os Chanceleres da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Desde o lançamento pelo Brasil, em março de 1977, da idéia de um acordo-quadro, capaz de regular a cooperação de caráter regional até a sua assinatura, transcorreu pouco mais de um ano, o que demonstra o alto nível de aceitação da proposta brasileira e o consenso em torno da matéria.

O Tratado abre campo, a título exemplificativo, à cooperação em matéria de navegação, estudos hidrográficos e climatológicos, infraestrutura de transportes e telecomunicações, interconexão das redes nacionais de comunicação, saúde, desenvolvimento regional, pesquisa tecnológica e ecologia.

A fórmula adotada para configurar a regionalização das questões amazônicas nivela os requisitos de participação no Tratado à condição de país amazônico, de que desfrutam apenas os Estados soberanos que subscrevem. A soberania nacional está claramente ressalvada, já que a ação coletiva deverá desenvolver-se sem prejuízo dos projetos que as Partes Contratantes executem em seus territórios.

O Tratado reafirma, ainda, o princípio da soberania dos Estados sobre seus recursos naturais, e dispõe sobre os esforços a serem desenvolvidos para a utilização dos recursos hídricos. Os objetivos conservacionistas inscritos no Tratado constituem reafirmação do princípio da conservação da flora e fauna, já incorporados a outros documentos internacionais firmados pelo Brasil.

A decisão de ratificar prontamente o instrumento reafirma a disposição brasileira de contribuir para a entrada em vigor do Tratado de Cooperação Amazônica, dentro do mais breve prazo.

O Brasil assinou, em 19 de julho, acordo com a Bolívia que instituiu Comissão Mista *ad hoc* destinada a examinar a questão da habilitação do Canal de Tamengo à navegação fluvial. No âmbito do Acordo de Cooperação e Complementação Industrial de maio de 1974, Carta de Intenções firmada pelos Ministros de Minas e Energia do Brasil e da Energia e Hidrocarbonetos da Bolívia, endossou os entendimentos mantidos entre a Petrobrás e a «Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos», relativos à compra de gás boliviano.

Com referência à Venezuela, ganha relevo a inauguração em Caracas da sucursal do Banco do Brasil S.A. Intensificaram-se, por outro lado, as providências destinadas a ampliar o comércio de petróleo, minérios e produtos químicos entre os dois países. No campo comercial, a assinatura de contrato entre um consórcio brasileiro-venezuelano e a «Corporación Venezolana de la Guayana», para construção da segunda fase da represa do Curi, trouxe profunda repercussão ao intercâmbio bilateral. De grande relevância nas relações Brasil-Venezuela foi a visita de missão daquele país, por ocasião da inauguração em outubro, no Rio de Janeiro e em São Paulo, das estátuas, respectivamente, de Simon Bolívar e de Francisco de Miranda, que o Governo venezuelano ofereceu ao Brasil.

Relativamente ao Peru, tiveram prosseguimento os programas acertados com base nas reuniões da Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica e da Subcomissão Mista para a Amazônia. De grande significação, no quadro de cooperação financeira entre os dois países, foi o empréstimo de curto prazo, no valor de US\$ 15 milhões, concedido pelo Brasil para atendimento de compromissos peruanos de vencimento imediato.

No que se refere às relações com a Colômbia, o Governo brasileiro fez-se representar nas solenidades de posse do Presidente Julio César Turbay Ayala, no mês de agosto, por Delegação chefiada pelo Ministro do Interior. No campo do relacionamento econômico, teve prosseguimento o processo de implementação do Acordo de Cooperação Carbonífera, de junho de 1976. A SIDERBRÁS deu início aos trabalhos de perfuração com vista à delimitação e avaliação da área carbonífera selecionada.

Com o Equador, o Brasil concluiu, em julho, acordo que prevê a venda de equipamento rodoviário, com a contrapartida de aquisições, pelo nosso país, de petróleo equatoriano no montante de 20 milhões. Visitou Quito, em setembro, o Vice-Presidente da Braspetro, onde manteve contatos com os dirigentes da Companhia Equatoriana de Petróleo a respeito da colaboração entre as duas empresas na exploração do petróleo equatoriano.

As relações com o Suriname foram assinaladas pela visita não só do Ministro-Presidente e Ministro para Assuntos Gerais e Estrangei-

ros, Henck Arron, por ocasião da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, como também do Ministro do Desenvolvimento Nacional no mês de setembro. Em outubro, visitou o Brasil o Comandante interino das Forças Armadas do Suriname.

As relações do Brasil com a Guiana caracterizaram-se por um programa de intercâmbio, com vistas ao treinamento e à troca de experiências em campos de interesse comum, sobretudo na área do desenvolvimento econômico. No mês de agosto, visitou o Brasil o Embaixador Lloyd Searwar, Assessor do Primeiro-Ministro da Guiana para Assuntos Internacionais.

Marco de grande importância no relacionamento bilateral foi a visita ao México, entre 16 e 18 de janeiro de 1978, do Presidente Ernesto Geisel. Integraram a comitiva presidencial altas autoridades do Governo brasileiro e representantes do empresariado nacional, que mantiveram importantes contatos. Merece especial destaque a assinatura do Convênio de Amizade e Cooperação, pelo qual foi instituída, na Comissão Mista de Coordenação então criada, um mecanismo abrangente de consultas entre os dois países. Foram ainda assinados o Acordo Básico de Cooperação Industrial, o Convênio entre o Conselho de Não-Ferrosos e Siderurgia (CONSIDER) e a Comissão Coordenadora da Indústria Siderúrgica Mexicana (CCIS), e um Acordo de Sanidade Animal.

Como desdobramento dos entendimentos havidos em nível presidencial, vale mencionar as visitas do Secretário do Patrimônio e Desenvolvimento Industrial do México ao Brasil e do Ministro da Indústria e Comércio do Brasil ao México. Em ambas oportunidades, foram passados em revista temas vinculados ao intercâmbio bilateral.

Visitou o México, em setembro, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, que participou das comemorações do 168.º aniversário da independência Mexicana.

As relações entre o Brasil e os países da América Central continuaram a desenvolver-se, em 1978, no clima de amizade e cooperação que sempre as caracterizou.

O relacionamento do Brasil com a área centro-americana se concentrou no campo da prestação da assistência técnica, da cooperação cultural e científica. O Governo brasileiro emprestou seu apoio à causa de uma solução negociada para a crise da Nicarágua e continuou a favorecer o prosseguimento do diálogo entre Honduras e El Salvador.

O Governo brasileiro se fez representar por Missões Especiais nas cerimônias de posse do Presidente Rodrigo Carazo Odio, da Costa Rica; na do Presidente Lucas Garcia, da Guatemala; e na do Presidente Aristides Royo, do Panamá.

Realizou-se em Brasília, em abril, a segunda reunião da Comissão Mista Brasil-Costa Rica, durante a qual foram passados em revista os principais pontos do relacionamento bilateral.

Dentre as visitas de autoridades centro-americanas do Brasil, destacam-se, em 1978, a do Ministro do Planejamento e Obras Públicas da Costa Rica, bem como a do Ministro de Obras Públicas de El Salvador.

O comércio brasileiro com os países da América Central expandiu-se de modo significativo ao longo dos últimos anos, indicando as potencialidades do intercâmbio com a região.

As relações entre o Brasil e os países caribenhos se intensificaram de acordo com a política de aproximação e estreitamento de contatos com aqueles países. Merece especial destaque o estabelecimento de relações diplomáticas com a Comunidade das Bahamas, tendo sido criada a Embaixada do Brasil em Nassau.

Ao término de negociações sobre pesca mantidas com Trinidad e Tobago, o Brasil assinou, em maio, um acordo que prevê a formação de empreendimentos conjuntos entre empresas dos dois países e a cooperação técnica entre as partes; em julho, por sua vez, entrava em vigor acordo semelhante celebrado com Barbados.

O Governo brasileiro fez-se representar nas cerimônias de posse do Presidente Antonio Guzmán, da República Dominicana, realizadas em São Domingos, em agosto, por uma Missão Especial chefiada pelo Ministro das Comunicações. Atendendo a convite formulado pelo Primeiro-Ministro de Dominica, o Governo brasileiro se fez representar nas cerimônias da independência daquela Ilha, em outubro.

Cabe assinalar a reativação das atividades da Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites. Foram retomados os entendimentos com vistas à demarcação da linha fronteira terrestre e à delimitação da fronteira lateral marítima entre o Brasil e o Departamento Francês da Guiana.

O fato mais marcante para o Brasil, no âmbito da ALALC, em 1978, foi a visita que o presidente Ernesto Geisel fez à sede da Associação, em Montevidéu, a 26 de janeiro, acompanhado por altas autoridades do Governo. Na ocasião, o Presidente Ernesto Geisel pronunciou discurso em que se referiu às realizações da ALALC e às dificuldades que ela vem enfrentando para a consecução de seus objetivos, e manifestou o propósito do Governo brasileiro de seguir apoiando o processo de integração regional e de participar ativamente da busca de novos caminhos para a Associação.

No campo tarifário, o Brasil, atendendo a pedido da Bolívia, outorgou, na Lista Especial não-extensiva às demais Partes Contratantes, dez concessões para produtos de madeira. Ainda no campo tarifário,

importante realização foi a ampliação das listas recíprocas de concessões do Protocolo de Expansão Comercial Brasil-Uruguai, firmado em Rivera, em 1975.

No curso do XVII Período da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu, o Brasil, além de outorgar novas concessões em sua Lista Nacional e nas Listas Especiais não-extensivas, participou da ampliação de seis Ajustes de Complementação Industrial.

Na VIII Assembléia Geral Ordinária da OEA, celebrada em Washington em junho, os Chanceleres dos países americanos examinaram vários temas de relevância nos âmbitos regional e mundial. Os principais pontos da agenda foram debatidos durante o «diálogo informal» entre os Chefes de Delegação e ao longo das sessões, o que permitiu à Assembléia adotar resoluções sobre diversas matérias. Entre estas, merecem destaque as relativas aos Tratados sobre o Canal do Panamá, as relações econômicas interamericanas, ao terrorismo, e a direitos humanos.

As medidas prontamente tomadas pela OEA através da XVII Reunião de Consulta evitaram o agravamento da crise envolvendo a Nicarágua e a Costa Rica, que representava ameaça à paz da região centro-americana.

A OEA intensificou, em 1978, seus programas de assistência direta aos Estados Membros. Os organismos interamericanos especializados deram prosseguimento aos trabalhos nas respectivas esferas de atuação e diversas conferências regionais especializadas foram celebradas.

As atividades do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) foram marcadas por maior pragmatismo, sobretudo a partir da avaliação crítica realizada pela IV Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano, prevalecendo a orientação de fortalecer os Comitês de Ação existentes. O SELA — que recebeu em junho adesão do Suriname — vem-se empenhando em fortalecer a capacidade de diálogo da região com outras áreas.

África

Intensificaram-se no ano de 1978 às linhas de ação diplomática do Brasil dirigidas à África. Consolidaram-se as iniciativas tomadas nos últimos anos, abrindo-se novas perspectivas para o desenvolvimento das relações do Brasil com os países africanos. Paralelamente à ampliação do relacionamento econômico-comercial entre o Brasil e a África, verificou-se apreciável fortalecimento de nossos vínculos políticos com os países daquele continente, com base no respeito ao princípio de não-intervenção em assuntos internos, acrescentando-se

novas e significativas formas de expressão a um diálogo que assume crescente importância no contexto geral das relações externas do Brasil.

O Brasil concedeu a Moçambique crédito no valor de 50 milhões de dólares, através de convênio entre a CACEX e o Banco de Moçambique. Realizou-se em Maputo, em agosto, a «Semana do Cinema Brasileiro». Na oportunidade, foi assinado entre a EMBRA-FILME e o Instituto Nacional de Cinema de Moçambique um convênio para a cessão de filmes brasileiros. Em maio, o Brasil doou 500 quilos de medicamentos em auxílio às vítimas das cheias do rio Zambeze, em Moçambique. Em agosto e setembro, o Brasil participou da Feira Internacional de Maputo em que se acertaram negócios no valor de 1,5 milhão de dólares.

Merece citação especial a cooperação Brasil-Guiné na área da pesca, cujo programa inclui a formação de técnicos no Brasil e a contribuição de especialistas brasileiros na elaboração das normas jurídicas que regularão a atividade pesqueira na Guiné-Bissau. A cooperação nas diversas áreas inclui a concessão de bolsas; estágios práticos; doação de livros e equipamentos; envio de técnicos. Em maio, esteve no Brasil o Comissário dos Negócios Estrangeiros, Victor Saúde Maria. Os entendimentos então mantidos levaram à assinatura do Acordo de Amizade, Cooperação e Comércio, do Acordo de Cooperação Técnica e Científica e do Acordo de Comércio. É de registrar a realização da Semana do Cinema Brasileiro, levada a efeito em março, na cidade de Bissau.

As relações do Brasil com Cabo Verde e São Tomé e Príncipe caracterizaram-se, em 1978, por uma cooperação técnica intensa. Técnicos de nível médio e superior dos dois países foram recebidos para freqüentarem cursos de especialização e aperfeiçoamento em diversas áreas. Realizou-se, em abril, em Praia, uma Semana de Cinema Brasileiro.

Nos meses de maio e junho esteve no Brasil a Diretora do Gabinete de Planejamento do Ministério da Educação e Cultura de Angola. Em decorrência dos contatos mantidos foi doado, em setembro, ao Ministério da Educação de Angola, uma biblioteca de literatura brasileira. Em junho, a Rádio Nacional de Angola, em cadeia com a Rádio Nacional do Rio de Janeiro e de Brasília, transmitiu os jogos da Copa do Mundo de futebol. Tais transmissões, captadas em grande parte da África Central e Austral, representaram marco importante no contexto das relações culturais entre os dois países. Em novembro, realizou-se uma Semana do Cinema Brasileiro em Luanda. Paralelamente à cooperação técnica e ao intercâmbio cultural intensos, desenvolveu-se, entre Brasil e Angola, um comércio já bastante significativo.

No que concerne à Costa do Marfim cabe ressaltar a visita ao Brasil do Ministro da Agricultura, em janeiro. Em consequência, foi assinado contrato entre a Costa do Marfim e a Cooperativa Agropecuária de Campinas, para a implementação do programa de soja marfiniano. Em fevereiro, teve início na Universidade Nacional da Costa do Marfim, o Curso de Português e Civilização Brasileira.

Cumprе mencionar o oferecimento, feito pelo Governo brasileiro, de uma linha de crédito de 119 milhões de dólares ao Gabão.

No quadro do relacionamento desenvolvido com Gana destacou-se a visita ao Brasil, em julho, do Rei dos Achantis, que foi recebido pelo Presidente da República e pelo Ministro das Relações Exteriores. O Asantehene inaugurou em Brasília uma Exposição de Arte Achanti. Visitaram igualmente o Brasil juristas ganenses, com o objetivo de se familiarizarem com a legislação brasileira sobre propriedade industrial.

Entre visitas de personalidades nigerianas ao Brasil, em 1978, cabe destacar a do Ministro das Cooperativas e do Abastecimento, que objetivou o incremento do intercâmbio comercial entre os dois países; a do Vice-Ministro das Comunicações, que discutiu assuntos relativos à colaboração brasileira no campo das telecomunicações; a do Vice-Ministro da Indústria, que teve por objetivo inteirar-se dos mecanismos de transferência da tecnologia adotados pelo Brasil. O Governo prestou todo apoio à ação empresarial do Brasil na Nigéria, onde estão instaladas cerca de vinte empresas brasileiras atuando nos mais diversos setores. No ano de 1978, as exportações brasileiras para a Nigéria ampliaram-se de modo significativo, notando-se, ademais, forte

Com relação ao Senegal, visitou o Brasil, em setembro, o diretor da Seção de Português da Universidade de Dacar. O Governo brasileiro doou ao Governo senegalês produtos veterinários e rações, para ajudá-lo a enfrentar os prejuízos que a seca infligiu à pecuária do país.

Em relação ao Zaire, foram iniciados contatos com vistas à assinatura de um Acordo sobre Transporte Marítimo Brasil-Zaire, instrumento que visa a estimular as relações comerciais bilaterais.

Cumprе mencionar a visita ao País de uma missão comercial congoleza chefiada pelo Ministro Lekoundzou Itihy-Ossetouba, em julho.

Com relação à Libéria, entrou em vigor, em agosto, novo Acordo Comercial com o Brasil, que deverá impulsionar o intercâmbio comercial entre os dois países.

No relacionamento com a Mauritània, destaca-se a ação de uma companhia brasileira de construção civil, que no início do corrente ano concluiu a construção da rodovia Nuaquechote-Kiffa.

O comércio brasileiro com a África vem apresentando notável expansão, não só quantitativa, mas também qualitativa, sendo que alguns países africanos são clientes tão importantes das manufaturas brasileira, quanto alguns dos maiores clientes brasileiros na América Latina.

Oriente Próximo

A participação do Brasil nas Nações Unidas em relação à questão do Oriente Próximo cumpriu sua linha de coerência na discussão e votação dos projetos apresentados. O Brasil votou em favor de projetos de Resolução relativos a bolsas para estudantes palestinos; ao financiamento da UNWRA; a refugiados palestinos em Gaza; a populações e refugiados deslocados desde 1967; e votou, ainda, em favor dos projetos de Resolução para Prorrogação das dotações financeiras da UNEF, UNDOF e UNFIL.

As relações comerciais Brasil-Oriente Próximo voltaram a acusar, em 1978, novo desequilíbrio, com alto déficit comercial brasileiro. Contudo, se comparadas estas cifras com as anteriores, pode-se observar que a tendência progressiva do déficit vem sendo arrefecida.

No plano bilateral, os esforços empreendidos para a consolidação das relações do Brasil com os países do Oriente Próximo apresentaram resultados satisfatórios, sobretudo no campo da cooperação econômica e do comércio.

As relações Brasil-Iraque, atualmente primeiro fornecedor de petróleo ao Brasil, vem-se desenvolvendo de maneira profícua. Em outubro, um consórcio de companhias brasileiras assinou com o Ministério dos Transportes iraquiano importante contrato para construção de uma estrada de ferro ligando Bagdá a Akashat. Este contrato, além de ser o maior já firmado por empresas brasileiras no exterior, representa etapa decisiva no relacionamento entre o Iraque e o Brasil. No que diz respeito à exportação de bens, o Iraque passou a importar do Brasil grandes quantidades de veículos auto-motores, frangos congelados e açúcar. A Braspetro continua atuando, na região de Bassora, na prospecção e extração de petróleo. No campo de cooperação técnica, o Iraque enviou, em julho último, um grupo de enfermeiras para estagiarem em hospitais de São Paulo, e apresentou projeto de Acordo Sanitário-Veterinário.

As relações Brasil-Irã tomaram impulso a partir da realização da II Sessão da Comissão Mista Ministerial de Cooperação Econômica e Técnica, em Brasília. O Irã passou a ser o terceiro fornecedor de petróleo ao Brasil e o segundo importador de bens e serviços brasileiros no Oriente Médio. Em agosto visitou o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília a Princesa Achraf Pahlavi. O Brasil participou, em outubro, da Feira Internacional de Teerã.

A Líbia foi o terceiro comprador de bens e serviços brasileiros na área do Oriente Médio. Em junho, realizou-se a 1.^a Reunião da Comissão Mista Brasil-Líbia, quando então foram assinados um Acordo de Cooperação e um Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica.

No Golfo Árabe-Pérsico foi efetivada a instalação da Embaixada do Brasil em Abu Dabi, em maio, e realizada a 1.^a Exposição Brasileira no Emirado de Dubai. No Coveite, além da exportação crescente de produtos brasileiros, o Brasil lançou bônus no valor de 38 milhões de dólares para a Eletrobrás; e, em outubro, realizou-se na cidade do Coveite reunião dos representantes brasileiros e coveiteanos da «Arabic Brazilian Investment Company.».

Estados Unidos da América e Canadá.

As relações com os Estados Unidos da América foram marcadas de modo especial, em 1978, pela visita oficial ao Brasil do Presidente norte-americano e Senhora Jimmy Carter, de 29 a 31 de março.

As conversações entre o Presidente Carter e o Presidente Geisel transcorreram em atmosfera de franqueza, cordialidade e respeito mútuo, tendo sido examinados acontecimentos internacionais recentes, a nível global e regional, e trocadas opiniões sobre as políticas dos dois Governos. A visita propiciou aos Presidentes do Brasil e dos Estados Unidos da América a oportunidade de reafirmarem a importância da cooperação e de consultas freqüentes para ampliar as faixas de concordância de posições, para acelerar as questões em que convergem os dois países, para reduzir às menores proporções, e de comum acordo, os inevitáveis pontos de divergência em questões bilaterais ou internacionais. A relevância dos mecanismos e procedimentos de consulta estabelecidos sob o Memorando de Entendimento de 21 de fevereiro de 1976 foi, mais uma vez, ressaltada por ambos os Governos.

No âmbito do Memorando de Entendimento, o Ministro das Relações Exteriores manteve, em março e setembro de 1978, dois encontros com o Secretário de Estado norte-americano. Em novembro, realizou-se em Brasília uma reunião entre as equipes de planejamento político do Itamaraty e do Departamento de Estado.

Ainda sob a égide do Memorando de Entendimento, realizou-se em Brasília, em maio de 1978, a quinta reunião do Subgrupo de Comércio Brasil-Estados Unidos da América; em Washington, no mês de outubro, a segunda reunião do Subgrupo de Tecnologia da Energia. Foi também instalado, em Brasília, em setembro, o Subgrupo de Agricultura.

Dentre as visitas de autoridades brasileiras aos Estados Unidos da América, destacaram-se em fevereiro, a do Ministro da Indústria e do Comércio e, em março, a do Ministro da Fazenda.

O Brasil recebeu, em janeiro, a visita de uma delegação do Senado norte-americano, chefiada pelo Senador Howard Baker, assim como uma missão da Câmara dos Representantes, chefiada pelo Congressista William Moorhead.

Os múltiplos aspectos da cooperação e intercâmbio brasileiro-canadense foram examinados durante a segunda reunião da Comissão Mista Brasil-Canadá, realizada em Brasília, em abril. Na oportunidade, foi examinada a evolução das relações Brasil-Canadá, com vistas a identificar as possibilidades de expansão das relações econômicas e comerciais, da cooperação industrial e da consecução de objetivos comuns em assuntos técnicos, científicos e tecnológicos. Foram também passados em revista temas da atualidade econômica mundial. Dentre as deliberações da Comissão Mista, destaca-se a decisão dos dois Governos de procederem, em breve prazo, à instalação do Grupo de Trabalho sobre Agricultura e do Grupo Misto de Cooperação industrial Brasil-Canadá.

Em janeiro de 1978, celebrou-se o Acordo, por troca de notas, pelo qual entrou em vigor o Memorando de Entendimento sobre Agricultura, assinado pelo Ministro da Agricultura por ocasião de sua viagem ao Canadá, em 1977.

Europa Ocidental.

A visita do Presidente Ernesto Geisel à República Federal da Alemanha, efetuada de 6 a 10 de março, representou importante manifestação do alto nível de cooperação e entendimento existente entre os dois países.

A comitiva presidencial foi integrada pelos Ministros das Relações Exteriores, Fazenda, Indústria e do Comércio, Minas e Energia, além dos Ministros-Chefes da Secretaria de Planejamento e do Gabinete Militar da Presidência da República e outras altas autoridades.

Durante a visita, realizou-se em Colônia o «Encontro Teuto-Brasileiro de Empresários», de que participaram quase uma centena de empresários brasileiros e igual número de alemães.

O Presidente Ernesto Geisel manteve com o Presidente Walter Scheel e com o Chanceler Helmut Schmidt amplas e amistosas conversações, de que participaram os Ministros das Relações Exteriores de ambos os países. Nos encontros foi dispensada particular atenção aos temas principais da conjuntura internacional e às relações do Brasil com a Comunidade Econômica Européia. Mereceu detida análise o atual estágio das relações bilaterais Brasil-República Federal da Alemanha.

A Declaração Conjunta assinada pelo Presidente Geisel e pelo Chanceler Schmidt dá ênfase ao alto nível do entendimento e interação, além de estabelecer diretivas quanto à progressão de relacionamento mutuamente satisfatório.

Foram concluídos, por ocasião da visita presidencial, um Ajuste entre o Ministério das Minas e Energia do Brasil e o Ministério Federal do Interior da RFA sobre segurança das instalações nucleares; — uma Declaração de intenções entre a NUCLEBRÁS e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich sobre reatores; — um contrato entre a NUCLEBRÁS e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich sobre gaseificação do carvão; — um convênio entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Centro de Pesquisa Nuclear de Karlsruhe, sobre usos pacíficos da energia nuclear; e — um convênio entre a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich.

Em outubro, realizou-se em Brasília a V Reunião da Comissão Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica.

No decurso de 1978, continuou, intenso o fluxo de visitantes ilustres da República Federal da Alemanha, destacando-se de forma especial a presença de parlamentares daquele país. Realizou-se, em Brasília, em agosto, uma reunião das equipes de planejamento político do Itamaraty e do Ministério do Exterior alemão.

Foi recebido como hóspede oficial do Governo brasileiro, de 4 a 7 de outubro, o Presidente Valéry Giscard D'Estaing, da França.

Acompanharam o Presidente francês os Ministros da Justiça; da Saúde; do Comércio Exterior; e dos Negócios Estrangeiros. Também cabe registro às presenças do Secretário de Estado da Indústria, e do Secretário Geral da Presidência da República.

O ilustre visitante manteve aprofundadas e amistosas conversações com o Presidente Ernesto Geisel sobre o desenvolvimento das relações e cooperação entre os dois países, bem como sobre as principais questões da atualidade internacional. Ao final das conversações, foi assinada uma Declaração Conjunta que enuncia os Princípios da cooperação franco-brasileira, e menciona as questões internacionais de interesse especial para os dois países.

Ao mesmo tempo, os dois Chanceleres convieram na necessidade de continuar a desenvolver os contatos ministeriais no quadro da Grande Comissão.

Os Ministros da Justiça do Brasil e da França se puseram de acordo sobre as grandes linhas de diversas conversações entre os dois países, nos campos da cooperação judiciária, bem como sobre uma convenção de extradição, cobrindo especialmente as infrações relativas e entorpecentes.

Por sua vez, os dois Ministros das Relações Exteriores assinaram acordos sobre cooperação tecnológica-industrial e inter-universitária. O Ministro das Minas e Energia do Brasil e o Ministro do Comércio Exterior da França realizaram uma troca de Cartas relativas às fontes novas de energia.

No quadro da visita presidencial, foi assinada, por representantes de ambos os Governos, Declaração de Intenção pela qual a França se comprometeu a conceder financiamentos privilegiados para projetos hidrelétricos, ferroviário e de exploração mineral no Brasil.

Outro fato de grande significação para as relações franco-brasileiras foi a realização, em setembro, da I Sessão da Comissão Econômica de Indústria e Comércio.

Numa demonstração de sua tradicional importância e crescente vitalidade, as relações entre o Brasil e a Itália foram marcadas, em 1978, por diversos acontecimentos de relevo. O Ministro da Fazenda esteve na Itália em outubro, tendo conversado sobre temas de interesse de ambos os países com os Ministros do Tesouro, das Participações Estatais e das Finanças. Com este último, assinou Acordo sobre Dupla Tributação entre o Brasil e a Itália. O Ministro das Comunicações realizou conversações em Roma com o Ministro dos Correios e Telecomunicações e com o Ministro das Participações Estatais.

Para participar da solenidade de assinatura do acordo de associação da empresa estatal italiana Finsider no projeto siderúrgico de Tubarão, veio ao Brasil o Ministro das Participações Estatais da Itália.

Celebrou-se em Roma, em novembro, a III Sessão da Comissão Mista Brasil-Itália. Na ocasião, foi realizada ampla troca de idéias sobre intercâmbio entre os países, e procedeu-se a exame do quadro das relações econômicas e comerciais, bem como da cooperação técnica entre o Brasil e a Itália.

Quanto à Noruega, assinala-se a visita do Príncipe Herdeiro Harald ao Brasil, à frente de numerosa delegação de autoridades e homens de negócios noruegueses. Ao ensejo da visita, foi assinado em Brasília, no dia 5 de abril, o Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica, Industrial e Técnica entre Brasil e a Noruega. Em agosto, foi recebido em Brasília o Ministro do Petróleo e Energia da Noruega, que veio à testa de importante missão de autoridades e empresários.

Acontecimento de grande realce para as relações luso-brasileiras foi a visita realizada, de 22 a 27 de maio, pelo Presidente Antonio Ramalho Eanes, atendendo a convite do Presidente Ernesto Geisel.

O Presidente de Portugal se fez acompanhar pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros; pelo Ministro das Finanças e do Plano; pelo Presidente da Assembléia Regional dos Açores; pelo Presidente da As-

semblêia Regional de Madeira; pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército; pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República, bem como por outras autoridades e personalidades portuguesas.

Em duas reuniões de trabalho, os dois Chefes de Estado mantiveram amplas e amistosas conversações sobre a conjuntura internacional e as relações bilaterais. Os Presidentes Ernesto Geisel e Ramalho Eanes passaram em revista os principais temas da atualidade internacional. No plano bilateral, foi feito um balanço das relações comerciais e financeiras entre os dois países. Foi ampliado para 70 milhões de dólares o crédito destinado a financiar importações portuguesas do Brasil.

Foram assinados os seguintes atos: Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima; Troca de Notas sobre o cumprimento das conclusões do Grupo de Contato Intergovernamental Brasil-Portugal; Troca de Notas relativas à IV Reunião de Consulta Aeronáutica entre Brasil e Portugal; Prorrogação por um ano da linha de crédito do Banco do Brasil à Caixa Geral de Depósitos.

O clima favorável das relações entre Reino Unido e Brasil foi reafirmado, em 1978, com a visita do Príncipe Charles, herdeiro da Coroa britânica, ao Brasil, nos dias 8 a 16 de março. Outro evento significativo para as relações Brasil-Reino Unido foi a visita a Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro do Prefeito de Londres, realizada em agosto.

Por ocasião do falecimento de Sua Santidade o Papa Paulo VI, o Brasil enviou Missão Especial, Chefiada pelo Ministro da Previdência e Assistência Social, às cerimônias fúnebres de sepultamento.

Eleito ao trono pontifício, o Cardeal Albino Luciani escolheu o nome de João Paulo I. O Brasil compareceu às cerimônias de início do pontificado, através de Missão Especial presidida pelo Ministro das Relações Exteriores.

O reinado de João Paulo I foi interrompido com o falecimento súbito do Pontífice, em setembro. A seus funerais, o Governo brasileiro enviou Missão Especial conduzida pelo Ministro das Comunicações.

Na sagração do Cardeal Wojtyla ocorrida em outubro, o Brasil representou-se por Missão Especial chefiada pelo Presidente do Congresso Nacional.

Em janeiro, estiveram no Brasil os Reis da Suécia, em visita a familiares da Rainha Silvia. Antes de retornarem a seu país, foram recebidos em Brasília pelo Presidente da República. Visitou o Brasil em junho o Ministro do Comércio da Suécia.

Europa Oriental

De acordo com a diretriz governamental imprimida desde o início da atual administração, o Brasil procurou em 1978 ampliar e diversificar o intercâmbio econômico e comercial com os países da Europa Oriental.

O esforço de ampliação das relações comerciais com o Leste Europeu teve, na visita do Ministro da Indústria e do Comércio à Polônia, significativa manifestação. Sendo a primeira visita oficial de um Ministro de Estado brasileiro a Varsóvia desde 1967, os resultados obtidos e as perspectivas que abriu indicam o grau de importância política à ela atribuída pelo lado polonês. Nas conversações foram examinados a ampliação dos acordos de minério-de-ferro/carvão, o fornecimento recíproco de equipamentos e bens de capital, a cooperação polonesa nos projetos brasileiros de exploração mineral.

Nos meses de junho e julho, realizaram-se missões comerciais brasileiras à RDA e à Bulgária, com resultados altamente positivos para o desenvolvimento do intercâmbio bilateral. A primeira Missão Comercial que o Brasil enviou à Bulgária teve como objetivo principal finalizar as negociações relativas à exportação de veículos brasileiros; à construção, pelo Brasil, de fábrica de beneficiamento de soja; a abertura do mercado para minério-de-ferro brasileiro e a reabertura de linha de crédito de 5 milhões de dólares para compra de produtos brasileiros.

Em abril e em setembro, foram realizadas reuniões de comissões mistas com a RDA e com a Hungria. Nesses encontros ampliou-se a cooperação entre o setor público e a iniciativa privada, iniciando-se com as autoridades húngaras entendimentos para a assinatura de um novo Acordo Comercial.

Realizou-se em outubro reunião de Consulta sobre Transporte Marítimo entre o Brasil e a União Soviética e foram iniciadas negociações visando à assinatura de Protocolo Adicional ao Acordo sobre Transporte Marítimo Brasil-Romênia, de 1975.

Concretizando conversações mantidas a nível privado, com apoio governamental, foi assinado em Berlim, em julho, Memorandum de Entendimento entre consórcios de companhias da RDA e do Brasil, prevendo contratos no valor de US\$ 1.2 milhões, para um período de três anos.

Numerosas missões técnicas e comerciais de países da Europa Oriental vieram ao Brasil em 1978, merecendo realce as visitas dos Vice-Ministros de Comércio Externo da RDA, da Hungria, e da Polônia; dos Vice-Ministros das Relações Exteriores da Romênia e da Polônia; do Vice-Ministro da Marinha Mercante da URSS; e para a cooperação com países em desenvolvimento, da Iugoslávia.

Como uma forma de apoiar o incremento e a diversificação do intercâmbio comercial com a área, foi assinado o primeiro Acordo de Cooperação entre a Confederação Nacional da Indústria e a Câmara de Comércio da Polônia. Foi ainda prorrogado por um ano o prazo para celebração de contratos dentro do Acordo de Fornecimento de Maquinaria e Equipamentos da URSS ao Brasil e sobre fornecimento de mercadorias brasileiras à URSS.

Foram iniciados entendimentos para a negociação de contratos de cooperação industrial no Brasil, com efetiva transferência de tecnologia.

No tocante à promoção comercial no Leste Europeu, o Brasil participou de seis feiras, com auspiciosos resultados para a diversificação das exportações brasileiras.

Em setembro, por ocasião do transcurso do sesquicentenário do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética, realizou-se troca de coleções de documentos relacionados com o reconhecimento do Império do Brasil pelo Império Russo.

Ásia e Oceania.

O ano de 1978 confirmou o amadurecimento que atingiu o relacionamento nipo-brasileiro. Fato relevante foi a visita que realizaram ao Brasil em junho as Altezas Imperiais do Japão, o Príncipe Herdeiro Akihito e a Princesa Michiko, no ensejo das comemorações do septuagésimo aniversário da chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil.

Accelerou-se a implementação dos projetos constantes do Comunicado Conjunto assinado durante a visita do Presidente Geisel ao Japão, em 1976.

O Projeto Tubarão teve seu financiamento acordado entre a Companhia Siderúrgica de Tubarão e um sindicato de bancos japoneses em outubro com a presença em Tóquio do Ministro da Indústria e do Comércio.

Missão da Companhia Vale do Rio Doce esteve em Tóquio em agosto, acertando detalhes do Projeto Flonibra.

Concluídas satisfatoriamente as negociações entre a Companhia Vale do Rio Doce e a «holding» japonesa «Nippon Amazon Aluminium Co. (NALCO)», foram assinados no Rio de Janeiro em junho os contratos de constituição das empresas ALBRÁS e ALUNORTE.

Em novembro, constituiu-se a Companhia de Promoção Agrícola, resultante da associação entre a Cia. Brasileira de Promoção Agroindustrial e a «Japan-Brazil Agricultural Development Corporation» para apoiar as atividades agrícolas, na região do cerrado.

No setor financeiro, cabe registrar o lançamento no mercado japonês de bônus da Eletrobrás, num valor de 10 bilhões de ienes, e a quarta emissão de títulos do Tesouro Nacional, num valor de 30 bilhões de ienes.

Realizou-se em Tóquio, em maio, o Seminário Brasil-Japão sobre Relações Econômico-Comerciais.

Visitou o Japão, em setembro, o Ministro dos Transportes, que manteve entendimentos com membros do Governo nipônico e com representantes da indústria daquele país.

Dentre as visitas ao Brasil em 1978 deve ser mencionada a do Diretor-Geral do Escritório do Primeiro-Ministro do Japão, em maio, que foi portador de mensagem especial do Primeiro-Ministro Takeo Fukuda ao Presidente Ernesto Geisel, que o recebeu em audiência. O Vice-Presidente do KEIDANREN visitou o Brasil em setembro, e em novembro, esteve no Brasil o Presidente da KEIDANREN, que foi recebido pelo Presidente Geisel.

O Brasil e a República Popular da China firmaram Acordo Comercial em Pequim a 7 de janeiro de 1978, com a finalidade de institucionalizar o fluxo de comércio crescente entre os dois países. Este acordo, o primeiro a ser firmado pelos dois Governos desde o estabelecimento de relações diplomáticas em agosto de 1974, vem coroar três anos de negociação, constituindo-se em marco no desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países.

Missão comercial brasileira a Pequim em junho manteve contatos com várias corporações locais, visando principalmente à troca de minério-de-ferro brasileiro por carvão, petróleo e insumos farmacêuticos chineses.

Visitou o Brasil, em setembro, Missão da Corporação Nacional Chinesa para a Importação e Exportação de Produtos Químicos, chefiada por seu vice-diretor. Visitou o Brasil em outubro Missão da Corporação Nacional para Importação e Exportação de Minerais e Metais, para contatos com a Siderbrás.

Em novembro, Missão chefiada pelo Ministro das Minas e Energia visitou Pequim. O Ministro brasileiro manteve contatos com diversos Ministros chineses e foi recebido pelo Vice-Primeiro Ministro Li Hsin-nien. Concluíram-se importantes contratos, entre os quais se registram a aquisição de petróleo chinês e a venda de minério-de-ferro brasileiro.

Visitou o Brasil em setembro Missão da «State Trading Corporation of India». A Missão veio ao Brasil para dar continuidade aos entendimentos mantidos pela missão comercial brasileira que foi à Índia em junho de 1978.

O principal evento nas relações com a Austrália no ano de 1978 foi a assinatura, em fevereiro, de um Acordo Comercial entre os dois países. O Acordo objetiva a disciplinar o fluxo do comércio bilateral, a permitir o alicerçamento de uma posição vendedora do Brasil no mercado australiano e diversificar nossas fontes de suprimento. O Acordo inclui, também, a cooperação econômica, industrial e de serviços, através de empreendimentos conjuntos em ambos os países.

Como primeira manifestação concreta das possibilidades de intensificação do intercâmbio comercial bilateral com a Austrália, foi assinado pela SIDERBRÁS uma Carta de Intenções prevendo o fornecimento de 4,7 milhões de toneladas de carvão coqueificável de produção australiana. Foram iniciadas negociações com vistas à transferência de tecnologia australiana a empresas brasileiras para a prospecção e mineração de minérios.

Em maio, visitou o Brasil o Presidente do Conselho de Política Nacional da Tailândia. Em maio, visitou a Tailândia uma comitiva de empresários brasileiros membros da Confederação Nacional do Comércio.

Em junho foi inaugurada em Cingapura a primeira agência do Banco do Brasil no Sudeste Asiático.

Em agosto, técnicos brasileiros estiveram nas Filipinas desenvolvendo pesquisas com vistas a um projeto de usina siderúrgica e em maio, visitou as Filipinas um grupo de especialistas brasileiros em conservação de recursos naturais.

Em 1978, reuniu-se pela primeira vez o Comitê Conjunto para a Cooperação Econômica Brasil-Coréia, de caráter privado, que enfocou as possibilidades comerciais existentes entre os dois países e os setores onde poderiam constituir-se empreendimentos conjuntos.

A Companhia Vale do Rio Doce entregou, em fevereiro, 50 mil toneladas de *pellets* de minério de ferro à *Krakatau Steel*, siderúrgica estatal indonésia.

Organismos Internacionais

No discurso com que o Brasil abriu o debate da Assembléia Geral das Nações Unidas, o Ministro Azeredo da Silveira expôs a política que adotamos nos diversos foros da Organização. Reiterou nosso apoio à descolonização, nosso repúdio ao Apartheid e nossa esperança de que a Namíbia e o Zimbábue possam exercer seu direito à autodeterminação e à independência. Referiu-se à persistência de focos de tensão com menção especial ao Oriente Médio. Lamentou a falta de progresso nos esforços internacionais para deter a corrida armamentista, sobretudo no campo nuclear. Assinalou o agravamento de tensões contrárias ao estabelecimento de uma economia internacional

mais justa e equitativa, mencionando o protecionismo e os obstáculos à transferência de tecnologia. Reafirmou ainda a importância que atribuímos ao princípio da igualdade soberana dos Estados e ao direito de todos os membros das Nações Unidas de participarem no processo de tomada de decisões que afetam os seus destinos.

A X Sessão Especial da Assembléia Geral foi a primeira dedicada exclusivamente a assuntos do desarmamento. O Brasil participou ativamente da Sessão Especial com a finalidade de procurar resguardar os princípios que norteiam tradicionalmente a nossa atuação.

A Conferência do Comitê do Desarmamento, de que o Brasil é membro, debateu em 1978, a questão da proibição de testes com armas nucleares e a proscrição das armas químicas e de outras armas de destruição em massa. O Brasil participou, também, da primeira Sessão da Conferência Preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre a Proibição ou Restrição do Uso de Certas Armas Convencionais.

Realizou-se em 1978 o sétimo período de Sessões da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. A atuação do Brasil tem procurado assegurar aos Estados costeiros direitos amplos sobre a faixa de 200 milhas adjacentes a suas costas, bem como sobre a plataforma continental; e fazer com que a exploração dos recursos dos fundos marinhos situados além das jurisdições nacionais seja compatível com o *status* de patrimônio comum da humanidade.

Nas atividades da Comissão de Direitos Humanos, o Brasil tem atuado de maneira construtiva, contribuindo para que a CDH se desincumba de maneira correta e eficaz do mandato a ela conferido.

A diretriz básica da atuação brasileira na UNEP tem sido preservar o direito soberano de cada Estado de desenvolver seus programas de preservação ambiental sem interferência externa.

O Brasil participou das diversas atividades que marcaram o Ano Internacional contra o Apartheid e continuará a prestar seu mais decidido apoio a todas as medidas que tenham por objetivo a igualdade racial e que auxiliem a consolidar a paz e a segurança internacionais. O Brasil participou da Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, realizada em Genebra, em agosto.

O Brasil foi reeleito para o seu quarto mandato consecutivo como membro do ECOSOC. Esta foi a primeira reeleição para quatro mandatos consecutivos exercidos naquele órgão por um país em desenvolvimento.

O Embaixador José Sette Câmara foi eleito, por ampla maioria no Conselho de Segurança e na Assembléia Geral, para o cargo de juiz da Corte Internacional de Justiça, fato que dignifica nossas tradições de fidelidade ao Direito Internacional.

Técnicos brasileiros participaram ativamente de diversos simpósios, seminários, cursos e reuniões técnicas sobre Reatores, Isótopos, Segurança de Qualidade, Planejamento de Projetos de Energia Nuclear e Combustível de Reatores a Água. O Brasil foi eleito para a junta de Governadores da AIEA, para novo mandato de dois anos.

O Brasil participou da 64.^a Conferência Internacional do Trabalho e foi reeleito, por mais um período de três anos, para o Conselho de Administração, órgão deliberativo da OIT. Em novembro, o Brasil foi designado membro permanente do Conselho de Administração, na qualidade de um dos dez membros da OIT de maior importância industrial. O Brasil é o único país latino-americano que integra o grupo de membros permanentes.

Realizou-se em maio de 1978 a XXI Assembléia Mundial da Saúde. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Ministro da Saúde e teve destacada participação, principalmente no exame de temas como as endemias em países em vias de desenvolvimento.

Chefiada pelo Ministro da Agricultura, a Delegação brasileira à XV Conferência Regional da FAO para a América Latina participou dos debates sobre cooperação técnica entre países em desenvolvimento, reforma agrária e desenvolvimento rural na América Latina, problemas do comércio internacional de produtos agrícolas na região, situação e perspectivas da agricultura e da alimentação na América Latina.

Temas econômicos

O Brasil participou, em 1978, no quadro das atividades UNCTAD, dos trabalhos relativos a práticas restritivas ao comércio, à transferência de tecnologia e aos preparativos para a V Conferência, na qual deverão ser examinados temas como protecionismo comercial, negociações comerciais multilaterais, práticas restritivas a negócios, transferência de recursos para os países em desenvolvimento e cooperação econômica entre países em desenvolvimento.

Foi assinado um convênio de cooperação entre a OMPI e o Governo brasileiro, o qual estabelece um programa de cooperação técnica a países em desenvolvimento.

O Governo brasileiro buscou, em 1978, atenuar o impacto de medidas protecionistas norte-americanas sobre nossas exportações, através de intensa atividade diplomática. Nesse quadro, pode-se mencionar a investigação de práticas de subsídios contra exportações de produtos têxteis, que concluiu pela existência dos mesmos. Evitou-se, porém, a imposição de direitos compensatórios aos produtos brasileiros através de um acordo com o Executivo norte-americano.

Com o objetivo permanente de aumentar e diversificar as exportações brasileiras para outros mercados, o Governo promoveu gestões visando a atenuar ou eliminar medidas de política comercial adotadas por nossos parceiros comerciais.

As Negociações Comerciais Multilaterais NCMs ingressaram em sua fase final em 1978 com a apresentação das ofertas de redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias pelos países participantes, e com o início das negociações entre os países sobre trocas mútuas de concessões. Na área normativa, os códigos passaram a ser negociados em ritmo acelerado. Durante 1978, prosseguiu o trabalho de formulação da posição brasileira nas NCMs, tanto em termos de definição de uma lista de pedidos brasileiros para concessões em barreiras tarifárias e não-tarifárias, como no que se refere aos diversos códigos. No Grupo de Reforma do GATT os países em desenvolvimento, com base nas propostas brasileiras, apresentaram um documento de posição que contemplava modificações do Acordo Geral.

Durante 1978, as negociações sobre a Lista III entre o Brasil e seus parceiros comerciais puderam ser substancialmente concluídos.

Em 1978, as relações Brasil — CEE seguiram caracterizando-se por um acirramento do protecionismo comunitário em relação a produtos importados do Brasil. Destes vale ressaltar dois, pela gravidade das medidas visadas: o farelo de soja e os produtos siderúrgicos. Foram mantidos contatos exploratórios com a CEE a fim de delinear o escopo de novo Acordo de Comércio Brasil — CEE e identificar as áreas de cooperação bilateral nos campos econômico, comercial, financeiro e da transferência de tecnologia. A busca desse objetivo tem, no entanto, sido prejudicada pelos problemas nas relações comerciais Brasil — CEE, decorrentes do protecionismo comunitário.

Em 1978, à medida em que declinavam as cotações internacionais do café, os países produtores intensificaram os esforços para obter a pronta implementação das cláusulas econômicas do Convênio Internacional e fortaleceram-se os entendimentos para a defesa de seus interesses comuns.

O Acordo Internacional do Açúcar de 1977 entrou provisoriamente em vigor a 1.º de janeiro. Tendo em vista que os preços prevalentes situam-se abaixo do preço mínimo previsto no Acordo, as quotas de exportação sofreram o corte máximo permitido pelo Convênio. O Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar prosseguiu na tarefa de aprimorar a cooperação entre seus membros.

Durante reuniões da Organização Internacional do Cacau, os países produtores e consumidores aceitaram a idéia de renegociação do Convênio.

Com vistas ao preparo de uma posição comum nessas negociações, reuniu-se em Abidjan um Comitê de Renegociação criado pela Aliança dos Produtores.

Foram negociados, em janeiro e em fevereiro, Acordos sobre Empreendimentos Conjuntos no Setor da Pesca com Trinidad e Tobago e com Barbados, respectivamente. Também foram realizadas, no decorrer de 1978, negociações sobre pesca, com vistas à conclusão de acordos semelhantes com o Suriname e com os Estados Unidos da América.

Em novembro de 1978, o Brasil participou da conferência negociadora do Acordo Internacional sobre o Trigo, que deverá substituir o convênio de 1971.

Pela Resolução n.º 93 (IV) da UNCTAD adotada em maio de 1976 foi decidido, no quadro do Programa Integrado de Produtos de Base, tomar medidas para a negociação de um Fundo Comum — cujo principal objetivo seria, em princípio, financiar a constituição de estoques reguladores e outras medidas. Realizou-se em novembro a segunda Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre um Fundo Comum.

Realizou-se, em Brasília, em outubro, a Primeira Reunião do Subgrupo de Agricultura Brasil-Estados Unidos. Os principais temas discutidos incluíram: doenças animais e vegetais; insumos agrícolas; programas florestais; pesquisa e intercâmbio educacionais; e energia em agricultura.

Participou o Brasil das XXXIII Reuniões Anuais das Assembléias de Governadores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e da XIX Reunião da Junta de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Governo continuou a colaborar para o desempenho das atividades do Fundo Africano de Desenvolvimento, de que o Brasil é membro-fundador, no sentido do aperfeiçoamento da cooperação brasileira aos países africanos.

Completo-se, em junho de 1978, o primeiro ano de vigência do Programa econômico bilateral com o Irã, delineado no âmbito da Comissão Mista Ministerial.

As negociações com a República Federal da Alemanha sobre cooperação técnica e financeira, realizadas em Bonn, em outubro, levaram a um acordo sobre esquema de distribuição de recursos que envolvem a utilização de 55 milhões de marcos.

O Governo apoiou ativamente os esforços de ampliação da rede bancária brasileira no exterior, no quadro dos objetivos de política externa.

Firmou o Brasil convenções para evitar a dupla tributação da renda com a Itália, em outubro, e com Luxemburgo, em novembro. Por outro lado, prosseguiram as negociações para a conclusão de Acordos do gênero com o Canadá e a Noruega.

Em abril de 1978, o Brasil assinou a Convenção da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite que visa ao aperfeiçoamento dos serviços públicos de transmissão de mensagens marítimas.

Realizou-se, em Hamburgo, em março, a Conferência das Nações Unidas sobre Transporte de Mercadorias por Mar. Em consequência de suas deliberações, a Conferência elaborou a Convenção sobre Transporte de Mercadorias por Mar, sendo o Brasil o primeiro país a assiná-la.

Realizou-se em Puerto Presidente Stroessner, em junho, a III Reunião Brasil-Paraguai dos Organismos da Aplicação do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre.

E, em agosto, a III Reunião da Comissão de Planejamento Viário do Congresso Pan-Americano de Rodovias da OEA. Na ocasião, foi examinado o projeto definitivo do Sistema Pan-Americano de Rodovias.

Realizou-se em Lima, em novembro, o XIV Congresso Pan-Americano de Ferrovias, com o objetivo de analisar a incidência da crise Petro-energética sobre o transporte interamericano.

Visitou o Brasil o Presidente do Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional que se entrevistou com os Ministros da Aeronáutica e das Relações Exteriores.

No decorrer do ano foram realizadas conversações com autoridades aeronáuticas da Venezuela e do Equador e Reuniões de Consulta entre Autoridades Aeronáuticas do Brasil e de quatro países com os quais mantemos Acordos sobre Transportes Aéreos: Marrocos, Argentina, Uruguai e Paraguai.

No campo da energia nuclear, cabe notar a vinda ao Brasil de uma missão, chefiada pelo Embaixador Gerard Smith, com o propósito de prestar esclarecimentos às autoridades brasileiras, a respeito do funcionamento de nova lei norte-americana sobre não-proliferação nuclear e as suas possíveis implicações na cooperação nuclear entre os dois países.

No âmbito da cooperação nuclear com a República Federal da Alemanha, cabe assinalar o início das obras da Central Nuclear de Angra-II. Por ocasião da visita do Presidente da República à RFA, foram assinados diversos convênios, de implementação do Acordo de cooperação nuclear.

Cabe, ainda, registrar a conclusão das negociações do Brasil com os parceiros da URENCO (RFA, Reino Unido e Países Baixos) sobre a aplicação de salvaguardas no contexto das exportações de urânio enriquecido pela URENCO para o Brasil, tendo sido firmado acordo entre as partes, em setembro.

Foram realizadas, em abril e setembro, sessões da Reunião para redigir a Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear. Foi aprovada proposta do Brasil, no sentido de limitar o alcance da futura convenção à proteção física do material nuclear durante o seu transporte internacional.

Cabe mencionar, ademais, a realização da Conferência Plenária do INFCE (Avaliação Internacional do Ciclo do Combustível Nuclear), em novembro e, finalmente, a reunião de consulta sobre um regime internacional para o armazenamento do plutônio, em dezembro.

Teve lugar em Libreville um Seminário dos países em desenvolvimento exportadores de manganês, de que o Brasil participou. A reunião teve por objetivo a coordenação de posições com vistas a futuras negociações sobre o produto.

Em 1978, foi implantado o Sistema de Informações Econômicas, com o objetivo de modernizar e agilizar a coleta, o processamento e a disseminação das informações.

Promoção Comercial

O Programa de Promoção Comercial no Exterior tem como objetivo o apoio à ação governamental para a venda de bens e serviços, de forma a contribuir para que sejam alcançadas as metas estabelecidas pelo Governo para o setor do comércio internacional.

O Governo tem procurado contribuir para uma ação coordenada dos exportadores brasileiros com o objetivo de obter as melhores condições comerciais em cada negócio concreto. Essa atividade, confiada ao Itamaraty, tem compreendido a formação de consórcios de exportação no Brasil, a elaboração de «pacotes» econômico-financeiro-comerciais e, finalmente, gestões de alto nível político.

Em termos de evolução das atividades do Sistema de Produção Comercial, valeria assinalar os acontecimentos descritos a seguir.

Teve início a edição da «Brasil Comércio e Indústria» em inglês, alemão e português.

As revistas comportam publicidade, passando a ser vetor de divulgação específica de produtos e empresas junto a 115 mil destinatários selecionados nos principais mercados do mundo.

Doze Seminários sobre participação em Feiras e Exposições, para informações dos exportadores sobre como tirar o melhor proveito das mostras internacionais foram realizados em 1978, nas principais capitais brasileiras.

Em 1978, realizou-se o IV Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial, com 33 participantes, selecionados dentre 872 candidatos, todos de nível superior, inscritos nas principais capitais brasileiras.

Realizou-se em setembro o VI Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial. O VI Curso foi realizado em Caracas, concomitantemente com a Exposição Industrial Brasileira.

Realizaram-se dois «Encontros de Cooperação», com participação de delegados da Bolívia e do Paraguai, em fevereiro e agosto, no contexto do esquema para prestação de assistência técnica na área da promoção comercial a países em desenvolvimento.

A pedido do «International Trade Center» UNCTAD/GATT, o Itamaraty organizou e executou missão de assistência técnica ao Governo dominicano, para avaliação e projeto de reorganização do Centro Dominicano de Promoción de Exportaciones. Ainda por iniciativa do «International Trade Center», foi definido um programa bianual de assistência técnica do Itamaraty a países em desenvolvimento, na área da promoção comercial.

Foram até o momento publicadas, na série «Mercados para o Brasil», 89 monografias, abrangendo dados em profundidade sobre as condições de acesso de produtos brasileiros prioritários aos principais mercados mundiais.

Foram concluídas com êxito as Jornadas Técnicas para a promoção de investimentos no Rio Grande do Sul, organizadas em Colônia, Londres, Madri e Milão, a pedido do Governo daquele Estado. Foram igualmente levadas a efeito as Jornadas Técnicas em Colônia, Milão e Turim, a pedido dos Governos de Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo, para captação de recursos aos respectivos Estados.

Em 1978, o Sistema de Informação Comercial distribuiu aos empresários cadastrados 2.600.000 peças de informações, apresentando um acréscimo de 33% em comparação com 1977.

O programa oficial de feiras e exposições no exterior superou em 1978 uma centena de eventos, disseminados em 48 países, abrangendo, pela primeira vez, todos os continentes e traduzindo duas diretrizes básicas: a diversificação de mercados e a introdução de novos produtos e exportadores, em particular a pequena e média empresas.

As mostras de maior porte se concentraram na América Latina. Além do México, poderia ser destacada, como área promissora para a comercialização de produtos brasileiros, a região do Caribe.

Nos Estados Unidos da América, foram realizadas diversas feiras especializadas nos mais tradicionais mercados das Costas Leste e Oeste, bem como em novas áreas, no sul e no norte, sob o âmbito de Atlanta, Dallas, Houston e Chicago.

Como nos Estados Unidos, a maioria das mostras que o Brasil promoveu na Europa teve caráter especializado, buscando explorar setorialmente e em profundidade, a introdução de novos produtos.

Ao lado dos eventos em Moçambique, Nigéria e Senegal, o exportador brasileiro compareceu, na África, a feiras do Quênia, na Tanzânia e na Zâmbia, centros comerciais ainda pouco explorados.

No Oriente Médio, onde se vem desenvolvendo persistente trabalho de promoção das exportações brasileiras, o Brasil participou das feiras de Teerã, Argel e Bagdad.

Finalmente, na Ásia e Oceania, foram organizadas mostras exclusivas em Cingapura e na Austrália. As feiras especializadas em material hospitalar, alimentos e brinquedos deram oportunidade às empresas brasileiras no sentido de abrir caminho ao mercado de manufaturados do Japão.

Do esforço no sentido de ampliar a presença do produto brasileiro no exterior é sinal a evolução do número de eventos e expositores nos programas de mostras do Itamaraty. Com efeito, de 16 eventos em 1970, o programa oficial de feiras e exposições no exterior aumentou para 85 certames em 1977 e 106 em 1978. De 1970 a 1977, o número de firmas participantes cresceu de 200 para 2.000, e as vendas totais, estimadas, de 6 milhões para 200 milhões de dólares.

O Itamaraty integrou e organizou — ou pelo menos lhes deu apoio — 15 missões oficiais de empresários ao exterior, em 1978. Organizaram-se e assistiram-se, também, 25 visitas ao Brasil de missões estrangeiras interessadas em produtos e serviços brasileiros.

No âmbito do Projeto Apoio à Captação de Investimentos foram fornecidas, a investidores potenciais, informações sobre a economia brasileira e dados sobre o tratamento dispensado ao capital estrangeiro, remessa de lucros, incentivos a investimentos, propriedade industrial e transferência de tecnologia.

De particular relevo foi o apoio prestado pelo Itamaraty a empresas brasileiras exportadoras de serviços, com vistas à concretização de projetos com países em desenvolvimento. A título de exemplos dessa colaboração poder-se-iam citar a construção de barragens hidrelétricas no Paraguai (Itaipu), no Uruguai (Palmar), na Venezuela

(Guri) e na Argélia (Sidi-Abdelli); a construção de portos no Uruguai (La Paloma); a construção de estradas na Mauritània (Transmauritàna), na Aràbia Saudita e no Iraque (Baghdad-Hissaiocba); a pavimentação e terraplenagem de estradas na Nigéria; a construção de hotéis no Iraque; obras de saneamento na Costa Rica e na Líbia; a instalação de rede telefônica na Nigéria; projetos agropecuários na Nigéria e na Costa do Marfim.

Cooperação científica, técnica e cultural

De acordo com o que dispõem os Convênios de Intercâmbio Cultural e os programas de cooperação, freqüentam hoje universidades brasileiras, doze mil estudantes estrangeiros procedentes de vários países latino-americanos e africanos.

A rede de Centros de Estudos Brasileiros e leitorados abrange dezoito unidades e são mantidos quase cinquenta leitorados junto a universidades estrangeiras estipendiados pelo Governo. As estatísticas recentes mostram que, entre CEBs e leitorados, há cerca de 3.200 estudantes estrangeiros matriculados e estudando a língua portuguesa.

Foi preparada uma mostra significativa da produção cinematográfica brasileira recente, que foi levada a sete capitais latino-americanas. É preparada tinha também uma mostra retrospectiva do cinema brasileiro, apresentada com grande êxito em Guiné-Bissau e Cabo Verde, e organizada mostra em Maputo, Moçambique, a qual resultou na compra, por Moçambique, de 10 películas brasileiras. Na Europa foi realizada importante retrospectiva do cinema brasileiro, com 40 títulos, apresentada na França, na Suíça e em Portugal.

Desenvolveu-se, em Dacar, importante iniciativa no campo das artes plásticas com a manutenção de um instrutor brasileiro de gravura em ateliê instalado pelo Brasil. O Itamaraty organizou, ainda, a participação brasileira na Bienal de Veneza, ainda o mais importante evento internacional no setor das artes plásticas.

No caso de apresentação de músicos e artistas brasileiros no exterior, foi dado auxílio a mais de vinte artistas e grupos.

Com o intuito de intensificar a difusão da música popular no exterior, o Governo tem procurado dotar Embaixadas e Consulados da maior quantidade possível de material gravado, com vistas à formação de discotecas básicas.

Na área da cooperação técnica multilateral teve prosseguimento o II Programa Nacional de Cooperação Técnica com o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o qual inclui um total de 62 projetos com custo externo estimado em US\$ 38 milhões.

Cumprе igualmente ressaltar que, em 1978, realizou-se, em decorrência de aprovação de proposta apresentada pelo Brasil, a Conferência Intergovernamental sobre Estratégias e Políticas de Informática, que propiciou oportunidade para que se divulgasse o esforço industrial que o Brasil realiza no particular.

Foi organizada a difusão de documentários produzidos no Brasil sobre temas brasileiros, nas televisões da América Latina e da África e foram realizadas operações de divulgação, nesses dois continentes, de eventos e assuntos brasileiros específicos; através de vários meios de comunicação social. Vale mencionar a divulgação, na América Latina, de uma série de filmes-documentários sobre diversos aspectos da realidade e cultura brasileira; a série de emissões especiais sobre o Brasil, pela televisão argentina; o filme-documentário «Tecnologia para uma Sociedade em Desenvolvimento», que resalta a contribuição que o Brasil tem a oferecer na área tecnológica, a nações em diferentes estágios de desenvolvimento; o filme-documentário sobre o «Festival Nacional de Danças Moçambicanas», que registrou, com exclusividade, os eventos comemorativos do 3.º aniversário da independência de Moçambique.



JUSTIÇA



Política Interna

O Decreto n.º 76.387, de 2 de outubro de 1975, definiu no parágrafo único do seu artigo 1.º que «O Ministro de Estado da Justiça responde, perante o Presidente da República, pela coordenação política do Governo Federal e pelas relações com os demais poderes, com os Estados e com o Distrito Federal».

Conforme foi assinalado nas Mensagens anteriores, tem sido salutar o entendimento entre as várias esferas de Governo, objetivando, sempre, nesse processo de relacionamento de que se incumbem o Ministério da Justiça, a primazia do interesse comum da Nação, da ordem pública e da segurança nacional.

Além da articulação permanente com as lideranças da Arena, nas duas Casas do Congresso, o Ministro da Justiça cumpriu missões específicas junto ao Poder Judiciário e aos Senhores Governadores, mantendo-se clima de amplo entendimento.

No que se refere ao atual momento, são justificáveis determinadas apreensões quanto à ordem pública e à estabilidade política, ao iniciar-se um período de largas franquias democráticas. Por isso mesmo, tornou-se necessário estabelecer um sistema de salvaguardas constitucionais, de que somente fará uso o Governo para a defesa do regime e das leis e para garantir a segurança nacional.

Abre-se um crédito de confiança às elites, em todos os segmentos da comunidade brasileira, especialmente à classe política, que possui maiores responsabilidades no pacto social estabelecido com a Nação, na expectativa de um elevado comportamento.

De outra parte, constata-se a coesão e fidelidade das Forças Armadas, tranqüilas e perenes guardiãs da República, que nunca faltaram ao correto cumprimento de sua missão constitucional.

O Brasil completa um ciclo de sua história, quando atinge a um elevado nível de desenvolvimento econômico, social e político. E o seu povo, de generosas aspirações e acendrada consciência patriótica, há de colaborar, eficaz e dedicadamente, no prosseguimento da construção de uma sociedade em que se ajustem, com equilíbrio e sensatez, as liberdades individuais e a participação coletiva responsável no processo decisório dos mais altos destinos nacionais.

*Ordem Jurídica, Nacionalidade, Cidadania, Direitos
Políticos e Garantias Constitucionais*

O projeto de lei complementar dispoñdo sobre a organização da Magistratura Nacional, instrumento necessário para o início da implantação da Reforma do Poder Judiciário, foi enviado ao Congresso Nacional em 29 de maio de 1978. Na Câmara, ofereceram-se centenas de emendas, sendo que cerca de oitocentas apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça foram examinadas pelo Procurador-Geral da República e pelo Consultor Jurídico do Ministério da Justiça. Tal trabalho se realizou em plena harmonia com os senhores Deputados, sendo aprovado Substitutivo do Relator, no qual foram incorporadas inúmeras sugestões dos parlamentares. Chegando ao Senado, a proposição recebeu 40 emendas, colhidas entre centenas apresentadas pelos Senhores Senadores. Também nesta fase houve estudo conjunto da matéria. Voltando à Câmara, foram discutidas as emendas aceitas no Senado. Encerrada a discussão, não pôde o projeto ser votado por falta de *quorum*.

Como consequência da Emenda Constitucional n.º 7, de 13 de abril de 1977, foram nomeados seis Ministros para o Tribunal Federal de Recursos, o que representou substancial desáfago para os membros daquela Corte.

Sancionada a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, serão nomeados oito novos Ministros para o Tribunal Federal de Recursos, sendo sete vagas destinadas a Juizes Federais e uma ao Ministério Público Federal, elevando-se para 27 o número de seus integrantes.

Continua na Câmara dos Deputados o Projeto do novo Código Civil, enviado com a Mensagem n.º 160/75, que tomou o n.º 634/75, publicado no *Diário do Congresso* de 13 de junho de 1975. Tendo em vista a evolução da doutrina jurídico-penal e considerando que o Código Penal de 1969 foi recebido de maneira reticente pelos especialistas de todo o Brasil, o Governo propôs a sua revogação, o que se deu através da Lei n.º 6.578, de 11 de outubro de 1978. Foi retirado, então, como era lógico, também por iniciativa do Executivo, o Projeto do Código de Processo Penal. Os dois importantes diplomas legais sofrerão alterações com o objetivo de modernizá-los, a partir das modificações introduzidas pela Lei n.º 6.416, de 24 de maio de 1977. Esta última reformulou o sistema de penas, restringindo aquelas privativas da liberdade aos autores de crimes de maior significação, passando a oferecer aos Juizes várias opções para punir os delinquentes, contribuindo, decisivamente, para reduzir a superlotação das prisões.

A Lei n.º 6.563, de 19 de setembro de 1978, criou 104 novas Juntas de Conciliação e Julgamento e consignou as jurisdições de todos esses órgãos da 1.ª instância nas nove regiões da Justiça do Trabalho.

Ultimam-se estudos no sentido da criação do Sistema Nacional de Consolidação Legislativa, pois esta se afigura a única solução viável para a realização de tarefa de tal magnitude. Pretende-se que o Departamento de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça seja o órgão central do Sistema, que disporá de um Conselho ou Comissão de Coordenação de alto nível, contando-se com a possível participação dos Consultores Jurídicos dos vários Ministérios, do Departamento Administrativo do Serviço Público e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. É indispensável reduzir-se o número excessivo de Leis, Decretos e Regulamentos, de onde ressaltam aspectos altamente negativos de superposição e paralelismo, passando-se a adotar normas de boa técnica legislativa no âmbito do Poder Executivo.

Admitiu-se equacionar um projeto de grande abrangência, sobre registro de pessoas naturais, centralizando informações em âmbito nacional. Mas, diante da complexidade do assunto, partiu-se para uma padronização de procedimentos, através do Sistema Nacional de Identificação das Pessoas Naturais, por via do qual se procurará estabelecer a uniformização das numerosas fontes de identificação, de forma a imprimir a necessária confiabilidade aos documentos expedidos. As Unidades da Federação poderão participar do Sistema, mediante convênio. Pretende-se, para isso, aproveitando a estrutura do Instituto Nacional de Identificação, vinculado ao Departamento de Polícia Federal, transformá-lo no Departamento Nacional de Identificação, que será o órgão central do Sistema, prevendo-se uma Comissão de Coordenação da qual participarão representantes dos Ministérios Militares, do Ministério das Relações Exteriores, do Estado-Maior das Forças Armadas, Secretaria de Planejamento, Departamento Administrativo do Serviço Público e mais cinco dirigentes de órgãos setoriais.

Encontra-se em fase final de estudos a instituição do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão a Entorpecentes, previsto na Lei n.º 6.368, de 21 de outubro de 1976. Esse Sistema integrará a estrutura do Ministério da Saúde.

Estão praticamente concluídos os textos do novo Código Nacional de Trânsito e da Lei de Crimes de Trânsito.

Têm envolvimento nos problemas da Ordem Jurídica, no Ministério da Justiça, os Departamentos de Assuntos Legislativos, de Assuntos Judiciários, Penitenciário Federal e Federal de Justiça, sendo a Consultoria Jurídica responsável pela sua orientação normativa, supervisão técnica e fiscalização específica.

Foi expressivo o número de projetos e procedimentos elaborados e examinados por esses órgãos, superando a casa de três a quatro

centenas em cada um deles. No Departamento Federal de Justiça subiu a 139.294 processos a movimentação registrada no quinquênio. O DFJ funcionava até pouco tempo no Rio de Janeiro. Em 1977, foi reformulado seu regimento interno, sendo-lhe dada nova estrutura. Como medida complementar, realizou-se estudo para a sua racionalização administrativa, enfocando não só a parte de pessoal como a de procedimentos, estando esse projeto sendo implementado em Brasília.

Com a criação dos Departamentos de Assuntos Legislativos e de Assuntos Judiciários ampliou-se grandemente o relacionamento com os outros Poderes, ativando-se numerosos projetos de interesse nacional.

Tendo sido acrescidos ao Ministério da Justiça os Departamentos Nacional de Trânsito e Penitenciário Federal, foi possível viabilizar diversas iniciativas de interesse comum da União, Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, sendo digna de menção a participação da Pasta na elaboração dos projetos de fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara e no desmembramento de Mato Grosso, bem assim no processo de instalação dessas Unidades da Federação.

Segurança Interna — Polícia Federal

Em 29 de julho de 1974, o Departamento de Polícia Federal passou a ter novo Regimento Interno, adequado às suas necessidades. Completada a implantação do Plano de Classificação de Cargos, foram aplicados os institutos da Progressão Funcional e do Aumento por Mérito.

Inaugurado o edifício-sede em Brasília, ao mesmo tempo se faziam reparos, adaptações e construção de unidades regionais, notadamente na faixa de fronteiras; adquiriram-se veículos, armamento, munição e equipamentos de impressão e mecanografia; o setor de telecomunicações recebeu moderno sistema de operações táticas de alcance nacional; montou-se um embrião de moderno centro de microfilmagem e foi completado o Centro de Processamento de Dados, com a instalação de um computador; aumentou-se a frota de veículos operacionais em todo o País; compraram-se armas de vários tipos e calibres, com a munição correspondente, em razão do efetivo disponível.

Intensificada a atuação na faixa de fronteira e em determinadas áreas, avultaram, ainda, os esforços no sentido da contenção das atividades subversivas, graças à participação de outros órgãos civis e militares; simultaneamente, teve lugar trabalho preventivo nas áreas urbanas e rurais.

Objetivando a localização e anulação das fontes e agentes do tráfico ilícito, no rota dos tóxicos, buscou-se a colaboração efetiva das

policias estaduais e de frações das Forças Armadas. A Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras assumiu plenamente as suas atividades próprias, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais.

A Academia Nacional de Polícia preparou, nos últimos cinco anos, cerca de 2.000 policiais federais, dos quais foram admitidos 1.951, sendo 213 Delegados; 40 Peritos Criminais; 57 Técnicos de Censura; 294 Escrivães; 1.228 Agentes e 119 Papiloscopistas. Nas suas novas instalações está a Academia em condições de desenvolver, em maior escala, o plano de formação de pessoal, visando à complementação dos efetivos do Departamento, que montam a cerca de 17.000 servidores policiais.

Durante o quinquênio do atual Governo foram construídas e ativadas as seguintes unidades: sede da Administração Central, em Brasília; nova sede da Academia Nacional de Polícia, em Sobradinho, Distrito Federal; sedes das Superintendências Regionais nos Estados do Ceará e Mato Grosso do Sul e no Território Federal de Rondônia; sedes da Divisão de Ilhéus, na Bahia; e das Delegacias de Chui e Jaguarão, no Rio Grande do Sul. Em prédios cedidos ou alugados, que sofreram adaptações, tiveram melhoria e ativamento: a Superintendência Regional do Rio de Janeiro (mudança para a antiga sede do Departamento de Imprensa Nacional, onde já ocupa uma área de 8.000 e disporá de 36.000m²); a Divisão de Santo Ângelo e as Delegacias de Porto Mauá, Porto Xavier, Itaqui e São Borja, no Rio Grande do Sul, e de Tabatinga, no Amazonas.

Estão iniciados os seguintes empreendimentos nos Territórios Federais: sedes da Divisão de Macapá e da Delegacia de Oiapoque (Amapá); das Delegacias de Vilhena (Rondônia) e Marco BV-8 e Bonfim (Roraima).

No período 74/78, o Departamento de Polícia Federal custou aos cofres públicos a importância de Cr\$2.584.096.137,00, tendo arrecadado para a União, na apuração de fraudes fiscais, Cr\$ 3.107.370.913,00. Evidencia-se que é rentável o investimento em recursos humanos e materiais no Departamento de Polícia Federal, sem considerar a sua importância no âmbito da Segurança Interna.

Administração Penitenciária

Duas iniciativas haviam sido postas em prática, no Governo do Presidente Médici: a criação de uma Assessoria Penitenciária e a obtenção dos primeiros Cr\$100.000.000,00, divididos em três exercícios financeiros, de 1973 a 1975, para a melhoria material das prisões e preparação de pessoal, mas a viabilização de projetos mais ambiciosos esbarrava na falta de uma estrutura administrativa de apoio.

Como primeira preocupação, foi traçado um roteiro dentro do qual se pudesse inserir uma filosofia de ação, sendo criado, para isso, um Grupo de Trabalho, que teve por missão propor soluções adequadas para a ampliação das atividades penitenciárias do Ministério da Justiça.

Através da Exposição de Motivos n.º 454, de 15 de outubro de 1974, foi autorizada a reformulação de convênios antes celebrados, para que a transferência de recursos da União se estendesse a todos os Estados, Distrito Federal e Territórios, individualizando-se os estudos dos vários projetos, com o escopo de atender às peculiaridades sócio-econômicas regionais.

A essa altura, esboçava-se a edição das Recomendações Básicas para uma Programação Penitenciária, que passaram a constituir documento do Ministério da Justiça para a implementação de uma Política Penitenciária Nacional.

Em outubro de 1975, foram criados o Conselho Nacional de Política Penitenciária e o Departamento Penitenciário Federal, o primeiro ainda a instalar-se e o segundo em pleno funcionamento.

Além dos destinados à construção de estabelecimentos prisionais, que resultarão num acréscimo ao sistema de mais de 6.000 novos lugares, celebraram-se os seguintes convênios: com o Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Distrito Federal, para o aperfeiçoamento de Guardas de Presídios (Agentes Prisionais); com a Secretaria de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho destinado à formação profissional de 20 mil sentenciados, até este ano; com o Departamento de Ensino Supletivo do Ministério da Educação e Cultura, visando a promover cursos de alfabetização, de suplência e instrução geral, em nível de 1.º e 2.º graus; com o Ministério da Agricultura, através da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, para a execução de projetos agrícolas, possibilitando aos presos treinamento em modernas técnicas agropecuárias; com o Centro de Atualização para Diretores de Estabelecimentos Prisionais, no valor de Cr\$880.000,00; e com diversas Unidades da Federação, visando à ministração de cursos de formação e treinamento de pessoal de nível inicial e médio, em exercício nesses estabelecimentos, aplicando-se recursos da ordem de Cr\$ 4.500.000,00.

Na sessão legislativa de 1977, foi enviada ao Congresso Nacional a Mensagem n.º 37/77, que originou a lei n.º 6.416, de 24 de maio do mesmo ano, a qual modificou, radicalmente, o sistema de penas no Brasil. Tendo em vista essas mudanças, notadamente no que se refere ao trabalho do preso, é preciso reordenar as normas previdenciárias para essa clientela especial. Comissão Interministerial, composta de representantes dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Justiça, busca soluções para o problema.

Com recursos fornecidos pelo Conselho Nacional de Pesquisas, será feita, em 1979, ampla pesquisa de caráter sociológico, em dimensões nacionais, sobre a população prisional do Brasil.

Tiveram seus estabelecimentos concluídos, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e São Paulo. Prosseguirão as obras em andamento no Amazonas, Alagoas, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e Sergipe.

Examinam-se consultas e projetos para o Acre, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e para os Territórios do Amapá e Roraima.

O atual Governo acrescentou ao Sistema Prisional mais de 4.000 lugares, aplicando Cr\$ 333.950.000,00. Mais 2.000 vagas serão entregues entre 12 e 18 meses. O Orçamento de 1979 consigna cerca de Cr\$ 120.000.000,00 para que não sofra solução de continuidade o Projeto de Reformulação e Sistematização Penitenciária.

Ministério Público

Integrado, atualmente, por disposição constitucional, na Estrutura do Poder Executivo, o Ministério Público pode destacar, no período 1974-1978, em todos os seus ramos, os seguintes fatos administrativos: a aprovação dos Regimentos Internos e a implantação do Plano de Classificação de Cargos, integralmente terminada no Ministério Público da União junto às Justiças Federal e Militar, bem como do Distrito Federal e dos Territórios. Com relação ao Ministério Público do Trabalho, encontra-se em fase de conclusão, dependendo, tão-somente, de manifestação do Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP.

No campo de atuação do Ministério Público da União junto à Justiça Federal, vale ressaltar; aumento significativo, da ordem de 700% entre 1974 e 1978, no volume da arrecadação da Dívida Ativa da União, que passou de 70 para 500 milhões de cruzeiros, aproximadamente; e a construção da sede regional da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte.

Relativamente ao Ministério Público do Trabalho, merecem registro: a implantação do serviço de assistência a menores, para melhor solução dos litígios em que os mesmos figuram como partes interessadas, a cargo do pessoal de assessoramento superior; e a instalação da Procuradoria Geral em dependências do Anexo do Ministério da Justiça.

Na área do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, deve-se mencionar: a construção de 10 casas residenciais

para os membros do Ministério Público sediados nos Territórios Federais, sendo quatro no Território do Amapá, quatro no de Rondônia e duas no de Roraima, realizações essas levadas a efeito em convênio com os Governos locais; e a realização de concursos para provimento de cargos iniciais da carreira.

Tem constituído preocupação do Governo o problema dos vencimentos dos membros do Ministério Público, em relação aos da Magistratura e aos dos Assessores das Procuradorias. Prosseguem os estudos para sanar essa disparidade de remuneração.

Impõe-se dar continuidade às medidas que objetivam reformular as leis orgânicas do Ministério Público, concomitantemente com a reforma do Poder Judiciário.

Documentação, Publicação e Atos Oficiais e Arquivo

No setor de documentação, estatística, processamento de dados e biblioteconomia, saltando sobre decênios de dedicada porém modesta existência, o antigo Serviço de Documentação deu lugar, em 1976, à Secretaria de Documentação e Informática.

Na área de biblioteconomia, executou-se projeto experimental de processamento técnico da Biblioteca Loureiro Júnior, constante de 2.337 títulos extraídos de periódicos e 2.923 livros, além de outros 2.016 títulos, também extraídos de periódicos, e mais 3.014 volumes, estes, em sua maioria, provenientes da Divisão de Estatística. Com isso, fica, sem dúvida, otimizado o aproveitamento do acervo bibliográfico, que contém cerca de cem mil obras.

Deu-se colaboração para a feitura do Catálogo Geral das Publicações Oficiais Brasileiras, coordenado pela Biblioteca da Câmara dos Deputados, e do Catálogo Jurídico da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal — ABDF —, com a contribuição de 216 títulos.

Foram editados e distribuídos 26 mil exemplares do boletim *Jus Documentação* e 18 mil da revista *Arquivos do Ministério da Justiça*, ambos trimestrais. Chegaram aos seus assinantes 362 mil exemplares da *Revista Trimestral de Jurisprudência*, publicação do Supremo Tribunal Federal, editada pelo Departamento de Imprensa Nacional. Produziu-se a 2.^a edição, revista e ampliada, do clássico *Estudos de Direito Público*, de Manoel de Oliveira Franco Sobrinho. No total, o Ministério da Justiça trabalhou sobre 103 edições, distribuindo 450 mil exemplares. Por outro lado, efetivou 365.821 procedimentos técnicos relacionados com o tratamento documentário de projetos de lei, fazendo o mesmo com 151.009 normas jurídicas.

Na parte de estatística, 142 mil questionários e 1.365 mapas de apuração resultaram em 147 quadros enviados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

Concluiu-se a elaboração do *Manual do Usuário dos Bancos de Dados*, destinado a orientar a utilização do terminal pela clientela do Ministério da Justiça. Apesar da fase embrionária em que ainda se encontra, a Divisão de Processamento de Dados já registra resultados animadores, como recuperação de 345.040 documentos distribuídos pelos vários bancos de dados do PRODASEN. Neste particular, é tarefa inadiável atualizar a indexação das normas jurídicas originadas no Ministério da Justiça, que vão compondo o banco de dados específico do PRODASEN.

Entre as atividades do Departamento de Imprensa Nacional — DIN, no período de 1974 a 1979, destacam-se: a passagem da impressão dos jornais oficiais do sistema tipográfico para o de *off set*, a compra e instalação da fotocomposição; e a construção de mais de dois terços do edifício-sede em Brasília.

Em 1975, entrou em operação a nova rotativa, com quatro unidades, bem como a oficina de fotomecânica. No ano seguinte, foi adquirido um moderno equipamento de fotocomposição destinado à oficina de reprodução gráfica, já em funcionamento.

As obras da sede na Capital da República começaram, efetivamente, em 8 de setembro de 1975, quinze anos após a entrega de sua primeira etapa, em 1960, abrangendo os prédios da Administração, Oficinas, Auditório e Museu, os quais somados à parte inaugurada quando do início de Brasília perfazem aproximadamente 62.000m².

Com a transferência de novas máquinas que vinham funcionando provisoriamente no Rio de Janeiro, foi possível inverter a posição encontrada em 1974, quando 80% dos serviços eram feitos naquela cidade. Tal percentual está, agora, com o parque gráfico que opera no Distrito Federal, permanecendo no Rio um resíduo de atividades, que tende a extinguir-se dentro de um ano, possivelmente.

A inauguração da sede do DIN em Brasília pode ser inscrita como um acontecimento marcante na sua história quase bicentenária.

Na parte de assistência social há que destacar, no quinquênio em exame, distribuição de 1,7 milhão de refeições e o atendimento de 98 mil receitas médicas, destinadas aos servidores do Departamento de Imprensa Nacional.

O Arquivo Nacional colocado, agora, a nível de Departamento, possuía uma estrutura com as limitações de um Regimento de 1958, além do que seu *status* era incompatível com a importância atribuída a órgãos semelhantes, em outros países, e, no Brasil mesmo, onde nasceu, juridicamente, na Constituição do Império, de 1824.

Representou fato relevante a introdução do arquivamento intermediário, que, literalmente, preencheu grave lacuna e se ajustou às mais reputadas tendências da política arquivística internacional.

A instituição, pelo Decreto n.º 82.308, de 25 de setembro de 1978, do Sistema Nacional de Arquivo, cogitado há 20 anos, teve como um dos principais instrumentos a Divisão de Prê-Arquivo, destinada a recolher documentação já produzida no Distrito Federal. Graças à cooperação da Universidade de Brasília, o problema do espaço foi contornado, iniciando-se em 1978 o vasamento de processos e outros papéis considerados, na linguagem arquivística, de «segunda idade» para posteriormente passarem pelos crivos técnicos de triagem que lhes darão destino definitivo ou de longo prazo. O apoio financeiro concedido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT, possibilitará a implantação do Sistema, em convênio com o CNPq.

O curso regular mantido, há longo tempo, pelo Arquivo Nacional, transferiu-se para a Federação das Escolas Federais Unidas do Estado do Rio de Janeiro, permanecendo no órgão técnico as atividades de instrução de curto prazo. Essa providência resultou de projeto conjunto dos Ministérios da Justiça e da Educação e Cultura.

No que diz respeito à futura sede em Brasília, cabe citar que, através do Decreto n.º 4.061, de 17 de janeiro de 1978, o Governo do Distrito Federal designou área com cerca de 30 mil m² para a construção do Arquivo Nacional, no Setor Cultural Sul, ao lado da futura Biblioteca Nacional, nas proximidades da Catedral.

Como resultado da melhoria de condições de atendimento dos usuários, em vista do reaparelhamento material e técnico, verificou-se o crescimento do número de consultantes e pesquisadores, no total de mais de 50 mil nos últimos cinco anos, os quais realizaram mais de 87 mil consultas a milhões de documentos — manuscritos, impressos, sonoros.

Como editor de Publicações Históricas (série de documentos e monografias) se, em 135 anos de existência, lançou um título, em média, cada biênio, de 1974 a 1978 lançou dois por ano, não interrompendo os serviços de Publicações Técnicas e Instrumentos de Trabalho. Nesse campo se destacou, pelas características de originalidade, pontualidade e versatilidade, seu periódico *Mensário do Arquivo Nacional*, repositório de estudos históricos e técnicos e de informações sobre atividades culturais e profissionais no País e no exterior.

É indispensável destacar a colaboração do Conselho Federal de Cultura e do Departamento de Assuntos Culturais do MEC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, e, de modo espe-

cial, da Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, esta última tornando possível um projeto de real importância para a preservação de 5.103 livros de escrituras de propriedades no Rio de Janeiro, ameaçadas de destruição e que estão sendo microfilmados.

Trânsito

Logo após sua instalação, em outubro de 1976, o Departamento Nacional de Trânsito — DENATRAN deu início à realização de um estudo abrangente sobre as condições do trânsito no País. O estudo, elaborado em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, pôs em evidência os graves problemas dos congestionamentos, da poluição ambiental, da deficiência dos transportes públicos e, sobretudo, da incidência assustadora dos acidentes, que têm acarretado perdas irreparáveis de vidas humanas, além de incapacitação para o trabalho de milhares de pessoas.

De 1972 a 1976, mais de 500 mil lesões resultaram de acidentes, com 73 mil vítimas fatais. Os prejuízos financeiros, considerando-se exclusivamente os danos materiais e as vítimas com ferimentos, superaram os 35 bilhões de cruzeiros, a preços de 1978. Em vista disso, foram equacionadas providências de caráter normativo, técnico-administrativo e financeiro, com vistas a uma atuação integrada, metódica e duradoura por parte do poder público, do que surgiu o Plano Nacional de Segurança de Trânsito.

As medidas normativas estão contidas nos anteprojetos do novo Código Nacional de Trânsito e da Lei de Crimes de Trânsito. Regula o primeiro a circulação de pessoas e veículos nas vias públicas terrestres, mediante ações administrativas planejadas, coordenadas e descentralizadas. O segundo melhor define os crimes de trânsito, consolidando e fortalecendo os dispositivos que tratam das sanções aplicáveis aos infratores da legislação específica, institui novos instrumentos de proteção da sociedade; e propõe soluções adequadas ao tratamento dos ilícitos que, com alarmante frequência, tanto têm afetado a comunidade nacional.

Os aspectos executivos do Plano foram concretizados nas «Diretrizes de Segurança de Trânsito». Enfocando as questões de Educação de Segurança de Trânsito, Serviços de Engenharia, Policiamento de Trânsito, Investigação, Documentação e Análise de Acidentes, Alcool em Relação à Segurança de Trânsito, Segurança no Transporte de Escolares, Sistema de Dados e Integração das Ações de Trânsito, esse documento básico analisa cada um dos segmentos da problemática geral, cuja estreita interdependência requer a adoção de medidas integradas e aptas a eliminar o maior número possível de dificuldades.

ral das Polícias Militares do Ministério do Exército, professores universitários, especialistas das entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito e comunicadores sociais. Estas iniciativas constituíram, sem dúvida, grande motivação e meio seguro de intercâmbio para o levantamento de problemas e propostas de soluções. Está posta em evidência, em caráter irreversível, a necessidade de integrar ações em todos os níveis de Governo, fator decisivo para que se adote e se faça cumprir uma Política Nacional de Trânsito.

4

3

2

1

1

2

3

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

FORÇAS ARMADAS



ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

No período 1974-1978 o Estado-Maior das Forças Armadas, através da atuação de suas Seções, Comissões e das reuniões do Conselho de Chefes de Estado-Maior das três Forças singulares, mostrou-se atuante no trato dos assuntos mais relevantes no que tange à estratégia militar e à logística, com acentuadas conotações no desenvolvimento industrial e da infra-estrutura do País.

O sistema de Defesa Aérea do Território Nacional, além do seu aspecto estratégico, vem assumindo papel cada vez mais destacado no desenvolvimento nacional porquanto passou a controlar todo o tráfego aéreo comercial e, através da alta sofisticação de sua aparelhagem, introduziu o que existe de mais moderno em tecnologia no setor de comunicações no País.

No âmbito dos transportes, vale ressaltar o reconhecimento de setores dos sistemas hidroviários; no da ciência e tecnologia, a homologação de equipamentos de telecomunicações para fins militares, a coordenação do acompanhamento do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a nacionalização de equipamentos eletrônicos, em coordenação com o Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval — GEICON.

Foi também relevante, durante o período, a participação dos oficiais que representam o EMFA no Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI, no Conselho Nacional de Transportes — CNT, na Comissão Brasileira de Atividades Espaciais — COBAE, no Grupo Executivo de Indústria e Mineração — GEIMI, na Comissão Intermínisterial sobre a exploração e Utilização do Fundo dos Mares e Oceanos — CIEFMAR, nos Conselhos Deliberativos das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, da região Centro-Oeste — SUDECO, do Nordeste — SUDENE, da região Sul — SUDESUL, e outras Comissões.

Através da Comissão de Alimentação das Forças Armadas — CAFA e em convênio com a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, o EMFA vem participando de pesquisas para aproveitamento da soja, alimento de elevado valor protéico, no preparo de rações operacionais para as Forças Armadas; incentivando a indústria civil na busca de alimentação de baixo custo, para a população de um modo geral, com o aproveitamento racional dos recursos naturais disponíveis.

A Comissão do Serviço Militar também teve atuação destacada. Seus benefícios, além do aspecto militar, revestem-se de caráter eminentemente social, beneficiando as camadas mais carentes do povo brasileiro, podendo-se destacar a implantação de processamento automático de dados no Sistema do Serviço Militar, o contínuo aumento do potencial humano disponível — 50,2% no período 1974-1978, a conscientização da opinião pública, através de Plano de Comunicação Social, sobre a importância do Serviço Militar — fator de integração do jovem no processo de desenvolvimento brasileiro, dentro do contexto da Segurança Nacional —, e o autofinanciamento do Serviço Militar — uma vez que o montante da arrecadação proveniente de multas e taxas é sempre maior que a despesa orçamentária referente ao período.

O Hospital das Forças Armadas, subordinado ao EMFA, aparelhado com o que existe de mais sofisticado em termos de equipamentos, realizou, no período 1974-1978, 1 161 683 atendimentos médicos e 149 453 atendimentos odontológicos, beneficiando a funcionários militares, civis e, através de convênios, a outros segmentos da população, para tanto utilizou recursos, do seu orçamento, no valor de Cr\$ 415 milhões.

A Escola Superior de Guerra efetuou estudos abrangendo as áreas militar, econômica, social e política; por ela passaram, em seus diversos cursos — inclusive de atualização e extensão notadamente nas áreas econômica e social — um total de 848 militares das três forças e 2 431 civis, representantes dos mais variados campos de atividade, como economistas, engenheiros, sociólogos, estatísticos, geólogos etc.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Na análise retrospectiva das principais atividades desenvolvidas pelo Exército brasileiro, no período 1974-1978, destaca-se o exercício vigilante de sua responsabilidade de colaborar com o desenvolvimento, através da garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem.

Sempre com a preocupação de alcançar maiores índices de operacionalidade e eficiência, o Exército em continuidade ao desenvolvimento do preparo dos quadros e da tropa, realizou manobras militares em todas as áreas; na maioria das vezes, tais manobras foram executadas pelas organizações militares com efetivos reduzidos, conciliando-se a necessidade de treinamento das Grandes Unidades e Unidades com imperativo de economizar combustível.

Ficou perfeitamente demonstrado o acerto da realização de manobras pelos Grandes Comandos, dentro de situações ajustadas às hipóteses reais.

Com relação à instrução e ao adestramento, deve ser ressaltada a reformulação procedida na divisão do ano de instrução associada à execução do Plano para a Implantação da Infra-Estrutura Física de Apoio à Instrução e ao Adestramento do Exército Brasileiro — PAIEB, essa reformulação muito contribuiu para a melhoria da operacionalidade da tropa.

No setor do ensino militar grandes passos foram dados com a atualização da legislação; a redução dos Cursos de Altos Estudos Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército — ECEME; a adaptação dos Cursos do Instituto Militar de Engenharia — IME ao advento da Indústria de Material Bélico do Brasil — IMBEL; a reestruturação dos currículos da Academia Militar das Agulhas Negras — AMAN; a formação centralizada dos sargentos; a elaboração de nova Lei do Ensino e seu regulamento; a elaboração de nova Lei do Magistério do Exército; a criação, na ECEME, do Curso de Direção para Engenheiros Militares; a cooperação com entidades civis, — particularmente através do Centro de Estudos de Pessoal — CEP, da Escola de Educação Física do Exército — EsEFEx e da Escola de Equitação do Exército — EsEqEx; a especialização de oficiais e praças em várias outras escolas e centros, e o ensino assistencial proporcionado pelos oito Colégios Militares e pela Escola Preparatória de Cadetes.

Procurou-se manter o intercâmbio de cursos e outras atividades com exércitos de nações amigas, visando à assimilação de conhecimentos técnicos e militares no exterior. Para o alcance dessas finalidades muitos oficiais brasileiros fizeram cursos ou estágios em países amigos, abrindo-se, por outro lado, as escolas do Exército a centenas de oficiais europeus e das três Américas a par das visitas individuais de generais e comitivas de oficiais de várias nacionalidades, interessados, particularmente, em conhecer as escolas militares e a indústria de material bélico instalada no Brasil.

Cumpra assinalar, ainda, a cooperação do Exército brasileiro no campo das relações interamericanas, contribuindo para a aproximação dos exércitos e das nações; essa aproximação caracterizou-se, principalmente, pela realização de conferências militares com os exércitos da Argentina, nos anos de 1974 e 1976, do Uruguai (anos de 1975/1976 e 1978), da Bolívia (1975), do Peru (1977 e 1978) e do Chile (1976/1977 e 1978); participação nas Conferências dos Exércitos Americanos e de Informações dos Exércitos Americanos, ambas realizadas nos anos de 1975 e 1977, respectivamente nas cidades de Montevideu e Manágua; participação nas Conferências dos chefes de Comunicações dos Exércitos Americanos, realizadas em 1974 no Panamá, em 1975 na Colômbia, em 1976 no Chile e em 1977 no Equador.

No que se refere à administração de pessoal, os resultados mais importantes foram a sanção de nova lei para fixação de efetivos em

tempo de paz — que permitiu completar as organizações que haviam sido criadas por imposição de novos encargos — atualização da legislação de interesse do sistema de pessoal, a implantação do sistema de cadastro e avaliação do mérito, a implantação efetiva do Serviço de Assistência Religiosa, e a adoção de medidas para a substituição gradativa, por pessoal civil, do pessoal militar empenhado em atividades não essencialmente profissionais.

No campo do patrimônio e obras cumpre ressaltar a regularização de 659 imóveis, pertencentes à União, e que estavam sob a jurisdição do Exército, a regularização de 203 imóveis ocupados pelo Exército, sobre os quais era passível a aplicação da Lei n.º 5.972/73, a construção de 24 novos quartéis, 2 Colégios Militares (Brasília e Recife), 6 Auditorias Militares (em convênio com o Superior Tribunal Militar), Clube do Exército, em Brasília, 1.170 residências (440 em Brasília e 237 na região Amazônica), as ampliações efetuadas em 240 organizações militares e a recuperação de 1.932 prédios diversos.

O Sistema de Processamento de Dados foi consolidado com a instalação do Centro de Processamento de Dados do Exército — CPDEX, em Brasília, dotado de modernos equipamentos e capaz de processar dados dos centros instalados nos I e III Exército, ao mesmo tempo em que recebe dados do IV Exército e do Comando Militar da Amazônia.

A atividade do Exército nesse período é igualmente traduzida por resultados de alta significação, dentre os quais a transferência do parque fabril para a IMBEL, a implantação do Sistema Geral de Comunicações do Exército — SIGECOMEX, que integra as comunicações fixas e de campanha da Força terrestre, e a consolidação e aperfeiçoamento do Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria.

Organização e Aparelhamento

Organismo extremamente sensível às mutações da conjuntura internacional, aos novos antagonismos e pressões, ao surgimento de novas ameaças e desafios atuais ou potenciais áreas de tensão e atrito, o Exército deve organizar-se, articular-se e aparelhar-se de forma a atender a todas as solicitações do planejamento militar; isto vem sendo executado progressivamente, com firmeza e determinação, visando a alcançar uma situação ideal de tempo de paz, a despeito dos reflexos da difícil conjuntura econômica.

Com as transferências para Brasília, ao término do ano de 1974, da Diretoria do Pessoal Civil e do Serviço Militar, ficou consolidada a mudança do Ministério do Exército para a capital federal. A partir de então o esforço principal da administração concentrou-se na busca do

funcionamento harmônico dos órgãos de direção geral, setorial e de apoio, coordenados entre si, com as forças terrestres e os órgãos territoriais.

Os trabalhos realizados pelo Exército permitiram alcançar relevantes resultados na atualização de leis e regulamentos básicos, na reformulação das políticas de modernização administrativa, bem como no aumento da formação da reserva, não só pela expansão da rede de Tiros de Guerra em áreas desprovidas de organizações militares como pela criação de novas unidades e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva.

O período caracterizou-se por profunda transformação na organização e na articulação da Força Terrestre, conseqüente da extinção de unidades e quadros considerados obsoletos ou anti-econômicos, da criação de novas organizações militares, mais racionais e flexíveis e da transferência ou rearticulação das já existentes para áreas estratégicas que melhor possibilitem seu eventual emprego.

São destaques desta fase a reorganização das brigadas, a transformação dos Quadros de Organização (QO) experimentais em QO de Guerra, a reorganização das unidades operacionais, a extinção do Quadro de Oficiais Veterinários, a adoção de uma nova Organização Básica do Exército (Decreto n.º 79.531, de 13 Abril de 1977), a criação de uma Brigada de Infantaria de Selva em Marabá, no Pará, de uma Brigada de Infantaria em Belo Horizonte e outra em Cuiabá.

Deve-se ressaltar, além disso, a criação de um Comando de Divisão de Exército em Belo Horizonte — constituindo-se no maior comando operacional de Minas Gerais, conseqüente do desmembramento da RM/DE de Juiz de Fora — a transferência de Comando de uma Brigada de Infantaria Motorizada, da Vila Militar, no Rio, para Petrópolis (RJ), a criação de uma Divisão de levantamento em Manaus, de um Grupamento de Fronteira em Porto Velho, de Batalhões de Selva ao longo da rodovia Transamazônica, um Batalhão de Infantaria em Montes Claros (MG) e em Campos (RJ), de um Regimento de Recolhimento Mecanizado em Quaraí (RS) e um Batalhão de Comunicações em Bento Gonçalves (RS), a instalação de unidades na região Centro-Oeste, com sede em Aragarças (GO), Coxim (MT), Rondonópolis (MT) e Jataí (GO) e a criação de diversas Baterias Antiaéreas, orgânicas das Brigadas, sediadas nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

Com a atenção voltada para o aparelhamento da Força Terrestre, o Exército empenha-se numa política de modernização do equipamento, que pode ser adotada graças aos recursos oriundos do Orçamento-Programa, do Plano Especial de Reaparelhamento do Exército (PE-RE), do Fundo do Exército e de financiamento internacional.

Neste particular, merecem destaque especial a orientação adotada no sentido de aproveitar, ao máximo, a tecnologia e a capacidade de produção do parque industrial nacional e a efetivação, também com prioridade, de transferência do parque fabril do Exército para a Indústria de Material Bélico do Brasil — IMBEL, que tem permitido a dinamização da fabricação de material de emprego militar e a substituição de maior quantidade de bens importados por produtos de fabricação nacional.

No período o Exército adquiriu, na indústria nacional aproximadamente 5.000 viaturas sobre rodas e 250 viaturas blindadas (CRM Cascavel e CTTA Urutu), grande quantidade de equipamentos das Unidades de Intendência, quase todo o armamento leve de dotação das unidades e material para reequipamento das Polícias Militares, incluindo armamento leve, viaturas, embarcações fluviais, munições e material de comunicações.

Foi melhorada a capacidade de coordenação e controle, através da modernização dos equipamentos de comunicações fabricados pela indústria nacional, tais como telefones, equipamentos multicanais, centrais telefônicas automáticas e manuais, equipamentos rádio de média e alta frequência, teletipos radiogoniômetros e cabos telefônicos duplos e simples.

Para equipar as Unidades de Engenharia de Combate o Exército adquiriu, no exterior, modernas equipagens de pontes flutuantes tipo M4T6, passarelas de alumínio *Foot Bridge* e ponte *Bailey Uniflote*. Adquiriu, também, da Itália, moderno material de artilharia antiaérea de 35mm, Oerlikon, para dotação de três grupos.

Na execução do Plano de Remanejamento, Distribuição e Adaptação de Viaturas Blindadas — PREDAB o Exército, contando com a iniciativa privada — coordenada pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Exército — iniciou a provisão das Unidades Blindadas com o carro de combate XI e com o carro blindado sobre lagarta, (lançador de ponte) CCXLP10.

Desenvolvimento Científico e Tecnológico

O Exército participou ativamente do desenvolvimento científico e tecnológico do País, principalmente, através de três tipos de atividades: formação de pessoal técnico de alto nível no Instituto Militar de Engenharia — IME — onde foram graduados 290 engenheiros civis e militares nas áreas de especialização de fortificação e construção, comunicações, eletricidade, eletrônica, mecânica de armamento, mecânica de automóvel, química, geodésia e topografia, metalurgia; (foram concedidos também, pelo IME, 135 títulos de mestre e de doutor em

ciências em diversas especialidades, inclusive a nuclear); execução de amplo programa de pesquisa e desenvolvimento, realizado por órgãos do Exército subordinados ao Departamento de Ensino e Pesquisa — DEP e ao Departamento de Engenharia e Comunicações — DEC, em cumprimento ao Plano de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Exército — PPDCTE e em colaboração com outros órgãos governamentais, mediante convênios, num total de 69 projetos; estímulo às atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas pela indústria civil, mediante encomendas e orientações da Força Terrestre.

Entre as atividades desenvolvidas pelo Exército durante o atual período governamental, merecem referência especial, por sua importância, a atualização e o desenvolvimento de blindados e viaturas militares, mísseis balísticos terra-terra de pequeno alcance e seus lançadores, rebocados ou auto-transportados, empregando tecnologia altamente especializada. Também destacaram-se a nacionalização do míssil COBRA e o início da implantação do Sistema Roland, o desenvolvimento e a nacionalização do armamento leve, munições e material de engenharia de dotação das forças terrestres, ainda dependentes de importação, a realização de projetos de pesquisa básica de interesse nacional, no IME, com a participação de entidades civis, segundo o que foi determinado pelo I e II PBDCT, a realização de pesquisas aplicadas e desenvolvimento experimentais na execução de provas e testes de produtos bélicos, pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento e pelo Campo de Provas da Marambaia.

Foram também realizadas pesquisas de catalizadores, materiais cerâmicos e dispositivos de microeletrônica, dando início aos estudos especiais e às pesquisas fundamentais necessárias à tecnologia aeroespacial, e pesquisas sobre estocagem de plasma, obtendo êxito na utilização da embalagem e do processo de armazenagem; além disso projetos de nacionalização de equipamentos de comunicações de alta tecnologia que estão sendo desenvolvidos pela Diretoria de Comunicações.

Colaboração ao Desenvolvimento Econômico

Sem prejuízo da ação precípua no campo da segurança, o Exército, como sempre fez ao longo da história, vem participando complementarmente de programas setoriais do Governo e prestando, permanentemente, valiosa contribuição ao desenvolvimento econômico do País. Essas atividades situaram-se, principalmente, nos setores da indústria, dos transportes, da cartografia e do processamento de dados.

No campo da indústria, a cooperação do Exército situou-se no incentivo ao estabelecimento de indústrias civis de material para as Forças terrestres, em transferência de tecnologia militar ao meio civil, em pesquisas de material e em incentivos à exportação de material de emprego militar.

Com esse espírito foi criada a IMBEL, empresa pública tipo *holding* que tem por objetivo colaborar no planejamento e fabricação de material bélico, pela transferência de tecnologia e incentivos à implantação de novas indústrias, bem como promover, com base na iniciativa privada, implantação e desenvolvimento da indústria de material bélico de interesse do Exército.

Como conseqüência da implantação de novas indústrias de material bélico no País e do incentivo dado ao desenvolvimento dessa indústria, através de encomendas de vários itens que proporcionaram o reaparelhamento do Exército, foram reduzidas em 75% as importações de material bélico no período considerado.

As Unidades de Engenharia de Construção deram prosseguimento aos trabalhos de implantação e conservação de rodovias e ferrovias, em convênio com o Ministério dos Transportes, atuando na Amazônia, no Nordeste, no Centro-Oeste e no Sul do País.

No período de 1974 a 1978 foram implantados, no que se refere a rodovias, 3.308 km, pavimentados 1.337 km e realizados 4.350 m de obras de arte especiais.

Quanto às ferrovias, implantaram-se 300 km, lançaram-se 391 km de trilhos e realizaram-se 23.352 m de obras de arte especiais.

Dos totais acima foram entregues ao tráfego os seguintes trechos de rodovias (BR's) e ferrovias (EF's): BR-163 (Cuiabá-Santarém, com 1.777 km) BR-174 (Manaus-Fronteira da Venezuela, com 988 km); BR-401 (Boa Vista-Fronteira da Guiana, com 203 km); BR-407 (Picos-Petrolina, com 312 km); BR-230 (Humaitá-Lábrea, com 217 km, e Floriano-Oeiras, com 143 km); BR-020 (Posse-Barreiras, com 335 km); EF 491 (Roca Sales-Passo Fundo, com 158 km) EF-050 (Pires do Rio-Goiandira, com 95 km) EF-116 (Itapeva-Ponta Grossa, com 109 km).

No setor de cartografia foram executadas atividades de apoio suplementar para o mapeamento de áreas que somam 1.494.000km, correspondendo, aproximadamente, à superfície do Estado do Pará. No mesmo período foram impressas 622 folhas topográficas, cobrindo áreas que somadas equivaleriam à área do Estado do Amazonas.

O Sistema de Processamento de Dados do Exército contribuiu para estimular a implantação, no País, da fabricação de terminais de computação, antes importados, possibilitando aumentar a demanda dos materiais de consumo e utilização de sistemas eletrônicos de comunicação da EMBRATEL.

Outra importante cooperação foi de natureza fiscal, em áreas, sobretudo fronteiriças e amazônicas, em que as estruturas policiais federais e estaduais, são deficientes. O Exército participou de ativida-

des de repressão ao contrabando e comércio ilegal de peles, couro e madeiras, do combate ao tráfico de entorpecentes e, colaborando com os Ministérios do Trabalho e da Agricultura, da fiscalização das condições de trabalho rural, controle das questões de terras e atividades de posseiros e grileiros.

Colaboração ao Desenvolvimento Social

Já é tradicional a contribuição do Exército, através de atividades complementares, para o desenvolvimento social do País, atuando, especificamente, nos setores da educação e cultura, qualificação profissional, atividades comunitárias, saúde etc.

Pode-se destacar, neste particular, o retorno à cidadania civil, após o período de prestação do serviço militar, de elevado contingente de jovens com melhor capacitação profissional, e também civicamente melhor preparados.

Não foram apenas esses milhares de jovens que freqüentaram cada ano, durante o período mínimo de nove meses, as Organizações Militares, onde foram instruídos e preparados militar, física e moralmente; foram também aqueles que freqüentaram os oito Colégios Militares, a Escola Preparatória de Cadetes, a Academia Militar das Agulhas Negras, a Escola de Sargentos das Armas e o grande número de outros estabelecimentos de ensino do Exército que anualmente diplomam militares e civis nos mais diversos ramos dos conhecimentos científicos, linguísticos, humanísticos, artísticos, esportivos e sociais.

Relevante também foi, uma vez mais, a participação do Exército na erradicação do analfabetismo, mantendo em funcionamento suas Escolas Regimentais ou encaminhando os alistados analfabetos aos órgãos de educação dos municípios.

No campo da cultura é oportuno ressaltar o importante papel desempenhado pela Biblioteca do Exército que, com sua programação editorial, difundiu obras literárias de toda natureza.

Também fecunda a cooperação do Ministério do Exército na habilitação e qualificação profissional civil dos conscritos, com excelentes resultados na formação de mão-de-obra especializada.

A formação e o aperfeiçoamento da qualificação profissional, realizados pelos Batalhões de Engenharia de Construção, muito contribuíram para atenuar a escassez e a deficiência dessa mão-de-obra na região amazônica e no Nordeste, servindo assim como fator importante para o aumento do nível de vida dos trabalhadores da área.

Foi igualmente expressiva a atividade comunitária realizada pelo Exército em todo o território nacional, sobretudo no interior do País e junto às comunidades mais desprovidas de recursos. Essa atividade

teve o seu ponto alto nas Ações Cívico-Sociais — ACISO, realizadas todos os anos pelas Unidades Militares com objetivo de educar moral e civicamente, prestar serviços médico-odontológicos e orientação sanitária.

Por outro lado, o Exército deu continuidade às Colônias de Férias, que congregam nos quartéis grande número de crianças, aproximando-as da família militar, proporcionando a prática de desportos, passeios educativos e recreativos, campanha de preservação da natureza etc.

Esta ação comunitária também se fez sentir nos momentos de calamidade, agindo de maneira solidária e integrada às populações das regiões onde estão aquarteladas as Unidades do Exército, ajudando, com seus homens e estruturas, a vencer a adversidade — como nos casos das enchentes em Marabá (PA), Amazonas, Acre, Pernambuco, Santa Catarina e da seca de 1976 no Nordeste, quando construiu açudes, poços, estradas e outras obras em que se empenharam cerca de 40 mil homens.

Coordenando e apoiando as ações de representantes de órgãos federais e estaduais, o Exército, através de suas Organizações Militares, foi às mais distantes e ignoradas localidades para ajudar a população a obter documentos essenciais (certidão de nascimento, carteira de identidade, título de eleitor, carteira de trabalho, CPF e outros).

No setor da saúde, o Exército vem prestando assistência médico-hospitalar ao seu pessoal da ativa e aos inativos, bem como dependentes, com grande alcance social nas guarnições afastadas dos centros de maiores recursos, onde se faz presente o Serviço de Saúde do Exército — que por força de convênios amplia sua atuação, beneficiando a população rural da área.

A simples inspeção de saúde nos contingentes masculinos que se apresentam para o Serviço Militar, correspondentes a mais de 1 milhão de homens que são submetidos a inspeção médica gratuita, é importante colaboração para o desenvolvimento social do País. O tratamento médico-hospitalar gratuito para cabos e soldados e a garantia de proventos por invalidez, caso ocorra, são medidas de proteção que conceituam o Exército no setor da assistência social.

Através da Diretoria de Assistência Social prosseguiram, no período, os auxílios financeiros para tratamento de saúde ao pessoal militar e civil do Ministério do Exército.

É digno de nota, também, o apoio prestado pelo Comando Militar da Amazônia — CMA, através de convênios com entidades estaduais e federais da área, a toda a população da fronteira. A atuação do CMA vai da assistência permanente a quase 5 mil alunos, construção de escolas, pagamento de professores, construção de centros de

treinamento profissional em várias localidades, formando oleiros, pedreiros, carpinteiros, hortigranjeiros etc. — atividades julgadas essenciais, considerado o objetivo de fixação do homem na fronteira — ao fornecimento de artigos destinados à alimentação de gestantes, nutrizes e menores em idade escolar, visando ao fortalecimento do futuro homem amazônico. Auxilia ainda, nessas regiões, na obtenção e distribuição de insumos, ferramentas e instrução técnica — procurando, mediante trabalhos nas escolas, despertar as populações da região para a agricultura, como uma necessidade para a melhoria dos hábitos alimentares —, no fornecimento de milhares de livros às bibliotecas de fronteira, na execução de obras de saneamento básico em diversas localidades e no fornecimento gratuito de medicamentos aos civis da fronteira.

MARINHA

No período 1974-1978 a Marinha deu seqüência ao desenvolvimento do Setor Operativo, através da execução de programa intensivo de adestramento de guarnições, visando a manter as Forças Navais em nível de prontificação adequada ao atendimento de suas tarefas, de manutenção da segurança nacional.

Dentre as operações de aprestamento das Forças Navais realizadas no período, destacam-se, pelo vulto e pelos resultados colhidos, Operação Unitas XV, Unitas XVI, Unitas XVII, Unitas XVIII e Unitas XIX, realizadas com participação das Marinhas norte-americana, venezuelana, argentina e uruguaia; as Operações Dragão — exercícios anuais de desembarque anfíbio na costa brasileira; as Operações Ninfa III, Ninfa IV, Ninfa V, Ninfa VI e Ninfa VII, em conjunto com a Marinha paraguaia, envolvendo exercícios ao longo da calha principal do rio Paraguai; as Operações Veritas VII e Veritas VIII, anfíbias, realizadas no mar das Caraíbas com participação de unidades navais e tropas dos Corpos de Fulizeiros Navais do Brasil e dos Estados Unidos; as Operações Caribex e Readex, em 1977 e 1978, respectivamente, na área do Caribe, pelas Marinhas do Brasil, Canadá, Grã-Bretanha, Holanda e Estados Unidos; a Operação RIOFAX/77, exercício realizado na área entre Barbados e Rio de Janeiro, entre as Marinhas do Brasil e do Canadá; exercícios bilaterais realizados com as Marinhas da Inglaterra, Estados Unidos e França; viagens de instrução de Guardas-Marinha efetuadas, anualmente, a bordo do navio-escola «Custódio de Mello», incluindo visitas a portos europeus e africanos.

A Força de Transporte da Marinha, concomitantemente com sua missão regular, contribuiu para o transporte nacional de cabotagem.

As Forças Distritais — além das missões de socorro e salvamento, apoio às populações ribeirinhas, transporte e adestramento — foram

incumbidas da patrulha do mar territorial e das bacias fluviais do Amazonas e Paraguai; suas unidades navais, em conjunto com aeronaves da Força Aérea Brasileira, realizaram 636 dias de missão de patrulha costeira e 389 dias de missão de patrulha fluvial. As ações destinadas a coibir a pesca ilegal em águas nacionais resultaram no apreendimento de 67 embarcações tanto nacionais como estrangeiras.

O Serviço de Busca e Salvamento da Marinha realizou em 4 anos, 531 missões de busca, salvamento, reboque e orientação médica no mar.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação manteve seu programa de campanhas hidrográficas e oceanográficas, objetivando elaborar e atualizar cartas náuticas e publicações de auxílio à navegação, dados de oceanografia física, geologia, prospecção geofísica, climatologia, correntometria e meteorologia marinha.

A realização regular dos serviços de manutenção da rede de faróis e do balizamento costeiro, fluvial e lacustre, assim como a conclusão do levantamento hidrográfico do rio Paraguai (trecho entre Assunção e foz do Rio Apa), executado em conjunto com a Marinha do Paraguai, muito contribuíram para a segurança da navegação.

Organização e aparelhamento

Para otimizar e racionalizar o emprego de recursos de pessoal e material, o Ministério da Marinha deu continuidade ao processo de modernização e reorganização de sua estrutura básica.

Foram criados, no período considerado, o Centro de Instrução e Adestramento de Submarinos e Mergulho, o Grupamento Naval do Leste, o Grupamento Naval do Norte, Serviço de Auditoria da Marinha, o Centro de Análise de Sistemas Navais, a Comissão Naval em São Paulo, a Comissão de Desporto da Marinha, o Grupo de Desenvolvimento Submarino, o Instituto de Processamento de Dados e Informática da Marinha, a Diretoria de Engenharia Naval, a Diretoria de Obras Cíveis da Marinha, a Diretoria de Abastecimento da Marinha, a Diretoria de Finanças da Marinha, a Diretoria de Armamento e Comunicações da Marinha, a Estação Naval do Rio de Janeiro, o Esquadrão de Navios Varredores, a Força de Apoio Logístico, a Força de Minagem e Varredura, o Grupo de Desenvolvimento do Emprego de Aeronaves na Guerra de Minas, o Centro de Mísseis e Armas Submarinas da Marinha, a Comissão Gerencial de Projetos Especiais, a Estação Naval do Rio Negro, a Força de Fragatas e o Esquadrão de Helicópteros de Esclarecimento e Ataque A/S.

Em decorrência destas modificações, foram extintas ou desativadas diversas organizações militares, mantendo-se o equilíbrio entre os meios físicos e orçamentários disponíveis.

Paralelamente às modificações estruturais, dentro do Programa de Reparelhamento da Marinha — conforme previsto no Plano de Renovação e Ampliação de Meios Flutuantes, Aéreos e de Fuzileiros Navais — foram incorporadas ao Serviço Ativo da Armada as seguintes unidades navais: navio oceanográfico «Almirante Câmara» (1974); navios-patrolha-fluvial «Rondônia» e «Roraima» (1975), Fragata «Niterói», navio-patrolha-fluvial «Amapá», navios-varredores «Abrolhos», «Albardão» e navio-faroleiro «Almirante Graça Aranha», em 1976; fragata «Defensora» e submarino «Riachuelo», em 1977; fragatas «Constituição», «Liberal» e submarino «Tonteiro», em 1978.

No mesmo período deram baixa do serviço ativo da Armada cinco contratorpedeiros, dois avisos oceânicos, dois navios-varredores, o cruzador-ligeiro «Tamandaré», um navio-balizador, dois submarinos e dois Helicópteros.

Também em cumprimento ao Programa de Reparelhamento, o Corpo de Fuzileiros Navais recebeu viaturas blindadas M-113, viaturas anfíbias nacionais *URUTU* e material de artilharia de campanha. Tiveram prosseguimento, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, as construções das fragatas «Independência» e «União», de embarcações de desembarque de carga geral e de navios balizadores a serem utilizados na manutenção da rede de sinalização náutica. Encontra-se em fase final a modernização do navio-aeródromo «Minas Gerais».

Nas bases navais realizaram-se obras de vulto, para ajustá-las à renovação e à ampliação dos meios flutuantes.

Para garantir a continuidade do Programa, encontram-se em desenvolvimento projetos de navios de apoio fluvial, de patrulha oceânica, navio-escola, rebocador de alto-mar e navios de patrulha rápida. Foi concluído o projeto do navio oceanográfico «Álvaro Alberto», já em condições de ser implementado.

Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Mediante o esforço conjugado de suas Diretorias e órgãos de pesquisa, e contando com o apoio de outras entidades, a Marinha vem desenvolvendo seu Sistema Setorial de Ciências e Tecnologia.

No setor das ciências do mar destaca-se o Projeto Cabo Frio, iniciado em novembro de 1971 com objetivo de criar infra-estrutura para apoiar e executar estudos relativos ao mar e seus diversos recursos — oceanográficos, químicos e biológicos — estimular a produção natural e promover produção artificial de peixes, crustáceos e moluscos, na enseada de Cabo Frio. Para atingir estes objetivos realizaram-se entre outros, o incremento à produção primária de produtos do mar, estudos do fenômeno de ressurgência, incremento à produção de mexi-

Colaboração ao Desenvolvimento Econômico do País

Em consonância com a política governamental de desenvolvimento do País a marinha procurou manter, como objetivo principal na área econômica, a substituição progressiva de importação de equipamentos, armas, viaturas de combate, munição e, sempre que viável, meios flutuantes, com o que, além de estimular o crescimento da economia nacional, contribui para o esforço de contenção das importações.

No programa de substituição de importações de material naval foram produzidas munições, cuja fabricação proporcionou ao País economia de divisas da ordem de US\$ 23,45 milhões e em muito contribuiu para criação de tecnologia própria. Encontram-se em fase final de desenvolvimento, para fabricação pela indústria nacional, protótipos de sistemas de radiogonometria automática, ecobatímetros, equipamento de UHF e de receptor de LF/MF/HF sintetizado.

Merecem também destaque as atividades de construção e reparação naval desenvolvidas no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Além da execução de projetos complexos para a própria Marinha encontram-se em construção duas barcas para transporte de 2.000 passageiros, encomendadas pelo Serviço de Transporte da Baía de Guanabara.

Dos navios, incorporados ao serviço ativo da Armada, foram construídos em estaleiros brasileiros, três navios de patrulha fluvial, de 45 metros, e um navio-faroleiro.

As bases navais prestaram significativo apoio às empresas privadas, através de serviços diversos, sendo mais comuns e relevantes as docagens de navios e embarcações, reparos estruturais e de máquinas, reparos em equipamentos *off-shore* e pesados, usinagens e balanceamentos.

A Marinha, através do corpo técnico da Diretoria de Hidrografia e Navegação, colaborou nos empreendimentos de ampliação e modernização do sistema portuário nacional, nos aspectos relacionados à segurança nacional, com reflexos diretos no Programa de Corredores de Exportação, na implantação de terminais marítimos especializados e no desenvolvimento econômico da Amazônia, bem como na disseminação de informações cartográficas, meteorológicas, de marés e correntes, essenciais, por exemplo, às atividades de prospecção petrolífera no mar.

Colaboração ao desenvolvimento social do País

As atividades desenvolvidas pelo Ministério da Marinha no setor de ensino profissional, a cargo das Escolas de Formação de Oficiais e

de Sargentos, das Escolas de Aprendizes-Marinheiros, das Escolas Técnicas, dos Centros de Instruções e dos Núcleos de Formação de Reservistas, integram-se à meta de valorização do homem, estabelecida pelo Governo e contida no binômio Educação-Saúde. Teve assim a Marinha oportunidade de participar do processo de expansão sócio-econômica em todas as regiões do País. O ensino profissional marítimo programou e realizou 1.703 cursos para as diferentes categorias profissionais — marítimo, fluviário, pescador, portuário —, com 43.532 alunos matriculados, no período, em todo território nacional.

A partir de 1975, a Diretoria de Portos e Costas da Marinha modificou, radicalmente, o currículo das Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante, passando a exigir do candidato o nível de 2.º grau completo e dando-lhe instrução de caráter profissionalizante, precedida apenas da complementação de conhecimentos técnicos indispensáveis à assimilação do conteúdo profissionalizante.

Empreendimentos no setor de ensino realçaram a preocupação da administração naval com a formação intelectual e profissional do seu pessoal; procurou-se a integração do Ensino Naval com a política educacional adotada no País, através da criação do conceito de pós-graduação em ciências navais, com diplomas conferidos, respectivamente, aos concluintes da Escola Naval e Escola de Guerra Naval; da validade nacional a todos os diplomas dos cursos mantidos pelo ensino naval com equivalência na legislação civil pertinente; e do reconhecimento dos cursos de especialização e aperfeiçoamento para praças como cursos de qualificação profissional de nível supletivo.

Foram executados diversos convênios, objetivando principalmente a formação de engenheiros navais, técnicos em eletrônica, marítimos, portuários, pescadores e reservistas.

A Marinha tem colaborado com a administração federal também na realização dos projetos Rondon e Mauá, apoiando-os com os recursos disponíveis. Os comandos de Distritos Navais e o Comando Naval de Brasília realizaram, regularmente, várias operações destinadas a atender às populações, que habitam o litoral e as margens dos rios navegáveis, carentes de assistências médica e social adequadas. Digno de destaque são os trabalhos realizados pelos helicópteros navais quando da remoção de vítimas e da prestação de primeiros socorros aos flagelados, como ocorreu nas enchentes do rio Capibaribe e nas calamidades públicas na cidade de Blumenau; da mesma forma, as unidades distritais participaram da campanha de vacinação intensiva contra a meningite, em regiões longínquas como as bacias do Amazonas e do Paraguai.

AERONÁUTICA

No período 1974-1978, marcado pela crise mundial decorrente das elevações do preço do petróleo, o Ministério da Aeronáutica obrigou-

A nacionalização do equipamento e dos componentes aeronáuticos torna-se cada vez mais acentuada, atingindo mais de 350 empresas altamente qualificadas e aptas a competir, em preço, tecnologia e qualidade, no mercado mundial.

Além desses projetos o CTA recebeu a incumbência de dedicar-se ao Projeto Álcool, atingindo resultados excelentes na avaliação dos motores automobilísticos nacionais, prevista a adição de 20% de álcool à gasolina.

Este projeto deu origem ao desenvolvimento de projeto de motores automobilísticos acionados inteiramente a álcool, que representa outro avanço tecnológico, econômico e social.

No setor aeroespacial destaca-se a série de foguetes de sondagem, já operacionais e envolvendo tecnologia e materiais exclusivamente brasileiros.

No setor bélico foram desenvolvidos os foguetes de Sistema Bélico-Ar-Terra, compreendendo foguetes de 37, 70 e 127 mm e seus lançadores, para emprego a partir de aeronaves.

Devem-se citar ainda as pesquisas referentes aos materiais *composite*, de largo emprego na indústria aeroespacial, o desenvolvimento de propelentes (com apoio da PETROBRÁS), os sistemas de guiagem e instrumentação para foguetes e satélites.

Sistema Dacta

Foi totalmente implantado o Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, constituindo um sistema integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego único no mundo, abrangendo o polígono Brasília-Belo Horizonte-Rio de Janeiro-São Paulo, conta com uma rede de 23 radares, moderno equipamento computarizado e controla todo o tráfego aéreo de uma área de mais de 1,5 milhão de km², e de 491.000 km² sobre águas territoriais brasileiras.

A experiência adquirida na operacionalidade do SISDACTA permitiu iniciar os trabalhos para implantação do DACTA II, que cobrirá a região Sul, ligando-se ao DACTA I para controle unificado, aumentando a eficiência do Sistema e a segurança das operações aéreas.

Indústria aeronáutica

A indústria aeronáutica é meta prioritária, por interessar fundamentalmente ao desenvolvimento e à segurança. O Governo

tem-lhe dado todo apoio e incentivo, não somente no setor de construção de aeronaves mas, também, nos de fabricação de equipamentos, componentes e serviços.

O Ministério da Aeronáutica contribui também para a formação de pessoal no mais alto nível, fornecendo à indústria engenheiros de diversas especialidades formados no Instituto Tecnológico de Aeronáutica — ITA.

Instalou-se em Itajubá a Helicópteros do Brasil S.A. — HELIBRÁS, em associação com a Aerospatiale, da França, para fabricação de helicópteros no Brasil; suas atividades iniciaram-se com montagem de aparelhos importados, prosseguindo-se num programa de nacionalização que deverá atingir a 57% do valor da aeronave em complementos nacionais, podendo passar, numa segunda fase, ao projeto e à construção de helicópteros no País.

A Sociedade Construtora Aeronáutica Neiva desenvolveu o seu projeto *Universal II*, com motor de 400 HP, capacidade de receber armamento e testado em vôo, com sucesso, a 22 de outubro de 1978.

Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. — EMBRAER

No terreno da indústria aeronáutica a EMBRAER merece título especial, mercê de seu desenvolvimento e capacidade internacional, atingidos em apenas nove anos de vida, e que a projetam no cenário aeronáutico mundial.

Neste período de Governo a EMBRAER aumentou seu capital de 91%, passando de Cr\$ 194 milhões em 1974 para 370 milhões em 1978.

Além de desenvolver variada gama de versões do Bandeirante, a Empresa assinou programa de cooperação com a Piper Aircraft, dos Estados Unidos da América, passando então a fabricar sete modelos, sendo dois bimotores e cinco monomotores leves.

Os produtos da Empresa estão atingindo excelente índice de comercialização, quer os de projeto e fabricação nacional quer os de fabricação sob licença.

O *Bandeirante* revelou-se produto altamente competitivo no mercado internacional, sendo vendido inclusive a países de maior tradição aeronáutica — Estados Unidos, Inglaterra e França.

Após a participação da EMBRAER nos Salões Aeronáuticos de Le Bourget, (França, 1977), e Farnborough, (Inglaterra, 1978); o programa de venda ao exterior recebeu grande impulso; o *Bandeirante* já está voando em treze países, dos cinco continentes.

Fato decisivo para tal aceitação foi a expedição dos certificados de homologação do *Bandeirante*, que atendeu aos rígidos requisitos

técnicos exigidos na Inglaterra, França, Estados Unidos e Austrália.

Em 1978 as exportações já atingiram US\$ 28,5 milhões de dólares.

Por outro lado, a produção de aeronaves nacionais vem substituindo aceleradamente as importações: no ano de 1974 as importações em componentes provocaram dispêndios de US\$ 740 milhões, e a exportação nacional foi apenas US\$ 175 milhões; já em 1977 a EMBRAER foi responsável pelo fornecimento de aeronaves no montante de US\$ 550 milhões, ficando a importação restrita a US\$ 10 milhões.

Deve-se considerar, ademais, que em todo o mundo apenas 21 países dedicam-se à indústria aeronáutica; portanto, percebe-se que a EMBRAER situa o Brasil no grupo privilegiado de países capazes de gerar e desenvolver tecnologia do mais alto nível.

Companhia Eletromecânica — CELMA

Como a INFRAERO e a EMBRAER, também a CELMA é empresa de economia mista, dedicada à revisão de motores de qualquer porte e seus componentes, prestando serviços tanto à Força Aérea quanto à aviação civil.

Para implantá-la empreendeu-se grande esforço, baseado em cuidadoso planejamento e treinamento de corpo técnico, o que permitiu obtenção de tecnologia especializada e sua transformação em serviços prestados ao desenvolvimento.



ÍNDICE

	Página
Introdução	7
Política Económico-Financeira	
Apreciação Geral	27
Fazenda	33
Transportes	48
Agricultura	56
Indústria e Comércio	66
Minas e Energia	89
Interior	98
Comunicações	118
Área Social	
Apreciação Geral	129
Educação e Cultura	132
Trabalho	143
Saúde	153
Previdência e Assistência Social	161
Departamento Administrativo do Serviço Público	168
Política Externa	
As Grandes Linhas de Ação	175
Justiça	
Política Interna	209
Ordem Jurídica	210
Segurança Interna	212
Administração Penitenciária	213
Ministério Público	215
Documentação — Publicação e Arquivo de Atos Oficiais	216
Trânsito	219
Forças Armadas	
Estado-Maior das Forças Armadas	225
Exército	226
Marinha	235
Aeronáutica	241